

Aviso nº 846 - GP/TCU

Brasília, 26 de agosto de 2025.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 1851/2025, para conhecimento, em especial quanto às informações constantes no subitem 9.3 da referida deliberação, prolatada pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão Ordinária de 13/8/2025, nos autos do processo TC 038.887/2023-1, da relatoria do Ministro Antonio Anastasia.

Esclareço que o mencionado processo trata de Solicitação do Congresso Nacional, autuada por força do Ofício 277/2023/CFFC-P, de 9/11/2023, que encaminhou a esta Casa o Requerimento 473/2023-CFFC, o qual solicita ao TCU a realização de auditoria junto ao Ministério do Turismo; ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e à Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social, no tocante à celebração e à execução dos contratos firmados entre os órgãos públicos federais supracitados e a empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda.

Por oportuno, informo que o inteiro teor da deliberação ora encaminhada pode ser acessado no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

Vital do Rêgo
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal BACELAR
Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

GRUPO I – CLASSE II – Plenário

TC 038.887/2023-1

Natureza: Solicitação do Congresso Nacional

Órgãos: Ministério do Turismo (MTur); Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF); Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom).

SUMÁRIO: SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO. AUTORIZAÇÃO PARA AUTUAÇÃO DE PROCESSO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE. EXTENSÃO DOS ATRIBUTOS. SOBRESTAMENTO. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS

RELATÓRIO

Transcrevo a seguir, nos termos do art. 1º, § 3º, inciso I, da Lei nº 8.443/92, a instrução lavrada no âmbito da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (peça 59), cujas conclusões contaram com a anuência do titular daquela unidade técnica (peça 60).

“INTRODUÇÃO

1. *Trata-se do Ofício 277/2023/CFFC-P, de 9/11/2023 (peça 3), por meio do qual a Exma. Sra. Deputada Federal Bia Kicis, então presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e de Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), encaminha o Requerimento 473/2023-CFFC (peça 4), de autoria da Deputada Federal Adriana Ventura, aprovado, pela referida comissão, em 8/11/2023, por meio do qual se requer ao TCU a realização de auditoria, para verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 34/2017, 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), a Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06).*

EXAME DE ADMISSIBILIDADE

2. *A presente SCN foi conhecida, nos termos do Acórdão 1099/2025-TCU-Plenário (peça 15).*

HISTÓRICO

3. *Em 10/11/2023, foi autuada a presente SCN, com base no Ofício 277/2023/CFFC-P, que encaminhou o Requerimento 473/2023-CFFC, que solicita a este Tribunal a realização de auditoria para verificar a regularidade na celebração e execução de contratos de publicidade e propaganda, firmados entre diversos órgãos federais e a Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06).*

4. *De acordo com o requerimento, a auditoria se justificaria pelo elevado volume de recursos*

federais envolvidos; por indícios de irregularidades, identificados pela Controladoria-Geral da União (CGU), no âmbito do Contrato 34/2017; pelo aumento expressivo de contratos celebrados com o referido contratado; bem como em razão de vínculos de amizade entre sócios dessa empresa e agentes políticos (peça 4, p. 4-8).

5. *Em 10/11/2023, a Presidência do TCU determinou a tramitação preferencial do feito, em razão de sua natureza urgente, encaminhando os autos à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), para as providências cabíveis (peça 6).*

6. *Em 26/3/2024, a primeira instrução processual ressaltou a existência de indícios de irregularidade no âmbito do Contrato 34/2017, além de propor o conhecimento da presente SCN, a realização de diligências junto aos mencionados órgãos contratantes e a solicitação de informações à CGU (peça 10).*

7. *Em 14/5/2025, o Plenário do TCU, nos termos do Acórdão 1099/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia, decidiu conhecer da SCN, deferir as medidas saneadoras propostas, bem como prorrogar, excepcionalmente, por 180 dias, o prazo para atendimento do requerimento apresentado pela CFFC (peça 15).*

8. *Promovidas as comunicações propostas, passa-se a analisar as respostas apresentadas, tópico a tópico, conforme transcrição/contextualização a seguir.*

EXAME TÉCNICO

I.1. Contextualização

9. *A então Presidente da CFFC/CD, por meio do Ofício 277/2023/CFFC-P (peça 3), em atendimento ao Requerimento 473/2023-CFFC, requereu que este Tribunal realizasse auditoria com o objetivo de verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 34/2017, 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o MTur, o MIDR, a Secom/PR, o MDASFCF, o MS e a Agência Nacional de Propaganda Ltda. Segundo o citado requerimento (peça 4, p. 4):*

A auditoria solicitada para verificar a regularidade da celebração e da execução dos contratos listados, firmados entre órgãos públicos federais e a empresa Agência Nacional de Propaganda LTDA, justifica-se:

i) pelo elevado volume de recursos federais envolvidos;

ii) por indícios robustos de irregularidades levantados pela Controladoria-Geral da União relacionados à execução do contrato nº 34/2017;

iii) pelo aumento exponencial de contratos firmados entre a empresa e órgãos públicos nos últimos anos, em desalinho com as suspeitas que foram levantadas – e não esclarecidas – sobre sua atuação no âmbito do contrato nº 34/2017; e

iv) por notórios vínculos de amizade existentes entre sócios da empresa e políticos que podem influenciar ou tomar decisões que afetam diretamente os interesses da Agência Nacional de Propaganda LTDA.

A empresa a ser investigada, a Agência Nacional de Propaganda LTDA., tem sua matriz inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55 e suas filiais inscritas sob o nº 61.704.482/0004-06 (DF), nº 61.704.482/0003-17 (RJ) e nº 61.704.482/0005-89 (RO). De acordo com o Portal da Transparência, a matriz e a filial do Distrito Federal possuem 5 (cinco) contratos ativos com órgãos da administração pública, com valor total estimado de 890 milhões de reais.

10. *A primeira instrução processual consignou a existência de indícios de irregularidade no âmbito do Contrato 34/2017, firmado entre o MTur e a Agência Nacional de Propaganda Ltda., nos termos apontados no Relatório de Apuração (RA) 819181, elaborado pela CGU, bem como a ausência de informações a respeito de eventuais medidas adotadas por esse órgão, em consequência do citado*

relatório, e de possíveis fiscalizações sobre os demais contratos apontados no Requerimento 473/2023-CFFC (peça 10).

11. Diante desse contexto, restou determinado, nos termos do Acórdão 1099/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia, diligenciar-se ao MTur, para que esse órgão informasse sobre possíveis ações corretivas adotadas após conhecimento do RA 819181, a fim de corrigir falhas no controle, recompor prejuízos e responsabilizar envolvidos. Simultaneamente, determinou-se diligenciar o MIDR, o MDASFCF, a Secom/PR e o MS, para que esses órgãos informassem sobre a existência de ações de fiscalização no âmbito dos contratos por eles firmados com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.

12. Paralelamente, foi solicitado à CGU que informasse a respeito da existência de processos instaurados ou com previsão de serem instaurados, envolvendo as contratações realizadas pelo MIDR, pelo MDASFCF, pela Secom/PR e pelo MS com a Agência Nacional de Propaganda Ltda., respectivamente os Contratos 62/2021, 30/2022, 53/2022 e 3/2023.

13. Em 21/5/2025, foi encaminhado o Ofício (diligência) 17587/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS) e, em 22/5/2025, foram encaminhados os Ofícios (diligências) 17589/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SE/MIDR); 17588/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (SE/MDASFCF); 17592/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União (SE/CGU); 17591/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR); e 17590/2025-TCU/Seproc, para a Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo (SE/MTur) (peças 18-23). As respostas a essas comunicações constam das peças 32-56.

I.2. Síntese da resposta do MTur à diligência (peças 44-48): Contrato 34/2017

14. Informa-se que, após ser cientificado do relatório da CGU sobre o Contrato 34/2017, foram adotadas medidas corretivas para apurar e responsabilizar os envolvidos nas irregularidades apontadas. Nesse contexto, relativamente à responsabilização dos agentes públicos federais, foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar (PAD) 72031.000010/2019-15, posteriormente avocado pela CGU, que o conduziu e o concluiu. A partir desse processo foi aplicada a pena de destituição de cargo em comissão à agente imputada (peça 35, p. 3).

15. No que se refere à responsabilização do ente privado, a (matriz) Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0001-55), informa-se que o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) foi instaurado, conduzido e finalizado diretamente pela CGU, nos termos da Lei 12.846/2013. Como resultado, foi aplicada à referida empresa a sanção de multa no valor de R\$ 253.206,98, bem como a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do MTur, pelo prazo de 6 meses e 27 dias (peça 35, p. 3-4).

I.3. Síntese da resposta do MIDR à diligência (peças 32-34): Contrato 62/2021

16. No que tange à solicitação de informações sobre ações de fiscalização interna realizadas no âmbito do Contrato 62/2012, informa-se que não foram detectadas quaisquer irregularidades ou inconformidades na celebração, execução contratual ou prestação dos serviços pela (filial) Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06) no âmbito do Contrato 62/2021. Esclarece-se que as atividades desenvolvidas seguiram os procedimentos administrativos regulares, com acompanhamento contínuo pelas áreas técnicas responsáveis, mas sem a formalização de processos de auditoria ou fiscalização interna dedicados exclusivamente ao contrato em questão (peça 32, p. 1).

I.4. Síntese da resposta do MDASFCF à diligência (peças 53-56): Contrato 30/2022

17. O Contrato 30/2022, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda., foi celebrado em 2/9/2022, resultante da Concorrência 1/2022. A execução do contrato é acompanhada por equipe designada por portarias específicas, que nomearam gestores e fiscais técnicos ao longo do período de vigência contratual. Até o momento, não há registros de procedimentos administrativos sancionadores autuados relacionados ao referido contrato. A equipe de gestão do contrato manifestou-se favoravelmente à sua renovação, atestando a boa execução dos serviços prestados pela contratada (peça 54).

I.5. Síntese da resposta do Secom/PR à diligência (peças 37-43): Contrato 53/2022

18. Informa-se que o contrato foi resultado do Edital 1/2021, modalidade Concorrência Pública, e que os documentos processuais do certame estão disponíveis em transparência ativa no portal do Ministério das Comunicações (peça 37, p. 1).

19. A execução do Contrato 53/2022 segue o Manual de Procedimentos das Ações de Comunicação Publicitária, disciplinado pela Portaria SECOM/PR 28, de 8/5/2025, que estabelece regras para análise, seleção, desenvolvimento, autorização, execução, prestação de contas, liquidação e pagamento das ações de publicidade.

20. Informa-se, ainda, que são realizadas ações permanentes de controle e gestão dos contratos, com designação formal de fiscal e gestor para cada contrato, em conformidade com a legislação vigente (peça 37, p. 2).

21. Até o momento da resposta, não foi conduzido trabalho específico de auditoria interna sobre o Contrato 53/2022, ressaltando-se, contudo, que o TCU realizou auditoria recente para avaliar o planejamento e o monitoramento de campanhas publicitárias vultosas, abrangendo também campanhas executadas no âmbito do referido contrato (peça 37, p. 2).

I.6. Síntese da resposta do MS à diligência (peças 44-48): Contrato 3/2023

22. O Contrato 3/2023, firmado com a (filial) Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004 -06) é fiscalizado continuamente, conforme previsto no edital e no próprio contrato, por meio da nomeação de gestor e fiscal, titular e substituto, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual. Esses agentes registram em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas observadas na execução dos serviços, com poderes para notificar a contratada visando à imediata correção das inconformidades (peça 44, p. 1; e peça 45, p. 1-2).

I.7. Síntese da resposta do CGU à diligência (peças 49-52): solicitação de informações

23. Informa-se, para os devidos fins, que não foram identificados, no âmbito da Corregedoria-Geral da União, processos de juízo de admissibilidade, investigativos ou sancionatórios, em curso ou concluídos, que guardem relação com o objeto da solicitação (peça 49).

24. Em relação ao Contrato 30/2022, firmado entre a Agência Nacional Propaganda Ltda. e o MDASFCF, não existem trabalhos realizados, ou a previsão de realização de trabalhos, envolvendo a execução do referido contrato. No entanto, houve análise prévia do edital e os resultados foram registrados no Relatório 1150292 (peça 51), que apontou riscos de direcionamento e inadequação na escolha devido à ausência de critérios claros na seleção da Subcomissão Técnica responsável pela avaliação das propostas. Após os apontamentos, o ministério revisou e republicou o edital, promovendo ajustes administrativos para mitigação de riscos e regularização do processo licitatório (peças 50 e 51).

25. Em relação ao Contrato 3/2023, celebrado entre o MS e a Agência Nacional de Propaganda Ltda., identificou-se o Relatório de Apuração 1562012 (peça 52), que analisou a Concorrência 1/2021, relativa à contratação de empresas para a prestação de serviços de comunicação digital e de publicidade. O relatório foi encaminhado ao MS e à sua Corregedoria para

providências, sendo recomendado o acesso restrito ao documento, conforme o art. 150 da Lei 8.112/1990, sem prejuízo à adoção de medidas para corrigir as irregularidades constatadas (peça 50).

26. O referido relatório apontou irregularidades graves incluindo a centralização indevida de decisões pelo Chefe da Assessoria de Comunicação do MS (Ascom/MS), em afronta ao princípio da segregação de funções; indícios de favorecimento a empresas específicas com avaliações subjetivas e vínculos pessoais; ausência de justificativa para a escolha do tipo de licitação melhor técnica; composição da Subcomissão Técnica sem análise de qualificação e com desistências estratégicas que beneficiaram agentes ligados à Ascom; além de omissões no edital e falta de fundamentação robusta no processo decisório (peça 52).

27. Não foram localizados trabalhos sobre os Contratos 62/2021 e 53/2022 (peça 50).

I.8. Análise conjunta das respostas apresentadas

28. Preliminarmente, registra-se que o Apêndice I a esta instrução resume a situação encontrada para cada um dos contratos objetos do Requerimento 473/2023-CFFC, sem prejuízo dos comentários individuais, a seguir.

Contrato 34/2017

29. A partir da resposta apresentada pelo MTur, em especial, mas não unicamente, por meio do Despacho 60/2025/CORREG (peça 35, p. 3-4), verifica-se que as irregularidades encontradas pela CGU no âmbito do Contrato 34/2017, apontadas no Relatório de Apuração 819181 (peça 9), já se encontram sob o tratamento adequado, tendo, inclusive, sido aplicadas pena de destituição de cargo em comissão à agente público (peça 35, p. 5) e de multa à empresa contratada (peça 35, p. 26). Além disso, conforme informações do Portal da Transparência, o ajuste em questão teve sua vigência encerrada, em 6/12/2023 (peça 58, p. 1).

30. A atuação do TCU sobre os fatos em questão, no caso, a realização de auditoria com o objetivo de verificar a regularidade da celebração e da execução do referido contrato, revela-se desnecessária, considerando que o Controle Interno (CGU) já procedeu a essas verificações e as irregularidades encontradas já foram devidamente tratadas, com aplicação de sanções administrativas adequadas.

31. Ressalta-se que a duplicidade de atuação entre órgãos de controle deve ser evitada, em respeito, mormente, aos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, que buscam otimizar esforços administrativos, prevenindo sobreposições desnecessárias. Diretriz que encontra respaldo em precedentes do TCU, como se depreende do seguinte enunciado de jurisprudência, extraído do Acórdão 10038/2023-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, a seguir transcrito:

O interessado em questionar eventuais irregularidades em processo licitatório deve acionar inicialmente o órgão ou a entidade promotora do certame, e somente após, se necessário, ingressar com representação no TCU, a fim de evitar duplicação de esforços de apuração em desfavor do erário e do interesse público, considerando o princípio constitucional da eficiência e as disposições do art. 169 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

(destaques acrescidos)

32. Mais do que isso, a orientação em questão é reconhecida na Instrução Normativa - TCU 98/2024, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCU dos processos de tomada de contas especial, cujo trecho se transcreve abaixo:

Considerando que o Tribunal de Contas da União, na condição de órgão julgador dos processos em que se apura a ocorrência do dano ao Erário, somente deve ser acionado após a autoridade administrativa competente ter adotado, sem sucesso, as medidas administrativas necessárias à

caracterização ou elisão do dano;

Considerando que os processos de ressarcimento do dano ao Erário devem pautar-se pelos princípios da racionalidade administrativa, do devido processo legal, da economia processual, da celeridade, da ampla defesa, da boa-fé e do contraditório;

(destaques acrescidos)

33. Assim, em que pese a imperatividade do requerimento objeto da presente SCN, considera-se que, quanto ao Contrato 34/2017, torna-se inoportuna a realização de auditoria para verificar a regularidade da celebração e da execução do ajuste, sendo suficiente informar ao solicitante acerca das medidas adotadas, tanto pelo MTur, quanto pela CGU, em consequência dos achados apontados no Relatório de Apuração 819181, encaminhando-se, ainda, as informações prestadas a este tribunal pelo referido ministério (peça 35).

Contrato 62/2021

34. A partir das respostas apresentadas pelo MIDR (peça 32) e pela CGU (peças 49-50), verifica-se que o Contrato 62/2021, vigente até 15/12/2025, com valor contratado de R\$ 55.000.000,00, não foi objeto de qualquer ação de fiscalização do órgão contratante ou do órgão de controle interno, razão pela qual, ante o caráter imperativo do requerimento tratado nesta SCN, considera-se que ele deve ser alvo de auditoria com o fito de analisar a regularidade de sua celebração e de sua execução.

35. Para tanto, considera-se que, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 232, III, do Regimento Interno do TCU, deve ser autuado processo de relatório de auditoria de conformidade, cujo objetivo, posto pelo Requerimento 473/2023-CFCC, será o de verificar a regularidade da celebração e execução do Contrato 62/2021, firmado entre o MIDR e a filial em Brasília/DF da Agência Nacional de Propaganda Ltda.

36. Nessa linha, e se considerando as prescrições dos princípios da eficiência, racionalidade administrativa e celeridade processual, delimitar-se-á a análise da regularidade da celebração do Contrato 62/2021, ao exame da existência de estudos técnicos aptos a fundamentar a necessidade, oportunidade e quantificação da contratação, bem como à identificação de possíveis indícios de direcionamento da licitação. Para tanto, devem ser respondidas as seguintes questões de auditoria:

- Foram realizados estudos técnicos que justificassem a necessidade, a oportunidade e a quantificação dos recursos em publicidade?
- Os requisitos de qualificação técnica exigidos no edital foram estabelecidos de forma proporcional e compatível com a natureza e a complexidade dos serviços de publicidade e propaganda a serem contratados, sem restringir indevidamente a competitividade do certame ou favorecer determinado licitante?
- As desclassificações de licitantes foram realizadas com base em critérios objetivos e previstos no edital, devidamente justificadas e documentadas, sem indícios de subjetividade ou direcionamento que comprometam a competitividade e a isonomia do certame?
- As propostas técnicas foram analisadas por subcomissão técnica constituída nos termos do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei 12.232/2010, com composição transparente e isenta, garantindo a imparcialidade e a aplicação adequada dos critérios de julgamento?

37. Em relação ao exame da execução do contrato, a análise deverá, pelos mesmos motivos, ser circunscrita ao procedimento de seleção interna entre as contratadas, conforme previsto no art. 2º, § 4º, da Lei 12.232/2010, além do exame dos pagamentos realizados pelo contratante. Para tanto, devem ser respondidas as seguintes questões de auditoria:

- Para a execução das ações de comunicação publicitária, realizada no âmbito do contrato firmado, o órgão contratante instituiu procedimento de seleção interna entre as contratadas, com metodologia aprovada pela administração e publicada na imprensa oficial, nos termos do art. 2º, § 4º, da Lei 12.232/2010?

- Os pagamentos realizados pelo órgão contratante foram precedidos da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como do relatório de checagem de veiculação, nos termos do art. 15 da Lei 12.232/2010?

38. Por fim, ante a limitação de pessoal a ser empregado na fiscalização ora proposta, bem como, e especialmente à urgência no atendimento da presente SCN, considera-se necessário restringir o exame da execução contratual aos últimos seis meses de execução, cuja data de corte (data que se contará os seis meses) deverá ser definida por ocasião do planejamento do trabalho. Ademais, a fiscalização deverá compreender o período de três meses, nos quais se desenvolverão as fases de planejamento, execução e relatório de auditoria, entre os meses (prováveis) de setembro a novembro de 2025.

Contrato 30/2022

39. A partir das respostas apresentadas pelo MDASFCF (peça 53) e pela CGU (peças 49-50), verifica-se que o Contrato 30/2022, vigente até 2/9/2025, com valor contratado de R\$ 120.000.000,00, sofreu, a título de fiscalização, tão somente, uma análise prévia de seu edital de licitação, nos termos apontados no Relatório de Apuração 1150292 da CGU (peça 51), cuja conclusão ressaltou que:

O presente trabalho de auditoria avaliou a Concorrência nº 01/2022, lançada pelo Ministério da Cidadania para a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, no valor de R\$ 120 milhões anuais.

Como resultado desta avaliação, verificou-se os riscos de escolha inadequada e de direcionamento da licitação decorrentes da ausência ou insuficiência de critérios para a escolha e impugnação dos integrantes da Subcomissão Técnica, responsável pela análise das Propostas Técnicas das licitantes.

O órgão agiu prontamente para mitigar esta questão, retificando e republicando o Edital, tendo como base os parâmetros estabelecidos pela Secretaria Especial de Comunicação Social na Concorrência nº 01/2021. Ainda, adotou as demais medidas administrativas necessárias para sanear o processo licitatório em questão.

(destaques acrescidos)

40. Nesse contexto, tendo em vista que a referida análise não adentrou mais profundamente nos aspectos da seleção do fornecedor, e ante a natureza cogente do requerimento tratado nesta SCN, considera-se que, assim como na avença anterior, o Contrato 30/2022 deve ser alvo de auditoria deste Tribunal, nos moldes preconizados nos itens 35 a 38 desta instrução.

Contrato 53/2022

41. A partir das respostas apresentadas pela Secom/PR (peça 37) e pela CGU (peças 49-50), verifica-se que o Contrato 53/2022, atualmente, vigente até 25/5/2025, com valor contratado de R\$ 562.500.000,00, não foi objeto de qualquer ação de fiscalização do órgão contratante ou do órgão de controle interno, de modo que deve ser submetido a processo de auditoria deste Tribunal, nos moldes expressados nos itens 34 a 38 desta instrução.

42. Ainda quanto a este contrato, cabe apontar que no âmbito do TC 004.279/2025-5, que trata de representação a respeito de possíveis irregularidades em contratações a serem realizadas pelo Governo Federal, sob a responsabilidade da Secom/PR, há menção a contratação dessa secretaria no valor exato do contrato em comento, como se observa do seguinte excerto do relatório do Acórdão 1384/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus, que prolatou o mérito dessa representação:

de acordo com as informações divulgadas pelo portal Folha, o governo federal destinará R\$ 3,5 bilhões, apenas neste ano, para campanhas publicitárias voltadas à divulgação de políticas sociais, de educação e saúde, além da promoção institucional de estatais como Banco do Brasil,

Caixa Econômica Federal e Correios;

*o montante inclui valores expressivos concentrados em poucas instituições, sendo os principais: R\$ 750 milhões para o Banco do Brasil, **R\$ 562,5 milhões para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República** e R\$ 468,1 milhões para a Caixa Econômica Federal. Além disso, destaca-se o contrato de R\$ 380 milhões dos Correios destinado a um suposto 'reposicionamento de marca' da estatal;*

(destaques acrescentados)

43. *Ainda quanto a isso, registra-se que o referido decisum determinou à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que constituísse processo de acompanhamento para avaliar a conformidade das contratações de publicidade noticiadas naqueles autos, o que, considera-se, igualmente justifica a inclusão do contrato em comento ao escopo da auditoria proposta, uma vez que o trabalho pretendido pode vir a subsidiar o referido acompanhamento.*

Contrato 3/2023

44. *A partir da resposta apresentada pela CGU (peças 49-50), verifica-se que o Contrato 3/2023, com vigência encerrada, em 26/1/2025, quando seu valor contratado era de R\$ 260.000.000,00 (peça 58, p. 14-16), foi objeto de fiscalização pela CGU, quanto ao processo de sua celebração, tendo sido apontadas diversas irregularidades, similares às encontradas no âmbito do Contrato 34/2017, no Relatório de Apuração 1562012 (peça 52).*

45. *De modo sucinto, o referido relatório consignou condutas praticadas por agentes públicos passíveis de responsabilização, dentre as quais favorecimento a licitantes, o que impactou a lisura do procedimento licitatório. As conclusões desse trabalho foram informadas ao MS, bem como à Corregedoria do MS para as providências cabíveis, conforme informado pelo controle interno (peça 50, p. 1):*

2. Em relação ao Contrato n.º 3/2023, celebrado entre o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda, identificou-se o Relatório de Apuração n.º 1562012 (3649988), em anexo, que, em resposta à demanda do próprio Ministério da Saúde, analisou a contratação de empresas para a prestação de serviços de comunicação digital e de publicidade, referente aos Processos SEI n.ºs 25000.021006/2021-84, 25000.091649/2022-76 e 25000.004102/2022-49 (Concorrência n.º 01/2021 - Publicidade) e Processo SEI n.º 25000.077538/2021-76 (Concorrência n.º 1/2022 – Comunicação Digital).

2.1. Foi apontado que os dois certames acima apresentaram similaridades quanto às condutas dos agentes públicos envolvidos e aos resultados obtidos. Por essa razão, além de ter sido encaminhado para conhecimento e providências do Ministério da Saúde, o relatório também foi encaminhado à Corregedoria do respectivo Ministério, para providências no âmbito de suas atribuições.

2.2. Nesse contexto, diante da possibilidade de apuração em andamento no âmbito disciplinar, reforçamos a importância de o conteúdo do Relatório ter o seu acesso restrito, com fundamento no art. 150 da Lei n.º 8.112/1990, sem prejuízo para a adoção das medidas necessárias para elidir as irregularidades identificadas.

(destaques acrescentados)

46. *Ainda quanto ao assunto, convém salientar que a resposta apresentada pelo MS não mencionou tal circunstância, limitando-se a informar, em essência, que a avença sob análise é continuamente fiscalizada no âmbito administrativo (peça 44, p. 1).*

47. *Desse modo, tendo em vista a existência de trabalho fiscalizatório realizado sobre o processo de celebração do Contrato 3/2023, realizado pela CGU, considera-se, inoportuna, pelas razões expostas nos itens 29 a 33 desta instrução, atuação deste Tribunal sobre essa fase da licitação, não obstante, deve-se incluir o presente contrato na auditoria preconizada nos itens acima, quanto à*

execução contratual, tendo em vista não ter ocorrido qualquer fiscalização sobre esse momento contratual.

48. Por fim, considera-se oportuno informar a CFFC/CD acerca dos resultados encontrados pela CGU, relativamente à celebração do Contrato 3/2023, encaminhando cópia das informações prestadas por esse órgão de controle, notadamente do Relatório de Apuração 1562012 (peça 52).

CONCLUSÃO

49. Trata-se de SCN, formulada pela Presidente da CFFC/CD, já conhecida, nos termos do Acórdão 1099/2025-TCU-Plenário, que requer a este Tribunal a realização de auditoria, para verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 34/2017, 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o MTur, o MIDR, Secom/PR, o MDASFCF, o MS e a Agência Nacional de Propaganda Ltda.

50. Conforme exame técnico, considera-se que, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 232, III, do Regimento Interno do TCU, deve ser realizada auditoria de conformidade nos Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, nos termos do escopo definido no itens 36 e 37 desta instrução, sendo o Contrato 3/2023 com escopo limitado a regularidade da execução contratual.

51. Especificamente quanto ao Contrato 34/2017, considera-se inoportuna atuação fiscalizatória do TCU, ante os princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, bem como para se evitar duplicidade de atuação de órgãos de controle, tendo em vista que a CGU já realizou trabalho sobre essa contratação. Em que pese isso, considera-se necessário informar ao solicitando os resultados da fiscalização empreendida pelo controle interno.

OUTRAS INFORMAÇÕES

52. Compete apontar os seguintes processos no âmbito desta unidade técnica que tratam sobre contratações de publicidade e propaganda:

PROCESSO	RELATOR	OBSERVAÇÃO
TC 002.462/2024-9	Ministro Vital do Rêgo	Documentação não conhecida como representação, nos termos do Acórdão 2593/2024-TCU-Segunda Câmara, de relatoria do ministro Vital do Rêgo. Processo, atualmente, encerrado.
TC 017.178/2024-0	Ministro Bruno Dantas	Representação parcialmente procedente, nos termos do Acórdão 1624/2024-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Vital do Rêgo. Atualmente o processo encontra-se em fase de recurso.
TC 025.577/2024-7	Ministro Jhonatan de Jesus	Representação considerada parcialmente procedente, nos termos do Acórdão 379/2025-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Jhonatan de Jesus. Atualmente, o processo encontra-se encerrado.
TC 026.437/2024-4	Ministro Jhonatan de Jesus	Denúncia considerada improcedente, nos termos do Acórdão 876/2025-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Jhonatan de Jesus. Processo, atualmente, encerrado.
TC 002.462/2024-9	Ministro Vital do Rêgo	Documentação não conhecida como representação, nos termos do Acórdão 2593/2024-TCU-Plenário, de relatoria do ministro Vital do Rêgo. Atualmente, o processo encontra-se encerrado.
TC 008.411/2024-7	Ministro Aroldo Cedraz	Representação formulada pelo MPjTCU, acerca de possíveis irregularidades na contratação, pela Secom/PR, de empresas prestadoras de serviço de comunicação digital para atender ao sistema de comunicação de governo do poder executivo federal

		<i>(Sicom). Atualmente o processo encontra-se arquivado, por determinação do ministro-relator.</i>
<i>TC 008.436/2025-8</i>	<i>Ministro Aroldo Cedraz</i>	<i>SCN cujo objeto é a realização de auditoria para verificar a regularidade de processo licitatório conduzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para contratação de agência de publicidade. Atualmente o processo encontra-se no gabinete do relator.</i>
<i>TC 005.385/2025-3</i>	<i>Ministro Jhonatan de Jesus</i>	<i>Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Concorrência 1/2023, sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cujo objeto é a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Atualmente o processo encontra-se no gabinete do relator, com proposta de mérito.</i>
<i>023.148/2024-1</i>	<i>Ministro Jhonatan de Jesus</i>	<i>Representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Edital de Concorrência 1/2024 da Agência Nacional de Telecomunicações, cujo objeto é a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação institucional. A representação foi conhecida e no mérito considerada improcedente, nos termos do Acórdão 331/2025-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus.</i>
<i>042.671/2021-3</i>	<i>Ministro Antonio Anastasia</i>	<i>Solicitação do Congresso Nacional, “propondo” a realização de ato de fiscalização e controle sobre a informação de sobrepreço na contratação de empresas para serviço de publicidade destinada ao enfrentamento da Covid-19. O mérito foi prolatado por meio do Acórdão 1168/2022-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Antonio Anastasia. Atualmente, o processo encontra-se encerrado.</i>
<i>027.736/2019-9</i>	<i>Ministro Walton Alencar Rodrigues</i>	<i>Representação acerca de possíveis irregularidades praticadas pela Fundação Norte-Rio Grandense de Pesquisa e Cultura (Funpec), no âmbito de contratação decorrente da Seleção Pública Presencial 1/2018. O mérito foi prolatado por meio do Acórdão 908/2022-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues. Atualmente, o processo encontra-se encerrado.</i>
<i>037.921/2020-7</i>	<i>Ministro Jorge Oliveira</i>	<i>Representação acerca de possíveis irregularidades na contratação emergencial de prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda. O mérito processual foi prolatado por meio do Acórdão 828/2021-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Jorge Oliveira. Atualmente, o processo encontra-se encerrado.</i>

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

53. Diante do exposto, submete-se a presente Solicitação do Congresso Nacional, formulada por intermédio do Ofício 277/2023/CFFC-P, de 9/11/2023, pela então presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), Deputada Federal Bia Kicis, com base no Requerimento 473/2023-CFFC, de autoria da Deputada Federal Adriana Ventura, propondo:

a) autorizar, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 239, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, a autuação de processo de relatório de

auditoria de conformidade, nos moldes preconizados nesta instrução, e com o objetivo de verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), a Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom/PR), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda., a fim de atender à demanda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

b) estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao processo de auditoria a ser autuado;

c) informar à Exma. Sra. Deputada Federal Bia Kicis, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados à época do requerimento, bem como ao Exmo. Deputado Federal Bacelar, atual Presidente da referida Comissão:

i) que a auditoria requerida, quanto ao Contrato 34/2017, firmado entre o Ministério do Turismo (MTur) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06) é inoportuna por ofensa aos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, pois representaria duplicidade de atuação de órgãos de controle, tendo em vista que a Controladoria-Geral da União já realizou trabalho sobre essa contratação;

ii) pelos mesmos motivos, quanto ao Contrato 3/2023, firmado entre o Ministério da Saúde (MS) e a filial de Brasília da Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06), a auditoria requerida será restrita à etapa de execução contratual, visto que a Controladoria-Geral da União realizou trabalho fiscalizatório sobre o processo de celebração desse ajuste, circunstância que torna inoportuna atuação do TCU nessa fase da aquisição;

iii) acerca das informações prestadas pela Controladoria-Geral da União, quanto às fiscalizações por ela empreendidas sobre os processos de contratações relacionados aos Contratos 34/2017 e 3/2023, encaminhando-lhes cópias das peças 35 e 52;

iv) que, após realizada a auditoria requerida, nos moldes preconizados nesta instrução, sobre os Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, ser-lhe-ás dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas por este Tribunal;

d) sobrestar a apreciação da presente SCN, até a conclusão dos trabalhos de auditoria, ocasião em que se terá meios de atender integralmente a presente Solicitação do Congresso Nacional.”

É o Relatório.

VOTO

Inicialmente, registro que fui sorteado relator dos presentes autos em 8/5/2025 (peça 14), mesma data em que recebi este processo em meu Gabinete.

2. Cuidam os autos de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada a esta Casa pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados em que a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), por meio do Requerimento 473/2023-CFFC (peça 4), solicita a realização de auditoria junto ao Ministério do Turismo (MTur); ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), e à Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom), no tocante à celebração e à execução dos contratos firmados entre os órgãos públicos federais supracitados e a empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0001-55).

3. A Solicitação do Congresso Nacional foi, dentre outras medidas, conhecida mediante o Acórdão 1.099/2025 – Plenário, proferido na Sessão Plenária de 14/5/2025 nos seguintes termos:

“VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada a esta Casa pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados na qual se requer a realização de auditoria junto ao Ministério do Turismo (MTur); ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR); ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), e à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR), no tocante à celebração e à execução dos contratos firmados entre os órgãos públicos federais supracitados e a empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e art. 4º, inciso I, alínea “b”, da Resolução - TCU 215/2008, conhecer da Solicitação do Congresso Nacional em análise;

9.2. diligenciar o Ministério do Turismo (MTur) para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 34/2017, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.:

9.2.1. informe sobre possíveis ações corretivas tomadas, após ser cientificado do relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de corrigir falhas no controle, recompor prejuízos e responsabilizar os envolvidos, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.2.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.2.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.3. diligenciar o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 62/2021, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.:

9.3.1. informe se houve alguma ação de fiscalização interna no âmbito do citado contrato, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.3.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.3.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.4. diligenciar o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF) para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 30/2022, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.:

9.4.1. informe se houve alguma ação de fiscalização interna no âmbito do citado contrato, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.4.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.4.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.5. diligenciar a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 53/2022, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.:

9.5.1. informe se houve alguma ação de fiscalização interna no âmbito do citado contrato, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.5.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.5.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.6. diligenciar o Ministério da Saúde (MS) para que, no prazo de quinze dias, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 3/2023, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.:

9.6.1. informe se houve alguma ação de fiscalização interna no âmbito do citado contrato, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.6.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.6.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

9.7. solicitar à Controladoria-Geral da União que informe, no prazo de quinze dias, a respeito da existência de processos instaurados ou com previsão de serem instaurados, envolvendo contratações realizadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde, os quais firmaram os Contratos 62/2021, 30/2022, 53/2022 e 3/2023, respectivamente, com a empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda., encaminhando cópia de documentos e informações que entenderem pertinentes, mediante o instituto do compartilhamento de provas, sem prejuízo da manutenção do sigilo por parte desta Corte de Contas;

9.8. encaminhar cópia da instrução à peça 10 dos presentes autos ao Ministério do Turismo, ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e à Controladoria-Geral da União, de maneira a embasar as respostas às diligências e à solicitação de informações;

9.9. prorrogar, excepcionalmente, por 180 dias, o prazo para atendimento da presente Solicitação do Congresso Nacional;

9.10. dar ciência sobre o presente Acórdão à Deputada Bia Kicis, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), nos termos da minuta de aviso inserida no módulo “Comunicações” do e-TCU, informando-lhe que, tão logo sejam concluídos os trabalhos de fiscalização, ser-lhe-á dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas pelo Tribunal.”

4. Na presente fase, verifico que a unidade técnica abordou, com bastante propriedade em sua minudente instrução (peça 60), cujos fundamentos incorporo a estas razões de decidir, todas as questões necessárias ao saneamento do processo.
5. Sendo assim, acolho a proposta uníssona da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações, no sentido de autorizar a realização de auditoria de conformidade, nos moldes sugeridos pela unidade técnica, com o objetivo de verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), a Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom/PR), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda., a fim de atender à demanda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
6. Devem ser autorizadas, ainda, as demais medidas acessórias.
7. Ante o exposto, voto por que o Tribunal adote a minuta de acórdão que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 13 de agosto de 2025.

ANTONIO ANASTASIA
Relator

ACÓRDÃO Nº 1851/2025 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 038.887/2023-1.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos: Ministério do Turismo (MTur); Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF); Ministério da Saúde (MS), Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom).
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada a esta Casa pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados em que a Deputada Adriana Ventura (Novo-SP), por meio do Requerimento 473/2023-CFFC (peça 4), solicita a realização de auditoria junto ao Ministério do Turismo (MTur); ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR); ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), o Ministério da Saúde (MS) e à Presidência da República – Secretaria de Comunicação Social (Secom), no tocante à celebração e à execução dos contratos firmados entre os órgãos públicos federais supracitados e a empresa Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0001-55).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. autorizar, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 239, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, a autuação de processo de auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a regularidade da celebração e da execução dos Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, firmados, respectivamente, entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), a Presidência da República/Secretaria de Comunicação Social (Secom/PR), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDASFCF), o Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda., a fim de atender à demanda da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.2. estender, por força do art. 14, inciso III, da Resolução - TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º daquela resolução ao processo de auditoria a ser autuado;

9.3. informar à Exma. Sra. Deputada Federal Bia Kicis, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados à época do requerimento, bem como ao Exmo. Deputado Federal Bacelar, atual Presidente da referida Comissão:

9.3.1. que a auditoria requerida, quanto ao Contrato 34/2017, firmado entre o Ministério do Turismo (MTur) e a Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06), é inoportuna por ofensa aos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, pois representaria duplicidade de atuação de órgãos de controle, tendo em vista que a Controladoria-Geral da União já realizou trabalho sobre essa contratação;

9.3.2. pelos mesmos motivos, quanto ao Contrato 3/2023, firmado entre o Ministério da Saúde (MS) e a filial de Brasília da Agência Nacional de Propaganda Ltda. (CNPJ 61.704.482/0004-06), a auditoria requerida será restrita à etapa de execução contratual, visto que a Controladoria-Geral da União realizou trabalho fiscalizatório sobre o processo de celebração desse ajuste;

9.3.3. acerca das informações prestadas pela Controladoria-Geral da União, quanto às fiscalizações empreendidas por aquele Órgão sobre os processos de contratações relacionados aos Contratos 34/2017 e 3/2023, serão encaminhadas cópias das peças 35 e 52 dos presentes autos;

9.3.4. que, após realizada a auditoria ora autorizada sobre os Contratos 62/2021, 53/2022, 30/2022 e 3/2023, os resultados e as medidas adotadas por este Tribunal serão informados àquela Comissão;

9.4. encaminhar ao Exmo. Deputado Federal Bacelar, atual Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, cópia das peças 35 e 52 dos presentes autos;

9.5. sobrestar a apreciação do presente processo até a conclusão dos trabalhos da auditoria ora autorizada, ocasião em que se terá meios de atender integralmente a Solicitação do Congresso Nacional em análise.

10. Ata nº 31/2025 – Plenário.

11. Data da Sessão: 13/8/2025 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1851-31/25-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

JORGE OLIVEIRA

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

(Assinado Eletronicamente)

ANTONIO ANASTASIA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Procuradora-Geral



MINISTÉRIO DO TURISMO

DEPARTAMENTO DE MARKETING, EVENTOS E EXPANSÃO DIGITAL

Esplanada dos Ministérios Bloco U, Sala 240 - Bairro Zona Cívico-Administrativo, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023-7140 - www.turismo.gov.br

Despacho nº 1348/2025/DMEX/GSNPTUR

À Coordenação-Geral de Marketing e Expansão Digital

Assunto: **Ofício nº 17590/2025-TCU**

Referência: *Acórdão nº 1099/2025 - TCU - Plenário, Processo TC nº 038.887/2023-1.*

1. Em atenção ao Despacho 1703 (2519794) que faz referência ao Ofício Circular nº 179/2025/GSE (2519425), que trata do Ofício nº 169/2025/AECI/GM (2519032) da Assessoria Especial de Controle Interno, o qual versa sobre o expediente e o [Acórdão](#) em epígrafe, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União - TCU diligencia o Ministério do Turismo - MTur, com no fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União (TCU) diligencia o Ministério do Turismo (MTur), com fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU, conforme se segue:

9.2. diligenciar o Ministério do Turismo (MTur) para que, **no prazo de quinze dias**, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 34/2017, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.

9.2.1. informe sobre possíveis ações corretivas tomadas, após ser cientificado do relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de corrigir falhas no controle, recompor prejuízos e responsabilizar os envolvidos, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.2.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.2.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

2. Diante do exposto, encaminho o presente processo para análise e adoção das providências cabíveis relativas aos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, solicitando que sejam fornecidos os devidos esclarecimentos e designado um ponto focal para dirimir eventuais questionamentos do Tribunal.

3. Além disso, solicito o retorno dos autos com a devida manifestação técnica, **até o dia 3 de junho de 2025, imprerivelmente**, a fim de assegurar o atendimento tempestivo ao prazo estabelecido.

Atenciosamente,

FÁBIO AUGUSTO OLIVEIRA PINHEIRO
Diretor de Marketing, Eventos e Expansão Digital



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Augusto Oliveira Pinheiro, Diretor (a) de Marketing, Eventos e Expansão Digital**, em 23/05/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2520492** e o código CRC **9B495306**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2520492



**MINISTÉRIO DO TURISMO
CORREGEDORIA**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 347 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023-7653 e 7343 - www.turismo.gov.br

Despacho nº 60/2025/CORREG

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Ao Gabinete do Ministro

Assunto: **Resposta à solicitação do Tribunal de Contas da União.**

Referência: OFÍCIO 17590/2025-TCU/Seproc;

NUP 72031.003977/2025-99; e

TC 038.887/2023-1.

Prezada Chefe de Gabinete,

1. Cumprimentando-a respeitosamente, em alusão ao solicitado no Despacho GM 1965 (SEI nº 2519553), como objeto de resposta ao contido no item 42.2, alíneas "a", parte final, e "b", encaminho-lhe as seguintes informações correcionais relativas ao Contrato nº 34/2017:

a) **Com relação à responsabilização dos agentes públicos federais:** Registre-se que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar nº 72031.000010/2019-15 neste Ministério, posteriormente avocado pela Controladoria-Geral da União, por meio do OFÍCIO Nº 932/2021/CRG/CGU, em 20/01/2021. A partir dessa decisão, o processo foi conduzido e finalizado pela Corregedoria-Geral da União, com aplicação de sanção expulsiva à Sra. Vanessa Chaves de Mendonça, CPF nº ***.508.171-** por valimento de cargo, em 19 de dezembro de 2024, e indeferimento do pedido de reconsideração em 14 de fevereiro de 2025, conforme decisões anexadas aos autos (2523896 e 2523898).

b) **Com relação à responsabilização do Ente Privado "Agência Nacional":** Importa registrar que o Processo Administrativo de Responsabilização de Entes Privados - PAR foi instaurado, conduzido e finalizado diretamente pela Corregedoria-Geral da União, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cuja decisão explicitou a aplicação de sanção de multa de 253.206,98 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), bem como penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do Ministério do Turismo, pelo prazo de 6 (seis) meses e 27 (vinte e sete)

dias, conforme Ofício em anexo, em razão do pedido de Julgamento Antecipado, decorrente de colaboração. Neste sentido, juntou-se aos autos a Nota Técnica da CGU, o Parecer daquela CONJUR e a Decisão Ministerial.

2. Por fim, as informações relativas ao Ente Privado foram remetidas à Secretaria-Executiva no bojo do Processo 72031.006248/2019-46.

3. Fico à disposição para eventuais complementações que se fizerem necessárias.

Respeitosamente,

NÉLIO DO AMPARO MACABU JÚNIOR

Corregedor

Anexos: I - Portaria Sanção expulsiva Vanessa Mendonça (SEI nº 2523896).
II - Decisão Indeferimento Recurso Vanessa (SEI nº 2523898).
III - Ofício Sanção Agencia Nacional - PAR/CGU (SEI nº 2523935)
IV - Nota 3344_2023_julgamento_antecipado_AgNac (SEI nº 2523957)
V - Parecer 0056/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU (SEI nº 2523959)
VI - Decisão 95_2024_julgamento_antecipado_AgNacPropaga (SEI nº 2523961)



Documento assinado eletronicamente por **Nélio do Amparo Macabu Júnior, Corregedor**, em 27/05/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2523780** e o código CRC **B5BC1E90**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2523780

PORTARIA Nº 4.803, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, acolhendo o Relatório Final da Comissão de Processo Disciplinar, com fundamento no PARECER n. 00204/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00380/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 72031.000010/2019-15, resolve:

Aplicar a penalidade de DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO à senhora VANESSA CHAVES DE MENDONÇA, CPF nº ***.508.171-**, pelo cometimento da infração prevista no inciso IX, do artigo 117, combinado com art. 132, XIII, com fundamento no art. 135, todos da Lei nº 8.112/90.

Enquanto incidir a inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "o", da Lei complementar nº 64/1990, pelo prazo de 8 (oito) anos, fica impedida a indicação, nomeação ou posse da apenada para cargos públicos efetivos e em comissão ou funções de confiança no Poder Executivo federal (art. 5º, inciso II da Lei nº 8.112/90 c/c art. 1º, inciso I, alínea "o" da Lei complementar nº 64/1990; art. 9º, inciso III da Lei nº 14.204/2021 e art. 15, inciso III do Decreto nº 10.829/2021), sem prejuízo dos demais impedimentos legais aplicáveis a órgãos específicos apontados no parecer.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 4.804, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, acolhendo o Relatório Final da Comissão de Processo Disciplinar, com fundamento no PARECER n. 00086/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 00375/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto à Controladoria-Geral da União, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 00190.107907/2021-41, resolve:

Aplicar a penalidade de DEMISSÃO ao senhor FERNANDO CLÁUDIO ANTUNES ARAÚJO, CPF nº ***.139.807-**, nos termos do inciso III, do art. 127, inciso XIII, do art. 132, ambos da Lei nº 8.112/90, em razão da prática da conduta prevista inciso IX, do artigo 117, da Lei nº 8.112/90.

Enquanto incidir a inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "o", da LC nº 64/1990, pelo prazo de 8 (oito) anos, fica impedida a indicação, nomeação ou posse do punido para cargos em comissão ou funções de confiança no Poder Executivo federal (Lei nº 14.204/2021, art. 9º, inciso III, Decreto nº 9.727/2019, art. 2º, inciso III, c/c art. 9º, caput, e Decreto nº 10.829/2021, art. 15, inciso III, c/c art. 21, caput), sem prejuízo dos demais impedimentos legais aplicáveis a órgãos específicos, exemplificados na fundamentação do Parecer aprovado.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

PORTARIA Nº 4.805, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, considerando o que determina o Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, o disposto no Decreto n.º 11.330, de 1.º de janeiro de 2023, e alterações, bem como no art. 38 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta no Processo n.º 00190.111687/2024-01, resolve:

DESIGNAR CARLA BAKSYS PINTO, para substituir, no período de 18 a 27 de dezembro de 2024, a Secretária, código CCE 1.17, da Secretaria Nacional de Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União, ficando convalidados os atos praticados no período informado.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO

CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 4.689, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 4.237, de 27 de dezembro de 2023, publicada no D.O.U. nº 246, Seção 2, p.70, de 28 de dezembro de 2023, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.083, de 21 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 205, Seção 2, p. 50, de 22 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 52600.002256/2023-91.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.690, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1.775, de 5 de maio de 2023, publicada no D.O.U. nº 86, Seção 2, p.66, de 8 de maio de 2023, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.086, de 21 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 200, Seção 2, p. 50, de 22 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.104838/2023-86.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.692, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1.819, de 8 de maio de 2023, publicada no D.O.U. nº 87, Seção 2, p.53, de 9 de maio de 2023, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.085, de 21 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 205, Seção 2, p. 50, de 22 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.104964/2023-31.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.694, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 2.804, de 29 de agosto de 2024, publicada no D.O.U. nº 168, Seção 2, p.112, de 30 de agosto de 2024, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.124, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 55, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.107980/2024-66.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.695, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada inicialmente pela Portaria nº 1.036, de 10 de abril de 2024, publicada no D.O.U. nº 70, Seção 2, p.78, de 11 de abril de de 2024, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.123, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 55, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.102973/2024-78.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.697, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada inicialmente pela Portaria nº 1.035, de 10 de abril de 2024, publicada no D.O.U. nº 70, Seção 2, p.78, de 11 de abril de de 2024, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.122, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 55, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.102971/2024-89.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.698, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento no artigo 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 640, de 4 de março de 2024, publicada no D.O.U. nº 44, Seção 2, p.65, de 5 de março de 2024, e tendo como último ato a recondução efetivada pela Portaria nº 3.122, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 55, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.101672/2024-27.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.699, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento nos artigos 143 e 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º. Reconduzir a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada inicialmente pela Portaria nº 1.037, de 10 de abril de 2024, publicada no D.O.U. nº 70, Seção 2, p.78, de 11 de abril de de 2024, e tendo como último ato a prorrogação efetivada pela Portaria nº 3.125, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 56, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº 00190.102975/2024-67.

Art. 2º. Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 4.700, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024

O CORREGEDOR-GERAL DA UNIÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe conferem o artigo 49, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; o artigo 18 do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; o artigo 4º do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005; e o artigo 1º da portaria nº 1.286, de 10 de abril de 2019; com fundamento no artigo 152 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 1.913, de 01 de julho de 2024, publicada no D.O.U. nº 125, Seção 2, p.52, de 02 de de julho de 2024, e tendo como último ato a recondução efetivada pela Portaria nº 3.127, de 24 de outubro de 2024, publicada no D.O.U. nº 208, Seção 2, p. 56, de 25 de outubro de 2024, referente ao Processo nº00190.105885/2024-28.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/02/2025 | Edição: 34 | Seção: 2 | Página: 53
Órgão: Controladoria-Geral da União/Gabinete do Ministro

DECISÃO Nº 62, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

Processo nº 72031.000010/2019-15

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e pelo Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022, adotando, como fundamento deste ato, o Parecer nº 00012/2025/CONJUR-CGU/CGU/AGU, de 29 de janeiro de 2025, aprovado pelo Despacho nº 00098/2025/CONJUR-CGU/CGU/AGU da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, CONHEÇO e, no mérito, INDEFIRO o Pedido de Reconsideração apresentado por VANESSA CHAVES DE MENDONÇA, CPF ***.508.171-**.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

DIRETORIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE ENTES PRIVADOS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 5, Bloco A, lotes 9 e 10, Ed, MultiBrasil - Bairro Asa Sul - Brasília/DF, CEP 70070-050
Telefone: (61) 2020-7510 - www.cgu.gov.br -

OFÍCIO Nº 6136/2024/DIREP/SIPRI/CGU

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
NÉLIO DO AMPARO MACABU
Corregedor do Ministério do Turismo
E-mail: nelio.macabu@turismo.gov.br
Telefone (61) 2023-7653

Assunto: [ERRATA] Conclusão de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) comunicada por meio do Ofício 5796/2024/DIREP/SIPRI/CGU

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.107894/2020-20.

Senhor Corregedor,

1. Cumprimentando-o, informo que o Ofício 5796/2024/DIREP/SIPRI/CGU anteriormente enviado contém erro material em relação às penalidades aplicadas à AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA (CNPJ nº 61.704.482/0001-55) no âmbito do PAR nº 00190.107894/2020-20.
2. Por meio do referido Ofício 5796, foi comunicada a conclusão do PAR nº 00190.107894/2020-20, destinado à apuração das possíveis irregularidades praticadas pela AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA (CNPJ nº 61.704.482/0001-55) em contrato público firmado com o Ministério do Turismo.
3. Em relação às penalidades aplicadas ao ente privado no âmbito do PAR, onde se lê:
O PAR resultou na aplicação da sanção de multa, com fundamento na Lei nº 12.846/2013, no valor de de R\$ 506.413,97 (quinhentos e seis mil e quatrocentos e treze reais e noventa e sete centavos), e publicação extraordinária da decisão condenatória, nos termos do art. 6º da Lei n. 12.846/2013, incisos I e II, respectivamente, e da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993. O feito foi objeto de pedido de Julgamento Antecipado, previsto na Portaria Normativa nº 19/2022.
4. Leia-se:
O PAR resultou na aplicação da sanção de multa, com fundamento na Lei nº 12.846/2013, no valor de R\$ 253.206,98 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos),

bem como a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do Ministério do Turismo, pelo prazo de 6 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias, nos termos do artigo 87, inciso III c/c o artigo 88, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/1993. O feito foi objeto de pedido de Julgamento Antecipado, previsto na Portaria Normativa nº 19/2022.

5. Informamos novamente que esta Controladoria-Geral da União disponibiliza, em transparência ativa, as principais peças dos PARs concluídos (Relatório Final, Parecer Jurídico, Julgamento e outras de interesse, conforme caso concreto), no seu Repositório de Conhecimento (<https://repositorio.cgu.gov.br/>), bastando, quanto ao processo em epígrafe, acessar o seguinte link: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/92798>.

6. Permaneço à disposição para eventual complementação das informações e/ou documentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BARBOSA BRANDT, Diretor de Responsabilização de Entes Privados**, em 25/04/2024, às 18:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 3194312 e o código CRC 07292F3C

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00190.107894/2020-20

SEI nº 3194312



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 3344/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI

PROCESSO Nº 00190.109600/2023-47

INTERESSADA: AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA (CNPJ sob o nº 61.704.482/0001-55.)

1. RELATÓRIO

1.1. Trata o presente processo de petição apresentada pela pessoa jurídica AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.704.482/0001-55.

1.2. O ente privado acima é processado em âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.107894/2020-20, com instauração publicada no D.O.U. de 02/10/2020, o qual se encontra suspenso desde 13/03/2022, em decorrência de decisão judicial (SEI 972753652) proferida no Processo nº 1003114-12.2021.4.01.3400.

1.3. **O objeto da petição supra é a solicitação de julgamento antecipado do PAR, nos termos da Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, alterada pela Portaria Normativa nº 54 de 14 de fevereiro de 2023.**

1.4. Dessa maneira, trata a presente análise da verificação, em rito abreviado, da subsunção da peça SEI 2941746 e anexos (Doc. 1, 2, 3,a, 3b, 3c e 4) aos requisitos definidos pela Portaria Normativa mencionada. A interessada apresentou, ainda, uma petição complementar versando sobre o programa de integridade (2967369 com 12 anexos).

1.5. É o breve relato.

2. ANÁLISE

VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS PARA O JULGAMENTO ANTECIPADO

2.1. O art. 2º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022 estabelece os requisitos para o julgamento antecipado de PAR:

Art. 2º Deverão constar do pedido de julgamento antecipado apresentado pela pessoa jurídica:

I - a admissão de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos investigados, acompanhada de provas e relato detalhados do que for de seu conhecimento;

II - o compromisso de:

a) ressarcir os valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa;

b) perder a vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

c) pagar o valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acompanhado dos elementos que permitam o seu cálculo e a dosimetria;

d) atender os pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento;

e) não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta;

f) dispensar a apresentação de peça de defesa; e

g) desistir de ações judiciais relativas ao processo administrativo;

III - a forma e os prazos de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dos compromissos do inciso II.

2.2. Passa-se, então, à verificação do atendimento de cada um dos requisitos do art. 2º da referida Portaria:

2.3. Nos termos da petição apresentada, a proponente formalizou sua proposta de admissão de responsabilidade objetiva:

“1. A PROPONENTE, resguardada pelas previsões constantes do art. 4º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022, comparece perante a CGU, por intermédio da Secretaria de Integridade Privada, de livre e espontânea vontade, para declarar expressamente a admissão de sua responsabilidade objetiva enquanto pessoa jurídica, exclusivamente para fins de julgamento antecipado, sem importar em reconhecimento de culpa ou dolo, nem prática de ato ou responsabilidade de qualquer outra natureza, no que toca ao objeto do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 00190.107894/2020-20.”

a) ressarcir os valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa;

2.4. A interessada reconheceu “*que houve o pagamento indevido no valor total de R\$122.660,00, da ora PROPONENTE à empresa produtora Iland Experience Comunicação Visual Ltda, caracterizado como dano ao erário, 'por itens duplicados e serviços não prestados', o que corresponde a 16% do valor total da produção*” (cf. *Termo de Indiciação e Relatório de Avaliação da SFC*), com a observação de que o ressarcimento do valor atualizado já foi realizado no âmbito do Processo SEI 72031.008790/2019-33 do MTur, em resposta ao Ofício nº 2341/2021/GSNDTur/SNDTur (Processo nº 72031.008790/2019-33, SEI 1294476).”

2.5. Conforme Doc. 2 anexo, (2941748, p. 22 e 23), verifica-se que o valor foi ressarcido pela proponente.

2.6. Sobre esse ponto, a proponente se comprometeu à “ressarcir o valor equivalente à vantagem financeira auferida em decorrência das atividades publicitárias que compõem o objeto do PAR, nos limites descritos no Termo de Indiciação, sendo que o valor desta vantagem indevida será equivalente ao lucro auferido pela PROPONENTE com essas atividades, equivalente a 23,54% sobre o valor de Comissão auferido com as ações publicitárias (R\$ 479.253,74), resultando em R\$ 112.816,33 (cento e doze mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e três centavos).”

2.7. Em anexo, apresentou documentação comprobatória do lucro auferido nas ações publicitárias (SEI 2941752). O percentual de 23,54% foi estipulado com base no resultado líquido obtido, considerando-se o total de receitas operacionais, conforme declaração prestada por contador (p. 9 do Doc. 4 - 2941752).

2.8. Nessa linha, aplicando-se o percentual de 23,54% sobre o valor de R\$479.253,74 recebidos a título de comissão nas cinco ações publicitárias que formam o objeto do PAR nº 00190.107894/2020-20, chega-se ao valor de R\$ 112.816,33, apresentado pela proponente, que representariam a vantagem obtida.

2.9. Atualizando-se o valor de cada comissão recebida pelo IPCA (<https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao>), com base nas datas das ordens bancárias referente a cada ação publicitária em que houve pagamento de comissão, chega-se ao valor de R\$ 605.370,96:

I) Processos analisados:

PROCESSO	DESCRIÇÃO				
72031.000989/2018-32	Procedimento de seleção interna da campanha Turismo Interno – fase 1				
72031.012057/2018-32	Prorrogação contratual – inclui atos que da dispensa do procedimento de seleção interna da campanha Turismo Interno – fase 2				

PROCESSO	AÇÃO PUBLICITÁRIA	TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	COMISSÃO
72031.016388/2018-41	Campanha Turismo Interno	Veiculação	Televisão	R\$ 1.032.007,80	R\$ 162.948,60
72031.016987/2018-65	Campanha Parques Nacionais	Produção	Spot	R\$ 256.249,33	R\$ 6.406,25
72031.016420/2018-99		Produção	Video	R\$ 248.522,85	Não houve cobrança
72031.016416/2018-21		Produção	Hotsite e App	R\$ 86.100,00	R\$ 2.100,00
72031.016997/2018-09	Video Rio de Janeiro Capital Arquitetura	Produção	Video	R\$ 248.988,00	Não houve cobrança
72031.015596/2018-23	Video Mato Grosso	Produção	Video	R\$ 760.000,00	Não houve cobrança
72031.015214/2018-61	Fórum Exame de Turismo	Veiculação	Revista e Internet	R\$ 1.493.473,00	R\$ 307.798,89
TOTAL				R\$ 4.125.340,98	R\$ 479.253,74

Atualização dos valores das comissões:

Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	08/2019
Data final	09/2023
Valor nominal	R\$ 162.948,60 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,28278470
Valor percentual correspondente	28,278470 %
Valor corrigido na data final	R\$ 209.027,97 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#)

[Imprimir](#)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	10/2019
Data final	09/2023
Valor nominal	R\$ 6.406,25 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,28060680
Valor percentual correspondente	28,060680 %
Valor corrigido na data final	R\$ 8.203,89 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#)

[Imprimir](#)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Gostou desse serviço? Dê sua opinião.

Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	04/2020
Data final	09/2023
Valor nominal	R\$ 2.100,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,25247010
Valor percentual correspondente	25,247010 %
Valor corrigido na data final	R\$ 2.630,19 (REAL)
<input type="button" value="Fazer nova pesquisa"/> <input type="button" value="Imprimir"/>	

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

Resultado da Correção pelo IPCA-E (IBGE)

Dados básicos da correção pelo IPCA-E (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	04/2020
Data final	09/2023
Valor nominal	R\$ 307.798,89 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,25247010
Valor percentual correspondente	25,247010 %
Valor corrigido na data final	R\$ 385.508,91 (REAL)
<input type="button" value="Fazer nova pesquisa"/> <input type="button" value="Imprimir"/>	

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

2.10. O percentual de 23,54% aplicado sobre o valor atualizado resulta em **R\$ 142.504,32**. Dessa forma, este deve ser o valor ressarcido a título de vantagem aferida.

c) pagar o valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acompanhado dos elementos que permitam o seu cálculo e a dosimetria;

2.11. A proponente se comprometeu a pagar o valor da multa disposta no art. 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, acompanhado dos elementos que permitam o seu cálculo e dosimetria.

2.12. Assim, requereu a apresentação pela Controladoria-Geral da União, das seguintes informações:

"1. cálculo de multa para fins desta proposta de julgamento antecipado, com base na dosimetria aplicável e no programa de integridade apresentado;

2. declaração de que o dano ao erário relacionado com os fatos apurados no Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a ser reconhecido caso haja o prosseguimento do julgamento antecipado, já foi integralmente ressarcido à Administração (cf. Processo SEI MTur nº 72031.008790/2019-33);

3. confirmação do valor a ser ressarcido a título de vantagem indevida;

4. indicação de inaplicabilidade de sanção de inidoneidade, impeditiva ou suspensiva à PROPONENTE no que toca a licitar e contratar com o Poder Público; ou, subsidiariamente, do prazo, da extensão e dos limites de sanção de suspensão temporária de participação em licitação e de celebrar contrato administrativo com o Ministério do Turismo, eventualmente proposta por esta CGU."

2.13. Em complemento, requereu o seguinte:

"7. A PROPONENTE, considerando a previsão constante da Portaria Normativa CGU nº 19/2022, requer a aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013 com a concessão

V - três por cento no caso de reincidência, assim definida a ocorrência de nova infração, idêntica ou não à anterior, tipificada como ato lesivo pelo art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, em menos de cinco anos, contados da publicação do julgamento da infração anterior; e	0%	Não consta no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ou no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponíveis no sítio eletrônico do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, informações sobre sanções aplicadas à empresa processada.
<p>VI - no caso de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres mantidos ou pretendidos com o órgão ou com as entidades lesadas, nos anos da prática do ato lesivo [...];</p> <p>a) um por cento, no caso de o somatório dos instrumentos totalizar valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);</p> <p>b) dois por cento, no caso de o somatório dos instrumentos totalizar valor superior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);</p> <p>c) três por cento, no caso de o somatório dos instrumentos totalizar valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);</p> <p>d) quatro por cento, no caso de o somatório dos instrumentos totalizar valor superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); ou</p> <p>e) cinco por cento, no caso de o somatório dos instrumentos totalizar valor superior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).</p>	3%	As irregularidades objeto do presente processo datam de dezembro de 2018. Conforme informações encaminhadas pelo Ministério do Turismo por meio do Ofício 1041/2020/GSNDTur/SNDTur, de 6/11/20 (SEI 2188724 e 2188729), no ano da prática do ato lesivo (2018/2019) foram pagos a ANP o valor de R\$ 22.686.197,05.
Art. 23 (Atenuantes)	5,75%	
I - até meio por cento no caso de não consumação da infração;	0%	Houve a consumação dos atos ilícitos pela Agência Nacional de Propaganda.
<p>II - até um por cento no caso de:</p> <p>a) comprovação da devolução espontânea pela pessoa jurídica da vantagem auferida e do ressarcimento dos danos resultantes do ato lesivo; ou</p> <p>b) inexistência ou falta de comprovação de vantagem auferida e de danos resultantes do ato lesivo;</p>	1%	Atenuante máxima de 1% concedida em razão do pedido de julgamento antecipado. Oportuno registrar que em razão da devolução efetuada antes do PAR, conforme parágrafos 2.4 e 2.5, a proponente faria jus a 0,5%.
III - até um e meio por cento para o grau de colaboração da pessoa jurídica com a investigação ou a apuração do ato lesivo, independentemente do acordo de leniência;	1%	Atenuante concedida em razão do pedido de julgamento antecipado.
IV - até dois por cento no caso de admissão voluntária pela pessoa jurídica da responsabilidade objetiva pelo ato lesivo; e	1%	Atenuante concedida em razão do pedido de julgamento antecipado.
V - até cinco por cento no caso de comprovação de a pessoa jurídica possuir e aplicar um programa de integridade, conforme os parâmetros estabelecidos no Capítulo V.	2,75%	Percentual concedido após análise do Programa de Integridade, conforme Planilha de Avaliação de PI (2987006)
Alíquota aplicada	3,25%	

Base de cálculo	R\$ 7.790.984,21	Valor equivalente à receita bruta auferida pela empresa no ano de 2019, no valor de R\$ 9.568.644,54, excluídos os tributos sobre ela incidentes, no valor de R\$ 1.777.660,33, conforme Nota nº 347/2020 – RFB/Copes/Diaes, de 28 de outubro de 2020; (SEI 2188671)
Vantagem auferida	R\$ 142.504,32	Valor equivalente a 23,54% sobre o valor da Comissão auferido com ações publicitárias, que foi de R\$ 601.996,51
Multa preliminar: 7.790.984,21 x 3,25%	R\$ 253.206,98	
Limite mínimo	R\$ 142.504,32	O maior valor entre o da vantagem auferida (R\$ 142.504,32) e um décimo por cento da base de cálculo (R\$ 7.790,98)
Limite máximo	R\$ 427.512,96	O menor valor entre 3x a vantagem auferida (R\$ 427.512,96) e vinte por cento do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do PAR, excluídos os tributos incidentes sobre vendas (R\$ 7.790.984,21 x 20% = <u>R\$ 1.558.196,842</u>)
Valor final da multa	R\$ 253.206,98	Multa preliminar, que está dentro dos limites mínimo e máximo.

2.19. Conforme cálculo acima, o valor final da multa para fins da proposta de julgamento antecipado resultou no valor da multa preliminar, no montante de **R\$ 253.206,98**.

d) atender os pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento; e) não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta; f) dispensar a apresentação de peça de defesa; e g) desistir de ações judiciais relativas ao processo administrativo;

2.20. Conforme consta no item 3 da petição apresentada (SEI 2941746) entende-se que também foram atendidos os requisitos das mencionadas alíneas “d”, “e”, “f” e “g”:

f) não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta;

g) desistir de eventuais ações judiciais de que seja autora, relativas ao processo administrativo;

h) atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento.

III - a forma e os prazos de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dos compromissos do inciso II.

2.21. Não constam maiores informações sobre a forma e prazo de pagamento, o que deverá ser suprido mediante confirmação da proponente, conforme será tratado a seguir, no tópico acerca da análise da proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela pessoa jurídica.

2.22. Diante do exposto, verifica-se o preenchimento dos requisitos previstos no art. 2º, da Portaria CGU nº 19/2022, razão pela qual concordamos com o pedido acima, considerando-se em especial as premissas que fundamentam a referida Portaria.

2.23. Passa-se, então, à análise da manifestação requerida pelo art. 5º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

MANIFESTAÇÃO

2.24. Estabelece o citado artigo 5º:

Art. 5º No caso de concordância com o pedido, o relatório final a que se refere o inciso II do art. 3º conterá:

I - a descrição sucinta das imputações realizadas em face da pessoa jurídica processada e das provas que lhe dão sustentação;

II - a análise da proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela pessoa jurídica;

III - a conclusão fundamentada a respeito do atendimento das condições para o deferimento do pedido de julgamento antecipado nos termos previstos por esta Portaria Normativa;

IV - a sugestão de aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013, sem aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória; e

V - a sugestão de atenuação das sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público, quando cabíveis.

2.25. Em atendimento ao referido normativo, segue análise relativa a cada um dos incisos:

I - a descrição sucinta das imputações realizadas em face da pessoa jurídica processada e das provas que lhe dão sustentação

2.26. A CPAR indiciou (1704218) a Agência Nacional de Propaganda de fraudar, mediante ajuste e combinação, o caráter competitivo e a realização de ato de procedimento licitatório público; afastar licitante, por meio de fraude; e fraudar contrato decorrente de licitação pública caracterizaram fraude à Concorrência nº 01/2017 do MTur e ao Contrato nº 34/2017 decorrente.

2.27. Em que pese anulado, por questões prejudiciais formais, vale registrar que o Relatório Final recomendou a aplicação à pessoa jurídica Agência Nacional de Propaganda Ltda das penas de multa e de publicação extraordinária da decisão condenatória, nos termos do art. 6º da Lei n. 12.846/2013, incisos I e II, respectivamente, e da pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993 por fraudar contrato decorrente de licitação pública (Contrato nº 34/2017 do Ministério do Turismo), incidindo nos atos lesivos tipificados no art. 5º, IV, “d” da Lei nº 12.846/2013 e no art. 88, II e III da Lei nº 8.666/1993.

II - a análise da proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas pela pessoa jurídica

2.28. No caso dos autos, as obrigações financeiras consubstanciam-se no pagamento da multa e na perda da vantagem auferida.

2.29. A proponente não apresentou proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas, requerendo, previamente, a apresentação o cálculo da multa pela CGU e a confirmação do valor a ser ressarcido a título de vantagem indevida.

2.30. Tais valores foram identificados, totalizando **R\$ 395.711,30 (R\$ 253.206,98 a título de multa e R\$ 142.504,32 referente à vantagem auferida)** e o pagamento deve ser efetuado à vista, no prazo de 30 dias. Assim, um esclarecimento adicional dirigido à pessoa jurídica poderá suprir tal formalidade quanto às condições de pagamento.

III - a conclusão fundamentada a respeito do atendimento das condições para o deferimento do pedido de julgamento antecipado nos termos previstos por esta Portaria Normativa

2.31. Tem-se pelo quanto foi acima exposto, que as condições para o deferimento do pedido de julgamento antecipado, nos termos previstos pela norma em referência, encontram-se atendidos.

IV - a sugestão de aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013, sem aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória

2.32. Ante os objetivos do instituto do julgamento antecipado, entende-se pela razoabilidade e proporcionalidade da aplicação isolada da sanção de multa, sem aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória.

V - a sugestão de atenuação das sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público, quando cabíveis

2.33. O Relatório Final da Comissão no PAR nº 00190.107894/2020-20 previu a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no

inciso IV do art. 87 c/c os incisos II e III do art. 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2.34. A política de responsabilização estabelecida pela Portaria Normativa CGU nº 19/2022 concede o benefício de atenuação das sanções impeditivas de contratar. No caso concreto, a penalidade aventada seria a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93. Tal sanção tem como prazo o mínimo de 2 anos de duração, período após o qual o interessado pode pleitear sua reabilitação.

2.35. Como regra de proporcionalidade, a atenuação da sanção de inidoneidade leva à aplicação da sanção diretamente inferior prevista pelo diploma de regência da licitação e contratos afetados. No caso, tal sanção é a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, disposta pelo art. 87, III, da Lei nº 8.666/93. Diferente da declaração de inidoneidade, a suspensão comporta juízo de proporcionalidade quanto a sua duração.

2.36. A esse respeito, para fins de dosimetria, a CGU tem utilizado como referência a alíquota estabelecida para o cálculo da multa da LAC como parâmetro de atenuação do prazo de suspensão a ser imposto.

2.37. Ocorre que, no cenário do julgamento antecipado, não seria razoável utilizar como referência o valor da alíquota após os benefícios concedidos pelo instituto. Se assim fosse feito, a pessoa jurídica estaria sendo beneficiada duplamente. A primeira pela redução do tipo de sanção, a segunda pela redução no prazo de duração da sanção já atenuada. Assim, deve ser utilizada a alíquota de cálculo da multa cabível antes dos benefícios concedidos pelo julgamento antecipado. Sem o benefício, retira-se 2,5% das atenuantes, chegando-se a alíquota final de 5,75%.

2.38. Dessa forma, considerando que a alíquota máxima da multa definida pela LAC é de 20%, esse montante corresponde ao prazo máximo da pena de suspensão, de 2 anos (24 meses). A partir desse parâmetro, aplica-se a proporcionalidade de acordo com a alíquota aplicável ao caso concreto, que, no caso, com as ressalvas do parágrafo anterior, é de **5,75%**. Cabível, portanto, a redução proporcional da pena de inidoneidade para a pena de suspensão, com prazo de 6 meses e 27 dias de cumprimento da sanção.

2.39. Nesse contexto, vale destacar que a CGU adota o entendimento constante do PARECER n. 00007/2020/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, por meio do qual ficou assentado no âmbito da Procuradoria Geral Federal da AGU, o entendimento de que a "pena de suspensão de contratar com a administração prevista no inciso III do art. 87, da Lei 8666, de 1993, deve ser aplicada estritamente, limitando os seus efeitos ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção." No caso específico de sanções aplicadas pela CGU, no exercício de sua competência concorrente, a restrição ao direito de licitar recai sobre o órgão ou entidade lesado pela prática ilícita.

2.40. Diante do exposto, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração terá seus efeitos no âmbito do Ministério do Turismo.

3. CONCLUSÃO

3.1. Por todo o acima exposto, conclui-se pelo atendimento dos requisitos da Portaria Normativa CGU nº 19/2022, em consonância ao previsto no art. 3º, inciso II, da referida norma.

3.2. Assim, propõe-se à consideração do Diretor da DIREP que, estando de acordo com a presente peça:

a) Seja dada ciência da presente peça à pessoa jurídica AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 61.704.482/0001-55.

b) Seja solicitado à referida pessoa jurídica que, no prazo de 10 dias e à vista do subitem precedente, confirme ou desista da sua proposta de julgamento antecipado. Em caso de confirmação, que seja acrescida a confirmação da condição de pagamento do valor das obrigações financeiras assumidas, à vista, no prazo de 30 dias.

3.3. À consideração superior.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE, OUVIDORIA E INTEGRIDADE PRIVADA

PARECER n. 00056/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU

NUP: 00190.107894/2020-20

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DO TURISMO

ASSUNTOS: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESA (PAR)

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (PAR). PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO APRESENTADO PELA PESSOA JURÍDICA AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA., CNPJ Nº 61.704.482/0001-55. PRESENTES OS REQUISITOS DA PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 19/2022. SUGESTÃO: DEFERIMENTO DO PEDIDO E APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DE MULTA E DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO TURISMO.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de Pedido de Julgamento Antecipado (PJA) apresentado pela pessoa jurídica AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA., CNPJ nº 61.704.482/0001-55, no âmbito deste Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), instaurado pela Portaria CRG nº 2.350, de 2/10/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 191, de 5/10/2020 (SEI 1667091).

2. Em resumo, o presente PAR decorreu de solicitação do Ministro do Turismo (MTur) à Controladoria-Geral da União, tendo em vista a identificação, pela Corregedoria do MTur, de irregularidades cometidas na execução dos serviços de publicidade realizados pelo órgão nos meses de novembro e dezembro de 2018, decorrentes da execução do Contrato n. 34/2017 firmado com a empresa indiciada Agência Nacional de Propaganda Ltda., no valor de R\$ 50 milhões.

3. Em 3/11/2020, a Comissão Processante elaborou o Termo de Indiciação e concedeu o prazo de 30 dias para apresentação da defesa escrita pela empresa indiciada (SEI 1704218).

4. Em síntese, a pessoa jurídica foi indiciada pela prática dos atos lesivos indicados no art. 5º, inciso IV, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, da Lei nº 12.846/2013 e no art. 88, incisos II e III, da Lei nº 8.666/1993, em razão das seguintes condutas: a) produções de minutos de documentos pelos colaboradores da indiciada e assinados por servidores do MTur que subsidiaram o processo de escolha das campanhas publicitárias; b) direcionamento das demandas publicitárias para a acusada, com reaproveitamento de projetos já realizados; c) participação em fase da competência exclusiva do Ministério do Turismo; e d) desvio de recursos orçamentários para patrocinar evento privado (Fórum Exame de Turismo e 1º Prêmio Nacional do Turismo).

5. Em 16/12/2020, a pessoa jurídica indiciada apresentou defesa escrita (SEI 1764278).

6. Na sequência processual, a Comissão de PAR elaborou o Relatório Final em 23/02/2022 (SEI 2284863), mantendo sua convicção preliminar quanto aos fatos, mas alterando o enquadramento legal constante no Termo de Indiciação, com a exclusão dos atos lesivos previstos no art. 5º, inciso IV, alíneas “a”, “b” e “c”.

7. Em 3/03/2022, houve a intimação da defesa para se manifestar sobre o Relatório Final (SEI 2292290), nos termos do art. 22 da Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019.

8. Em 17/03/2022, a defesa da Agência Nacional de Propaganda peticionou nos autos para informar a suspensão do PAR determinada por decisão interlocutória nos autos da Ação nº 1003114-12.2021.4.01.3400 (SEI 2309938 e 2309939).

9. Em 17/07/2023, durante o período de suspensão deste PAR em decorrência da decisão judicial supramencionada, a defesa da pessoa jurídica Agência Nacional de Propaganda apresentou Pedido de Julgamento Antecipado (SEI 3109047), o qual foi analisado no âmbito do Processo nº 00190.109600/2023-47, anexado a este PAR no SEI 3109047.

10. No prosseguimento do curso processual, em 1º/11/2023, a Secretaria de Integridade Privada elaborou a Nota Técnica nº 3344/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI (SEI 3109052, fls. 3-12), por intermédio da qual recomendou o deferimento do pedido de julgamento antecipado.

11. No dia 16/11/2023, após intimação para manifestação quanto à Nota Técnica nº 3344/2023, a defesa da indiciada confirmou interesse na manutenção do pedido, mas impugnou a estimativa da multa, requerendo, em síntese, a incidência do percentual de 2%, previsto na alínea “b” do inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.129/2022, em vez do percentual sugerido de 3%.

12. Em vista disso, a Secretaria de Integridade Privada elaborou a Nota de Instrução nº 225, de 31 de janeiro de 2024 (SEI 3109052, fls. 16-18), por meio da qual propôs o indeferimento do pedido da defesa com a manutenção da proposta de julgamento antecipado, nos termos da Nota Técnica nº 3344.

13. Em seguida, no dia 12/02/2024, a defesa da pessoa jurídica Agência Nacional de Propaganda peticionou nos autos,

manifestando concordância com a proposta de julgamento antecipado sugerido pela Secretaria de Integridade Privada na Nota Técnica nº 3344 (SEI 3107134).

14. Por fim, os autos foram remetidos a esta Coordenação-Geral para análise do pedido (SEI 3109062), a fim de subsidiar a decisão da autoridade julgadora.

15. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DE ACORDO COM A PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 19, DE 22 DE JULHO DE 2022.

16. As manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, deverão aferir requisitos mínimos de juridicidade nos processos conduzidos pelos órgãos assessorados.

17. Na hipótese, a manifestação jurídica tem fundamento no art. 6º, §1º, da Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, que assim prescreve:

Art. 6º Preenchidos os requisitos de que trata esta Portaria Normativa, o Ministro da CGU realizará o julgamento antecipado do mérito.

§ 1º O julgamento de que trata o caput será precedido de manifestação jurídica elaborada pela Consultoria Jurídica da Controladoria-Geral da União.

18. Considerando o dispositivo legal supratranscrito, a presente manifestação jurídica encontra-se devidamente amparada.

2.2 DO JULGAMENTO ANTECIPADO. PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 19, DE 22 DE JULHO DE 2022. CONTEXTUALIZAÇÃO.

19. A Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.

20. No julgamento antecipado, o mérito é julgado desde logo em razão da desnecessidade de instrução processual ou necessidade de esclarecimentos que demandam diligência probatória.

21. O instituto do julgamento antecipado estabelece a sumarização procedimental, fundamentado nos pilares do princípio da duração razoável do processo e da eficiência. Assim, o que se tem nos autos é a antecipação do julgamento em razão do processo se encontrar maduro para ser julgado de imediato, tendo em vista a admissão de responsabilidade objetiva da pessoa jurídica investigada e a desnecessidade de nenhum ato preparatório ao julgamento.

22. Após a análise do pedido, há o julgamento, a decisão e a imposição de sanções, com as atenuantes previstas na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23. Feita a breve contextualização teórica acima, passa-se à análise dos requisitos formais e materiais do Pedido de Julgamento Antecipado apresentado pela pessoa jurídica indiciada Agência Nacional de Propaganda Ltda.

2.3 DA OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA NO PROCEDIMENTO ADOTADO PELA COMISSÃO

24. Verificou-se, nos autos, a obediência ao contraditório e à ampla defesa.

25. Foi disponibilizado acesso externo do Processo SEI nº 00190.109600/2023-47 à defesa da pessoa jurídica, sendo assegurado acesso direto aos autos e a todas as comunicações entre a Comissão e a defesa, realizadas, também, por meio de correio eletrônico institucional ou com endereços eletrônicos expressamente indicados pela defesa regularmente constituída (SEI 3109047, documento [10]).

26. O procedimento de julgamento antecipado foi conduzido de maneira adequada, seguindo-se o rito da Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, e de todos os requisitos formais elencados na Lei nº 12.846/2013.

27. A pessoa jurídica proponente declarou expressamente que está ciente e devidamente orientada a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais, nos termos da Portaria Normativa CGU nº 19/2022 (SEI 3109047, documento [2], fl. 5, item 13).

28. Observa-se, adicionalmente, que a antecipação do julgamento, por se encontrar substancialmente instruído, não implica em cerceamento de defesa, como se verifica na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

[...] não ocorre cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide quando as instâncias ordinárias consideram suficiente a instrução do processo. Demais disso, é insuscetível de revisão, nesta via recursal, o entendimento do Tribunal de origem, que, com base nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não ocorreu cerceamento de defesa com o julgamento antecipado da lide e concluiu como suficientes as provas

29. Assim, não se vislumbrou nenhuma irregularidade formal no processo administrativo em análise, o qual foi conduzido de forma obediente aos princípios constitucionais e legais aplicáveis aos processos administrativos, como já relatado inicialmente.

30. Tendo isso em vista, observa-se a obediência às garantias do contraditório e da ampla defesa, uma vez que foram assegurados, durante o curso do procedimento de julgamento antecipado, os atos necessários para a estrita observância ao art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

2.4 DO PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO APRESENTADO PELA PESSOA JURÍDICA AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA.

2.4.1 Da competência exclusiva da CGU. Regularidade.

31. De acordo com o artigo 1º da Portaria Normativa nº 19/2022, o julgamento antecipado pode ser feito apenas no âmbito de PARs instaurados ou avocados pela Controladoria-Geral da União (CGU). Confira-se o teor do dispositivo:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado do mérito nos processos administrativos de responsabilização - PARs instaurados ou avocados pela Controladoria-Geral da União - CGU, nos quais a pessoa jurídica admita a sua responsabilidade objetiva pela prática de atos lesivos investigados

32. Assim, verifica-se que a CGU detém competência exclusiva para realizar julgamento antecipado do mérito, não sendo ele aplicável, *a contrario sensu*, aos processos instaurados em outros órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal, salvo nas hipóteses em que é possível sua avocação pela CGU, na qualidade de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

33. No presente caso, o Processo Administrativo de Responsabilização foi devidamente instaurado pela Controladoria-Geral da União por meio da Portaria CRG nº 2.350, de 2/10/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 191, de 5/10/2020 (SEI 1667091).

34. Portanto, não há nenhum impedimento ao deferimento do pedido de julgamento antecipado sob o aspecto da competência exclusiva da CGU.

2.4.2 Dos requisitos do art. 7º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022. Inexistência de óbices em relação ao estado do processo e à prescrição.

35. A Portaria Normativa CGU nº 19/2022 estabelece, em seu art. 7º, os seguintes requisitos para que os benefícios do julgamento antecipado possam ser concedidos: a) os PARs devem estar instaurados e não julgados; e b) a prescrição das infrações no processo não esteja prevista para ocorrer dentro de 60 dias.

36. Passemos à análise dos dois requisitos.

37. Conforme descrito no Relatório desta manifestação jurídica, a defesa da indiciada Agência Nacional de Propaganda apresentou Pedido de Julgamento Antecipado (SEI 3109047) durante o período de suspensão deste PAR, determinada por decisão interlocutória nos autos da Ação nº 1003114-12.2021.4.01.3400 no curso do prazo para apresentação de Alegações Finais ao Relatório Final. Sendo assim, o presente processo administrativo atende ao primeiro requisito.

38. No que se refere à prescrição, o requisito também encontra-se devidamente cumprido. [\[1\]](#) Vejamos.

39. No que se refere às sanções da Lei Anticorrupção, o art. 25 da Lei nº 12.846/2013 define que as infrações previstas nessa lei prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

40. No caso concreto, concordamos com a análise constante na Nota Técnica nº 344/2020/COAC/DICOR/CRG (SEI 1683556). A prescrição tem como termo *a quo* o dia 21/03/2019, data em que os indícios de irregularidades foram levados ao conhecimento da Corregedoria do MTur por meio do Ofício nº 76/2019/GSNDTur/SNDTur.

41. Considerando o dia 21/03/2019 como termo inicial e a suspensão do transcurso dos prazos prescricionais para aplicação de sanções administrativas por 120 dias determinada pela Medida Provisória nº 928/2020, a pretensão estatal estaria prescrita apenas em setembro de 2024.

42. Com a publicação da instauração do presente PAR em 5/10/2020 (SEI 1667091), ou seja, antes do prazo de prescrição considerado, ocorreu o fenômeno interruptivo, estabelecendo novo marco prescricional em 5/10/2025.

43. Para a aplicação das sanções da Lei nº 8.666/1993, o prazo prescricional é fixado de acordo com o art. 1º da Lei nº 9.783/1999, encerrando-se após o decurso de 5 anos " (...) da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado".

44. Nesse caso, relembre-se que as irregularidades consubstanciam-se em diversas condutas, ocorridas no bojo de diversos processos (cada um referente a uma ação publicitária), mas relacionadas entre si, uma vez que relativas a campanhas publicitárias em favorecimento da mesma empresa.

45. Os referidos processos foram autuados em 2018, sendo as ações publicitárias realizadas em novembro e dezembro de 2018. Portanto, considerando que as condutas lesivas foram praticadas entre esses meses, a prescrição da pretensão punitiva para aplicação das penalidades previstas na Lei de Licitações ocorreria somente em 2024, considerando a suspensão dos prazos prescricionais por 120 dias determinada pela MP nº 928/2020.

46. No entanto, com a interrupção do prazo prescricional decorrente da instauração deste PAR, a pretensão punitiva somente estaria prescrita em 2025.

47. Portanto, resta hígida a pretensão punitiva estatal, de modo que inexistem óbices à concessão dos benefícios do julgamento antecipado sob a perspectiva do art. 7º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

2.4.3 Dos requisitos do art. 2º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022. Sugestão de concordância com o Pedido de Julgamento Antecipado.

48. O art. 2º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022 define os requisitos para a viabilidade do julgamento antecipado do PAR, nos seguintes termos:

Art. 2º Deverão constar do pedido de julgamento antecipado apresentado pela pessoa jurídica:

I - a admissão de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos investigados, acompanhada de provas e relato detalhados do que for de seu conhecimento;

II - o compromisso de:

- a) ressarcir os valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa;
- b) perder a vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
- c) pagar o valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, acompanhado dos elementos que permitam o seu cálculo e a dosimetria;
- d) atender os pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento;
- e) não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta;
- f) dispensar a apresentação de peça de defesa; e
- g) desistir de ações judiciais relativas ao processo administrativo;

III - a forma e os prazos de pagamento das obrigações financeiras decorrentes dos compromissos do inciso II.

49. No presente caso, a interessada cumpriu todos os requisitos aplicáveis, quais sejam:

- o Art. 2º, inciso I (SEI 3109047, fl. 1, item 1);
- o Art. 2º, inciso II, alínea "a" (SEI 3109047, Doc. 2 anexo [04], fls. 22-23);
- o Art. 2º, inciso II, alínea "b" (SEI 3109047, fl. 2, item 3, letra "c");
- o Art. 2º, inciso II, alínea "c" (SEI 3109047, fl. 2, item 3, letra "d");
- o Art. 2º, inciso II, alínea "d" (SEI 3109047, fl. 3, item 3, letra "h");
- o Art. 2º, inciso II, alínea "e" (SEI 3109047, fl. 2, item 3, letra "f");
- o Art. 2º, inciso II, alínea "g" (SEI 3109047, fl. 2, item 3, letra "g").

50. No que se refere à alínea "f", trata-se de requisito que não se aplica ao presente caso, tendo em vista que o pedido de julgamento antecipado foi deduzido após o termo final do prazo para apresentação de defesa.

51. Em relação à forma e aos prazos de pagamento das obrigações financeiras (art. 2º, inciso III), a empresa interessada concordou com o pagamento do valor da multa calculada conforme a Nota Técnica nº 3344/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI, no montante de R\$ 253.206,98, no prazo de 30 dias, contados da publicação da decisão de julgamento antecipado pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (SEI 3107134).

52. Em vista disso, na análise constante na Nota Técnica nº 3344/2023, com fundamento nas provas, na defesa, no pedido de julgamento antecipado e na admissão da responsabilidade objetiva dos atos ilícitos pela pessoa jurídica, a Secretaria de Integridade Privada (SIPRI) sugeriu que os benefícios da Portaria nº 19/2022 fossem aplicados da seguinte forma:

2.28. No caso dos autos, as obrigações financeiras consubstanciam-se no pagamento da multa e na perda da vantagem auferida.

2.29. A proponente não apresentou proposta de pagamento das obrigações financeiras assumidas, requerendo, previamente, a apresentação o cálculo da multa pela CGU e a confirmação do valor a ser ressarcido a título de vantagem indevida.

2.30. Tais valores foram identificados, totalizando R\$ 395.711,30 (**R\$ 253.206,98 a título de multa e R\$ 142.504,32 referente à vantagem auferida**) e o pagamento deve ser efetuado à vista, no prazo de 30 dias. Assim, um esclarecimento adicional dirigido à pessoa jurídica poderá suprir tal formalidade quanto às condições de pagamento.

[...]

2.32. Ante os objetivos do instituto do julgamento antecipado, entende-se pela razoabilidade e proporcionalidade da aplicação isolada da sanção de multa, sem aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória.

[...]

2.38. Dessa forma, considerando que a alíquota máxima da multa definida pela LAC é de 20%, esse montante corresponde ao prazo máximo da pena de suspensão, de 2 anos (24 meses). A partir desse parâmetro, aplica-se a proporcionalidade de acordo com a alíquota aplicável ao caso concreto, que, no caso, com as ressalvas do parágrafo anterior, é de 5,75%. **Cabível, portanto, a redução proporcional da pena de inidoneidade para a pena de suspensão, com prazo de 6 meses e 27 dias de cumprimento da sanção.**

[...]

2.40. Diante do exposto, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração terá seus efeitos no âmbito do Ministério do Turismo.

53. Sendo assim, com relação à sanção de multa, entendemos que a atribuição do valor das alíquotas das atenuantes pela Secretaria de Integridade Privada estão em conformidade com o art. 7º da Lei nº 12.846/2013, o art. 23, incisos II, III e IV, do Decreto nº 11.129/2022 e o art. 5º, §1º, da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

54. No que se refere à penalidade de publicação extraordinária, igualmente sugerimos a isenção da referida sanção, visto que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento do pedido de julgamento antecipado e a solução se mostra proporcional e razoável diante das circunstâncias do caso concreto, nos termos do art. 5º, inciso IV, da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

55. Por fim, quanto à penalidade de declaração de inidoneidade sugerida pela Comissão Processante no Relatório Final, concordamos com o teor da Nota Técnica nº 3344/2023 da SIPRI no sentido de que a Portaria CGU nº 19/2022 concede o benefício de atenuação das sanções impeditivas de contratar. Por essa razão, em prol do princípio da proporcionalidade, é forçoso reconhecer a necessidade de substituição da sanção de inidoneidade pela suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, limitada ao Ministério do Turismo.

56. Ressalte-se, por oportuno, que, conforme compromisso assumido pela interessada nos termos do art. 2º, II, "b", da Portaria CGU nº 19/2022 e cálculo atualizado realizado pela SIPRI, a empresa deve pagar, além da multa, o montante de R\$ 142.504,32, referente à vantagem auferida nos ilícitos praticados.

57. Em suma, considerando presentes os requisitos da Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como o art. 6º, § 1º c/c art. 7º da Lei nº 12.846/2013, não se vislumbra óbice jurídico para que a autoridade julgadora defira o Pedido de Julgamento Antecipado apresentado pela pessoa jurídica Agência Nacional de Propaganda Ltda., CNPJ nº 61.704.482/0001-55.

3. CONCLUSÃO

58. Pelo exposto, considerando presentes os requisitos da Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, a observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como o art. 6º, § 1º c/c art. 7º da Lei nº 12.846/2013, sugere-se à autoridade julgadora:

a) o **deferimento do pedido de julgamento antecipado** apresentado pela pessoa jurídica AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA., CNPJ Nº 61.704.482/0001-55;

b) a **aplicação da penalidade de multa** prevista no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, no valor de R\$ 253.206,98 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), a ser paga integralmente no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da decisão que acolher a proposta;

c) a **imposição do dever de promover a devolução da vantagem auferida** no valor atualizado de R\$ 142.504,32 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da decisão que acolher a proposta, nos termos do artigo 2º, inciso II, alínea "b", da Portaria Normativa CGU nº 19/2022;

d) a **isenção da penalidade de publicação extraordinária da decisão condenatória** prevista no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 12.846/2013, visto que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento do pedido de julgamento antecipado e a solução se mostra proporcional e razoável diante das circunstâncias do caso concreto; e

e) a **aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do Ministério do Turismo**, pelo prazo de 6 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias, nos termos do artigo 87, inciso III, c/c o artigo 88, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

59. Por oportuno, ressalte-se que, caso o pagamento não seja realizado à vista no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da decisão de julgamento antecipado pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, a pessoa jurídica Agência Nacional de Propaganda Ltda. deverá ser inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), nos termos do art. 22 da Lei nº 12.846/2013.

60. É o parecer.

À consideração superior.

Brasília, 12 de março de 2024.

VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA

PROCURADOR FEDERAL
COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE, OUVIDORIA E INTEGRIDADE PRIVADA
CONJUR/CGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00190107894202020 e da chave de acesso 016030c0

Notas

1. [^] Neste ponto, tomamos nota para esclarecer que, em que pese o corpo e análise do pedido de julgamento antecipado não autorizar discussão de mérito, uma vez que esse aspecto é reduzido pela própria exigência de admissão da responsabilidade objetiva (art. 2º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022), a prescrição deve possuir trato distinto, haja vista tratar-se de **matéria de ordem pública**, que pode ser declarada de ofício. Sendo assim, para que se possa aplicar o julgamento antecipado, é necessário, evidentemente, que a punibilidade da infratora não esteja extinta.



Documento assinado eletronicamente por VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1426178240 e chave de acesso 016030c0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): VINICIUS DE CARVALHO MADEIRA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 12-03-2024 21:28. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO À CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
GABINETE

DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00070/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU

NUP: 00190.107894/2020-20

INTERESSADOS: MINISTERIO DO TURISMO

ASSUNTOS: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESA (PAR)

1. Concordo com os fundamentos, e, portanto, APROVO o Parecer nº. 00056/2024/CONJUR-CGU/CGU/AGU.

2. Ao Apoio Administrativo desta CONJUR, para trâmite via SEI ao Gabinete do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, acompanhado de minuta de decisão, e, após, ciência à Secretaria de Integridade Privada e publicação.

Brasília, 13 de março de 2024.

FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA
CONSULTOR JURÍDICO/CGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00190107894202020 e da chave de acesso 016030c0



Documento assinado eletronicamente por FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1437188336 e chave de acesso 016030c0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDO BARBOSA BASTOS COSTA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 13-03-2024 11:26. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

57. PERÍMETRO 28 - ÁREA II							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)	
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	607.603,330	8.537.354,222	287°16'08"	21,071 m	52.608,46	
P-02	P-03	607.616,149	8.537.389,285	20°04'57"	37,333 m		
P-03	P-04	607.679,642	8.537.531,189	24°06'20"	155,461 m		
P-04	P-05	607.893,204	8.538.022,161	23°30'29"	535,408 m		
P-05	P-06	608.488,280	8.539.369,909	23°49'23"	1.473,275 m		
P-06	P-07	608.489,146	8.539.374,389	10°56'26"	4,563 m		
P-07	P-08	608.511,855	8.539.364,374	113°47'53"	24,819 m		
P-08	P-09	607.973,194	8.538.142,870	203°47'48"	1.335,001 m		
P-09	P-01	607.623,451	8.537.347,967	203°44'55"	868,442 m		
P-01	P-02	607.603,330	8.537.354,222				
56. PERÍMETRO 29 - ÁREA I							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)	
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	608.671,298	8.539.783,528	293°46'02"	23,455 m	14.068,24	
P-02	P-03	608.899,714	8.540.291,783	24°11'59"	557,223 m		
P-03	P-04	608.925,197	8.540.359,520	20°37'00"	72,372 m		
P-04	P-05	608.935,501	8.540.368,366	49°21'14"	13,580 m		
P-05	P-06	608.958,585	8.540.374,570	74°57'24"	23,903 m		
P-06	P-07	608.797,390	8.540.011,540	203°56'33"	397,209 m		
P-07	P-01	608.692,764	8.539.774,075	203°46'41"	259,492 m		
P-01	P-02	608.671,298	8.539.783,528				
57. PERÍMETRO 29 - ÁREA II							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA		ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	609.075,174	8.540.686,971	353°04'23"	39,692 m	2.264,30	
P-02	P-03	609.109,550	8.540.764,123	24°00'57"	84,464 m		
P-03	P-04	609.136,178	8.540.774,219	69°14'09"	28,478 m		
P-04	P-01	609.079,961	8.540.647,569	203°56'07"	138,566 m		
P-01	P-02	609.075,174	8.540.686,971				
58. PERÍMETRO 30 - ÁREA I							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)	
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	609.472,516	8.541.582,397	1°53'46"	54,643 m	49.799,58	
P-02	P-03	609.569,426	8.541.800,561	23°57'04"	238,720 m		
P-03	P-04	609.617,258	8.541.887,708	28°45'39"	99,411 m		
P-04	P-05	609.615,248	8.541.910,021	354°51'09"	22,403 m		
P-05	P-06	610.355,914	8.543.575,667	23°58'24"	1.822,900 m		
P-06	P-07	610.377,831	8.543.565,884	114°03'16"	24,001 m		
P-07	P-08	610.154,554	8.543.065,688	204°03'18"	547,767 m		
P-08	P-09	609.567,649	8.541.746,275	203°58'50"	1.444,060 m		
P-09	P-01	609.470,708	8.541.527,784	203°55'34"	239,031 m		
P-01	P-02	609.472,516	8.541.582,397				
59. PERÍMETRO 31 - ÁREA I							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA	ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)	
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	611.351,475	8.545.802,968	293°38'55"	23,451 m	16.862,31	
P-02	P-03	611.664,453	8.546.495,399	24°19'22"	759,879 m		
P-03	P-04	611.694,873	8.546.513,568	59°09'05"	35,433 m		
P-04	P-05	611.679,230	8.546.478,339	203°56'35"	38,546 m		
P-05	P-06	611.658,205	8.546.432,761	204°45'49"	50,194 m		
P-06	P-07	611.610,659	8.546.325,473	203°54'04"	117,351 m		
P-07	P-01	611.372,957	8.545.793,561	204°04'44"	582,608 m		
P-01	P-02	611.351,475	8.545.802,968				
60. PERÍMETRO 32 - ÁREA II							
VÉRTICES				AZIMUTE	DISTÂNCIA		ÁREA DA POLIGONAL DE DUP(m²)
DE	PARA	COORD. E (X)	COORD. N (Y)				
P-01	P-02	612.401,690	8.548.143,146	354°10'10"	40,743 m	32.740,20	
P-02	P-03	612.490,315	8.548.382,685	20°18'13"	255,408 m		
P-03	P-04	612.618,204	8.548.687,572	22°45'23"	330,623 m		
P-04	P-05	612.778,437	8.548.983,536	28°25'51"	336,555 m		
P-05	P-06	612.809,935	8.549.004,429	56°26'36"	37,797 m		
P-06	P-01	612.405,829	8.548.102,614	204°08'14"	988,217 m		
P-01	P-02	612.401,690	8.548.143,146				
ÁREA TOTAL DECLARADA(m²)							1.286.505,47
Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 1.286.505,47m².							

Nota: O total das áreas objeto desta declaração de utilidade pública é de 1.286.505,47m².

Banco Central do Brasil

ATO Nº 1.365, DE 12 DE ABRIL DE 2024

Decreta a liquidação extrajudicial da Disbrave Administradora de Consórcios Ltda.

O Presidente do Banco Central do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso XI, alínea "a", do Regimento Interno, anexo à Resolução BCB nº 340, de 21 de setembro de 2023, com fundamento no art. 15, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", e § 2º, e no art. 16, ambos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e no art. 39 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, Considerando o quadro de comprometimento patrimonial, inclusive sujeitando a risco anormal seus credores quirografários, e as graves violações às normas legais que disciplinam a atividade da instituição, conforme consta no PE 217312, resolve:

Art. 1º Fica decretada a liquidação extrajudicial da Disbrave Administradora de Consórcios Ltda., CNPJ 01.659.838/0001-54, com sede em Brasília (DF).

Art. 2º Fica nomeado liquidante, com amplos poderes de administração e liquidação, Pedro Ataide Pinheiro, carteira de identidade 212.423 - SSP/DF e CPF ***.650.***-87.

Art. 3º Fica indicado, como termo legal da liquidação extrajudicial, o dia 12 de fevereiro de 2024.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO

Controladoria-Geral da União

GABINETE DO MINISTRO

DECISÃO Nº 95, DE 14 DE MARÇO DE 2024

Processo nº: 00190.107894/2020-20

No exercício das atribuições a mim conferidas pelo artigo 49 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, e

Considerando a colaboração e os compromissos assumidos pela pessoa jurídica AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA., CNPJ nº 61.704.482/0001-55, nos termos da Portaria Normativa CGU nº 19/2022, incluindo o dever de promover a devolução da vantagem auferida no valor atualizado de R\$ 142.504,32 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e quatro reais e trinta e dois centavos), adoto, como fundamento desta decisão, a Nota Técnica nº 3344/2023/CGIST-ACESSO RESTRITO/DIREP/SIPRI, bem como o Parecer nº 00056/2024/CONJUR-CGU/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação nº 0070/2024/CONJUR-CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a esta Controladoria-Geral da União, para DEFERIR o pedido de julgamento antecipado analisado nos autos do Processo nº 00190.109600/2023-47, fixando a penalidade de multa do artigo 6º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013 no valor de R\$ 253.206,98 (duzentos e cinquenta e três mil, duzentos e seis reais e noventa e oito centavos), em decorrência de sua responsabilidade objetiva, bem como a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do Ministério do Turismo, pelo prazo de 6 (seis) meses e 27 (vinte e sete) dias, nos termos do artigo 87, inciso III c/c o artigo 88, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/1993.

O descumprimento dos compromissos assumidos resulta na desconstituição de todos os incentivos inerentes ao julgamento antecipado e da concessão dos benefícios previstos no § 1º do art. 5º c/c art. 7º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022.

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.014, DE 11 DE ABRIL DE 2024

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, com fundamento no inciso IV do artigo 8º do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023, e no uso das atribuições previstas no art. 8º do Regimento Interno da CGU, aprovado pela Portaria Normativa CGU nº 38, de 16 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º Delegar competência aos ocupantes dos seguintes cargos para a prática dos atos de gestão orçamentária e financeira referente à Unidade Gestora Executora 370004/CGCOF/DGC/SE/CGU:

RESPONSÁVEL	ENCARGO
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Ordenador de Despesas
Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Substituto	Ordenador de Despesas - Substituto
Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira	Gestor Financeiro
Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira - Substituto	Gestor Financeiro - Substituto

Art. 2º Nos casos de afastamentos legais do Coordenador de Execução Orçamentária e Financeira Titular e Substituto, fica delegado ao Coordenador Setorial de Orçamento e Finanças o encargo de Gestor Financeiro - Substituto.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 2.460, de 26 de dezembro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVELINE MARTINS DE BRITO



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152024041500406

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





**MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 300 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023-7005 - www.turismo.gov.br

Despacho nº 2004/2025/GM

À Secretaria-Executiva

Assunto: Ofício nº 17590/2025-TCU.

Referência: Acórdão nº 1099/2025 - TCU - Plenário, Processo TC nº 038.887/2023-1.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Refiro-me ao Ofício Circular nº 179/2025/GSE (SEI nº 2519425), que trata da diligência do Tribunal de Contas da União (TCU) ao Ministério do Turismo.
2. Em resposta, restituo o processo com a manifestação da Corregedoria, nos termos do Despacho nº 60/2025/CORREG (SEI nº 2523780) e anexos (2523896, 2523898, 2523935, 2523957, 2523959 e 2523961), para conhecimento e demais providências quanto ao atendimento da diligência do TCU.

Atenciosamente,

(datado e assinado eletronicamente)

WILKEN SOUTO

Chefe de Gabinete do Ministro substituto



Documento assinado eletronicamente por **Wilken José Souto Oliveira, Chefe de Gabinete - Substituto(a)**, em 27/05/2025, às 18:04, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2524236** e o código CRC **1A0160FE**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2524236



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO

CONTRATO Nº 034/2017

PROCESSO Nº 72031.000387/2017-02

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
PUBLICIDADE QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO TURISMO,
E A EMPRESA AGÊNCIA NACIONAL DE
PROPAGANDA LTDA**

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Secretária Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Senhora **APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 656.782, expedida pela SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 571.816.591-20, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 234, de 30 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2017, e pela Portaria nº 170 de 05 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2015, e de outro lado, a empresa **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55, estabelecida na rua Dias Ferreira, 78, sala 301, Leblon, CEP: 22431-050, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **PAULO DE TARSO LOBÃO MORAIS**, portador da Cédula de Identidade nº 8.666.678-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF: sob o nº 017.027.318-04, **RESOLVEM** celebrar o presente Contrato para prestação de serviços de publicidade, em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº **72031.000387/2017-02**, referente a Concorrência nº 01/2017, mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS VINCULADOS

1.1 O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Lei nº 12.232/2010, e, de forma complementar, das Leis nº 4.680/1965, e nº 8.666/1993.

1.1.1 Aplicam-se também a este contrato as disposições do Decreto nº 6.555/2008, do

Decreto nº 57.690/1966, do Decreto nº 4.563/2002, do Decreto nº 3.722/2001, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2010 e as Instruções Normativas SECOM.

1.2 Independentemente de transcrição, fazem parte deste contrato o Edital da Concorrência nº 01/2017, seus Anexos, bem como as Propostas Técnica e de Preços da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente contrato contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, por demanda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição das peças ou campanhas junto aos veículos de divulgação.

2.1.1 Também integram o objeto deste contrato, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes:

- a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato;
- b) à produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato;
- c) à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias.

2.1.1.1 A contratação dos serviços, elencados no subitem 2.1, tem como objetivo o atendimento ao princípio da publicidade e ao direito à informação, por meio de ações que visam difundir ideias e princípios, posicionar instituições e programas, disseminar iniciativas e políticas públicas, ou informar e orientar o público em geral.

2.1.1.2 O estudo e o planejamento, previstos no subitem 2.1, objetivam subsidiar a proposição estratégica das ações publicitárias, tanto nos meios de comunicação tradicionais (*off-line*) como digitais (*on-line*), para alcance dos objetivos de comunicação e superação dos desafios apresentados e devem prever, sempre que possível, os indicadores e métricas para aferição, análise e otimização de resultados.

2.1.1.3 As pesquisas e os outros instrumentos de avaliação previstos na alínea 'b' do subitem 2.1.1 terão a finalidade de:

- a) gerar conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios para divulgação das peças ou campanhas publicitárias;
- b) aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a adequação das mensagens a serem divulgadas;
- c) possibilitar a mensuração e avaliação dos resultados das campanhas publicitárias, vedada a inclusão de matéria estranha ou sem pertinência temática

com a ação de publicidade.

2.1.2 Os serviços previstos nos subitens 2.1 e 2.1.1 não abrangem as atividades de promoção, de patrocínio, de relações públicas, de assessoria de comunicação e de imprensa e a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

2.1.2.1 Não se incluem no conceito de patrocínio mencionado no subitem precedente, os projetos de veiculação em mídia ou em plataformas que funcionem como veículo de divulgação.

2.2 A **CONTRATADA** atuará por ordem e conta da **CONTRATANTE**, em conformidade com o art. 3º da Lei nº 4.680/1965, na contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução das atividades complementares de que trata o subitem 2.1.1, e de veículos de divulgação, para a transmissão de mensagens publicitárias.

2.3 A **CONTRATADA** não poderá subcontratar outra agência de propaganda para a execução de serviços previstos nesta Cláusula.

2.4 A **CONTRATADA** atuará de acordo com solicitação da **CONTRATANTE**, indistintamente e independentemente de sua classificação no certame que deu origem a este contrato, e não terá, particularmente, exclusividade em relação a nenhum dos serviços previstos nesta Cláusula.

2.5 Para a execução dos serviços, a **CONTRATANTE** observará os procedimentos de seleção interna entre as agências contratadas, em decorrência do processo licitatório que deu origem a este instrumento, cuja metodologia foi publicada no Diário Oficial da União, de 13/11/2017, página 120, conforme disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura.

3.1.1 A **CONTRATANTE** poderá optar pela prorrogação desse prazo, mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.1.2 A prorrogação será instruída mediante avaliação de desempenho da **CONTRATADA**, a ser efetuada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR CONTRATUAL E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas a serem realizadas pela **CONTRATADA** e pela outra agência contratada, em decorrência da Concorrência nº 01/2017 que deu origem a este ajuste, estão estimadas em **R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)**, pelos primeiros 12 (doze) meses. A previsão de recursos orçamentários para a execução dos serviços durante o exercício de 2017 consta da Lei Orçamentária Anual - 2017, nas seguintes funcionais programáticas:

- a) **Programa de trabalho:** 23.695.2076.20Y3.0001
- b) **PTRES:** 93318
- c) **Natureza de Despesa:** 33.90.39
- d) **Fonte:** 0100

4.2 Se a **CONTRATANTE** optar pela prorrogação deste contrato, serão consignadas nos próximos exercícios, na Lei Orçamentária Anual, as dotações necessárias ao atendimento dos pagamentos previstos.

4.3 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu juízo, executar ou não a totalidade do valor contratual.

4.4 No interesse da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

5.1.1 Operar como organização completa e fornecer serviços de elevada qualidade.

5.1.2 Centralizar o comando da publicidade da **CONTRATANTE** no DF, onde, para esse fim, manterá escritório, sucursal ou filial. A seu juízo, a **CONTRATADA** poderá utilizar-se de sua matriz ou de seus representantes em outros Estados para serviços de criação e de produção ou outros complementares ou acessórios que venham a ser necessários, desde que garantidas as condições previamente acordadas.

5.1.2.1 A **CONTRATADA** deverá comprovar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da assinatura deste instrumento, que possui, no DF, estrutura de atendimento compatível com o volume e a característica dos serviços a serem prestados à **CONTRATANTE**, representada, no mínimo, pelos seguintes profissionais e respectivas qualificações:

- a) 01 (um) Diretor Geral: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em gestão de equipes;
- b) 01 (um) Diretor de Atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, na função;
- c) 02 (dois) profissionais de atendimento: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, em atendimento de publicidade;
- d) 01 (um) profissional de atendimento para o meio internet: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, em atendimento de publicidade digital;
- e) 01 (um) profissional de planejamento e pesquisa: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em planejamento de comunicação e marketing;

- f) 01 (um) Diretor de Criação: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, na direção de criação publicitária;
- g) 02 (duas) duplas de criação: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 02 (dois) anos, na criação/redação publicitária;
- h) 01 (uma) dupla de criação para o meio digital: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 01 (um) ano, na criação/redação publicitária;
- i) 02 (dois) profissionais de produção (impressa, eletrônica, digital e de design/computação gráfica): possuir experiência comprovada, de no mínimo 02 (dois) anos, em produção;
- j) 01 (um) Diretor de Mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada, de no mínimo 03 (três) anos, em planejamento e execução de mídia;
- k) 02 (dois) profissionais de mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada em planejamento e execução de mídia;
- l) 01 (um) profissional de mídia: possuir formação acadêmica e experiência comprovada em planejamento e execução de mídia digital.

5.1.3 Executar – com seus próprios recursos ou, quando necessário, mediante a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados e de veículos de divulgação – todos os serviços relacionados com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações estipuladas pela **CONTRATANTE**.

5.1.4 Utilizar, na elaboração dos serviços objeto deste contrato, os profissionais indicados na Proposta Técnica da concorrência que deu origem a este instrumento, para fins de comprovação da Capacidade de Atendimento, admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, mediante comunicação formal à **CONTRATANTE**.

5.1.5 Envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação e transferir à **CONTRATANTE** todas as vantagens obtidas.

5.1.5.1 Pertencem à **CONTRATANTE** todas as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio da **CONTRATADA**, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de espaço, tempo ou reaplicações que tenham sido concedidos por veículo de divulgação.

5.1.5.1.1 O disposto no subitem 5.1.5.1 não abrange os planos de incentivo concedidos por veículos de divulgação à **CONTRATADA**, nos termos do art. 18 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.5.2 O desconto de antecipação de pagamento será igualmente transferido à **CONTRATANTE**, caso esta venha a saldar compromisso antes do prazo estipulado.

5.1.5.3 A **CONTRATADA** não poderá, em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da **CONTRATANTE**, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da

escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados.

5.1.5.3.1 O desrespeito ao disposto no subitem 5.1.5.3 constituirá grave violação aos deveres contratuais por parte da **CONTRATADA** e a submeterá a processo administrativo em que, comprovado o comportamento injustificado, implicará a aplicação das sanções previstas neste contrato.

5.1.6 Negociar sempre as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes dos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, no tocante aos direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos e aos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da **CONTRATANTE**.

5.1.7 Observar as seguintes condições para o fornecimento de bens e de serviços especializados à **CONTRATANTE**:

I - fazer cotações prévias de preços para todos os bens e serviços especializados a serem contratados junto aos fornecedores;

II - só apresentar cotações de preços obtidas junto a fornecedores previamente cadastrados no Sistema de Referências de Custos (SIREF), mantido pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, de que trata o art. 20 da Instrução Normativa SECOM nº 7/2014, aptos a fornecer à **CONTRATADA** bens e serviços especializados, relacionados com as atividades complementares da execução do objeto deste contrato;

III - apresentar, no mínimo, 03 (três) cotações coletadas entre fornecedores de bens e de serviços especializados cadastrados no SIREF que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;

IV - exigir dos fornecedores que constem da cotação de bens e de serviços especializados, o detalhamento das especificações que compõem seus preços unitários e total;

V - a cotação deverá ser apresentada em via original, em papel timbrado, com a identificação do fornecedor (nome empresarial completo, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados) e a identificação (nome completo, cargo na empresa, RG e CPF) e assinatura do responsável pela cotação;

VI - juntamente com a cotação deverão ser apresentados comprovantes de que o fornecedor está inscrito – e em atividade – CNPJ ou no CPF e no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se for o caso, relativos ao seu domicílio ou sede, pertinentes a seu ramo de atividade e compatíveis com o serviço a ser fornecido;

VII - para cada orçamento encaminhado, deve ser observada a presença da seguinte declaração, assinada por funcionário da **CONTRATADA** responsável pela documentação:

“atestamos que este orçamento e seus anexos foram conferidos e estão de acordo com a especificação técnica aprovada e as exigências contratuais”.

5.1.7.1 Quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor superior

a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato, a **CONTRATADA** coletará orçamentos dos fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob a fiscalização da **CONTRATANTE**.

5.1.7.2 A **CONTRATANTE** procederá à verificação prévia da adequação dos preços dos bens e dos serviços especializados cotados em relação aos do mercado, podendo para isso recorrer às informações disponíveis no SIREF, ou realizar cotação de preços diretamente junto a outros fornecedores.

5.1.7.3 Se não houver possibilidade de obter 03 (três) cotações, a **CONTRATADA** deverá apresentar as justificativas pertinentes, por escrito, para prévia decisão da **CONTRATANTE**.

5.1.7.4 Se e quando julgar conveniente, a **CONTRATANTE** poderá supervisionar o processo de seleção dos fornecedores, realizado pela **CONTRATADA**, quando o fornecimento de bens ou de serviços especializados tiver valor igual ou inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global deste contrato.

5.1.7.5 A **CONTRATADA** está ciente de que deverá incluir cláusula de alerta em seus pedidos de cotação junto a fornecedores de bens e de serviços especializados, quando pertinente, no sentido de que, na produção de peças publicitárias destinadas à veiculação pelas emissoras de televisão e em salas cinematográficas, seja considerado o disposto nos arts. 44 a 46 da Lei nº 12.288/2010.

5.1.7.6 Cabe à **CONTRATADA** informar, por escrito, aos fornecedores de bens e de serviços especializados, acerca das condições estabelecidas na Cláusula Décima para a reutilização de peças e materiais publicitários, especialmente no tocante aos direitos patrimoniais de autor e conexos.

5.1.7.7 As disposições dos subitens 5.1.7 e 5.1.7.4 não se aplicam à compra de mídia.

5.1.8 Submeter a contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, para a execução do objeto deste contrato, à prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

5.1.8.1 É vedada a cotação prévia de preços para o fornecimento de bens ou de serviços especializados junto a fornecedores em que:

I - um mesmo sócio ou cotista participe de mais de um fornecedor em um mesmo procedimento de cotação;

II – algum dirigente ou empregado da **CONTRATADA** tenha participação societária ou vínculo comercial ou de parentesco até o terceiro grau.

5.1.9 Obter a autorização prévia da **CONTRATANTE**, por escrito, para realizar despesas com bens e serviços especializados prestados por fornecedores, com veiculação e com qualquer outra despesa relacionada com este contrato.

5.1.9.1 A **CONTRATADA** só poderá reservar e comprar espaço ou tempo publicitário de veículos de divulgação, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, se previamente tiver sido por ela expressamente autorizada.

5.1.9.1.1 A autorização a que se refere o subitem precedente não exime da **CONTRATADA** sua responsabilidade pela escolha e inclusão de veículos de divulgação nos

planejamentos de mídia por ela apresentados, para as ações publicitárias a serem executadas durante a vigência deste contrato.

5.1.9.1.2 Quando da programação de veículo de divulgação *on-line*, a **CONTRATADA** obriga-se a providenciar Termo de Conduta, segundo o qual o veículo se responsabiliza pelos seus conteúdos ou de sites parceiros, declarando estar de acordo com os termos do Marco Civil da Internet, de forma a evitar ações publicitárias da **CONTRATANTE** em veículos de divulgação que promovam conteúdos ou atividades ilegais.

5.1.10 Apresentar à **CONTRATANTE**, para autorização do plano de mídia de cada ação ou campanha publicitária, relação dos meios, praças e veículos de divulgação dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.11 Apresentar à **CONTRATANTE**, como alternativa ao subitem 5.1.10, estudo prévio sobre os meios, praças e veículos de divulgação dos quais será possível e dos quais se revela impossível obter o relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, para fins do disposto no subitem 11.5, e a(s) justificativa(s) que demonstre(m) tal impossibilidade, com o fim de atender ao disposto no art. 15 da Lei nº 12.232/2010.

5.1.11.1 O estudo de que trata o subitem 5.1.11 deve levar em conta os meios de comunicação, praças e veículos de divulgação habitualmente programados nos esforços de publicidade da **CONTRATANTE**, com vistas à realização de negociação global entre as partes sobre o que seja oneroso e o que seja suportável para a **CONTRATADA**.

5.1.11.1 O resultado da negociação global entre as partes prevista no subitem 5.1.11.1 vigorará para os planos de mídia que vierem a ser aprovados em até 12 (doze) meses da data de assinatura deste contrato.

5.1.11.2 Ao final do período de 12 (doze) meses, a **CONTRATADA** apresentará novo estudo, que vigorará durante os 12 (doze) meses seguintes e assim sucessivamente.

5.1.11.3 Se fato superveniente alterar significativamente as análises e conclusões do estudo mencionado no subitem 5.1.11, a **CONTRATANTE** poderá solicitar novo estudo à **CONTRATADA** e, em decorrência, poderá promover nova negociação global e determinar seu novo período de vigência.

5.1.12 Encaminhar, sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, sem ônus para esta, cópia de peças produzidas, desde que não seja para uso em veiculação em mídia paga, nos seguintes formatos:

a) TV e Cinema: cópias em XDCAN, DVD ou arquivos digitais;

b) Internet: arquivos digitais;

c) Rádio: arquivos digitais;

d) Mídia impressa e material publicitário: arquivos digitais em alta resolução, abertos ou finalizados.

5.1.12.1 As peças poderão ser agrupadas em um mesmo DVD, caso atenda à solicitação da **CONTRATANTE**.

5.1.13 Prestar os seguintes serviços à **CONTRATANTE**, como resultado da concorrência que deu origem a este instrumento:

a) manutenção de acervo da propaganda da **CONTRATANTE**, em meio virtual, com as peças produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos;

b) manutenção de banco de imagens, com as fotos e imagens produzidas durante a execução deste contrato e as respectivas informações referentes a direitos autorais e prazos de validade desses direitos.

5.1.13.1 O acervo virtual será constituído e mantido pelas agências contratadas em decorrência do certame que deu origem a este instrumento, a suas expensas, reservada a **CONTRATANTE** a faculdade de liberar seu uso a quem lhe aprouver.

5.1.14 Manter, durante o período de, no mínimo, 05 (cinco) anos, após a extinção deste contrato, acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados, compreendendo as peças e os materiais produzidos, com informações relativas aos prazos de cessão dos direitos autorais vinculados, independentemente do disposto nos subitens 5.1.12.

5.1.15 Orientar a produção e a impressão das peças gráficas aprovadas pela **CONTRATANTE**.

5.1.16 Entregar à **CONTRATANTE**, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, relatório das despesas de produção e veiculação autorizadas no mês anterior e relatório dos serviços em andamento, estes com os dados mais relevantes para avaliação de seu estágio.

5.1.17. Registrar em relatórios de atendimento todas as reuniões de serviço realizadas com a **CONTRATADA** e as mensagens eletrônicas mais relevantes sobre as demandas de serviços, permutadas entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, com o objetivo de tornar transparentes os entendimentos havidos e também para que ambos tomem as providências necessárias ao desempenho de suas tarefas e responsabilidades.

5.1.17.1 O relatório sobre reunião de serviço será enviado pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** após sua realização e o relatório com o teor das mensagens eletrônicas mais relevantes serão enviado quinzenalmente.

5.1.17.2 Se houver incorreção no registro dos assuntos tratados, a **CONTRATANTE** solicitará a necessária correção, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do respectivo relatório.

5.1.18 Tomar providências, imediatamente, em casos de alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais serviços, mediante comunicação da **CONTRATANTE**, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com fornecedores de bens e de serviços especializados e com veículos de divulgação, bem como os honorários da **CONTRATADA** pelos serviços realizados até a data dessas ocorrências, desde que não causadas pela própria **CONTRATADA** ou pelos fornecedores e veículos por ela contratados.

- 5.1.19 Não divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato, que envolvam o nome da **CONTRATANTE**, sem sua prévia e expressa autorização.
- 5.1.20 Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação.
- 5.1.21 Não caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.
- 5.1.22 Manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação, exigidas na concorrência que deu origem a este instrumento, incluída a certificação de qualificação técnica de funcionamento de que trata o § 1º do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.
- 5.1.23 Cumprir todas as leis e posturas, federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa, bem assim, quando for o caso, a legislação estrangeira com relação a trabalhos realizados ou distribuídos no exterior.
- 5.1.24 Cumprir a legislação trabalhista e securitária com relação a seus empregados e, quando for o caso, com relação aos empregados de fornecedores de bens e de serviços especializados contratados.
- 5.1.25 Assumir, com exclusividade, todos os tributos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, os encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, os encargos que venham a ser criados e exigidos pelos Poderes Públicos e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 5.1.26 Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 5.1.27 Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais.
- 5.1.28 Executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com fornecedores de bens e de serviços especializados e com veículos de divulgação, bem como responder por todos os efeitos desses contratos, perante seus signatários e a própria **CONTRATANTE**.
- 5.1.29 Manter, por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos, sobretudo quanto à estratégia de atuação da **CONTRATANTE**.
- 5.1.30 Responder perante a **CONTRATANTE** e fornecedores de bens e de serviços especializados por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro, na condução dos serviços de sua responsabilidade, na veiculação de publicidade ou em quaisquer serviços objeto deste contrato.
- 5.1.31 Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para a **CONTRATANTE**.

5.1.32 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa, dolo ou omissão de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações administrativas ou judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

5.1.32.1 Se houver ação trabalhista envolvendo os serviços prestados, a **CONTRATADA** adotará as providências necessárias no sentido de preservar a **CONTRATANTE** e de mantê-la a salvo de reivindicações, demandas, queixas ou representações de qualquer natureza e, não o conseguindo, se houver condenação, reembolsará à **CONTRATANTE** as importâncias que este tenha sido obrigado a pagar, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a contar da data do efetivo pagamento.

5.1.33 Responder por qualquer ação administrativa ou judicial movida por terceiros com base na legislação de proteção à propriedade intelectual, direitos de propriedade ou direitos autorais, relacionadas com os serviços objeto deste contrato.

5.1.34 Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, além das demais previstas neste contrato ou dele decorrentes:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**;
- b) fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- c) proporcionar condições para a boa execução dos serviços;
- d) verificar o cumprimento das cláusulas contratuais relativas aos honorários devidos à **CONTRATADA** e às condições de contratação de fornecedores de bens e de serviços especializados, pela **CONTRATADA**;
- e) notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato;
- f) notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- g) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

6.2 A juízo da **CONTRATANTE**, a campanha publicitária integrante da Proposta Técnica que a **CONTRATADA** apresentou na concorrência que deu origem a este instrumento poderá vir a ser produzida e distribuída durante sua vigência, com ou sem modificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO E ACEITAÇÃO

7.1 A **CONTRATANTE** fiscalizará a execução dos serviços contratados e verificará o cumprimento das especificações técnicas, podendo rejeitá-los, no todo ou em parte, quando não corresponderem ao solicitado ou especificado.

7.1.1 Será nomeado um fiscal, titular e substituto, para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato e registrar em relatório todas as ocorrências, deficiências, irregularidades ou falhas porventura observadas na execução dos serviços e terá poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA**, objetivando sua imediata correção.

7.2 A fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva, da **CONTRATADA** pela perfeita execução dos serviços objeto deste contrato.

7.3 A não aceitação de algum serviço, no todo ou em parte, não implicará a dilação do prazo de entrega, salvo expressa concordância da **CONTRATANTE**.

7.4 A **CONTRATADA** adotará as providências necessárias para que qualquer execução, referente à produção, distribuição ou veiculação, considerada não aceitável, no todo ou em parte, seja refeita ou reparada, nos prazos estipulados pela fiscalização, sem ônus para a **CONTRATANTE**.

7.5 A autorização, pela **CONTRATANTE**, dos planos de mídia e dos serviços executados pela **CONTRATADA** ou por seus fornecedores de bens e de serviços especializados não a desobrigará de sua responsabilidade quanto à perfeita execução técnica e comprovação das veiculações e dos serviços.

7.6 A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidade ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato.

7.7 A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

7.8 A **CONTRATADA** se obriga a permitir que a auditoria interna da **CONTRATANTE** ou auditoria externa por ela indicada tenham acesso a todos os documentos que digam respeito aos serviços prestados à **CONTRATANTE**.

7.9 À **CONTRATANTE** é facultado o acompanhamento de todos os serviços objeto deste contrato, juntamente com representante credenciado pela **CONTRATADA**.

7.10 A **CONTRATANTE** avaliará os serviços prestados pela **CONTRATADA**, pelo menos, dois meses antes do encerramento de cada período contratual de 12 (doze) meses.

7.10.1 A avaliação será considerada pela **CONTRATANTE** para: apurar a necessidade de solicitar da **CONTRATADA** correções que visem maior qualidade dos serviços prestados; decidir sobre prorrogação de vigência ou rescisão contratual; e fornecer, quando solicitado pela **CONTRATADA**, declarações sobre seu desempenho para servir de prova de capacitação técnica em licitações.

7.10.2 Cópia do instrumento de avaliação de desempenho será encaminhada ao fiscal deste contrato e ficará à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA OITAVA - REMUNERAÇÃO

8.1 Pelos serviços prestados, a **CONTRATADA** será remunerada conforme disposto nesta Cláusula.

8.1.1 76% (setenta e seis por cento) dos valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda de DF, a título de ressarcimento dos custos internos dos serviços executados pela **CONTRATADA**, referentes a peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.1.1 Os leiautes, roteiros e similares reprovados não serão cobrados pela **CONTRATADA**.

8.1.2 A **CONTRATADA** se compromete a apresentar, antes do início dos serviços, planilha detalhada com os valores previstos na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Distrito Federal e com os preços correspondentes a serem cobrados do **CONTRATANTE**, conforme previsto no subitem 8.1.1, acompanhada de exemplar da referida tabela impressa pelo Sindicato ou autenticada por ele.

8.1.2 Honorários de 2,5 % (dois vírgula cinco por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.1.3 Honorários de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes:

I) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento pertinentes ao objeto do contrato, exceto no tocante a pesquisas de pré-teste.

II) à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, exclusivamente quando sua distribuição/veiculação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

III) à reimpressão de peças publicitárias.

8.1.3.1 Para fins do disposto na alínea “III” do subitem anterior, entende-se por reimpressão a nova tiragem de peça publicitária que não apresente modificações no conteúdo ou na apresentação, em relação à edição anterior, exceto eventuais correções tipográficas ou pequenas atualizações de marcas e datas.

8.1.4 Honorários de 4,5 % (quatro e meio por cento), incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados contratados junto a fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação não lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

8.2 Os honorários de que tratam os subitens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 serão calculados sobre o preço efetivamente faturado, a ele não acrescido o valor dos tributos cujo recolhimento seja de competência da **CONTRATADA**.

8.3 A **CONTRATADA** não fará jus:

a) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à produção e à execução técnica de peça e ou material cuja distribuição lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de comunicação e divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

b) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referente à renovação do direito de autor e conexos e aos cachês, na reutilização de peça ou material publicitário, quando sua distribuição/veiculação lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

c) a honorários ou a qualquer outra remuneração incidentes sobre os custos dos bens e dos serviços especializados prestados por fornecedores, com a intermediação e supervisão da **CONTRATADA**, referentes à criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias, cuja contratação lhe proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965;

d) a nenhuma remuneração ou desconto de agência quando da utilização, pela **CONTRATANTE**, de créditos que a esta tenham sido eventualmente concedidos por veículos de divulgação, em qualquer ação publicitária pertinente a este contrato.

8.4 Despesas com deslocamento e diárias de profissionais da **CONTRATADA**, de seus representantes ou de fornecedores de bens e de serviços especializados por ela contratados são de sua exclusiva responsabilidade.

8.4.1 Quando houver a autorização excepcional da **CONTRATANTE** para o ressarcimento dessas despesas, deverão ser apresentados todos os comprovantes de pagamento dos deslocamentos e diárias, a fim de aferir a execução e assegurar o reembolso pelo valor líquido, sem a incidência de honorários.

8.5 As formas de remuneração estabelecidas nesta cláusula poderão ser renegociadas, no interesse da **CONTRATANTE**, quando da renovação ou da prorrogação deste contrato.

CLÁUSULA NONA - DESCONTO DE AGÊNCIA

91 Além da remuneração prevista na Cláusula Oitava, a **CONTRATADA** fará jus ao desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.680/1965 e com o art. 7º do Regulamento para Execução da Lei nº 4.680/1965, aprovado pelo Decreto nº 57.690/1966.

9.1.1 O desconto de que trata o subitem precedente é concedido à **CONTRATADA** pela concepção, execução e distribuição de publicidade, por ordem e conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 19 da Lei nº 12.232/2010.

92 A **CONTRATADA** repassará à **CONTRATANTE** 1/4 (um quarto) do valor correspondente ao desconto de agência a que faz jus, calculado sobre o valor acertado para cada veiculação.

9.2.1 Nas veiculações realizadas no exterior, a **CONTRATADA** apresentará, juntamente com as tabelas de preços dos veículos de divulgação programados, declaração expressa desses veículos nas quais seja explicitada sua política de preços no que diz respeito à remuneração da agência.

9.2.1.1 Se a **CONTRATADA** fizer jus a benefício similar ao desconto de agência de que trata o subitem 9.1, repassará à **CONTRATANTE** o equivalente a 1/4 (um quarto) do desconto que obtiver de cada veículo de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DIREITOS AUTORAIS

10.1 Os direitos patrimoniais do autor das ideias, campanhas, peças e materiais publicitários concebidos pela **CONTRATADA**, por meio de seus empregados ou prepostos, em decorrência deste contrato passam a ser integralmente da **CONTRATANTE**, bem como os estudos, análises e planos vinculados a essas atividades.

10.1.1 Consideram-se incluídos os valores equivalentes à remuneração desses direitos patrimoniais, mencionados no subitem anterior, nas modalidades de remuneração e desconto de agência dispostas nas Cláusulas Oitava e Nona, respectivamente.

10.1.2 A **CONTRATANTE** poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos diretamente ou por meio de terceiros, durante a vigência deste contrato, sem que lhe caiba qualquer ônus perante a **CONTRATADA**, seus empregados e prepostos.

10.1.3 A juízo da **CONTRATANTE**, as peças criadas pela **CONTRATADA** poderão ser reutilizadas por outros órgãos ou entidades do Poder Executivo federal, sem que caiba a eles ou à **CONTRATANTE** qualquer ônus perante a **CONTRATADA**.

10.1.3.1 Caberá a esses órgãos ou entidades, diretamente ou por intermédio das agências de propaganda com que mantenham contrato, quando couber, efetuar o acordo comercial com

os eventuais detentores dos direitos de autor e conexos relacionados com a produção externa das peças a serem reutilizadas.

10.2 Com vistas às contratações relacionadas a bens e serviços especializados que envolvam direitos de autor e conexos, nos termos da Lei nº 9.610/1998, a **CONTRATADA** solicitará, dos fornecedores, orçamentos que prevejam a cessão dos respectivos direitos patrimoniais pelo prazo definido pela **CONTRATANTE**.

10.2.1 A **CONTRATADA** utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão e condicionará a contratação ao estabelecimento, no ato de cessão, orçamento ou contrato, de cláusulas em que o fornecedor dos bens e dos serviços especializados garanta a cessão pelo prazo definido pela **CONTRATANTE**, em cada caso, e se declare ciente e de acordo com as condições estabelecidas nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2.

10.2.1.1 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual a ser pago pela **CONTRATANTE** em relação ao valor original dos direitos patrimoniais de autor e conexos será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.1.1.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.2 Na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado, o percentual em relação ao valor original da cessão de uso de obras consagradas incorporadas a essas peças, a ser pago pela **CONTRATANTE** aos detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos dessas obras, será de no máximo 50% (cinquenta por cento). Para a reutilização por períodos inferiores, o percentual máximo será obtido pela regra de três simples.

10.2.2.1 O valor inicialmente contratado poderá ser reajustado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo, a variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos.

10.2.3 Quando da reutilização de quaisquer peças publicitárias, conforme previsto nos subitens 10.2.1.1 e 10.2.2, o valor a ser pago pela **CONTRATANTE** será negociado caso a caso, tendo como parâmetros básicos a qualidade e os preços praticados no mercado, obedecidos os percentuais máximos definidos neste contrato.

10.3 Qualquer remuneração, devida em decorrência da cessão dos direitos patrimoniais de autor e conexos, será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

10.4 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar, em destaque, os preços dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s), incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos patrimoniais de autor e conexos, nos orçamentos de produção aprovados pela **CONTRATANTE**, após os procedimentos previstos no subitem 5.1.7.

10.5 A **CONTRATADA** se obriga a fazer constar dos respectivos ajustes que vier a

celebrar com fornecedores de bens e de serviços especializados, nos casos de tomadas de imagens que não impliquem direitos de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

I - a cessão dos direitos patrimoniais do autor desse material à **CONTRATANTE**, que poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do pagamento do bem ou do serviço especializado, pela **CONTRATADA** ao fornecedor, sem que caiba à **CONTRATANTE** qualquer ônus adicional perante os cedentes desses direitos;

II - que, em decorrência da cessão prevista na alínea anterior, a **CONTRATANTE** poderá solicitar cópia de imagens contidas no material bruto produzido, em mídia compatível com seu uso e destinação, por intermédio da **CONTRATADA** ou de outra empresa com que venha a manter contrato para prestação de serviços;

III - que qualquer remuneração devida em decorrência da cessão referida nas alíneas anteriores será considerada como já incluída no custo de produção.

10.5.1 Se a **CONTRATANTE** pretender utilizar imagens que impliquem direitos de imagem e som de voz, constantes da cópia mencionada na alínea "II" do subitem 10.5, adotará as medidas cabíveis para a remuneração dos detentores desses direitos, nos termos da legislação.

10.6 A **CONTRATANTE** poderá aproveitar, para veiculação, peças produzidas para outros órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Nesses casos, quando couber, a **CONTRATADA** ficará responsável pelo acordo comercial com os eventuais detentores dos direitos patrimoniais de autor e conexos das peças e o submeterá previamente à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DE DESPESAS

11.1 Para a liquidação e pagamento de despesas referentes a bens e serviços especializados, previamente autorizados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

I - a correspondente nota fiscal que será emitida sem rasura, em letra legível, em nome da **CONTRATANTE**, CNPJ/MF nº 05.457.283/0002-08, da qual constará o número deste contrato e as informações para crédito em conta corrente: nome e número do Banco, nome e número da Agência e número da conta;

II - a primeira via do documento fiscal do fornecedor de bens e de serviços especializados ou do veículo de divulgação, que será emitido em nome da **CONTRATANTE**;

III - os documentos de comprovação da veiculação, da execução dos serviços e, quando for o caso, da sua entrega.

11.1.1 Os documentos de cobrança e demais informações necessárias à comprovação da execução e entrega dos serviços para a liquidação e pagamento de despesas deverão ser encaminhados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

11.1.2 O fiscal deste contrato somente atestará os documentos para pagamento quando cumpridas pela **CONTRATADA** todas as condições pactuadas.

11.1.3 As notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA** devem ter em seu verso a seguinte declaração, assinada por funcionário da agência responsável pela documentação:

“Atestamos que todos os bens e serviços especializados descritos no presente documento, prestados por fornecedores ou por veículos de divulgação, foram entregues/realizados conforme autorizados pela contratante, sendo observados ainda os procedimentos previstos no contrato quanto à regularidade de contratação e de comprovação de execução.”

11.2 A liquidação de despesas será precedida das seguintes providências a cargo da **CONTRATADA**:

I – intermediação e supervisão, pela **CONTRATADA**, de bens e de serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam as alíneas “I”, “II” e “III” do subitem 11.1;

II - bens e serviços especializados prestados por fornecedores: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam as alíneas “I”, “II” e “III” do subitem 11.1;

III - veiculação: apresentação dos documentos de cobrança de que tratam as alíneas “I”, “II” e “III” do subitem 11.1, da demonstração do valor devido ao veículo de divulgação, dos correspondentes pedidos de inserção e, sempre que possível, do respectivo relatório de checagem, a cargo de empresa independente, nos termos da alínea “III” do subitem 11.5.

11.2.1 Na ocorrência de falha local em uma programação em rede nacional de mídia eletrônica, além das providências previstas na alínea “III” do subitem anterior, a **CONTRATADA** deverá apresentar documento do veículo de divulgação com a descrição da falha e do respectivo valor a ser abatido na liquidação.

11.2.2 A conferência dos preços de tabela de cada inserção e dos respectivos descontos, de que trata o art. 15 da Lei nº 12.232/2010, compete à **CONTRATADA**, por ocasião da apresentação dos planos de mídia à **CONTRATANTE**.

11.3 O pagamento das despesas será feito fora o mês de produção ou veiculação, em até 30 (trinta) dias após a apresentação dos documentos previstos nos subitens 11.1 e 11.2.

11.4 Nos casos de veiculação no exterior, as condições de liquidação e pagamento serão adaptadas às praxes de cada país e deverão levar em conta as disposições dos subitens 9.2.1 e 9.2.1.1.

11.5 No tocante à veiculação, além do previsto na alínea “III” do subitem 11.2, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar, sem ônus para a **CONTRATANTE**, os seguintes comprovantes:

I - Revista: exemplar original;

II - Jornal: exemplar ou a página com o anúncio, da qual devem constar as informações sobre período ou data de circulação, nome do Jornal e praça;

AMB
G

III - demais meios: relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, se não restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.10 ou 5.1.11, perante a **CONTRATANTE**, a impossibilidade de fazê-lo.

11.5.1 Nos casos em que restar demonstrada, nos termos dos subitens 5.1.10 ou 5.1.11, a impossibilidade de obter o relatório de checagem, a cargo de empresa independente, a **CONTRATADA** deverá apresentar:

a) TV, Rádio e Cinema: documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) e declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

a1) como alternativa ao procedimento previsto na alínea 'a', a **CONTRATADA** poderá apresentar documento usualmente emitido pelo veículo de divulgação (mapa ou comprovante de veiculação ou inserção ou irradiação e similares) em que figure a declaração prevista na alínea 'a' deste subitem, na frente ou no verso desse documento, mediante impressão eletrônica ou a carimbo, desde que essa declaração seja assinada e que esse documento 'composto' contenha todas as informações previstas na alínea 'a' deste subitem;

a2) como alternativa ao conjunto de documentos previstos nas alíneas 'a' e "a1" deste subitem, a **CONTRATADA** poderá apresentar declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, emitida pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, local, data, nome do programa, quando for o caso, dia e horário da veiculação;

b) Mídia Exterior:

b1) Mídia *Out Off Home*: relatório de exibição fornecido pela empresa que veiculou a peça, de que devem constar as fotos, período de veiculação, local e nome da campanha, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b2) Mídia *Digital Out Off Home*: relatório de exibição, fornecido pela empresa que veiculou a peça, ou por empresa de checagem contratada, de que devem constar fotos por amostragem de no mínimo 20% (vinte por cento) dos monitores/displays programados, identificação do local da veiculação, quantidade de inserções, nome da campanha, período de veiculação, datado e assinado, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3) Carro de Som: relatório de veiculação fornecido pela empresa que veiculou a peça, com relatório de GPS e fotos de todos os carros contratados, com imagem de fundo que comprove a cidade em que a ação foi realizada, acompanhado de declaração de execução, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, nome empresarial e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração;

b3.1) Além disso, deverá ser encaminhada filmagem de aproximadamente 01 (um) minuto, de pelo menos 30% (trinta por cento) do total de veículos de divulgação contratados. O vídeo deve conter imagens dos veículos de som, onde seja possível identificar nome da campanha, áudio da peça veiculada e local popular que comprove a cidade onde foi realizada a veiculação;

c) Internet: relatório de gerenciamento fornecido por empresas de tecnologia ou relatório de veiculação emitido, sob as penas do art. 299 do Código Penal, pela empresa que veiculou a peça, dependendo do que constar na relação/estudo citados nos subitens 5.1.10 ou 5.1.11.

11.5.2 As formas de comprovação de veiculação em mídias não previstas nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do subitem 11.5.1 serão estabelecidas formalmente pela **CONTRATANTE**, antes da autorização do respectivo plano de mídia.

11.6 Antes da efetivação dos pagamentos será realizada a comprovação de regularidade da **CONTRATADA** no SICAF, mediante consulta *on-line*.

11.6.1 A **CONTRATADA** deverá apresentar, conforme a situação abaixo, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com jurisdição sobre o local da sede da **CONTRATADA**:

I – se não estiver cadastrada no SICAF;

II - se sua situação no SICAF apresentar documentação obrigatória vencida.

11.7 Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a **CONTRATANTE**, a seu juízo, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

11.7.1 Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

11.8 No caso de eventual falta de pagamento pela **CONTRATANTE** nos prazos previstos, o valor devido será acrescido de encargos moratórios, mediante solicitação expressa da **CONTRATADA**, desde o dia de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

uma

6

$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP$, na qual:

- ☐ IPCA: Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;
- ☐ AF: Atualização financeira;
- ☐ VP: Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;
- ☐ N: Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

11.8.1 Considera-se etapa, para fins do subitem 11.8, os serviços prestados pela **CONTRATADA** relativo aos os bens e serviços especializados prestados por fornecedores e as contratações de espaços ou tempos publicitários, junto a veículos de divulgação.

11.8.2 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da **CONTRATADA**, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

11.9 A **CONTRATANTE** não pagará nenhum compromisso, assumido pela **CONTRATADA**, que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros.

11.10 Cabe à **CONTRATADA** efetuar os pagamentos a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação em até 10 (dez) dias após o recebimento da ordem bancária da **CONTRATANTE**, pela agência bancária pagadora.

11.10.1 A **CONTRATADA** informará à **CONTRATANTE** os pagamentos efetuados a fornecedores de bens e de serviços especializados e a veículos de divulgação a cada ordem bancária de pagamento emitida pela **CONTRATANTE** e encaminhará relatório até o *décimo dia de cada mês* dia de cada mês com a consolidação dos pagamentos efetuados no mês imediatamente anterior.

11.10.1.1 Os dados e formato dos controles serão definidos pela **CONTRATANTE**, e os relatórios deverão conter pelos menos as seguintes informações: data do pagamento da **CONTRATANTE**, data do pagamento da **CONTRATADA**, número da nota fiscal, valor pago e nome do favorecido.

11.10.2 O não cumprimento do disposto nos subitens 11.10 e 11.10.1 ou a falta de apresentação de justificativa plausível para o não pagamento no prazo estipulado poderá implicar a suspensão da liquidação das despesas da **CONTRATADA**, até que seja resolvida a pendência.

11.10.2.1 Não solucionada a pendência no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da **CONTRATANTE**, ficará caracterizada a inexecução contratual por parte da **CONTRATADA**.

11.10.2.2 Caracterizada a inexecução contratual pelos motivos expressos no subitem 11.10.2, a **CONTRATANTE**, nos termos da Cláusula Décima Quarta, poderá optar pela

rescisão deste contrato ou, em caráter excepcional, liquidar despesas e efetuar os respectivos pagamentos diretamente aos fornecedores ou aos veículos de divulgação, conforme o caso.

11.10.2.3 Para preservar o direito dos fornecedores e veículos de divulgação em receber com regularidade pelos bens e serviços especializados prestados e pela venda de espaço ou tempo, a **CONTRATANTE** poderá instituir procedimento alternativo de controle para efetuar os pagamentos mediante repasse, pela **CONTRATADA**, dos valores correspondentes aos fornecedores e veículos de divulgação, em operações bancárias concomitantes.

11.10.3 Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela **CONTRATADA**, de prazos de pagamento serão de sua exclusiva responsabilidade.

11.11 A **CONTRATANTE**, na condição de fonte retentora, fará o desconto e o recolhimento dos tributos e contribuições a que esteja obrigado pela legislação vigente ou superveniente, referente aos pagamentos que efetuar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA

12.1 A **CONTRATADA**, no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de assinatura deste contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, conforme disposto no subitem 4.1 deste contrato.

12.1.1 Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.

12.1.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa, nos termos da alínea “III” do subitem 13.5 da Cláusula Décima Terceira.

12.1.3 O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após os prazos previstos nos subitens 12.1 e 12.1.1, autoriza o **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei e neste contrato.

12.2 Caberá à **CONTRATADA** escolher uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993:

- ☐ caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- ☐ seguro-garantia;
- ☐ fiança bancária.

12.3 Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente na Caixa Econômica Federal, conforme determina o art. 82 do Decreto nº 93.872/1986, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

12.4 Se a opção for pelo seguro-garantia:

a) a apólice indicará a **CONTRATANTE** como beneficiária e deve ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela autarquia;

b) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro à instituição emitente, observados os prazos prescricionais pertinentes;

c) a apólice deve prever expressamente responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

12.5

Se a opção for pela fiança bancária, o instrumento de fiança deve:

a) ser emitido por instituição financeira que esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção da autarquia;

b) ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes;

c) ter afirmação expressa do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

d) ter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.

12.6

Se a opção for pelo título da dívida pública, este deverá:

a) ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;

b) ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

12.7
de:

A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento

I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II) prejuízos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste contrato;

III) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e

IV) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada.

12.7.1 A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 12.7.

12.8 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

12.9 Sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste contrato, a não prestação da garantia exigida implicará sua imediata rescisão.

12.10 Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.11 Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

12.12 Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **CONTRATANTE** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

12.13 O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

12.14 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo de 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu Gestor, de que os serviços foram realizados a contento e desde tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

12.14.1 Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) Coluna 7, publicado pela Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir.

12.15 A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a **CONTRATANTE**, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 12.2 deste contrato.

12.15.1 Aceita pela **CONTRATANTE**, substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem

justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Suspensão temporária de participação da seleção interna de que trata o subitem 2.5;

III – Multa de mora e multa por inexecução contratual;

IV – Suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 02 (dois) anos;

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

13.1.1 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa. As sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado da autoridade competente.

13.1.2 As sanções aplicadas serão registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF pela **CONTRATANTE**.

13.1.3.1 A **CONTRATANTE** comunicará, por escrito, à **CONTRATADA** que a sanção foi registrada no SICAF.

13.2 A aplicação das sanções observará as seguintes disposições:

I - a advertência, a suspensão temporária de participação da seleção interna de que trata o subitem 2.5 e as multas serão aplicadas pela autoridade competente deste Contrato;

II - caberá à autoridade competente aplicar a suspensão temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a Administração e propor a declaração de inidoneidade;

III - a aplicação da declaração de inidoneidade compete privativamente ao Ministro de Estado do Turismo.

13.3 A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços, a juízo da **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.3.1 No ato de advertência, a **CONTRATANTE** estipulará prazo para o cumprimento da obrigação ou responsabilidade mencionadas na alínea “I” e para a correção das ocorrências de que trata a alínea “II”, ambos do subitem 13.3.

13.4 A suspensão temporária de participação da seleção interna de que trata o subitem 2.5 será aplicada quando, vencido o prazo estipulado na advertência, a **CONTRATADA** continuar inadimplente em relação ao fato que deu origem à sanção.

13.5 A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados.

13.5.1 O atraso sujeitará a **CONTRATADA** à multa de:

I – 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviço, a contar do primeiro dia útil da respectiva data fixada, até o limite de 30 (trinta) dias úteis, calculada sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida;

II – 0,66% (sessenta e seis décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviço, a contar do primeiro dia útil da respectiva data fixada, calculada sobre o valor correspondente à obrigação não cumprida, em caráter excepcional, se houve justificativa plausível, a juízo da **CONTRATANTE**, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias.

13.5.2 O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias na entrega de material ou execução de serviço poderá caracterizar a inexecução total deste contrato, a juízo da **CONTRATANTE**.

13.5.3 A **CONTRATADA** estará sujeita à multa compensatória de:

I - 1% (um por cento), calculada sobre o valor da nota fiscal correspondente ao material ou ao serviço em que tenha ocorrida a falta, quando caracterizada a inexecução parcial ou a execução insatisfatória deste contrato;

II - 1% (um por cento), calculada sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pela:

a) inexecução total deste contrato;

b) pela interrupção da execução deste contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

III – 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste contrato ou do valor da dotação orçamentária, o que for menor, por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento) pela recusa injustificada em apresentar a garantia prevista no subitem 12.1 deste contrato;

IV - até 1% (um por cento) sobre o valor que reste executar deste contrato ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual, respeitado o acima disposto neste subitem.

13.6 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à **CONTRATADA** se, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução deste ajuste, nos seguintes prazos e situações:

I - por até 06 (seis) meses:

- a) atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízos financeiros para a **CONTRATANTE**;
- b) execução insatisfatória do objeto deste contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência ou multa, na forma dos subitens 13.3, 13.4 e 13.5;

II - por até 02 (dois) anos:

- a) não conclusão dos serviços contratados;
- b) prestação do serviço em desacordo com as especificações constantes da Planilha de Autorização de Produção (PAP) ou da Planilha de Autorização de Veiculação (PAV) ou documento equivalente, depois da solicitação de correção efetuada pela **CONTRATANTE**;
- c) cometimento de quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE**, ensejando a rescisão deste contrato por sua culpa;
- d) condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos e contribuições, praticada por meios dolosos;
- e) apresentação, à **CONTRATANTE**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação que deu origem a este contrato, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato, ou para comprovar, durante sua execução, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da **CONTRATANTE** após a assinatura deste contrato;
- g) reprodução, divulgação ou utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio e expresso da **CONTRATANTE**.

13.7 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da **CONTRATANTE**, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo à **CONTRATANTE** ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções.

13.7.1 A declaração de inidoneidade será aplicada à **CONTRATADA** se, entre outros casos:

I - sofrer condenação definitiva por fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, praticada por meios dolosos;

II - demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**, em virtude de atos ilícitos praticados;

III - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução deste contrato, sem consentimento prévio da **CONTRATANTE**.

13.7.2 A declaração de inidoneidade implica proibição da **CONTRATADA** de transacionar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.8 Da aplicação das sanções de advertência, suspensão temporária de participação da seleção interna de que trata o subitem 2.5, multa e suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação.

13.8.1 O recurso referente à aplicação de sanções deverá ser dirigido à autoridade imediatamente superior, por intermédio daquela responsável pela sua aplicação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, enviá-lo à instância superior, devidamente motivado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, conforme especificado a seguir:

a) a advertência, a suspensão temporária de participação da seleção interna de que trata o subitem 2.5 e a multa: ao autoridade competente, por intermédio do fiscal ou autoridade competente;

b) suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração: ao Ministro de Estado do Turismo.

13.9 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, respondendo ainda a **CONTRATADA** por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do parágrafo único do art. 416 do Código Civil Brasileiro.

13.10 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/1993, incluída a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à **CONTRATANTE**.

13.11 O valor das multas poderá ser descontado da garantia constituída, do valor da fatura de quaisquer serviços referentes ao presente contrato, cobrado diretamente ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente da **CONTRATADA**.

13.11.1 O valor das multas deverá ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO

14.1 O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/1993.

14.1.1 Este contrato também poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando a **CONTRATADA**:

- a) for atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais;
- e) não prestar garantia suficiente para garantir o cumprimento das obrigações contratuais;
- f) der motivo à suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes, caso em que responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que a **CONTRATANTE**, como consequência, venha a sofrer;
- g) deixar de comprovar sua regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados, na forma definida neste contrato;
- h) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- i) não mantiver suas condições de habilitação, incluída a comprovação da qualificação técnica de funcionamento prevista no art. 4º da Lei nº 12.232/2010;
- j) deixar de atender ao disposto nos subitens 5.1.5.3, 11.10, 11.10.1 e 11.10.2.1.

14.1.2 Exceto quando se tratar de caso fortuito, força maior ou razões de interesse público, a rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, ou a execução da garantia contratual, para ressarcimento dos valores das multas e indenizações a ele devidos.

14.1.2.1 Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista no subitem 14.1.2, a **CONTRATADA** será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em agência bancária a ser indicada pela **CONTRATANTE**.

14.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.3 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas no presente contrato.

14.4 Em caso de alteração das condições de habilitação jurídica da **CONTRATADA**, em razão de fusão, cisão, incorporação, associação, cessão ou transferência, total ou parcial, este contrato poderá ser ratificado e sub-rogado para a nova empresa, sem ônus para a **CONTRATANTE**, e com a concordância desta, com transferência de todas as obrigações aqui assumidas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

14.4.1 A **CONTRATANTE** se reserva o direito de continuar ou não com a execução deste contrato com a empresa resultante da alteração social.

14.4.2 Em caso de cisão, a **CONTRATANTE** poderá rescindir este contrato ou continuar sua execução, em relação ao prazo restante deste contrato, pela empresa que, entre as surgidas da cisão, melhor atenda às condições inicialmente pactuadas.

14.4.3 Em qualquer das hipóteses previstas no subitem 14.4, a ocorrência deverá ser formalmente comunicada à **CONTRATANTE**, anexando-se o documento comprobatório da alteração social, devidamente registrada.

14.4.3.1 A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social poderá implicar a aplicação das sanções previstas neste contrato e em lei.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultante de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 A **CONTRATADA** guiar-se-á pelo Código de Ética dos profissionais de propaganda e pelas normas correlatas, com o objetivo de produzir publicidade que esteja de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e demais leis vigentes, a moral e os bons costumes.

16.2 É vedada a utilização, na execução dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na **CONTRATANTE**, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

16.3 A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, a suas expensas, na forma prevista no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

16.4 Constituem direitos e prerrogativas da **CONTRATANTE**, além dos previstos em

outras leis, os constantes da Lei nº 8.666/1993, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

16.5 A omissão ou tolerância das partes – em exigir o estrito cumprimento das disposições deste contrato ou em exercer prerrogativa dele decorrente – não constituirá novação ou renúncia nem lhes afetará o direito de, a qualquer tempo, exigirem o fiel cumprimento do avençado.

16.6 As informações sobre a execução deste contrato, com os nomes dos fornecedores de bens e de serviços especializados e dos veículos de divulgação, serão publicadas no sítio da **CONTRATANTE** na internet.

16.6.1 As informações sobre valores pagos pelos bens e serviços especializados contratados serão divulgadas pelos totais destinados para cada tipo de fornecedor e para cada meio de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 As questões decorrentes da execução deste contrato que não puderem ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Brasília-DF.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias.

Brasília, 06 de DEZEMBRO de 2017.

APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA
PELO CONTRATANTE

PAULO DE TARSO LOBÃO MORAIS
PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

**MINISTÉRIO DO TURISMO****SECRETARIA NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017****PROCESSO Nº 72031.000387/2017-02**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO TURISMO E A EMPRESA AGENCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A UNIÃO, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pela sua Secretária Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo, Senhora **APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 656.782, expedida pela SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 571.816.591-20, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 234, de 30 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2017, e pela Portaria nº 170 de 05 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2015, e de outro lado, a empresa a empresa **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55 (Matriz) e nº 61.704.482/0004-06 (Filial), estabelecida na rua Dias Ferreira, 78, sala 301, Leblon, CEP: 22431-050, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **PAULO DE TARSO LOBÃO MORAIS**, portador da Cédula de Identidade nº 8.666.678-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF: sob o nº 017.027.318-04, **RESOLVEM** resolver celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa incluir no Contrato Administrativo nº 34/2017, que tem por objeto "a prestação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, por demanda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição das peças ou campanhas junto aos veículos de divulgação", o CNPJ da filial da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Com a inclusão do CNPJ, o preâmbulo do Contrato Administrativo nº 34/2017 passa a vigorar com as seguinte alteração:

"(...) a empresa **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55 e CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0004-06, estabelecida na rua Dias Ferreira, 78, sala 301, Leblon, CEP: 22431-050, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **PAULO DE TARSO LOBÃO MORAIS**, portador da Cédula de Identidade nº 8.666.678-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF: sob o nº 017.027.318-04, (...)".

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato ora aditado, naquilo que não conflitem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Termo Aditivo, para um só efeito, com amplo acesso pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Brasília, de de 2018.

APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA
PELO CONTRATANTE

PAULO DE TARSO LOBÃO MORAIS

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Borges Bezerra, Secretário Nacional de Qualificação e Promoção do Turismo**, em 03/04/2018, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo de Tarso Lobao, Usuário Externo**, em 06/04/2018, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0207313** e o código CRC **2EB5A2E0**.

**MISTÉRIO DO TURISMO****SECRETARIA-EXECUTIVA****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017****PROCESSO Nº 72031.012057/2018-32****SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO TURISMO E A EMPRESA AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0002-08, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, neste ato representado por seu Secretário-Executivo, Senhor **ALBERTO ALVES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 317.519, expedida pela SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o nº 058.595.148-91, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 204, de 29 de fevereiro 2016, publicada no Diário Oficial da União de 01 de março de 2016, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55 (matriz) e no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0004-06 (filial), estabelecida no SHS quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco A, sala 609, Edifício Brasil 21, Brasília-DF, CEP: 70.316-102, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado por seu Representante Legal, Senhor **PAULO DE TARSO LOBÃO MORAES**, portador da Cédula de Identidade nº 8.666.678-2, expedida pela SSP/SP e do CPF nº 017.027.318-04, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2017**, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72031.012057/2018-52, referente à Concorrência nº 01/2017, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar o prazo de vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017**, que tem por objeto *“contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, por demanda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição das peças ou campanhas junto aos veículos de divulgação”*, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 034/2017 terá vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de **06 de dezembro de 2018**, perfazendo um total máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

As despesas a serem realizadas pela **CONTRATADA** e pela outra agência contratada, em decorrência do processo licitatório que deu origem a este ajuste – Concorrência nº 01/2017, estão estimadas em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os próximos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os recursos para a execução dos serviços durante o exercício de 2018 estão consignados no Orçamento Fiscal da União, na funcional programática: Programa de Trabalho número 23.695.2076.20Y3.0001 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional, Natureza da Despesa 33.90.39, Fonte 0100.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade, no respectivo exercício.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo nº 034/2017 naquilo que não conflitem com o presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Termo Aditivo, para um só efeito, com amplo acesso pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

ALBERTO ALVES

P/ CONTRATANTE

PAULO DE TARSO LOBÃO MORAES

P/ CONTRATADA

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:



Documento assinado eletronicamente por **Alberto Alves, Secretário-Executivo**, em 03/12/2018, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo de Tarso Lobao, Usuário Externo**, em 03/12/2018, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0320199** e o código CRC **803A34A8**.

**MINISTÉRIO DO TURISMO****SECRETARIA EXECUTIVA****TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017****PROCESSO Nº 72031.000387/2017-02**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO MINISTÉRIO DO TURISMO E A EMPRESA AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO TURISMO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.457.283/0007-04, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, 2º e 3º andares, Brasília/DF, CEP: 70.065-900, neste ato representado por seu Secretário-Executivo, Senhor **DANIEL DINIZ NEPOMUCENO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 5.991.571, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 030.569.356-52, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições conferidas pela Decreto de 17 de janeiro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do mesmo dia, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa **AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0001-55 (matriz) e no CNPJ/MF sob o nº 61.704.482/0004-06 (filial), estabelecida no SHS quadra 6, conjunto A, lote 1, bloco A, sala 609, Edifício Brasil 21, Brasília-DF, CEP: 70.316-102, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representado por seu Representante Legal, Senhor **PAULO DE TARSO LOBÃO MORAES**, portador da Cédula de Identidade nº 8.666.678-2, expedida pela SSP/SP e do CPF nº 017.027.318-04, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 034/2017**, em conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 72031.000387/2017-02, referente à Concorrência nº 01/2017, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas ulteriores alterações, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar o prazo de vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2017**, que tem por objeto *“contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, por demanda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integralmente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a compra de espaços e tempos publicitários para distribuição das peças ou campanhas junto aos veículos de divulgação”*, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O Contrato Administrativo nº 034/2017 terá vigência por mais 12 (doze) meses, a partir de **06 de dezembro de 2019**, perfazendo um total máximo de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado na

forma do Inciso II do Art. 57 da Lei nº. 8.666/1993. Fica ressalvado que a rescisão contratual poderá ocorrer a qualquer momento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, em decorrência de nova contratação de Agências de Publicidade em virtude de novo processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

As despesas a serem realizadas pela **CONTRATADA** e pela outra agência contratada, em decorrência do processo licitatório que deu origem a este ajuste – Concorrência nº 01/2017, estão estimadas em R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para os próximos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os recursos para a execução dos serviços durante o exercício de 2019 estão consignados no Orçamento Fiscal da União, na funcional programática: Programa de Trabalho número 23.695.2076.20Y3.0001 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional, Natureza da Despesa 33.90.39, Fonte 0100.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Nos exercícios subsequentes, as despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade, no respectivo exercício.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da verba prevista.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições pactuadas no Contrato Administrativo nº 034/2017 naquilo que não conflitam com o presente Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal é o Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo Aditivo, que não possam ser resolvidas administrativamente, por força do art. 109 da Constituição.

E, assim, por estarem de pleno acordo, após lido e achado conforme, as partes firmam o presente Termo Aditivo, para um só efeito, com amplo acesso pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

Brasília, dezembro de 2019.

(assinado eletronicamente)

DANIEL DINIZ NEPOMUCENTO

P/ CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

PAULO DE TARSO LOBÃO MORAES

P/ CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Paulo de Tarso Lobao, Usuário Externo**, em 05/12/2019, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Diniz Nepomuceno, Secretário-Executivo**, em 05/12/2019, às 21:10, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0468384** e o código CRC **4993EA2F**.



MINISTÉRIO DO TURISMO
COORDENAÇÃO-GERAL DE MARKETING E EXPANSÃO DIGITAL

Esplanada dos Ministérios Bloco U, Sala 240 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023-8168 - www.turismo.gov.br

Despacho nº 99/2025/CGMK/DMEX/GSNPTUR

Ao Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Assunto: **Ofício nº 17590/2025-TCU**

Referência: *Acórdão nº 1099/2025 - TCU - Plenário, Processo TC nº 038.887/2023-1.*

1. Em atendimento aos Despacho nº 1348(2520492), informamos que, diante do solicitado, foram inseridos nos autos a resposta da Corregedoria(2523780), juntado os documentos comprobatórios das ações corretivas tomadas (2523896, 2523898, 2523935, 2523957, 2523959 e 2523961), o referido contrato e os termos aditivos (2529546, 2529620, 2529628, 2529630) com a Agência Nacional.
2. Referente ao ponto focal deste Departamento, me coloco à disposição, conforme solicitado, para dirimir eventuais questionamentos do Tribunal (E-mail: antonio.serra@turismo.gov.br, contato: 2023-7267).
3. Sendo o que se apresenta para o momento, nos mantemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Respeitosamente,

ANTONIO SERRA

Diretor de Marketing, Eventos e Expansão Digital - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Paulo Lopes Serra, Diretor (a) de Marketing, Eventos e Expansão Digital - Substituto (a)**, em 03/06/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2529582** e o código CRC **D378296F**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2529582



MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DA SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO

Ministério do Turismo - Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 258 - Bairro Zona Cívico-
Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: (61)2023-7172 - www.turismo.gov.br

Ofício nº 1636/2025/GSNPTUR

Ao Gabinete da Secretaria-Executiva

Assunto: **Ofício nº 17590/2025-TCU**

Referência: *Acórdão nº 1099/2025 - TCU - Plenário, Processo TC nº 038.887/2023-1.*

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Em atendimento ao Ofício Circular nº 179/2025/GSE (SEI nº 2519425), que trata do Ofício nº 169/2025/AECI/GM (SEI nº 2519032), da Assessoria Especial de Controle Interno, o qual versa sobre o expediente e o [Acórdão](#) em epígrafe, informo que foram inseridos nos autos a resposta da Corregedoria(2523780), bem como os documentos comprobatórios das ações corretivas adotadas (SEI nº 2523896, 2523898, 2523935, 2523957, 2523959 e 2523961), além do referido contrato e dos termos aditivos firmados com a Agência Nacional (SEI nº 2529546, 2529620, 2529628, 2529630).
2. Comunico, ainda, a designação do servidor Antônio Paulo Lopes Serra, Coordenador-Geral de Marketing e Expansão Digital, como ponto focal para dirimir eventuais dúvidas ou questionamentos (e-mail: antonio.serra@turismo.gov.br; contato: 2023-7267).
3. Coloco-me à disposição para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

SORAYA MAGALHÃES VILAS BÔAS

Chefe de Gabinete
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo



Documento assinado eletronicamente por **Soraya Magalhães Vilas Boas, Chefe de Gabinete**, em 03/06/2025, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2530172** e o código CRC **709575D1**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2530172



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 210 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2023-7123 - www.turismo.gov.br

Ofício nº 1388/2025/GSE

À
Assessoria Especial de Controle Interno

Assunto: **Ofício nº 17590/2025-TCU**

Referência: *Acórdão nº 1099/2025 - TCU - Plenário, Processo TC nº 038.887/2023-1.*

Refiro-me ao Ofício nº 169/2025/AECI/GM (2519032) em que essa Assessoria Especial de Controle Interno, versa sobre o expediente e o [Acórdão](#) em epígrafe, por meio dos quais o Tribunal de Contas da União - TCU diligencia o Ministério do Turismo - MTur, com no fundamento no art. 11 da Lei nº 8.443/1992, combinado com os arts. 157 e 187 do Regimento Interno do TCU, conforme a seguir:

9.2. diligenciar o Ministério do Turismo (MTur) para que, **no prazo de quinze dias**, encaminhe cópia dos seguintes documentos e/ou esclarecimentos referentes ao Contrato 34/2017, firmado com a Agência Nacional de Propaganda Ltda.

9.2.1. informe sobre possíveis ações corretivas tomadas, após ser cientificado do relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), a fim de corrigir falhas no controle, recompor prejuízos e responsabilizar os envolvidos, enviando documentos que comprovem tais informações;

9.2.2. demais informações que julgar necessárias; e

9.2.3. designação formal de interlocutor que conheça da matéria para dirimir eventuais dúvidas, informando nome, função/cargo, e-mail e telefone de contato;

Diante do exposto, encaminho a manifestação do Gabinete do Ministro e da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, conforme respectivos ofícios (2524236, 2530172).

Atenciosamente,

CAIO MARTINS FRANCO

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Caio Martins Franco, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 05/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **2530977** e o código CRC **40747468**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.003977/2025-99

SEI nº 2530977



CGU

Controladoria-Geral da União

RELATÓRIO DE APURAÇÃO

Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde (SAA/MS)

Exercício 2023



Controladoria-Geral da União (CGU)
Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

RELATÓRIO DE APURAÇÃO

Órgão: **Ministério da Saúde**

Unidade Auditada: **Subsecretaria de Assuntos Administrativos**

Município/UF: **Brasília/DF**

Relatório de Apuração: **1562012**



Missão

Elevar a credibilidade do Estado por meio da participação social, do controle interno governamental e do combate à corrupção em defesa da sociedade.

Apuração

O serviço de apuração consiste na execução de procedimentos com a finalidade de averiguar atos e fatos inquinados de ilegalidade ou de irregularidade praticados por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
RESULTADOS DOS EXAMES	7
1. Informações sobre a Concorrência nº 01/2021 - Serviços de Publicidade.	7
1.1. Ausência de realização de procedimentos na fase interna da licitação pela equipe técnica de planejamento da contratação.	9
1.2. Negativa reiterada do chefe da ASCOM em observar a legislação que prevê a realização de pesquisa de preços para definição do valor estimado para a contratação.	10
1.3. Centralização irregular de funções pelo chefe da ASCOM.	13
1.4. Ausência de análise final de atendimento dos requisitos de qualificação para integrar a Subcomissão Técnica por parte da Comissão Especial de Licitação.	15
1.5. Verificação de vínculos entre o chefe da ASCOM com empresa participante da licitação.	18
1.6. Escolha do tipo “Melhor Técnica” em detrimento do tipo “Técnica e Preço”, sem a devida fundamentação.	19
1.7. Da omissão de questão relevante no documento convocatório sobre a forma de execução do contrato, comprometendo a competitividade.	22
2. Informações sobre Concorrência nº 01/2022 - Serviço de Comunicação Digital.	23
2.1. Ausência de fundamentação para escolha do tipo de licitação “melhor técnica” em detrimento do tipo “técnica e preço”.	24
2.2. Não observância ao princípio da segregação de funções, com direcionamento das atividades decisórias para agentes vinculados à Área Técnica demandante.	27
2.3. Descumprimento dos procedimentos previstos na legislação mediante a criação de procedimentos restritivos para a participação de servidores na subcomissão técnica.	28
2.4. Direcionamento de servidores da ASCOM para integrar a subcomissão técnica, o que implicou inobservância do critério de experiência profissional ou formação acadêmica.	30
2.5. Falha na instrução processual da contratação por meio da limitação do número de empresas consultadas para apresentação de cotação de preço.	34
2.6. Favorecimento de determinadas empresas participantes do certame pela Subcomissão Técnica mediante utilização de procedimentos não isonômicos.	34
CONCLUSÃO	39

ANEXOS	42
I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA	42

INTRODUÇÃO

Trata-se de análise acerca de supostas irregularidades ocorridas no curso das Concorrências nºs 01/2021 e 01/2022, ambas tendo como área demandante a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde – ASCOM/MS, em que os dois certames apresentaram situações similares no que tange às condutas dos agentes públicos envolvidos, bem como os resultados obtidos, justificando o tratamento numa mesma análise.

Esse trabalho foi executado devido à materialidade dos certames em questão, a relevância da atividade para a implementação das políticas públicas da área da Saúde e à criticidade dos objetos licitados. Nesse sentido, o escopo desta auditoria é limitado à análise dos documentos relacionados ao processo licitatório até a celebração dos contratos, não sendo avaliados aspectos relacionados à execução contratual.

Os Processos nº 25000.021006/2021-84 (processo principal), nº 25000.004102/2022-49 (trata da composição de Subcomissão Técnica) e nº 25000.091649/2022-76 (referente à representação apresentada ao Tribunal de Contas da União), referentes à Concorrência nº 01/2021, tem como objeto a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de ações publicitárias junto aos públicos de interesse do Ministério da Saúde.

O Processo SEI nº 25000.077538/2021-76 trata da contratação de duas empresas para prestar o serviço de comunicação digital no âmbito do Ministério da Saúde, por meio da Concorrência nº 1/2022 do tipo “melhor técnica”. A instrução processual foi iniciada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD (SEI 0021750556), nos termos do que estabelece a Instrução Normativa MP nº 05/2017. Esse documento foi elaborado pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde – ASCOM/MS.

As avaliações foram realizadas tendo como escopo o cotejamento dos procedimentos adotados pela ASCOM/MS com a legislação que normatiza especificamente a condução do processo licitatório, a fim de examinar a conformidade e a observância dos princípios inerentes à contratação dos serviços de comunicação digital.

Foi constatado que as licitações apresentam vícios desde o planejamento, pela escolha do tipo de licitação, além de falhas na seleção dos servidores que integraram a Subcomissão Técnica que realizou a avaliação e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas participantes da licitação. Também foi verificado que algumas decisões significativas para o processo afrontaram o princípio da segregação de funções, da isonomia, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, tratando-se de atos administrativos que apresentam vícios de legalidade.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Informações sobre a Concorrência nº 01/2021 - Serviços de Publicidade.

Na análise dos autos, foram identificadas diversas situações que impactaram o andamento da licitação, com consequências relevantes para a Administração Pública, como o atraso da realização da licitação e a necessidade de se proceder à prorrogação excepcional dos contratos então vigentes.

O processo de planejamento foi iniciado em fevereiro de 2021 com a elaboração do Documento de Formalização da Demanda - DFD. Essa licitação foi objeto de várias interrupções devido a falhas da área demandante na condução do processo. Tais falhas resultaram em apontamentos de desconformidade realizado pelo setor de controle interno do próprio Ministério e de pedidos de impugnações feitos por empresas participantes do certame perante o Tribunal de Contas da União - TCU, ocasionando maior tempo para a finalização do certame.

A Concorrência nº 01/2021 foi objeto de representação junto ao TCU, acerca de supostas irregularidades relacionadas a descumprimento do princípio da segregação de funções, uma vez que o Estudo Técnico Preliminar e o Edital foram elaborados por responsáveis que também participaram do sorteio para integrar a Subcomissão Técnica destinada à análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas pelos licitantes.

Além disso, foi apontado o descumprimento do princípio da motivação quando da retomada do certame, sem que fossem formalizadas pela Administração as análises e a decisão sobre a impugnação realizada por servidor da Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde ao questionar a ausência de segregação de funções, que veio a ocasionar a suspensão da licitação. No âmbito do MS, foi instaurado o Processo SEI nº 25000.091649/2022-76 para atender às diligências do TCU.

A Concorrência nº 01/2021 foi publicada no dia 07/12/2021 (SEI 0024212901; 0024226019). Nos dias 31/03/2022 e 16/05/2022, ocorreram a primeira e segunda Sessões Públicas. Após a segunda sessão pública, foram interpostos dois recursos pelas licitantes FIELDS COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ: 03.509.498/0001-00 (SEI 0027072948) e CC&P – COMPANHIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA, CNPJ: 69.277.291/0001-66 (SEI 0027068184) contra a habilitação das empresas AGÊNCIA NACIONAL DE PROPAGANDA LTDA, CNPJ: 61.704.482/0004-06, NOVA SB COMUNICAÇÃO S.A, CNPJ: 57.118.929/0001-37, CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA, CNPJ: 04.784.569/0002-27 e DEBRITO PROPAGANDA LTDA, CNPJ: 00.000.424/0003-18, as quais apresentaram tempestivamente contrarrazões aos recursos (SEI 0027199946, 0027199984, 0027200028, 0027200060).

A terceira sessão foi adiada em razão de o Edital prever, erroneamente, que a autoridade competente para decisão final quanto aos recursos seria o Assessor de Comunicação Social do Ministério da Saúde, o que foi questionado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SEI 0027462483) e submetido à Consultoria Jurídica Junto ao Ministério da Saúde – CONJUR/MS, que se pronunciou afirmando que a autoridade competente para decisão, fundamentada no art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 56 da Lei nº 9.784/1999, é a própria SAA. Tal situação culminou na suspensão da licitação para providências necessária à nova

emissão dos documentos pela autoridade apropriada.

Nesse meio tempo, o TCU, em sede de decisão cautelar, deferiu o pedido de concessão de medida cautelar, a fim de que a Coordenação-Geral de Material e Patrimônio da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Saúde (CGMAP/SAA/SE/MS) suspendesse o andamento da Concorrência nº 1/2021 até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito da matéria e, caso algum contrato já tivesse sido firmado, abstinhasse de praticar qualquer ato com vistas à sua execução até a deliberação definitiva da Corte. Assim, o Aviso de Suspensão (SEI 0028026323) foi publicado na Seção 3 do DOU em 12 de julho de 2022.

Atendidas as diligências junto ao TCU, conforme Processo SEI nº 25000.091649/2022-76, foi proferida a decisão no Acórdão nº 1769/2022-TCU-Plenário autorizando o MS a dar continuidade à Concorrência nº 1/2021, devendo abster-se, entretanto, de adjudicar o seu objeto até que o Tribunal decidisse sobre o mérito das questões suscitadas nos autos.

No dia 09/09/2022, ocorreu a terceira sessão pública, para a qual não houve interposição de recursos. Após a quarta sessão, ocorrida no dia 27/09/2022, houve a interposição de recurso pela licitante COMPANHIA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA - CC&P, CNPJ: 69.277.291/0001-66, (SEI 0029593785) contra a habilitação da empresa NOVA SB COMUNICAÇÃO S.A, CNPJ: 57.118.929/0001-37, que teve procedência parcial reconhecida pela Comissão Especial de Licitação - CEL.

Por fim, em 04/11/2022, foram declaradas vencedoras no julgamento final das Propostas Técnicas, conforme Relatório da CEL, SEI nº 0029852708, as 04 (quatro) empresas a seguir relacionadas, respeitada a ordem de classificação:

- 1ª- NOVA/SB COMUNICAÇÃO S.A, CNPJ: 57.118.929/0002-18;
- 2ª- AGENCIA NACIONAL DE PROPAGANDA, CNPJ: 61.704.482/0004-06;
- 3ª- DEBRITO PROPAGANDA LTDA, CNPJ: 00.000.424/0003-18;
- 4ª- CALIA/Y2 PROPAGANDA E MARKETING LTDA, CNPJ: 04.784.569/0002-27.

Dessa forma, foram exauridos os atos de competência da Comissão Especial de Licitação, a qual sugeriu o encaminhamento dos autos à CGMAP para ciência, com posterior envio à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA, para conhecimento e providências pertinentes. Assim, a licitação foi finalizada, salvo em relação à homologação e adjudicação em face da decisão do TCU para que o MS se abstinhasse de adjudicar o objeto até que a Corte de Contas decidisse sobre o mérito das questões suscitadas na representação.

Assim, levando em conta que, na presente situação, estaria configurado o perigo da demora reverso, tendo em vista o encerramento do contrato vigente em 23/01/2023, sem possibilidade de prorrogação, havendo, por conseguinte, o risco de descontinuidade dos serviços de utilidade pública durante o primeiro semestre de 2023, o Tribunal decidiu que o MS poderia dar andamento à contratação.

Além disso, determinou-se à área técnica do Tribunal que desse prosseguimento às apurações sobre as irregularidades representadas, devendo se manifestar, inclusive, sobre a pertinência de eventual prorrogação contratual, caso fosse firmado o contrato decorrente da concorrência em análise.

Relevante pontuar que, mesmo com a autorização para que a licitação prosseguisse, o TCU não avaliou o mérito das supostas irregularidades na condução da licitação, tendo em vista a manutenção das apurações.

Efetuada essas considerações iniciais, registre-se que foram identificadas ocorrências que, em maior ou menor grau, impactaram o andamento processual, além de configurarem irregularidades na condução do certame, conforme os fatos a seguir relacionados:

1.1. Ausência de realização de procedimentos na fase interna da licitação pela equipe técnica de planejamento da contratação.

Verificou-se que a equipe de planejamento, inicialmente constituída, era composta por servidores do setor requisitante do serviço, a ASCOM, tendo sido designada formalmente nos termos do Despacho SAA/SE/MS (SEI 0019312034).

A equipe integrada por Carlos Eduardo de Souza Gomes Fonseca, Adriana Hayumi Berbel Ito, Fabiana Botelho Conte e Marcos Santos da Silva atuou de forma conjunta na licitação no período de fevereiro a abril de 2021, conforme é a praxe de funcionamento de uma equipe técnica de planejamento.

Em 30/04/2021, ocorreu a mudança de titularidade da ASCOM, ocasião em que o servidor Carlos Eduardo de Souza Gomes Fonseca foi substituído pelo servidor Patrick Leal Costa. Após essa troca, verificou-se que não consta do processo alteração da composição da equipe inicialmente constituída, nem constituição de nova equipe.

A designação formal da equipe de planejamento está expressamente prevista no art. 21, da IN/SEGES/MP nº 05/2017:

Art. 21. Os procedimentos iniciais do Planejamento da Contratação consistem nas seguintes atividades:

I - elaboração do documento para formalização da demanda pelo setor requisitante do serviço, conforme modelo do Anexo II, que contemple:

(...)

d) a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que irá elaborar os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços, o qual poderá participar de todas as etapas do planejamento da contratação, observado o disposto no § 1º do art. 22;

(...)

III - designação formal da equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitações.

Além disso, observou-se que, até o ingresso do servidor Patrick Leal Costa na ASCOM, a equipe de planejamento atuou conjuntamente na condução da licitação, a exemplo da elaboração do Documento de Formalização da Demanda em 19/02/2021 (SEI 0019055506), assinado pelos integrantes da equipe inicialmente constituída, e do Edital 01/2021.

Entretanto, a partir da nomeação do referido agente, ocorrida em 30/04/21, o novo chefe da ASCOM passou a atuar monocraticamente na fase interna da licitação, sendo ele o único agente a atuar como equipe técnica de planejamento, passando a assinar notas técnicas, despachos e demais documentos referentes ao planejamento (SEI 0022108589, SEI

0022267460). Somente a partir de outubro/2021 alguns documentos da licitação passaram a ser assinados também por outros integrantes do setor, como a servidora Ana Letícia Jacinto Monteiro, Coordenadora de Publicidade, e Victor de Melo Barbosa Leite, Coordenador de Imprensa, em conjunto com o chefe da ASCOM, porém não foi identificada a constituição formal de nova equipe de planejamento.

Dessa forma, conclui-se que houve atuação irregular por parte do servidor Patrick Leal Costa na etapa de planejamento, tendo em vista não ter sido designado formalmente para compor a equipe de planejamento, situação agravada pela centralização de decisões até outubro/2021, quando foi o único da área técnica a atuar no processo. A partir de outubro/2021, outros integrantes da ASCOM passaram a atuar no processo, mas permanecendo a situação irregular de atuação no planejamento da contratação, uma vez que não houve a designação formal de nova equipe de planejamento.

1.2. Negativa reiterada do chefe da ASCOM em observar a legislação que prevê a realização de pesquisa de preços para definição do valor estimado para a contratação.

Observou-se que logo na primeira análise do documento da licitação efetuada em 26/04/2021 pelo setor de licitações do MS, a saber a Divisão de Procedimentos Licitatórios (DIPLI), área responsável pela elaboração de minutas de Edital e de contratos, foram apontadas pendências relacionadas aos valores estimados para a contratação. A DIPLI apontou que não foram encontrados os parâmetros utilizados para a contratação estimada no importe de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a devida análise da pesquisa de preços prevista na IN nº 73/2020, e recomendou a inclusão dos valores encontrados na pesquisa de preços (painel de preços, outros entes, mídias especializadas e fornecedores) e apresentação da análise crítica dos valores encontrados.

A área demandante, após orientação inicial da SECOM (SEI 0020554755), informou que o procedimento deve seguir apenas o contido na Lei nº 12.232/2010 e na Instrução Normativa nº 3/2008, ou seja, firmou o entendimento de que não seria necessária a elaboração do projeto básico e realização de pesquisa de preços.

Em vista da dúvida suscitada quanto à obrigatoriedade de apresentação de todos os artefatos da contratação, conforme estabelecido na Lei Geral de Licitação, assim como a ampla pesquisa de preços consoante à Instrução Normativa nº 73/2020, o processo foi encaminhado à CONJUR/MS, para manifestação sobre o tema.

A CONJUR destacou, por meio do Parecer nº 00372/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU, não obstante a Lei nº 12.232/2010 e a IN nº 3/2018 estabelecerem exceção relativa ao orçamento estimado em planilhas de quantitativos de preços unitários, que isso não representava a dispensa do orçamento estimado, devendo ser elaborado no procedimento em questão. Acrescentou, ainda, que a ampla pesquisa de preços deve ser elaborada, em consonância com a Instrução Normativa nº 73/2020, sem prejuízo da observância das demais normas que regem as licitações e contratações de serviços de publicidade.

Na Nota Técnica nº 44/2021-ASCOM/GM/MS, de 10/08/2021, na qual são apresentadas as providências para as diligências da CONJUR/MS e da DIPLI, o servidor Patrick Leal Costa, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde, reitera que não há que se falar

em aplicação das regras contidas na Instrução Normativa nº 73/2020, já que, no caso da contratação de serviços de Publicidade e Propaganda, compete ao MS prover a informação acerca da disponibilidade orçamentária e ao órgão regulador, a SECOM, fornecer os percentuais de remuneração praticados no mercado (SEI 0021839304), bem como o processamento e análise do conteúdo constante no edital formulado pelas assessorias de comunicação.

Em relação ao orçamento estimado, a DIPLI ressaltou que as informações constantes na planilha (SEI - 0022112952) e na Nota Técnica nº 44/2021- ASCOM/GM/MS (SEI 0022108589) não refletem o valor estimado pela área demandante, no total de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), conforme evidenciado no Edital (SEI 0022113023). Sendo assim, foi reiterada a necessidade da informação quanto aos parâmetros utilizados para estimativa do valor da contratação.

Em complementação, a ASCOM informou na Nota Técnica nº 49/2021-ASCOM/GM/MS quais foram as ações iniciais para o exercício de 2022 que totalizam R\$ 280.000.000,00.

Em nova manifestação, a CONJUR/MS apontou, no Parecer nº 00674/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU (0022940927), de 01/09/2021, que, embora a sistemática de contratação de serviços de publicidade seja diferente, devendo ser definido em primeiro lugar o montante de recursos orçamentários a ser gasto com o item, deve, também, haver observância da IN nº 73/2020. Nesse sentido, ressaltou a insistência da ASCOM, sob sua total responsabilidade, em afirmar nas Notas Técnicas 20 (SEI 0021071674), 44 (SEI 0022108589), 49 (SEI 0022267460), Nota Informativa 10 (SEI 0021996177) e em outros documentos que não há que se observar a IN nº 73/2020.

A DIPLI, por sua vez, apontou por diversas vezes a necessidade de se fazer pesquisa de preços para dar suporte ao orçamento estimado para a contratação, conforme excertos a seguir destacados:

- Teor do Despacho DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0021929248), de 03/08/21, assinado pela servidora Krishna Olivia Vieira de Melo, Chefe da Divisão de Procedimentos Licitatórios

c)Item 43- Recomenda-se, pois, s.m.j, que haja orçamento estimado no procedimento em questão. c.1) Quanto a este tópico, em que pese a área técnica tenha recorrido diversos pontos no item 4 da referida Nota técnica, s.m.j, não restou clara a forma de como se chegou ao orçamento estimado para a contratação em questão. d.2) Sendo assim, reitera-se a necessidade da elaboração da pesquisa de preços, pela área técnica, que possui conhecimento e expertise sobre o objeto, de acordo com os ditames propostos na IN 65/2021, que revogou a IN 73/2020 e ainda conforme os acórdãos 3.516/2007-TCU e 594/2020- Plenário. d.6) Quanto ao item 4.10, consta elencado na letra a) que "O valor dos contratos pesquisados deve estar próximo ao valor da contratação que se pretende efetuar ou do contrato a prorrogar...". Assim, não foram encontrados nos autos contratos que deram suporte para a estimativa do preço.

- Despacho DIPLI (SEI 0022167284), de 18/08/2021, fazendo a seguinte abordagem:

a) Quanto ao item 43, que trata do orçamento estimado, recomenda-se, que a área demandante realize o levantamento do orçamento estimado para o procedimento em questão.

a.1) Ainda quanto a este tópico, a área demandante justificou que " importa reiterar, não há que se falar em aplicação das regras contidas na Instrução Normativa no 73/2020, já que no caso da contratação de serviços de Publicidade e Propaganda compete ao MS prover a informação acerca da disponibilidade orçamentária e ao órgão regulador, a Secom, fornecer os percentuais de remuneração praticados no mercado...", no entanto reitera-se a necessidade da informação de como se chegou ao valor estimado da contratação no valor de R\$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), tendo em vista a recomendação da CONJUR.

Por fim, em 08/10/2021, foi emitida a Nota ASCOM (SEI 0023099923) na qual foram apresentadas formas de remuneração e os respectivos percentuais praticados em contratações da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa e da SECOM, bem como os contratos vigentes do próprio Ministério da Saúde com valores aproximados ao do certame em pauta, para demonstrar os percentuais a serem praticados no certame.

Cabe destacar, ainda, a identificação de cerceamento de informações por parte do chefe da ASCOM às demais áreas envolvidas na tramitação processual. Tal situação é evidenciada pela ausência no processo do Edital revisado pela SECOM, fato esse observado pela DIPLI no Despacho (SEI 0021929248), informando a necessidade de sua inserção no processo:

d.8.1) conforme visto acima, foi encaminhado à Secretaria Especial de Comunicação Social, a minuta de edital, para análise e aprovação, porém não consta nos autos o documento contendo as recomendações realizadas pela SECOM, o que demanda providências.

Em resposta, o chefe da ASCOM, por meio da Nota Técnica nº 44 (SEI 0022108589), refutou o apontamento da DIPLI ao afirmar que se tratava de procedimentos técnicos já saneados junto à SECOM, não cabendo o encaminhamento de provimentos relacionados a ajustes já realizados:

20. Trata-se de procedimentos técnicos que já foram saneados durante as tratativas regulamentares do Edital, sendo encaminhada à Subsecretaria de Assuntos Administrativos a versão aprovada pela SECOM, não sendo necessário o encaminhamento de provimentos relacionados a ajustes já realizados, visto que correspondem a parâmetros técnicos de desenvolvimento de ações de publicidade.

A disponibilização e a inserção de todos os documentos relacionados à licitação devem ser observadas na instrução processual da licitação, preferencialmente na sequência cronológica, a fim de garantir a transparência de todas as medidas adotadas, bem como verificar os diversos controles atuantes, não cabendo a nenhuma área decidir pela exclusão de documento contendo revisões por entender que a questão já foi saneada.

1.3. Centralização irregular de funções pelo chefe da ASCOM.

Conforme já apontado em outro ponto desta Nota, Patrick Leal Costa, Chefe da ASCOM, atuou de forma irregular na etapa de planejamento, em razão de não ter sido designado formalmente para compor a equipe técnica de planejamento. Tal situação foi agravada pela centralização de decisões até outubro/2021, ao ser ele o único integrante da área de requisição do serviço a assinar notas técnicas, despachos e demais documentos referentes ao planejamento (SEI 0022108589, SEI 0022267460).

Além disso, Patrick Leal Costa, por meio do Despacho (SEI 0023883364), que encaminhou os nomes dos membros para compor o sorteio da Subcomissão Técnica de licitação de publicidade (contemplando tanto os servidores do Ministério da Saúde, quanto as indicações dos integrantes que não mantêm nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão, em cumprimento aos §§ 2º e 3º, do art. 10, da Lei 12.232/2010), apresentou o próprio nome e os de dois coordenadores da ASCOM (Ana Letícia Jacinto Monteiro, Coordenadora de Publicidade e Victor de Melo Barbosa Leite, Coordenador de Imprensa), dois subordinados dele, para compor a referida relação.

Essa situação foi questionada por integrante da Diretoria de Integridade do MS, quando da realização do sorteio em 05/01/2022, que solicitou a impugnação dos nomes indicados pela ASCOM, conforme Ata do sorteio dos membros da Subcomissão Técnica (0024694261), em face de não ter sido observado o Princípio da Segregação de Funções. Além disso, foi apontado que a própria ASCOM realizou a análise se os indicados atendiam aos requisitos para compor a Subcomissão, mas, segundo Edital, essa avaliação deveria ter sido realizada pela Comissão Permanente de Licitação.

A impugnação foi considerada intempestiva pela ASCOM, que alegou que a escolha dos componentes da Subcomissão obedeceu a legislação, com base na previsão contida no art. 5º da Lei nº 12.232/2010:

Art. 5º. Para os fins do cumprimento do disposto nesta Lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) decidiu que os autos deveriam ser encaminhados às áreas envolvidas (DINTEG e ASCOM) para que formalizassem o seu entendimento, para que, só após os argumentos serem trazidos aos autos, pudesse decidir sobre a questão, e que nesse meio tempo não seria publicado o resultado do sorteio.

No Despacho DINTEG (SEI 0024702792), de 06/01/2022, foi apontado que o questionamento se deveu ao fato de o Chefe da Assessoria de Comunicação, além de ter sido o demandante do serviço e ter sido um dos responsáveis por realizar o Estudo Técnico Preliminar, ter apresentado seu nome para compor a subcomissão técnica.

Acrescentou que, além de o chefe da ASCOM ter sido o responsável por indicar os nomes dos membros para compor a subcomissão técnica, também analisou o preenchimento dos requisitos.

Diante da situação, a DINTEG sugeriu a adoção das seguintes providências a fim de garantir a condução do procedimento licitatório em análise:

- a) seja instruído processo específico para a formalização dos procedimentos destinados à formação da subcomissão técnica, em respeito ao item 20.2.2 do Edital;*
- b) toda a documentação de formalização dos procedimentos destinados à formação da Subcomissão Técnica, contendo toda a documentação necessária para a comprovação dos requisitos exigidos, seja analisada pela Comissão Especial de Licitação, em respeito ao item 20.2.6 do Edital;*
- c) sejam respeitados os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da segregação de funções.*

Em relação aos pontos apresentados, a ASCOM, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0024703141), assinado por Patrick Leal Costa, Chefe da Assessoria de Comunicação Social, requereu que fosse julgada improcedente a presente impugnação apresentada intempestivamente pela DINTEG, conforme prazo previsto na Lei nº 12.232/10, determinando-se o prosseguimento da Concorrência nº 01/2021, uma vez que, segundo o Chefe da ASCOM, além de intempestiva, a referida impugnação encontrava-se destituída de “fundamentos jurídicos plausíveis” para suspender o curso do certame. Requereu, ainda, por cautela, que fosse o presente feito remetido à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde para que esta analisasse as razões estampadas na impugnação, principalmente no que tange à suposta violação ao princípio da segregação de função.

A manifestação da CONJUR/MS, em relação aos pontos questionados pela DINTEG, mesmo não sendo uma questão de natureza jurídica, foi apresentada no Parecer nº 00033/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 18/01/2022, em que se afirmou não haver necessidade de instrução processual em procedimento apartado do processo original, porém se recomendou a juntada da documentação dos indicados para o sorteio, bem como a sua análise. Acrescentou que não houve comprovação de violação ao artigo 18, inciso I da Lei nº 9.784/99 e que não verificou conflito de interesses para gerar a conclusão de nulidade por violação à segregação de funções.

Cabe destacar que, embora a CONJUR tenha entendido não haver ofensa ao princípio da segregação, outras áreas do MS envolvidas na licitação em tela adotaram providências para evitar possíveis ofensas ao citado princípio. Com o fim de preservar a segregação de funções, a DIPLI teve o cuidado de não alocar servidor para compor a equipe de planejamento, já que a indicação era facultativa, uma vez que esse servidor viria a atuar posteriormente como fiscal do contrato. Em outra ocasião, integrante da Comissão Especial de Licitação, ao ser nomeado para a chefia da coordenação, teve o cuidado de solicitar seu desligamento da CEL, também como forma de observar a segregação de funções.

No que diz respeito à não observância da segregação de funções, entende-se que não houve cuidados por parte do chefe da ASCOM para não caracterizar tal ocorrência; pelo contrário, por várias vezes avocou para si atribuições que não lhe competiam, conforme apontado em pontos específicos desse documento.

A segregação de funções, conforme definido no Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal da CGU, tem como objetivo reduzir o risco de erros ou de ações inadequadas ou fraudulentas:

Segregação de funções consiste na separação de funções de tal forma que estejam segregadas entre pessoas diferentes, a fim de reduzir o risco de

erros ou de ações inadequadas ou fraudulentas. Geralmente implica dividir as responsabilidades de registro, autorização e aprovação de transações, bem como de manuseio dos ativos relacionados.

O que se observou no processo foi a centralização de atribuições pelo chefe da ASCOM, que resultam em ações inadequadas para o certame em questão, principalmente em relação a questões fundamentais para a tomada de decisão, tais como o planejamento da contratação, a definição do tipo de licitação e a composição da subcomissão técnica, que ficou responsável por analisar e julgar as propostas das empresas participantes da licitação.

1.4. Ausência de análise final de atendimento dos requisitos de qualificação para integrar a Subcomissão Técnica por parte da Comissão Especial de Licitação.

Em relação à verificação do atendimento dos requisitos exigidos para os integrantes da lista para sorteio da Subcomissão Técnica, constatou-se que o chefe da ASCOM avocou para si a atribuição de verificação destes requisitos, que caberia à Comissão Especial de Licitação, conforme previsto no Edital:

20.1 Esta Concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 do Decreto nº 6.555/2008, com exceção da análise e julgamento das propostas Técnicas.

20.2 As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica constituída por 3 (três) membros que sejam formados em Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que atuem em uma dessas áreas.

20.3.1.1 Para composição da relação prevista no subitem 20.3, a Comissão Especial de Licitação deverá solicitar a comprovação dos requisitos de qualificação, dispostos no subitem 20.2, dos possíveis membros da Subcomissão Técnica.

No Documento Atesto ASCOM (SEI 0024779840), de 14/12/2021, o chefe da ASCOM validou os nomes indicados por ele mesmo, concluindo que eles atendiam por completo ao disposto na Lei nº 12.232/2010, art. 10, §1º, não havendo, conforme seu entendimento, qualquer óbice que impedisse a participação dos indicados para o sorteio da Subcomissão Técnica.

No entanto, conforme previa o Edital nº 03/2021, especificamente no item 20.3, à ASCOM, caberia somente a indicação dos integrantes para participar do sorteio:

*20.3. A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de **uma relação indicada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde**, sendo 6 (seis) integrantes com vínculo com o Ministério da Saúde e 3 (três) sem vínculo com o Ministério da Saúde, por ele previamente cadastrados.*

Somente em 12/01/2022, o chefe da ASCOM encaminhou a documentação referente aos

integrantes da lista para sorteio da Subcomissão Técnica para o Presidente da Comissão de Licitação (Despacho ASCOM 0024806834, Processo SEI nº 25000.004102/2022-49), ou seja, após a realização do sorteio dos integrantes, ocorrido em 05/01/2022, em consequência do pedido de impugnação apresentado pela DINTEG/MS.

Em atendimento a essa questão, foi emitida a Nota Técnica nº 02/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0024825950, Processo nº 25000.004102/2022-49), de 14/01/2022, na qual foi apontado que, após análise curricular dos integrantes da Subcomissão Técnica, alguns não possuíam os requisitos estabelecidos no item 20.2.5.

A ASCOM solicitou o reconhecimento da legitimidade da lista de nomes por ela elaborada visando à composição da Subcomissão Técnica (SEI 0024779574), com base no Parecer nº. 00033/2022/CONJUR (SEI 0024899777), por meio do qual foi concluído que o procedimento destinado à definição dos membros da Subcomissão Técnica não afrontaria o princípio da "segregação de funções", bem como não vislumbrou risco de "interesse pessoal" no processo, nos termos do art. 18 da Lei 9.784/99 (SEI 0025084673). Em relação a essa solicitação, não consta dos autos qualquer manifestação emitida pela Comissão Especial de Licitação, a fim validar o posicionamento da ASCOM.

Nesse mesmo sentido, não se identificou nova análise por parte da Comissão Especial de Licitação para verificar o atendimento aos requisitos de qualificação por parte dos integrantes da lista, com vistas a validar ou modificar o entendimento anterior emitido. Esta análise seria necessária, considerando-se que na análise anterior, efetuada em 14/01/2022, a CEL apontou na Nota Técnica 2/2022- DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS que alguns integrantes da lista não possuíam os requisitos estabelecidos no Edital.

Dessa forma, foi realizado novo sorteio para escolha dos integrantes da Subcomissão e publicado o resultado no dia 14/03/2022, mesmo com a ausência de análise final por parte da Comissão Especial de Licitação quanto ao atendimento dos requisitos de qualificação previstos no item 20.2 do Edital.

Assim, o que a DINTEG apontou anteriormente em relação à não observância dos dispositivos do Edital da Licitação, referentes à constituição da Subcomissão Técnica na ausência de comprovação pela Comissão Especial de Licitação de atendimento de requisitos previstos no Edital, bem como na Lei nº 12.232/2010, por parte dos servidores indicados para integrar a lista de sorteio para a Subcomissão Técnica, ocorreu novamente, mesmo havendo recomendação da CONJUR para que fosse efetuada a análise.

Entende-se que o simples pedido da ASCOM para reconhecimento da legitimidade da lista de nomes por ela elaborada visando à composição da Subcomissão Técnica (SEI 0024779574) não dispensa a análise por parte da Comissão Especial de Licitação para verificação do atendimento dos requisitos. Caso houvesse entendimento nesse sentido, a área envolvida deveria ter se manifestado formalmente, apensando o documento ao processo.

Cabe acrescentar que o descumprimento do princípio da segregação de funções na licitação em tela está sendo apreciado pelo TCU, mesmo após a decisão que autorizou o MS a dar andamento ao processo licitatório. Sobre a matéria, o TCU apontou as seguintes irregularidades no Acórdão nº 1769/2022 - Plenário, as quais estão sendo objeto de apuração:

- *descumprimento do princípio da segregação de funções, pelo qual devem ser designados servidores distintos para atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilidade dos atos administrativos; o*

desrespeito ao princípio da segregação de funções no segundo sorteio da ST não observava também o § 6º do art. 10 da Lei 12.232/2010, que prevê o direito de o impugnado abster-se de atuar na subcomissão, declarando-se impedido ou suspeito, ainda mais quando pelo menos um dos impugnados já ocupou cargos de direção em diversas empresas, entre as quais a classificada em primeiro lugar no certame em tela; (a suspeição levantada pelo representante ao final do subitem i.3 do item 2 supra, de que um membro impugnado já dirigiu agência de publicidade (inclusive a Debrito, classificada no certame em tela) , foi confirmada nos itens 16 e 16.1 da instrução à peça 20); (a convocação de servidores do MS que elaboraram o edital (e possivelmente integraram a CEL, como alegado pelo representante) para compor a ST implica no risco de constituição desta última sem a devida segregação de funções (inclusive com a possibilidade de ter sua titularidade integrada por servidores que trabalharam na fase preparatória do certame, o que se confirmou de forma não majoritária), burlando o sentido do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei 12.232/2010);

- não se tinha provas de fraude, no entanto a materialidade da contratação (R\$ 215 milhões) impunha que tais coincidências fossem averiguadas, como a reiterada submissão dos mesmos nomes impugnados para a ST, mesmo diante de flagrante violação à segregação de funções;

- ausência de motivação para a retomada e prosseguimento do certame, contrariando o art. 93, IX, da Constituição e o art. 50, VIII e §§ 1º e 3º, da Lei 9.784/1999, que prevê a motivação explícita dos atos administrativos, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, quando importem a suspensão de ato anterior: ao contrário do aviso de suspensão do certame (devidamente motivado) , a retomada do certame e o novo sorteio para constituição da ST nos moldes anteriormente impugnados não foram motivados, sem oferecer nenhuma explicação pública à impugnação feita pela chefia da unidade de integridade do MS, em prejuízo do cumprimento dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade e do devido processo legal; houve, assim, afronta ao princípio da motivação administrativa, por ausência de indicação e publicação dos fundamentos aptos a afastar os fundados indícios de violação à segregação de funções, impondo nulidade à reabertura do prazo licitatório;

- necessidade de explicitação, em certames do tipo melhor técnica ou técnica e preço, dos aspectos em que cada proposta perdeu pontos e à necessidade de justificativa fundamentada para o descarte do tipo técnica e preço.

Com essas considerações, resta evidente que o TCU corrobora o entendimento apontado pelo setor responsável por conduzir o procedimento licitatório, DIPLI, e pelo controle interno do MS, a DINTEG/MS, de ter ocorrido afronta ao princípio da segregação de funções e indício de conflito de interesses.

No entanto, mesmo havendo a indicação dessas falhas, a ASCOM ignorou esses aspectos e deu seguimento às etapas da licitação, contando com a omissão da Comissão Permanente de Licitação, que não fez prevalecer a sua responsabilidade de apreciação dos aspectos formais da condução do certame, aceitando as imposições do setor demandante.

Merece registro o fato de que o sorteio da subcomissão técnica foi realizado em 11/03/2022, tendo o seguinte resultado: integrantes internos do MS: Marcos Santos da Silva (1º titular); Ana Letícia Jacinto Monteiro (2ª titular); Patrick Leal Costa (1º suplente); Victor de Melo Barbosa Leite (2º suplente), Helmarques Ferreira dos Santos (3º suplente); e Carlos Antônio Alves de Almeida (4º suplente). Já os sorteados que não integram o quadro de pessoal do MS foram os seguintes: Renato Correia de Albuquerque (1º titular); Carlos Rogério Antunes da Silva (1º suplente); Bruno Aragão Pradera (2º suplente).

Ocorre que, em 18/03/2022, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0025901977), o Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, informou que o primeiro titular entre os membros lotado no MS, Marcos Santos da Silva, em 15/03/2022, comunicou sobre a impossibilidade de participar das atividades da subcomissão. Nessa mesma situação, o Chefe da ASCOM, que era o 1º suplente, também informou que não teria disponibilidade para atuar na subcomissão, fazendo com que o servidor Victor de Melo Barbosa Leite (2º suplente) passasse a ser membro titular.

Diante desses fatos, verifica-se que os dois membros titulares da subcomissão que analisou e julgou as propostas técnicas das licitantes foram os dois coordenadores vinculados hierarquicamente ao Chefe da ASCOM, em consequência da desistência de dois agentes apenas uma semana depois do sorteio.

1.5. Verificação de vínculos entre o chefe da ASCOM com empresa participante da licitação.

O vínculo do chefe da ASCOM com empresa de publicidade participante da licitação em tela, Debrito Propaganda, foi apontado no Acórdão nº 1769/2022 - Plenário, o que evidencia suspeição do Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, para atuar nas contratações:

16. Quanto à suspeição levantada no subitem i.3 do item 1 desta instrução, de que um dos membros impugnados já dirigiu agências de publicidade, ela é confirmada pela sua participação como gestor nas empresas Escala Agencia de Comunicações e Publicidade (2017-2021), iCorp Comunicação Digital (215-2017), Debrito Propaganda (2006-2008 e 2010-2014) e ZB Comunicação (2000-2004), conforme consta do respectivo currículo, acessível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/ministro/gabinete-do-ministro/assessoria-de-comunicacao-social/patrick-leal-costa/@@download>. Acesso em: 10/6/2022.

16.1. Vê-se, ainda, que a citada agência Debrito, cujo último contrato com o governo federal foi firmado em 2014, segundo informações obtidas no portal da transparência

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/contratos/35717149?ordenarPor=descricao&direcao=asc> acesso em 15/6/2022), figura entre as quatro primeiras classificadas na avaliação das propostas técnicas (peça 12), número de empresas a serem contratadas, segundo o item 2.2 do edital (peça 10, p. 2).

Cabe destacar que foram apontadas várias falhas na proposta da agência Debrito por meio de recursos interpostos por outras duas licitantes, as quais alegaram favorecimento na

pontuação dada à Debrito, que não teria atendido aos requisitos, porém os recursos não foram acatados pela Subcomissão Técnica.

Cabe acrescentar, ainda, possível existência de vínculo entre o chefe da ASCOM e pessoas externas convidadas para compor a Subcomissão Técnica, bem como entre Patrick Leal Costa e coordenador de sua equipe, Victor de Melo Barbosa Leite, fatores estes que evidenciam imparcialidade da composição da Subcomissão Técnica, a qual compete a atribuição de selecionar tecnicamente as empresas no certame licitatório.

Em relação a Victor de Melo Barbosa Leite (ASCOM/MS), que foi nomeado como Coordenador de Imprensa na ASCOM/MS em 25/06/2021, cerca de dois meses após a nomeação de Patrick Leal Costa, verificou-se que compôs lista de sorteio para subcomissão técnica em conjunto com Patrick em agosto/2021 (licitação da Funpresp), setembro/2021 (licitação da Embratur) e maio/2022 (licitação no Ministério do Turismo).

Esta mesma situação foi observada com os outros integrantes da lista para sorteio da Subcomissão Técnica do MS, como foi verificado em relação Coordenadora de Publicidade, Ana Letícia Jacinto Monteiro, nomeada em 30/07/2021, cerca de dois meses após a nomeação de Patrick Leal Costa.

Da análise dos currículos de Ana Letícia Jacinto Monteiro (SEI 0027260758) e de Patrick Leal Costa (SEI 0027261176), verifica-se que ambos, antes do ingresso no MS, mantiveram vínculo empregatício com a Agência Escala, sendo ela no período de 2018 a 2021 e ele no de 2017 a 2021.

Dessa forma, constata-se que os dois agentes nomeados para exercer os cargos de coordenadores da ASCOM e que, por conseguinte, ficaram diretamente subordinado ao Chefe da ASCOM, eram pessoas que já tiveram algum tipo de contato. A nomeação de pessoas conhecidas não caracteriza uma irregularidade, mas o que se observou foi que todo o rito do procedimento licitatório deixou de ser cumprido com ações desses três agentes.

1.6. Escolha do tipo “Melhor Técnica” em detrimento do tipo “Técnica e Preço”, sem a devida fundamentação.

No Edital nº 03/2021 (SEI 0022113023), foi estabelecido que a modalidade licitatória seria a Concorrência do tipo “Melhor Técnica”, conforme previsão contida no art. 5º da Lei nº 12.232/2010 e art. 22, I, da nº Lei nº 8.666/1993:

Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

Por meio do Parecer nº 00674/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU (SEI 0022940927), a CONJUR/MS ressaltou que não foi encontrada nos autos a justificativa para a escolha do critério de “Melhor Técnica”, em preferência ao critério de “Técnica e Preço”, justificativa esta necessária, uma vez que existem as duas possibilidades de tipos licitatórios.

Esta questão foi também apontada pelo TCU no Processo TC nº 010.609/2022-9, que apreciou a Representação referente ao processo de licitação em análise, Concorrência nº 01/2021, que resultou nos Acórdãos nº 1505/2022-TCU- Plenário, de 29/06/2022, e nº 1769/2022-TCU- Plenário, de 03/08/2022, em que se apontaram os seguintes entendimentos:

19. Quanto ao tipo escolhido (melhor técnica), tem-se que a despeito de o item 12.8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) prever a possibilidade de descontos sobre os preços máximos estimados e os itens 15.4 e 23.4 do edital preverem negociação com base nos menores preços ofertados (peça 14, p. 20, e peça 10, p. 22 e 39), não há garantias ou incentivos reais, na prática, para que o vencedor oferte descontos, notadamente porque as sucessivas concorrências do tipo melhor técnica têm demonstrado a oferta de propostas coincidentes com a estimativa da administração ou com ínfima variação em relação a ela. Assim, resta que o tipo “técnica e preço” não pode ser de pronto descartado, posto que o preço é componente relevante das propostas na equação da vantajosidade, sendo um dos poucos critérios absolutamente objetivos em contratações de publicidade, ensejando que seu descarte como fator de seleção de proposta na licitação seja muito bem justificado. (Processo SEI 25000.091649/2022-76)

O TCU ressaltou que as sucessivas concorrências do tipo “Melhor Técnica”, realizadas pelo Ministério da Saúde, têm resultado na oferta de propostas coincidentes com a estimativa da Administração ou com pequena variação em relação a ela, motivo pelo qual o tipo “Técnica e Preço” não deveria ter sido prontamente descartado.

A ASCOM apresentou, por meio da Nota Técnica nº 62 (SEI 0023098465), de 08/10/2021, as justificativas para a escolha do tipo Melhor Técnica:

7.11. Por isso, a necessidade de compreender bem a diferença entre os tipos de licitação “melhor técnica” e “técnica e preço” e, que neste caso, verificou-se que a diferença básica entre os tipos se concentra na fase da negociação de preços. Apesar de ambos buscarem o “menor preço”, no tipo “melhor técnica”, após a classificação das empresas pela técnica apresentada no certame, a Comissão Licitatória convoca as empresas para que digam se aceitam exercer o menor preço ofertado no processo pelas empresas classificadas. Já no tipo “técnica e preço” é feita uma ponderação entre a nota e o preço apresentado pelas empresas (na proporção 70% nota /30% preço, por exemplo, a depender da justificativa do órgão).

7.12. Portanto, primando pela economicidade e vantajosidade para o órgão, essa equipe de planejamento entende ser o tipo melhor técnica a opção mais pertinente no presente caso, ao possibilitar a escolha mais adequada, ao conciliar a seleção da melhor qualificação técnica entre as licitantes concorrentes ao menor preço na execução contratual, identificado e negociado entre as propostas das empresas tecnicamente classificadas.

7.13. Ademais, dadas as características da atuação publicitária do Ministério da Saúde, adotar o tipo "técnica e preço" para a execução contratual não seria adequado, pois poderia resultar na contratação de agência de propaganda com nível básico de qualificação, sem condições técnicas de atender de forma satisfatória às demandas de comunicação do órgão e aos anseios da Administração, o que caracterizaria o uso inadequado de investimentos públicos.

7.14. Dessa forma, com a adoção do tipo "melhor técnica", a presente contratação ensinará o enquadramento fiel do Ministério da Saúde aos critérios estabelecidos na Instrução Normativa SECOM no 3/2018, de forma adequada, portanto, à uma atuação publicitária abrangente e qualificada, considerando-se a complexidade dos desafios de comunicação próprios do ministério: os diversos públicos-alvos das ações, que podem se referir à totalidade da população nacional, a segmentos específicos e a variados perfis geográficos; as mídias e não mídias a serem utilizadas; a sazonalidade intrínseca a cada estratégia; as milhares de praças a serem atingidas e aos diversos meios de comunicação, on-line e off-line, a serem utilizados. Desafios para os quais a qualificação técnica é requisito essencial e soberano tendo em vista a identificação da proposta mais vantajosa para a administração.

Em relação às justificativas apresentadas, entende-se não ser procedente a afirmação de que adotar o tipo "técnica e preço" poderia resultar na seleção de empresa com nível básico de qualificação e sem condições técnicas de atender de forma satisfatória às demandas de comunicação do órgão, uma vez que a análise técnica é também efetuada, assim como no tipo "melhor técnica". Tal entendimento decorre do fato de que aquilo que vai possibilitar a seleção das melhores técnicas são os critérios definidos para a seleção, bem como a qualidade das análises efetuadas pela Subcomissão Técnica quando da seleção. Além disso, para assegurar melhores resultados, o gestor pode definir maior peso para o item Técnica, para fins de efetuar a ponderação entre os itens técnica e preço apresentados pelas empresas.

A utilização do tipo "Técnica e Preço" possibilitaria a obtenção da proposta mais vantajosa, com base na maior média ponderada, obtida com as notas das propostas de preço e de técnica, uma vez que o preço seria um importante componente da proposta mais vantajosa, constituindo incentivo para a redução dos preços apresentados.

Embora no tipo "Melhor Técnica" o quesito preço seja ponderado, ele ganha mais relevância quando a proposta que obteve a maior nota técnica não ofereceu o menor preço. Caso seja coincidente, não haverá, a princípio, negociação do preço ofertado, exceto no caso de o valor ser superior ao estimado para a contratação.

Caso não haja coincidência de preços, a negociação ocorrerá para igualar os valores das propostas que obtiveram maior nota técnica, na ordem de classificação, com o menor preço oferecido no certame, entre os que foram classificados.

Além disso, conforme apontado pelo TCU, as sucessivas concorrências do tipo Melhor Técnica realizadas pelo Ministério da Saúde têm resultado na oferta de propostas coincidentes com a estimativa do órgão ou com pequena variação em relação a ela, o que é um indicativo de que não estão sendo selecionadas as propostas mais vantajosas no quesito Preço.

Outra questão a ser ponderada na escolha do tipo da licitação é a previsão nos editais de itens que considerassem a possibilidade de ofertar descontos, porém sem representar garantias ou

incentivos reais, na prática, para que o vencedor ofereça descontos. Nesse sentido, o TCU citou o item 12.8 do Estudo Técnico Preliminar (ETP) da presente contratação, no qual é prevista a possibilidade de descontos sobre os preços máximos estimados, e os itens 15.4 e 23.4 do edital, que preveem negociação com base nos menores preços ofertados. Esses itens por si só não representam garantias de que o vencedor ofereça descontos.

Registre-se que o ETP foi iniciado por um grupo de servidores diferentes dos que tomaram a decisão de que o tipo de licitação deveria ser apenas o da Melhor Técnica. Além disso, não se identificou nos autos que essa decisão tenha sido submetida à autoridade competente para definir essa situação.

Dessa forma, o tipo “Técnica e Preço” não deveria ter sido prontamente descartado, uma vez que o preço é componente relevante das propostas na equação da vantajosidade, sendo um dos poucos critérios absolutamente objetivos em contratações de publicidade.

Assim, as razões para a escolha do tipo “melhor técnica”, em detrimento do tipo “técnica e preço”, como fator de seleção de proposta na licitação, deveriam ter sido justificadas e fundamentadas, o que se entende que não ocorreu, bem como essa decisão se deu no âmbito da ASCOM, em vez de ter sido ato da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, setor responsável por ordenar a despesa.

Tal decisão tem como consequência imediata o fato de que a definição das empresas vencedoras coube apenas à avaliação realizada pela Subcomissão Técnica sobre os quesitos que demandam uma avaliação subjetiva acerca das peças técnicas produzidas pelas concorrentes.

1.7. Da omissão de questão relevante no documento convocatório sobre a forma de execução do contrato, comprometendo a competitividade.

Relevante esclarecer que, entre os exercícios de 2017 e 2022, a execução dos contratos anteriores para atender ao serviço de publicidade, nºs 04/2017, 05/2017, 06/2017 e 07/2017, firmados com as empresas Fields Comunicação Ltda – EPP, Calia/Y2 Propaganda e Marketing Ltda., Nova SB Comunicação Ltda. e Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda., ocorreu mediante a divisão dos valores dos serviços, independentemente da empresa selecionada para desenvolver a campanha após o processo seletivo interno.

O que estava previsto no processo de contratação foi que as quatro empresas, a partir de um briefing apresentado pelo MS delimitando cada campanha, elaborariam propostas de peça publicitária, sem identificação de autoria, que deveriam ser avaliadas e julgadas por uma comissão técnica específica. A partir da seleção da campanha, a empresa vencedora ficaria responsável por colocar em prática o seu projeto, devendo receber os valores correspondentes.

Esses valores se prestariam a custear os pagamentos da parte criativa de elaboração, dos custos relacionados a elaboração da campanha propriamente dita, mediante o pagamento dos serviços de produção da campanha, bem como os custos relacionados à veiculação da campanha, de acordo com o plano definido para divulgação, por meio da compra de espaço nos veículos de mídia definidos, que necessariamente deve ser realizado por empresa de

publicidade.

No entanto, verificou-se, no âmbito do MS, que a execução do contrato se deu mediante a divisão dos valores de cada campanha entre as quatro empresas em percentuais de 40% para a vencedora e 20% para as três demais empresas, ou seja, o processo de concorrência interno somente serviria para definir qual campanha seria a veiculada e o recebimento de 40% do valor alocado para a campanha.

Ocorre que, mesmo sendo uma prática adotada pelo Ministério da Saúde, tal situação não foi prevista no Estudo Técnico Preliminar e no Edital do processo licitatório em tela, razão pela qual a utilização de metodologia de rateio do pagamento implicaria a infração ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e limitação à competitividade, uma vez que se essas condições de pagamentos tivessem sido divulgadas, as empresas participantes poderiam ter dedicado mais esforço para o processo de concorrência.

Além disso, outras empresas que não participaram da licitação, considerando essa possibilidade de divisão dos valores entre as quatro selecionadas, poderiam ter interesse em participar da concorrência.

2. Informações sobre Concorrência nº 01/2022 - Serviço de Comunicação Digital.

Trata-se do Processo SEI nº 25000.077538/2021-76, tendo como objeto a contratação de duas empresas para prestar o serviço comunicação digital no âmbito do Ministério da Saúde, por meio da Concorrência nº 1/2022 do tipo “melhor técnica e preço”. A instrução processual foi iniciada por meio do Documento de Formalização da Demanda – DFD (SEI 0021750556), nos termos do que estabelece a Instrução Normativa MP nº 05/2017. Esse documento foi elaborado pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde – ASCOM/MS.

O Resultado do Julgamento da Concorrência nº 1/2022 foi publicado no DOU de 26/12/2022, SEI 0031012971, informando as duas licitantes vencedoras, em ordem decrescente de pontuação, após a análise das Propostas Técnicas, conforme item 20.6 do Edital, a saber: primeira colocada a empresa FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda, CNPJ nº 03.585.183/0001-42, com uma nota final de 93,8; e a segunda colocada a empresa In.Pacto Comunicação Corporativa e Digital SS, CNPJ nº 26.428.219/0001-80, alcançando a nota final de 89,6.

Ato contínuo, foram assinados os contratos com as vencedoras, quais sejam: o Contrato nº 10/2023, com a empresa FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda, e o nº 11/2023, com a empresa In.Pacto Comunicação Corporativa e Digital SS. Os extratos desses contratos foram publicados no DOU de 27/03/2023, tendo sido definido como vigência o período de 23/03/2023 a 23/03/2024.

Do exame dos documentos que instruem a contratação do serviço em questão, verificou-se que a ASCOM foi o setor responsável por elaborar a demanda de prestação dos serviços de comunicação digital no Ministério da Saúde, indicando os elementos fundamentais para atender à necessidade da Administração. Esses levantamentos foram realizados pelos servidores lotados na citada Assessoria, inclusive sendo esses agentes os responsáveis por estabelecer os parâmetros técnicos para orientar a prestação dos serviços.

No entanto, em que pese ser a ASCOM a área responsável pela gestão do serviço em comento, constatou-se que procedimentos adotados deixaram de observar princípios básicos para garantir a lisura do procedimento licitatório, uma vez que aspectos relacionados à condução da licitação e à tomada de decisão foram desrespeitados, impactando o resultado da licitação. A seguir, serão apresentados os principais aspectos que fundamentam essas constatações.

Assim, seguem os apontamentos que demonstram as irregularidades identificadas na presente análise:

2.1. Ausência de fundamentação para escolha do tipo de licitação “melhor técnica” em detrimento do tipo “técnica e preço”.

O Documento de Formalização da Demanda (DFD) é o documento inicial de um processo de aquisição de produtos ou prestação de serviços, sendo estabelecida a definição da necessidade da Administração, devendo conter os seguintes elementos: a justificativa da necessidade da contratação; a quantidade de serviço ou produtos a serem adquiridos; a previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços ou recebimento dos produtos; a indicação do servidor ou servidores para compor a equipe que irá elaborar os Estudos Preliminares e, se necessário, daquele a quem será confiada a fiscalização dos serviços.

De acordo como o que estabelece a Instrução Normativa MP nº 05/2017, após a elaboração do Documento de Formalização da Demanda pela área técnica interessada, deve ser designada uma equipe técnica de planejamento, que será responsável por realizar os Estudos Técnicos Preliminares - ETP, sendo este o documento que apresenta a primeira etapa do planejamento de uma contratação.

Sendo assim, o ETP é o documento segundo o qual se busca demonstrar a real necessidade da contratação pela Administração, analisar a viabilidade técnica de implementá-la, com vista a definir a melhor solução para atender à necessidade da Administração. Dessa forma, esses estudos fundamentam a elaboração do termo de referência ou do projeto básico. Ressalta-se que esses documentos somente devem ser elaborados se a contratação for considerada viável pelos estudos técnicos.

Da análise do Processo SEI nº 25000.077538/2021-76, verificou-se que, no Documento de Formalização da Demanda, assinado pelo Coordenador de Imprensa e Chefe da Assessoria de Comunicação Social em 29/09/2021, já fora definindo que o tipo de licitação deveria ser a “melhor técnica”, mesmo antes de ter sido iniciada a elaboração do estudo técnico preliminar, conforme item 1.7 do DFD, *in verbis*:

1.7. Isso posto, o objeto da presente demanda é a formalização do processo para contratação de 2 (duas) empresas prestadoras de serviços de comunicação digital, modalidade Melhor Técnica, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e, de forma complementar, da Instrução Normativa MP nº 05/2017 e da Instrução Normativa SECOM relativa à matéria, observadas as regras estabelecidas pela Lei nº 12.232/2010 aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão nº 6.227/2016-TCU-2ª Câmara.

De início, cumpre asseverar que não é razoável definir a modalidade e o tipo da licitação no momento da elaboração da demanda, uma vez que somente após os levantamentos das soluções disponíveis é que deveriam ter sido indicados esses aspectos. Desse modo, observou-se que o registro dessa decisão no início da instrução processual caracterizou a intenção de direcionar para que não fosse levantada a outra possibilidade prevista na legislação, qual seja, concorrência do tipo “técnica e preço”.

Apesar de a legislação permitir esse tipo de licitação para objeto em comento, entende-se que os estudos técnicos preliminares deveriam apresentar os elementos para que a autoridade competente decidisse sobre o tipo de licitação, pois na opção “técnica e preço” não se deixa de considerar a capacidade de a empresa vencedora realizar serviços de natureza predominantemente intelectual, visto que é um tipo de licitação em que a proposta mais vantajosa para a Administração é definida com base na maior média ponderada, levando-se em consideração as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica.

Sobre esse ponto, verificou-se que a Divisão de Procedimentos Licitatórios - DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS, por meio do Despacho DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0023081420), de 06/10/2021, buscou verificar se os serviços possuíam os elementos que apontavam para a escolha de licitação do tipo “melhor técnica”, “técnica e preço” ou se os serviços elencados seriam passíveis de serem classificados como serviços de natureza comum.

Em resposta, a ASCOM/MS, ao abordar sobre a natureza do objeto licitado ser predominantemente intelectual, apresentaram-se os seguintes argumentos por meio da Nota Técnica nº 65/2021- ASCOM/GM/MS (SEI 0023237244):

“2.40. Conforme mencionado pela SECOM, e amparado na experiência cotidiana desta Ascom do MS, os serviços de Comunicação Digital englobam atividades predominantemente intelectuais, exigindo-se da futura contratada, diante da demanda da contratante, realizar adequadamente o planejamento das ações de comunicação, a criação e a execução das peças a serem utilizadas, com variabilidade incalculável, bem como a escolha de canais adequados para a veiculação da mensagem.

Portanto, diante da predominância de atividade intelectual e criativa no objeto da contratação e, especialmente, tendo em vista a dificuldade de serem objetivamente estabelecidos, no edital, padrões de desempenho e qualidade, conclui-se que a utilização da modalidade licitatória concorrência, tipo MELHOR TÉCNICA, se mostra devidamente adequada para o objeto em análise.

Por fim, não resta dúvida, portanto, sobre a impossibilidade de se classificar ou entender os serviços de comunicação digital como “comuns”, sendo, dessa forma, s.m.j., ilegal a sua contratação por meio de pregão, cujo resultado almeja apenas e tão somente o menor preço, prejudicando o desenvolvimento técnico e intelectual das melhores formas de comunicação que o órgão pretende utilizar.

(...)

Conforme já justificado, trata-se de serviços intelectuais – conforme jurisprudência do TCU, orientação da SECOM e compreensão desta Assessoria de Comunicação Social. Assim, a contratação deve ser processada em modalidade admitida pelo órgão regulador do sistema SICOM e conforme preconizam o Decreto nº 6.555/2008, a Instrução Normativa MP

nº 05/2017 e a Instrução Normativa SECOM relativa à matéria, observadas as regras estabelecidas na Lei nº 12.232/2010 aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão nº 6.227/2016-TCU-2ª Câmara.”

Cumpra-se pontuar que a ASCOM, em sua análise aos apontamentos da Divisão de Procedimentos Licitatórios, firmou o entendimento de que considerar os serviços de comunicação digital como de natureza comum seria uma prática ilegal. Tal fato não deve prosperar de forma genérica, uma vez que o estudo técnico preliminar pode delimitar o objeto de forma que ele pode ser considerado como de natureza comum, sendo a modalidade de licitação mais indicada o pregão. Cita-se, como precedente desse enquadramento, a realização pelo Ministério da Economia do Pregão Eletrônico SRP nº 2/2022 (Processo Administrativo nº 19973.104589/2021-88), cujo objeto é um tipo de serviço de comunicação digital.

Registra-se que, segundo a Portaria MCOM nº 5.218, de 07 de abril de 2022, por meio da qual o Ministério das Comunicações dispõe sobre o procedimento para a contratação e sobre a fase de execução dos contratos de serviço de comunicação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a escolha do tipo de licitação deveria ter sido justificada e fundamentada, conforme consta do art. 9º:

Art. 9º (...)

§2º A opção pelo tipo de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" é uma discricionariedade do órgão ou entidade contratante, que justificará e fundamentará a sua escolha e utilizará o respectivo modelo de edital disponibilizado pela Secretaria Especial de Comunicação Social ou pela Advocacia-Geral da União, conforme as características do tipo de sua contratação e exigências do órgão jurídico. (G.N.)

Assim, em face da previsão acerca da necessidade de justificativa e da fundamentação da escolha do tipo de licitação, conclui-se que, desde a formalização da demanda, a Assessoria de Comunicação Social considerou o tipo “melhor técnica” como a única possibilidade de atendimento da necessidade da Administração, deixando de motivar essa opção.

Relevante enfatizar a informação constante do Estudo Técnico Preliminar nº 102/2021 (SEI 0022998799), especificamente no item 5.4, uma vez que se trata de um dos poucos momentos nos autos no qual se buscou apresentar algum fundamento para a escolha do tipo de licitação, conforme segue:

“5.4 Da mesma forma, esta Assessoria verificou os contratos formalizados com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR e Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal, (0022943161 e 0022943303), devidamente elaborados e formalizados mediante concorrência “Melhor Técnica”, visto a necessidade e emprego da intelectualidade para a realização dos trabalhos relacionados na planilha de produtos.” (G.N.)

Ocorre que, apesar de ter sido afirmado pela Equipe Técnica de Planejamento que as licitações realizadas pelo MDR e pelo GDF teriam sido concorrências do tipo “melhor técnica”, os documentos juntados aos autos confirmam que ambos os certames tiveram como tipo

“técnica e preço”, sendo, portanto, uma fundamentação baseada em dados não condizentes com os fatos presentes dos autos, tratando-se de mais uma situação em que a equipe técnica da ASCOM buscou direcionar o tipo de licitação.

Importante acrescentar que na Concorrência nº 2/2020, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em razão do tipo de licitação ter sido a de “técnica e preço”, a empresa que ficou na primeira colocação na avaliação técnica (Briviacom Comunicação e Marketing Ltda) ofereceu um desconto de 8,9% na proposta financeira. Como a segunda colocada (In.Pacto Comunicação Corporativa e Digital SS) ofertou um desconto de 49% na proposta financeira, sagrou-se a vencedora da licitação.

Nesse mesmo sentido, cumpre citar que o Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, teve seu nome indicado para participar do sorteio da subcomissão técnica da Concorrência nº 02/2021, conduzida pelo Ministério das Comunicações, que também foi do tipo “técnica e preço”. Dessa forma, entende-se que o servidor tinha conhecimento de que os dois tipos de licitação seriam elegíveis para o certame.

Importante mencionar que na licitação conduzida pelo MS a vencedora foi a empresa FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda., com uma proposta de desconto de 5,25% incidente de forma linear sobre os valores elencados na planilha de estimativa de preços.

Releva ponderar que ambas as empresas mencionadas participaram da presente concorrência, demonstrando que a opção pelo tipo “técnica e preço” não gera qualquer prejuízo para a seleção das empresas com capacidade técnica para a prestação dos serviços, mas cria uma condição financeiramente favorável para a Administração, uma vez que as duas empresas vencedoras do certame conduzido pelo MS também se sagraram vencedoras de outras licitações do tipo “técnica e preço”, ofertando descontos.

Ante todo o exposto, conclui-se que ocorreu um direcionamento realizado pelos agentes da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde para que a concorrência fosse do tipo “melhor técnica” em detrimento do tipo “técnica e preço”, o que caracterizou uma prática antieconômica, uma vez que, se as mesmas empresas selecionadas pelo Ministério da Saúde nesse certame apresentassem os mesmos descontos por elas ofertados em licitações anteriores, poder-se-ia ter um desconto entre 1,14 milhão e R\$ 10,7 milhões, o equivalente a 5,25% e 49% de R\$ 21.835.865,62 respectivamente.

2.2. Não observância ao princípio da segregação de funções, com direcionamento das atividades decisórias para agentes vinculados à Área Técnica demandante.

Da análise da instrução processual da aquisição do serviço de comunicação digital, verificou-se que o Chefe da ASCOM do Ministério da Saúde (Patrick Leal Costa) e seu subordinado direto, o Coordenador de Imprensa (Victor de Melo Barbosa Leite), atuaram diretamente em todas as etapas do processo, inclusive decidindo sobre questões que não estavam sob suas responsabilidades.

Esses agentes foram responsáveis por elaborar e aprovar o Documento de Formalização da Demanda, por designar seus próprios nomes para compor a equipe técnica de planejamento, por elaborar e aprovar o Estudo Técnico Preliminar, o Projeto Básico e o Edital da

concorrência, além de escolher as empresas que foram consultadas para apresentarem orçamento a fim de definir o valor dos serviços e por solicitar a indicação de servidores de outros ministérios para compor a subcomissão que seria responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas. Além disso, o Chefe da ASCOM emitiu a Declaração de Disponibilidade Orçamentária, mesmo não tendo competência para tal.

A ausência de segregação é uma prática extremamente prejudicial para a lisura da licitação, mas principalmente para a execução dos serviços, pois os mesmos agentes que conduziram todas as etapas do planejamento realizaram a definição dos valores, a análise técnica e julgamento das propostas que redundaram na escolha das empresas e serão os responsáveis por demandar os serviços, fiscalizar a execução do contrato, avaliar a qualidade dos serviços prestados e autorizar o pagamento.

Relevante esclarecer que, com a dispensa do cargo do até então chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, passou a exercer essas atividades a servidora Ana Letícia Jacinto Monteiro, inclusive tendo seu nome indicado para compor a subcomissão técnica responsável por analisar e julgar as propostas das empresas participantes da licitação.

Observou-se que a falta de segregação possibilitou que os membros da ASCOM atuassem em momentos decisórios do processo, ou seja, da definição da demanda até a escolha das empresas vencedoras, tendo ampla participação no julgamento das propostas técnicas, por meio de servidores vinculados ao setor, causando prejuízo à competitividade do certame.

Por fim, quando da celebração dos Contratos nºs 10 e 11/2023, o servidor Victor de Melo Barbosa Leite foi designado fiscal dos contratos, de acordo com a Portaria nº 25/2023 DICON/CCLIC, de 05/04/2023. Tem-se, então, que o citado agente atuou na contratação desde o planejamento da contratação, participando como membro da subcomissão que escolheu as empresas e ainda como responsável por fiscalizar a execução dos contratos. Registre-se ainda que o referido servidor esteve lotado na área demandante, e isso implica que ele participaria da definição das atividades que serão submetidas a um processo seletivo entre as duas empresas e que fiscalizará a execução.

2.3. Descumprimento dos procedimentos previstos na legislação mediante a criação de procedimentos restritivos para a participação de servidores na subcomissão técnica.

Tendo em vista a opção pelo tipo de licitação “melhor técnica”, as duas empresas contratadas foram escolhidas mediante as avaliações dos membros da Subcomissão Técnica. Dessa forma, seria fundamental que esses agentes tivessem experiência e conhecimento técnico para avaliar a capacidade técnica das empresas participantes da licitação, uma vez que não é razoável haver requisitos amparados em questões técnicas para a orientar a seleção, mas os avaliadores não possuem experiência na matéria.

Nesse aspecto, cabe acrescentar que a Portaria MCOM nº 5.218, de 07 de abril de 2022, define claramente o perfil profissional para um servidor compor a subcomissão técnica.

SUBCOMISSÃO TÉCNICA

Art. 34. A constituição da subcomissão técnica obedecerá aos seguintes critérios:

I - será constituída por pelo menos 3 (três) membros que possuam formação em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas;

Já o Edital elaborado pelo MS, nº 41/2022 (SEI 0026557991), contrariou a mencionada Portaria, porquanto não estabeleceu de forma clara o perfil profissional a ser observado para um membro compor a subcomissão, prevendo apenas que deveria ter “formação acadêmica ou experiência profissional em áreas conexas ao objeto desta concorrência”, conforme se verifica adiante:

17. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E SUBCOMISSÃO TÉCNICA

17.1 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

17.2 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, constituída por 3 (três) integrantes com formação acadêmica ou experiência profissional em áreas conexas ao objeto desta concorrência.

17.2.1 Na composição da Subcomissão Técnica, pelo menos 1/3 (um terço) dos integrantes não terão vínculo funcional ou contratual com o Ministério da Saúde.

17.3 A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o dobro do número de integrantes da Subcomissão integrantes com vínculo com o Ministério da Saúde e 1/3 (um terço) sem vínculo, previamente cadastrados.

17.3.1 Os nomes remanescentes da relação após sorteio dos 3 (três) membros da Subcomissão Técnica serão todos sorteados para definição de uma ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impossibilidade de participação de algum dos titulares.

17.3.1.1 Para composição da relação prevista no subitem 17.3, a Comissão Especial de Licitação deverá solicitar a comprovação dos requisitos de qualificação, dispostos no subitem 17.2, dos possíveis membros da Subcomissão Técnica.

Nota-se que, além de o Edital não ter estabelecido o critério objetivo previsto na norma quanto à formação acadêmica necessária para integrar a subcomissão técnica, não foi identificada nos autos qualquer tentativa de dar transparência ao processo seletivo, com vistas a possibilitar que os servidores lotados no Ministério da Saúde que possuísem a formação definida na Portaria pudessem participar do sorteio. Assim, observou-se que todas as indicações de servidores lotados no MS e a escolha de quais órgãos seriam consultados para apresentarem indicações de nomes foram feitas pela própria ASCOM e sem qualquer motivação.

2.4. Direcionamento de servidores da ASCOM para integrar a subcomissão técnica, o que implicou inobservância do critério de experiência profissional ou formação acadêmica.

Observou-se que a fundamentação de se optar pelo tipo de licitação “melhor técnica” foi a necessidade alegada pela ASCOM e pela Equipe Técnica de Planejamento, segundo os quais se estaria primando pela economicidade e vantajosidade para o órgão por entender a equipe de planejamento o seguinte: *“ser o tipo “melhor técnica” a opção mais pertinente no presente caso, ao possibilitar a escolha mais adequada, ao conciliar a seleção da melhor qualificação técnica entre as licitantes concorrentes ao menor preço na execução contratual, identificado e negociado entre as propostas das empresas tecnicamente classificadas”*.

Nesse sentido, resta evidente que, para se ter uma seleção qualificada de quais empresas detêm uma capacidade técnica diferenciada, a fim de garantir uma execução das atividades de qualidade, a capacidade técnica da equipe responsável por realizar a análise e o julgamento das propostas também seria de suma importância.

Dessa maneira, verificou-se que a ASCOM não teve a mesma preocupação com a avaliação da capacidade técnica dos servidores que participaram do sorteio para compor a subcomissão técnica. Inicialmente porque não houve qualquer tentativa de dar transparência internamente para que profissionais com formação acadêmica ou experiência no tema tivessem a oportunidade de participarem do sorteio, conforme indicado no item 2.3. O que se percebe é ter ocorrido um direcionamento para que os servidores lotados na ASCOM participassem desse processo seletivo.

Além disso, verificou-se que os nomes dos servidores lotados no Ministério da Saúde surgem nos autos do processo sem qualquer indicação ou requisição aos setores de lotação.

Da análise dos nomes indicados para participarem do sorteio, conforme Despacho (SEI/MS 0028393122), de 26/07/2022, constatou-se que a ASCOM definiu os indicados sem uma avaliação técnica do perfil desses nomes, permitindo concluir que a relação foi utilizada apenas para cumprir a formalidade de haver um sorteio. Essa situação é corroborada pelas seguintes peculiaridades relacionadas aos indicados:

a) Victor de Melo Barbosa Leite: participante da Equipe Técnica de Planejamento, foi nomeado para o cargo de Coordenador de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do MS em julho de 2021, tendo formação acadêmica em Administração de Empresas.

De acordo com as informações registradas em seu currículo, o servidor já havia ocupado cargos no Governo do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Secretaria de Estado de Comunicação Social e Secretaria de Estado de Trabalho) no período de 2011 a 2019, sempre exercendo atividades relacionadas a licitações e contratos, inclusive já desempenhando a atividade de pregoeiro.

Pelo exposto, verifica-se que o servidor em questão também não demonstrou

preencher os requisitos necessários para a realização da análise do julgamento técnico de uma licitação do tipo “melhor técnica”. Por meio da Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0030641747), de 27/06/2022, em relação ao referido servidor, a Divisão de Procedimentos Licitatórios apreciou o perfil profissional do servidor e concluiu que ele não preenche os requisitos de formação acadêmica e de experiência profissional no objeto da concorrência.

Diante dessa análise, o próprio interessado, na condição de Coordenador de Imprensa, editou o Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 14/07/2022, refutando o posicionamento apresentado na Nota Técnica nº 66, argumentando que Victor de Melo Barbosa Leite possui *“formação em administração e MBA em Gestão Pública; coordena a imprensa do Ministério da Saúde; acompanha e fiscaliza os contratos de imprensa e publicidade; assessora o chefe da Assessoria de Comunicação Social; participa nos procedimentos de concorrência interna de aprovação das campanhas de publicidade apresentadas pelas agências; conhecimento do processo de licitação. O indicado atende aos requisitos do Edital”*.

Assim, mesmo sem ter sido apresentado qualquer argumento que demonstre a formação ou a experiência profissional, a Comissão Especial de Licitação aceitou a participação do agente.

b) Ana Letícia Jacinto Monteiro: ocupando o cargo de Coordenadora de Publicidade de Assessoria de Comunicação Social do MS, substituiu o então Chefe da ASCOM na Equipe Técnica de Planejamento, tendo em vista que o referido servidor não permaneceu no cargo no Ministério da Saúde após a aprovação da nova estrutura da Pasta.

Segundo as informações constantes no currículo (SEI 0030641747), a servidora tem formação acadêmica em publicidade e propaganda, tendo sido graduada em 2019. Apesar da área de formação, a experiência profissional está voltada para atividades operacionais, como produção de filmes publicitários, processos internos (preenchimento de SIREF e produção gráfica).

Em que pese essa falta de experiência, conclui-se que o perfil profissional da servidora em comento atende aos requisitos para participar da subcomissão técnica em razão de sua formação acadêmica.

Ocorre que, após o sorteio, por meio do Despacho (SEI 0029517087), de 29/09/2022, a Coordenadora de Publicidade da ASCOM e sorteada como primeira suplente, Ana Letícia Jacinto Monteiro, informou que:

“não estará disponível para a tarefa de análise das propostas técnicas da referida concorrência, por razões relacionadas ao encargo da substituição da Chefia da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM, SEI 0029477937, bem como na gestão do desenvolvimento das campanhas que serão veiculadas até dezembro de 2022, sendo necessário, portanto, a participação, a princípio, do 2.º suplente - sr. Raimundo Cirilo de Souza...”

A desistência da Coordenadora da ASCOM demonstra que a inclusão de seu nome no sorteio para compor a subcomissão técnica se deu apenas para cumprir a formalidade

no procedimento de escolha dos membros por meio de sorteio, porquanto a legislação exige uma quantidade mínima de participantes.

Cabe reforçar que a desistência se deu por situações inerentes a suas atividades profissionais já existentes antes da indicação de seu nome. No que se refere à questão do exercício do encargo de substituta, também não se pode considerar razoável, tendo em vista que o próprio titular do cargo ter se autoindicado para participar no sorteio.

c) Raimundo Cirilo de Sousa: ocupante do cargo de Coordenador de Publicidade Substituto, foi indicado pelo Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, conforme Despacho ASCOM (SEI 0030641747), 21/07/2022, uma vez que o servidor que ocupava o cargo de Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, aguardava a sua nomeação, tendo em vista ter sido aprovada a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde, razão pela qual todos os ocupantes de cargos deveriam ter seus cargos apostilados ou submetidos a novo processo de nomeação.

Quanto ao perfil profissional do servidor indicado para participar do sorteio, observa-se que se trata de servidor do MS, com formação acadêmica de ensino médio, ocupante do cargo de agente administrativo, que exercia atividades operacionais na chefia do apoio administrativo da ASCOM e desempenhava a atividade de membro da comissão de patrimônio.

Apesar de não ter sido demonstrada a formação acadêmica ou experiência profissional, o mencionado agente foi sorteado como segundo suplente. Ato contínuo, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 18/10/2022, ele solicitou a sua substituição na subcomissão, conforme os seguintes termos: *“Venho informar que, em razão de ordem particular, precisarei me afastar de minhas funções na Ascom no período que vai da última semana de outubro até a segunda semana de novembro de 2022, motivo pelo qual tirarei férias e estarei impossibilitado de participar da subcomissão técnica destinada a avaliar as propostas técnicas da concorrência em epígrafe”*.

Verifica-se, portanto, mais uma situação em que o servidor indicado não detinha experiência para realizar a avaliação técnica requerida e que teve seu nome elencado para participar do sorteio da subcomissão técnica apenas para cumprir a formalidade do sorteio, mas antes do início de suas atividades solicitou a sua dispensa, abrindo a vaga para outro agente. Na situação em comento, a fundamentação para a dispensa da suplência foi a necessidade de afastamento em razão de gozo de férias.

d) Helmarques Ferreira dos Santos: servidor com formação acadêmica em Estudos Sociais, com especialização em Análise de Sistemas. Consta de seu currículo que atua há mais de 16 anos na área de Gestão de Pessoas com foco no planejamento estratégico, gestão de riscos, monitoramento e controle.

Por meio da Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0030641747), de 27/06/2022, em relação ao referido servidor, a Divisão de Procedimentos Licitatórios analisou e concluiu que o referido agente não preenche os requisitos de formação acadêmica ou de experiência profissional no objeto da concorrência.

Diante dessa análise, o Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 14/07/2022, refutou o posicionamento da Divisão de Procedimentos Licitatórios, apenas transcrevendo as informações constantes do currículo do servidor e concluindo que o seu nome atende aos requisitos: *formação em estudos sociais; formação e extensão em análise de sistemas; curso de criatividade e novas tecnologias no Serviço Público; gestão de riscos no Setor Público; experiência em licitações; desenvolveu o acompanhamento das ações de comunicação do MS; análise e fiscalização dos contratos de publicidade; participação nos processos de concorrência interna de publicidade; ações de controle junto as agências de publicidade. O indicado atende aos requisitos do Edital.*

Aqui cabe esclarecer que a experiência comprovada aborda apenas a atuação em licitações, não sendo demonstrado possuir formação em comunicação, publicidade ou marketing ou atuação nessas áreas.

e) Carlos Antônio Alves de Almeida: servidor do MS com formação em Turismo e especialização em logística e gestão de operações em organizações públicas de saúde lotado na Coordenação de Promoções e Eventos do Gabinete do Ministro da Saúde.

Trata-se de outro servidor do MS cuja qualificação, analisada por meio da Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI 0030641747), de 27/06/2022, a Divisão de Procedimentos Licitatórios entendeu não preencher os requisitos de formação acadêmica ou de experiência profissional no objeto da concorrência.

No entanto, em razão dessa análise, o Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 14/07/2022, refutou o posicionamento da Divisão de Procedimentos Licitatórios, apenas transcrevendo as informações constantes do currículo do servidor e concluindo que o seu nome atende aos requisitos.

Após todas essas etapas, a subcomissão técnica foi composta pelos seguintes servidores: Victor de Melo Barbosa Leite (Integrante com vínculo com o MS), Carlos Antônio Alves de Almeida (Integrante com vínculo com o MS) e Fábio Augusto Oliveira Pinheiro (Integrante sem vínculo com o MS).

Diante dessa situação, constata-se que a análise quanto ao preenchimento dos requisitos necessários para que os servidores fossem indicados para participarem do sorteio da Subcomissão Técnica não constitui uma avaliação de natureza técnica, razão pela qual não deveria ter sido um ato efetuado por um interessado, mas sim pela Comissão Especial de Licitação. Esse é o entendimento tratado na doutrina de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed. São Paulo: Dialética. pág. 479 e 480):

A Lei [n.º 8.666/1993] distingue comissões permanentes e especiais justamente em função das peculiaridades que as licitações possam apresentar. Em princípio, as atribuições das comissões permanentes são genéricas. Julgam as licitações que versem sobre objetos não especializados ou que se insiram na atividade normal e usual do órgão licitante. Surgindo situações especiais, distinguidas pelas peculiaridades do objeto licitado ou por outras circunstâncias, a Administração constituirá comissão especial. As circunstâncias que conduzem à constituição de uma comissão especial

também impõem que os seus membros apresentem condições para enfrentar e superar as dificuldades envolvidas no caso.

Em face de todo o exposto, conclui-se que a Comissão Especial de Licitação não desempenhou satisfatoriamente as atividades inerentes à sua responsabilidade, pois permitiu a seleção de agentes que não possuíam o perfil profissional e experiência previstos na legislação. Tal situação contribuiu para que a atuação do servidor Victor de Melo Barbosa Leite fosse preponderante na indicação dos membros para compor a Subcomissão Técnica.

2.5. Falha na instrução processual da contratação por meio da limitação do número de empresas consultadas para apresentação de cotação de preço.

Observou-se que a ASCOM, ao solicitar as cotações de preços, apenas encaminhou e-mails para quatro empresas – FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda, In Press Oficina Assessoria de Comunicação Ltda, Briviacom Comunicação e Marketing Ltda e IComunicação Integrada Eireli, mas tendo encaminhado para os endereços eletrônicos pessoais de prepostos dessas empresas, não sendo sequer copiados os endereços eletrônicos institucionais para garantir o recebimento da solicitação.

Cumpra registrar que as duas primeiras empresas supracitadas já tiveram, recentemente, relacionamentos contratuais com o Ministério da Saúde, tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade e afins, em que os seus prepostos das empresas executavam suas atividades nas dependências do MS.

No que se refere ao mapa comparativo de preços, verifica-se que foram utilizados como referências os valores apresentados pelas 4 empresas consultadas, bem como os valores praticados em dois procedimentos licitatórios que resultaram na celebração de contratos específicos, quais sejam: Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação Digital nº 24/2021- MDR, firmado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, e o Contrato nº 02/2020-SECOM/DF, firmado pelo Governo do Distrito Federal.

No entanto, como esses dois contratos utilizados como referência de preço tiveram como tipo de licitação a “técnica e preço”, esses valores foram submetidos a descontos ofertados pelas empresas vencedoras.

2.6. Favorecimento de determinadas empresas participantes do certame pela Subcomissão Técnica mediante utilização de procedimentos não isonômicos.

Da análise dos autos, observou-se que a Subcomissão Técnica não adotou procedimentos isonômicos para analisar as propostas apresentadas pelas empresas participantes da licitação, além de ter desrespeitado determinados procedimentos definidos no Documento Convocatório.

Em que pese haver uma subjetividade intrínseca nas avaliações de propostas técnicas apresentadas por licitantes, verificou-se que aspectos similares tiveram uma variação de pontuação que não está amparada na fundamentação apresentada pela Subcomissão, tendo em vista a utilização de uma análise genérica.

Sobre esse processo, entende-se que haveria duas formas de avaliação quantitativa dos quesitos, quais sejam: a retirada de pontos por não atender a determinadas situações previstas no Edital; ou a atribuição de pontos por atender aos quesitos definidos. Dessa forma, a utilização de um critério único permitiria a realização de uma avaliação comparativa entre as peças apresentadas pelas concorrentes e as notas atribuídas pela Subcomissão.

Em relação à avaliação do Plano de Comunicação Digital, por exemplo, a Subcomissão, ao analisar os subquesitos, apresenta critérios diferentes para apreciar os documentos elaborados pelas participantes, uma vez que, para as licitantes que obtiveram as maiores notas, as justificativas abordam os aspectos positivos. Já em relação às licitantes que não ficaram nas primeiras colocações, as análises contemplavam somente os aspectos negativos e de forma genérica, conforme exemplos a seguir:

Subquesito 2 – Estratégia de Comunicação Digital

	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída	Justificativas da Subcomissão
Empresa 6	30	23,7	“Regular estratégia e conceito, argumentação consistente, boas possibilidades de interpretação, consistência técnica, boa articulação de conhecimentos.”
Empresa 4		14,2	“O conceito apresentado tem baixa adequação aos objetivos de comunicação do Ministério da Saúde”

Relevante registrar que o conceito apresentado pela empresa nº 6 foi **“Vamos Cancelar o Mosquito”**, tendo sido avaliado como regular pela Subcomissão, obtendo 23,7 pontos. Já a empresa nº 4 apresentou, como conceito, **“Cancela mosquito! Hora de eliminar o Aedes Aegypti com 100% de rejeição”**. Nesse caso, a avaliação foi que o conceito tem baixa adequação aos objetivos de comunicação do MS, sendo atribuído 14,2 pontos.

Dessa forma, apreciando apenas os conceitos supramencionados, não é apresentado argumentação razoável para que as avaliações sejam tão discrepantes, ou seja, atingindo 79% e 47,3% da pontuação total do item.

Outro aspecto que corrobora a imparcialidade da Subcomissão na avaliação é a forma diferenciada com que as justificativas foram apresentadas. Isso porque, para a empresa que obteve a maior nota na análise técnica, os avaliadores justificaram a nota atribuída por meio de elogios aos documentos que integram o Plano de Comunicação Digital apresentado pela participante, não adentrando nos fatores que levaram a descontar pontos do limite atribuído aos subquesitos, conforme apresentado a seguir:

Subquesito	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida	Justificativas apresentadas pela Subcomissão
1. Raciocínio Básico	10	10	Demonstra acuidade na análise das características e especificidades do MS; pertinência dos aspectos relevantes e significativos apresentando assertividade na compreensão do desafio e objetivos estabelecidos no Briefing.

Subquestito	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida	Justificativas apresentadas pela Subcomissão
2. Estratégia de Comunicação Digital	30	26,5	Com estratégia e conceito abrangente, a licitante apresentou consistência técnica; e capacidade de articular os conhecimentos sobre a Contratante no desafio e objetivos de comunicação estabelecidos no briefing.
3. Solução de Comunicação	20	18,2	Assertividade da solução de comunicação e interpretações favoráveis ao desafio, mensagem clara, precisa e de acordo com os objetivos de comunicação estabelecidos no briefing.
4. Plano de Implementação	20	19,1	A licitante apresentou um plano adequado com as ações sugeridas, com consistência técnicas e exequibilidade das ações de comunicação digital.

Por outro lado, para as empresas que não se sagraram vencedoras, as justificativas acerca das avaliações realizadas pela Subcomissão Técnica abordaram os aspectos negativos dos documentos apresentados, ou seja, o porquê da pontuação descontada, conforme exemplo de uma empresa exposto a seguir:

Subquestito	Pontuação Máxima	Pontuação Obtida	Justificativas apresentadas pela Subcomissão
1. Raciocínio Básico	10	7,3	A licitante demonstrou pouco conhecimento das características e especificidades do MS; análise e compreensão superficiais dos desafios de comunicação.
2. Estratégia de Comunicação Digital	30	19,2	Regular estratégia e conceito, regular argumentação, com boa possibilidade de interpretação, regular consistência técnica, boa articulação de conhecimentos.
3. Solução de Comunicação	20	12,5	Não apresentou de forma clara e detalhada as ações de comunicação para o exercício proposto.
4. Plano de Implementação	20	10,1	A licitante não apresenta plano de implementação da campanha, prejudicando a avaliação da subcomissão. Fez bom uso da verba referencial.

Ressalta-se que a forma de apresentação das justificativas das avaliações foram diferenciadas em face de a Subcomissão não ter observado o mesmo critério para motivar a atribuição da pontuação das propostas vencedoras e o das não vencedoras.

Além disso, verifica-se que, tanto para elogiar como para criticar determinados aspectos dos documentos analisados, nas justificativas se fez uso de termos genéricos, como no seguinte exemplo, ao se analisar a estratégia de comunicação digital para atribuir uma pontuação próxima ao máximo: “Com estratégia e conceito abrangente, a licitante apresentou consistência técnica”. Já para o documento elaborado por outra licitante, apresentou-se a seguinte justificativa: “Regular estratégia e conceito”.

Dessa forma, não ficaram transparentes os motivos pelos quais foram descontados os pontos das participantes, dificultando inclusive a interposição de recursos, porque não foram indicados, de forma objetiva, os itens que compõem o subquestito que levaram àquelas pontuações.

Cumpra esclarecer que essas propostas foram apresentadas para a apreciação da Subcomissão sem a identificação da licitante responsável. Ocorre que, conforme argumentado por empresas participantes, a empresa vencedora fez uso de uma consulta que

permitiu que a subcomissão identificasse a autoria de sua proposta.

Tratou-se do Pedido de Esclarecimento nº 8 (SEI 0028083153), apresentado pela FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda., por meio do qual foi questionado se seria “possível usar negrito, itálico e nota de rodapé nos documentos da Proposta Técnica, especialmente no Plano de Comunicação Digital”.

Na resposta elaborada pelo Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, foi apresentado o seguinte: “Sim, desde que respeitadas as orientações constantes nos subitens 1.2, 1.2.1, 1.2.3”. Ocorre que, se for seguido o que prevê os subitens indicados na resposta, verifica-se que não seria possível utilizar a ferramenta questionada por falta de previsão no documento convocatório.

1.2. Quesito 1 - Plano de Comunicação Digital - Via Não Identificada: para apresentação do Plano, a licitante deverá levar em conta as seguintes orientações:

- a) em caderno único, orientação retrato e com espiral preto colocado à esquerda;*
- b) capa e contracapa em papel A4, branco, com 90 gr/m2, ambas em branco;*
- c) conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 gr/m2, orientação retrato;*
- d) espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;*
- e) títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;*
- f) espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entreparágrafos;*
- g) alinhamento justificado do texto;*
- h) texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos, observados os subitens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3;*
- i) numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;*
- j) sem identificação da licitante.*

1.2.1. As especificações do subitem 1.2 não se aplicam aos exemplos de ações e/ou peças de comunicação digital que trata a alínea ‘b’ do subitem 1.3.3 e à indicação prevista no subitem 1.3.3.6.

1.2.2. Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Digital poderão ter gráficos, quadros, tabelas ou planilhas, observadas as seguintes orientações:

- a) poderão ser editados em cores;*
- b) os dados e informações deverão ser editados na fonte Arial e poderão ter tamanho de 08 a 12 pontos;*
- c) as páginas em que estiverem inseridos poderão ser:*
 - c1) apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite máximo previsto no subitem 1.2.6, cada folha de papel A3 será computada como 02 (duas) páginas de papel A4;*
 - c2) impressas na orientação paisagem.*

1.2.3. Os gráficos, quadros, tabelas ou planilhas integrantes do subquesto Plano de Implementação poderão:

- I - ser editados em cores;*
- II- ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses recursos;*

- III - ter qualquer tipo de formatação de margem;*
- IV - ser apresentados em papel A3 dobrado.*

Dessa forma, pelo fato de a empresa vencedora da licitação ter feito uso da ferramenta de nota de rodapé, passou a ser possível a identificação pela Subcomissão Técnica de qual proposta fora elaborada pela empresa FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda. Para evitar qualquer sinalização, o Edital previu a uniformização de aspectos como espaçamentos, margens dos documentos, títulos, numeração de páginas, entre outros aspectos.

Reforça-se que o Edital da Concorrência veda expressamente a indicação de marca, sinal ou qualquer elemento que possibilite identificar a autoria do documento, não havendo a necessidade de fazer menção ao nome da empresa participante.

1.2.5. O Plano de Comunicação Digital – Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria, antes da abertura do Invólucro nº 3.

Dessa forma, constata-se que pelo menos um membro da Subcomissão Técnica, Victor de Melo Barbosa Leite, tinha conhecimento de que a empresa vencedora havia feito o questionamento acerca do uso de nota de rodapé. Então, tendo em vista ter ocorrido o questionamento da empresa e a resposta do membro da Subcomissão Técnica de que poderia ser usada essa ferramenta, mesmo o Edital não prevendo, quando da análise dos documentos elaborados pela empresa vencedora, esse mesmo servidor do Ministério da Saúde já tinha a possibilidade de saber a autoria da proposta, o que implicaria a desclassificação. Assim, entende-se que a competência para analisar e decidir sobre a pertinência desse recurso seria da Comissão Especial de Licitação.

CONCLUSÃO

Concorrência nº 01/2021 - Publicidade

As análises efetuadas nos presentes autos evidenciam a ocorrência de condutas praticadas pelos agentes da área técnica demandante que ocasionaram o favorecimento de determinadas empresas, além de impactar a lisura do procedimento licitatório, tendo havido influência no resultado da licitação.

Dessa maneira, constatou-se que a partir do momento em que a condução do processo passou a ser realizada pelo Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, as etapas do procedimento de contratação passaram a não observar o rito tradicional de contratação do objeto em questão, além de terem ocorrido desrespeitos à legislação que rege a contratação de prestação de serviço de publicidade.

Relevante esclarecer que o citado agente, antes de ser nomeado para o cargo em comissão de Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde, não mantendo vínculo efetivo com a Administração Pública federal, teve a sua atuação profissional em empresas de publicidade, inclusive compôs o quadro da Empresa Debrito Propaganda Ltda., uma das empresas contratadas na licitação.

Assim, o Chefe da ASCOM concentrou todas as decisões relevantes da licitação em seu poder, havendo algumas iniciativas da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA, mas que foram refutadas, fazendo com que as decisões fossem tomadas monocraticamente até que servidores de sua confiança fossem designados para ocupar os cargos de coordenação na ASCOM.

O Chefe da ASCOM, após definir que a modalidade da licitação seria a de “melhor técnica”, fazendo com que uma subcomissão técnica fosse a responsável por avaliar as propostas técnicas e definir as empresas vencedoras mediante julgamento subjetivo, passou a direcionar a designação dos integrantes dessa subcomissão. Então, indicou seu próprio nome e de agentes diretamente vinculados à ASCOM.

Ressalta-se que a SAA avaliou se os indicados pela ASCOM reuniam os requisitos necessários para integrar a Subcomissão Técnica, firmando o entendimento de que alguns não atendiam. No entanto, a ASCOM se posicionou em sentido contrário, e esses agentes participaram do sorteio sem que tivesse sido realizada uma análise final acerca de atendimento dos requisitos de qualificação pela Subsecretaria.

Mesmo havendo um pedido de impugnação dessa situação por parte da Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde e de processo de apuração no âmbito do Tribunal de Contas da União, tendo como principal aspecto a afronta ao princípio da segregação de funções, a designação dos membros da subcomissão foi realizada sem que essa situação fosse decidida.

Como resultado, tem-se que duas das quatro empresas contratadas na licitação anterior sagraram-se vencedoras do presente certame. Além disso, uma empresa em que o chefe da ASCOM já atuou como empregado também figurou entre as vencedoras da concorrência.

Em relação aos recursos, importante reforçar que inicialmente o Chefe da ASCOM tentou estabelecer no Edital da Concorrência nº 01/2021 que a competência por proferir a decisão

sobre eventuais recursos seria dele próprio enquanto Chefe da ASCOM. Tal previsão foi questionada pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos, inclusive a questão foi submetida à apreciação da Consultoria Jurídica do MS, cujo entendimento foi de que essa avaliação competiria à SAA.

No entanto, apesar de o Edital estabelecer que a decisão dos recursos seria da SAA, o que se observou foi que as decisões da Subsecretaria somente foram tomadas após a manifestação da ASCOM, acatando o posicionamento da Assessoria. Dessa forma, a ASCOM também atuou na avaliação dos recursos interpostos pelas empresas participantes, e a SAA apenas subsidiariamente.

Ante todo o exposto, conclui-se que a Concorrência nº 01/2021 apresentou irregularidades relacionadas à atuação do então Chefe da ASCOM do MS, Patrick Leal Costa, o que implicou direcionamento do certame, mesmo havendo alertas da Diretoria de Integridade do MS e do Tribunal de Contas da União.

Reforça-se que as ilegalidades indicadas na presente Nota Técnica demonstram ter havido vários alertas de diversos participantes no processo, principalmente do TCU e do Controle Interno da Pasta, sendo essas situações desconsideradas pela ASCOM. Essas condutas causaram afronta aos princípios que regem as licitações públicas, donde se conclui que os agentes atuantes na condução da licitação tinham conhecimento das irregularidades por eles praticadas, resultando em favorecimento indevido de determinadas empresas.

Concorrência nº 01/2022 – Comunicação Digital

Em face do exposto no relatório, conclui-se que a condução do presente procedimento licitatório apresenta vícios, conforme indicado a seguir.

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde – ASCOM/MS fez uso de fundamentos não verídicos de que outras licitações no âmbito da Administração Pública para o mesmo objeto foram realizadas na modalidade de concorrência do tipo “melhor técnica”, de forma que a seleção das duas empresas vencedoras fosse realizada pela subcomissão técnica.

Após obter sucesso na definição do tipo de licitação, a ASCOM/MS atuou para que os membros da Subcomissão Técnica fossem apenas aqueles selecionados pelo setor, inclusive fazendo uso de consulta a apenas alguns ministérios para a indicação de servidores que não mantêm vínculo com o MS. Além disso, indicou servidores que não detinham conhecimento técnico para participarem do sorteio, que desistiram posteriormente, valendo-se de justificativas não razoáveis para a não realização das atividades, de forma a deixarem as vagas disponíveis para os suplentes sorteados.

Além disso, dois servidores lotados na ASCOM atuaram de forma direta em todas as etapas do processo licitatório, sendo eles o então Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, e o Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, que elaboraram a demanda já estabelecendo que o tipo da licitação deveria ser a de “melhor técnica”.

Mesmo o Setor de Controle Interno do Ministério da Saúde tendo alertado acerca das falhas na condução do processo licitatório de contratação do serviço de publicidade (Concorrência nº 01/2021), no que tange à não observância dos princípios da segregação de funções e da

vinculação ao instrumento convocatório, além da falta de motivação para o tipo de licitação escolhido, a licitação para a contratação dos serviços de comunicação digital prosseguiu. Tal alerta se deu mediante o Despacho DINTeG/MS (SEI 0024702792), de 05/01/2022, no Processo nº 25000.021006/2021-84, que também foi conduzido pela ASCOM.

Importante pontuar que, como ambas as licitações foram conduzidas pelos mesmos servidores, quais sejam, os servidores Patrick Leal Costa e Victor de Melo Barbosa Leite, em vez de corrigirem as fragilidades, eles atuaram para garantir que o tipo de licitação fosse o de “melhor técnica”, bem como que os servidores lotados na ASCOM tivessem ampla participação na avaliação das propostas técnicas.

Essas falhas foram ponto de questionamento do Tribunal de Contas da União e da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde quando da análise da Concorrência nº 01/2021, visto ter sido observada a falta de justificativa para a escolha do tipo de licitação “melhor técnica”, em preferência ao critério de “técnica e preço”, justificativa essa necessária por serem os dois tipos aplicáveis ao objeto licitado.

A falta de segregação de funções também foi observada na atuação na Comissão Especial de Licitação, que submeteu e acatou todas as decisões da Subcomissão Técnica, inclusive para questões que não diziam respeito às competências da Subcomissão, por não se de tratar assuntos relacionados à escolha da empresa que possuía a melhor capacidade técnica para a prestação dos serviços, como o preenchimento dos quesitos profissionais para a participação dos sorteios para integrar a Subcomissão.

Além disso, verificou-se um tratamento diferenciado à empresa vencedora, mediante a existência de utilização de marca vedada pelo Edital, que possibilitou que a proposta técnica da empresa vencedora pudesse ser identificada pelo menos por membro da Subcomissão que realizou a análise e julgou as propostas apresentadas.

Assim, considerando todas essas situações, constata-se que a presente licitação apresenta vícios desde o planejamento, pela escolha do tipo de licitação, passando pela seleção dos servidores que integrariam a Subcomissão que realizou a avaliação técnica, sendo que essas decisões afrontaram o princípio da segregação de funções, da isonomia, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, tratando-se de atos administrativos ilegais.

Esses vícios tiveram impacto diretamente na definição dos parâmetros básicos do certame, principalmente daqueles previstos no Estudo Técnico Preliminar e do Edital, bem como na análise e definição dos vencedores, além de não terem sido observados aspectos relacionados ao tratamento isonômico dos licitantes, ao julgamento das propostas técnicas e dos recursos interpostos. Essas medidas tiveram influência na definição das empresas vencedoras e, por conseguinte, geraram prejuízo às demais empresas participantes.

ANEXOS

I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Após tomar conhecimento das análises realizadas por esta Controladoria sobre as Concorrências nºs 01/2021 e 01/2022, o Ministério da Saúde apresentou as justificativas por meio do Ofício nº 226/2024/CGINTE/AECI/MS, de 08/03/2024, que encaminhou a Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS.

Inicialmente, o MS argumenta que a Concorrência nº 01/2021 foi analisada pelo TCU, em consequência da Representação TC-010.609/2022-9, e que a análise tratada no presente Relatório não teria levado em consideração a decisão do TCU, exarada pelo Acórdão nº 1187/2023-Plenário.

Assevera o MS que a Corte de Contas não teria identificado qualquer falha/impropriedade ou violação a princípios apta a anular o certame, porque o Acórdão citado apenas recomendou a adoção de medidas internas com vistas a prevenir novas ocorrências similares. Assim, para melhor esclarecer essa questão, cabe transcrever o inteiro teor do posicionamento do TCU:

Acórdão 1187/2023-TCU-Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 87, § 2º, da Lei 13.303/2016, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) dar ciência ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na Concorrência 1/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

b.1) inclusão, como membros na Subcomissão Técnica, de servidores que elaboraram o edital do certame e/ou participaram ativamente de sua fase de planejamento, particularmente quanto à autonegação do chefe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MS), sem previsão legal e em afronta ao princípio da segregação de funções consagrado pela doutrina e jurisprudência e que também se deflui do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei 12.232/2010;

b.2) retomada do certame sem publicizar a motivação do desprovento das razões que o suspendiam, derivadas da impugnação apresentada no primeiro sorteio da Subcomissão Técnica, realizado em 5/1/2022, contrariando os princípios da transparência e da publicidade, insculpidos no art. 3º da Lei 8.666/1993;

b.3) falta de especificação dos procedimentos para realização do sorteio de que trata o art. 10, § 2º, da Lei 12.232/2010, contrariando o princípio da transparência, com prejuízo potencial à segurança jurídica e ao controle;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério da Saúde e à representante;

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

Observa-se que a Decisão do TCU está vinculada à representação interposta por uma empresa participante do certame. Nesse sentido, constata-se que inicialmente foram estabelecidas medidas cautelares ao processo licitatório e o Despacho do Ministro Relator, autorizando que o certame prosseguisse, não afastando a ocorrência de irregularidades, como se pode verificar adiante:

DESPACHO

Trata-se de representação sobre supostas irregularidades ocorridas em concorrência conduzida no âmbito do Ministério da Saúde, destinada à contratação de serviços de publicidade a serem prestados por intermédio de agências de propaganda, para execução externa e distribuição de ações publicitárias junto a públicos de interesse.

Considerando a concessão de medida cautelar por meio do despacho de peça 23, referendada pelo Acórdão 1.505/2022-TCU-Plenário, com seus termos parcialmente alterados pelo Acórdão 1.769/2022-TCU-Plenário, para autorizar o Ministério da Saúde a dar continuidade à Concorrência 1/2021, porém, abstendo-se de adjudicar o seu objeto até que o Tribunal decidisse sobre o mérito das questões suscitadas no processo;

Considerando que o processo atualmente se encontra em fase de oitiva, com o encaminhamento de justificativas por parte do Ministério da Saúde, sem análise, ainda, da unidade técnica;

Considerando a informação da unidade técnica no sentido de que o contrato regente para serviços publicitários se encerra no dia 23/1/2023, sem possibilidade de mais prorrogação;

Considerando o registro do Ministério da Saúde no sentido do iminente prejuízo às ações publicitárias já previstas para o primeiro semestre de 2023, a exemplo, da ausência de mobilização e comunicação tempestiva da sociedade acerca das campanhas já programadas pelo Ministério da Saúde, bem assim de suas tempestivas implementações;

Considerando que, em situações similares, o TCU tem adotado o posicionamento de resguardar o interesse público;

Considerando a análise feita pela Selog (peças 151/152) quanto aos requisitos da cautelar, que concluiu ser oportuna a revogação da medida então concedida, sem prejuízo de posterior exame de mérito da presente representação;

Considerando, portanto, que, na presente situação, evidencia-se o perigo da demora reverso, tendo em vista o iminente encerramento do contrato vigente, sem possibilidade de prorrogação, e os possíveis graves prejuízos

decorrentes da descontinuidade dos serviços de utilidade pública durante o primeiro semestre de 2023, mormente em relação às ações de publicidades voltadas ao incentivo da vacinação da população brasileira, especialmente em um cenário de aumento do número de casos de Covid19;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 72634299. Documento Despacho TCU de 16.12.2022 (0030896442) SEI 25000.091649/2022-76 / pg. 231 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO Gabinete do Ministro Vital do Rêgo

Considerando, por fim, o disposto no parágrafo 5º do art. 276 do RITCU; Determino:

(i) a revogação, com fulcro no art. 276, § 5º, do RITCU, da cautelar concedida por meio do despacho à peça 23;

(ii) à Selog que dê prosseguimento às apurações sobre as irregularidades representadas, manifestando-se, inclusive, sobre a pertinência de eventual prorrogação contratual, caso seja firmado o contrato decorrente da concorrência em análise.

(iii) seja informado o Ministério da Saúde e o representante do presente despacho.

À Selog para providências a seu cargo.

Brasília, 16 de dezembro de 2022

Observa-se que o TCU arquivou a Representação em consequência de a licitação ter sido finalizada, mas o Despacho do Ministro Relator é claro ao pontuar que a autorização para concluir a licitação decorreu do risco de o MS ficar sem a prestação do serviço, uma vez que o contrato então em execução tinha vigência até 23/01/2023. Reforça-se que o Despacho do Ministro Relator emite expressa determinação para que a área técnica do TCU desse prosseguimento às apurações devidas.

Além disso, o Acórdão nº 1187/2023-TCU-Plenário considerou, no mérito, a representação parcialmente procedente. Diante desses fatos, não tem fundamento a alegação de que a apreciação foi exaustiva e afastou a existência de irregularidades.

Além disso, é importante esclarecer que a representação interposta pela empresa licitante perante o TCU teve como elementos fatos ocorridos no início da fase de julgamento das propostas técnicas. Já a análise ora apresentada contempla as etapas do planejamento até a conclusão da licitação, deixando, dessa forma, evidente que se tratam de escopos de trabalhos diferentes.

Achado nº 1.1. Ausência de realização de procedimentos na fase interna da licitação pela equipe técnica de planejamento da contratação.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social do MS, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

1.1. A CGU alega que houve atuação irregular por parte do servidor Patrick Leal Costa na etapa de planejamento, porquanto não fora designado formalmente para compor a equipe de planejamento.

1.2. Nesse contexto, aduz que a situação, ainda, é agravada pela centralização de decisões até outubro/2021, quando foi o único da área técnica a atuar no processo, de modo que apenas a partir de outubro/2021, outros integrantes da ASCOM passaram a atuar no processo, mas permanecendo a situação irregular de atuação no planejamento da contratação, uma vez que não houve a designação formal de nova equipe de planejamento.

1.3. A fim de sustentar o apontamento desta irregularidade, argumenta que a equipe de planejamento inicialmente constituída foi designada formalmente, nos termos do art. 21, da IN/SEGES/MP nº 05/2017, sendo composta por Carlos Eduardo de Souza Gomes Fonseca, Adriana Hayumi Berbel Ito, Fabiana Botelho Conte e Marcos Santos da Silva, servidores do setor requisitante do serviço, a ASCOM, que atuaram de forma conjunta na licitação no período de fevereiro a abril de 2021.

1.4. Prossegue relatando que, em 30/04/2021, ocorreu a mudança de titularidade da ASCOM, ocasião em que o servidor Carlos Eduardo de Souza Gomes Fonseca foi substituído pelo servidor Patrick Leal Costa, todavia, afirma que, após essa troca, verificou-se que não consta do processo alteração da composição da equipe inicialmente constituída, nem constituição de nova equipe.

1.5. Não obstante, a CGU afirma que, a partir da nomeação do referido agente, o novo chefe da ASCOM passou a atuar monocraticamente na fase interna da licitação, sendo ele o único agente a atuar com equipe técnica de planejamento, passando a assinar notas técnicas, despachos e demais documentos referentes ao planejamento.

1.6. No entanto, a conclusão alcançada pela CGU não merece prosperar, ao passo que não condizem com a realidade dos fatos.

1.7. Isto porque a ASCOM possui poucos servidores e o mero fato de o Sr. Patrick assinar atos e decisões subsequentes não significa que ele atuou monocraticamente no procedimento licitatório. Ademais, não se trata de uma equipe “nova”, mas de mera alteração de um único componente, em virtude da alteração de titularidade da ASCOM, ocasião em que o servidor Carlos Eduardo de Souza Gomes Fonseca foi substituído pelo servidor Patrick Leal Costa.

1.8. Diante disso, é possível concluir que se trata de conclusão alcançada de forma infundada e desprovida de qualquer substância lógica ou jurídica, porquanto não fora acompanhado o processo interno.

Análise da equipe de auditoria

A manifestação do MS apresenta como argumento para que o Chefe da ASCOM, que assumiu o cargo no setor com o planejamento da contratação em andamento, tivesse concentrado neles todas as decisões relacionadas ao planejamento da contratação a falta de pessoal no setor.

No entanto, tal situação não merece ser acolhida como suficiente para a elidir a irregularidade devido ao fato de haver outros servidores no setor que poderiam executar as atividades inerentes ao planejamento, como inclusive vinha sendo feito pelo Chefe da ASCOM que iniciou a contratação.

Além disso, sem a sua designação formal, a sua atuação deveria apenas alcançar atos relacionados ao chefe do setor demandante, como a apresentação de esclarecimentos técnicos a eventuais dúvidas da equipe técnica de planejamento, o que não foi o ocorrido, uma vez que as ações desse agente geraram mudanças significativa no curso do processo.

Aqui cabe pontuar que a realização das atividades inerentes ao planejamento sem a consulta aos demais membros da equipe, como foi observado na licitação em análise, não caracteriza mero descumprimento de formalidade, mesmo porque algumas decisões relevantes foram tomadas pelo mencionado agente sem que ele detivesse competência para tal ou que houvesse elementos que fundamentassem essas medidas nos estudos preliminares, como a definição do tipo de licitação, uma vez que essa decisão deveria ter sido adotada pelo ordenador de despesas com base na fundamentação da Equipe Técnica de Planejamento, não pelo chefe da área demandante, como foi observado.

Relevante esclarecer que a Instrução Normativa nº 40, de 22/05/2020, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, dispôs sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Nessa norma, não é vedado que os servidores da área demandante sejam os responsáveis por elaborar o planejamento da contratação, mas é importante lembrar que a Equipe Técnica de Planejamento tinha sido formalmente designada pelo Despacho SAA/SE/MS (SEI 0019312034). Assim, a ausência de ato administrativo substituindo os membros designados implica que os agentes atuaram de forma indevida, uma vez que existiam servidores formalmente nomeados para a condução do planejamento.

Achado nº 1.2. Negativa reiterada do chefe da ASCOM em observar a legislação que prevê a realização de pesquisa de preços para definição do valor estimado para a contratação.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

2.1. A CGU dá prosseguimento ao seu relatório preliminar apontando que, logo na primeira análise do documento da licitação, efetuada em 26/04/2021 pelo setor de licitações do MS, Divisão de Procedimentos Licitatórios (DIPLI), foram apontadas pendências relacionadas aos valores estimados para a contratação, no sentido de que não foram encontrados os parâmetros utilizados para a contratação estimada no importe de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a devida análise da pesquisa de preços prevista na IN nº 73/2020, e recomendou a inclusão dos valores encontrados na pesquisa de preços (painel de preços, outros entes, mídias especializadas e fornecedores) e apresentação da análise crítica dos valores encontrados.

2.2. Nesse contexto, a CGU relata o procedimento adotado pela ASCOM diante de tal apontamento, consignando, ao final, que “a disponibilização e a inserção de todos os documentos relacionados à licitação devem ser observadas na instrução processual da licitação, preferencialmente na sequência cronológica, a fim de garantir a transparência de todas as medidas adotadas, bem como verificar os diversos controles atuantes, não cabendo a nenhuma área decidir pela exclusão de documento contendo revisões por entender que a questão já foi saneada”.

2.3. No entanto, ao proceder com a leitura atenta dos fatos narrados, é possível verificar que a CGU pautou as suas conclusões em premissas e interpretações totalmente equivocadas.

2.4. Sob esta lupa, a própria CGU, no relatório ora respondido, relata que a ASCOM emitiu a NOTA ASCOM (0039332652 Anexo I) na qual foram apresentadas formas de remuneração e os respectivos percentuais praticados em contratações da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa e da SECOM, bem como os contratos vigentes do próprio Ministério da Saúde com valores aproximados ao do certame em pauta, para demonstrar os percentuais a serem praticados no certame.

2.5. Portanto, não se trata de um valor que surgiu sem qualquer parâmetro ou sem qualquer pesquisa ou justificativa, mas de um valor pautado nos aspectos supracitados que, curiosamente, observam o disposto na Portaria retromencionada, que dispõe:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados **de forma combinada ou não**:

I- Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II- aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III- dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV- pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório. (g.n.)

2.6. Ora, basta breve leitura atenta do art. 5º da Portaria acima colacionado a fim de verificar que este possibilita que os referidos parâmetros sejam utilizados de forma combinada ou não.

2.7. Assim, considerando-se que a ASCOM apresentou formas de remuneração e os respectivos percentuais pautados naqueles que foram praticados em contratações de outros entes públicos para a contratação dos serviços de publicidade, bem como os contratos vigentes do próprio Ministério da Saúde com valores aproximados ao do certame em pauta, resta evidente que a ASCOM não cometeu qualquer irregularidade com a conduta adotada, eis que agiu em consonância com o inciso II do art. 5º da Portaria em questão.

2.8. Portanto, resta demonstrado que a ASCOM, de forma incontestada, observou a legislação que prevê a realização de pesquisa de preços para definição do valor estimado para a contratação, evidenciando-se que a equivocada conclusão alcançada pelo órgão de controle.

Análise da equipe de auditoria

As alegações do MS não são suficientes para justificar o apontamento, uma vez que o complemento do dispositivo citado pela ASCOM (art. 5º da IN nº 73/2020), estabelece a prioridade a ser observada ao se realizar a pesquisa de preço, conforme o § 1º do art. 5º da citada IN:

*Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados **de forma combinada ou não**:*

I- Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/painel de preços, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II- aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

(...)

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

Verifica-se que a interpretação do regramento estabelecido pelo art. 5º da IN não deixa dúvida de como deve ocorrer o procedimento para se realizar uma pesquisa de preço para instruir uma contratação. Dessa forma, não se trata de interpretação da norma, mas apenas a sua previsão, o que corrobora a forma correta para a realização da pesquisa de preço, conforme alertado pelo setor de licitação.

Importante acrescentar que a análise sobre a inadequação da pesquisa de preço foi realizada pela Divisão de Procedimentos Licitatórios do MS – DIPLI, que ressaltou que as informações constantes na planilha (SEI 0022112952) e na Nota Técnica nº 44/2021- ASCOM/GM/MS (SEI 0022108589) não refletiam o valor estimado pela própria ASCOM, que previu um valor estimado de R\$ 280.000.000,00, conforme evidenciado no Edital (SEI 0022113023).

Nesse apontamento, constata-se que o Chefe da ASCOM teve uma atuação que buscava ter o controle da condução do procedimento licitatório, inclusive em relação a aspectos relacionados a etapas de responsabilidade da Comissão Especial de Licitação.

Por fim, cabe reforçar que a forma de remuneração das contratadas e os respectivos percentuais praticados em outras contratações não devem substituir a pesquisa de preço exigida pela legislação, conforme exposto pela DIPLI e ratificado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde.

Achado nº 1.3. Centralização irregular de funções pelo chefe da ASCOM.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

3.1. *Novamente, a CGU insiste no apontamento de irregularidade acerca da suposta centralização de atribuições pelo chefe da ASCOM, que, segundo afirma, resultam em ações inadequadas para o certame em questão, principalmente em relação a questões fundamentais para a tomada de decisão, tais como o planejamento da contratação, a definição do tipo de licitação e a composição da subcomissão técnica, que ficou responsável por analisar e julgar as propostas das empresas participantes da licitação. Assim, alega que o Princípio da Segregação de Funções deixou de ser observado.*

3.2. *Nesta linha, aponta que o Chefe da Assessoria de Comunicação, além de ter sido o demandante do serviço e ter sido um dos responsáveis por realizar o Estudo Técnico Preliminar, apresentou seu nome para compor a subcomissão técnica.*

3.3. *Ocorre que, na contramão do que alega a CGU, não houve qualquer violação ao art. 18, inciso I da Lei nº 9.784/99, bem como não houve conflito de interesses para gerar a conclusão de nulidade por violação à segregação de funções, conforme consignado pela própria CONJUR, por meio do parecer do Dr. Hugo Teixeira Montezuma Sales, Coordenador-Geral de Análise Jurídica de Licitações Contratos e Instrumentos Congêneres à época. Confira-se trecho retirado do próprio relatório ora respondido:*

“A manifestação da CONJUR/MS, em relação aos pontos questionados pela DINTEG, mesmo não sendo uma questão de natureza jurídica, foi apresentada no Parecer 00033/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 18/01/2022, em que se afirmou não haver necessidade de instrução processual em procedimento apartado do processo original, porém se recomendou a juntada da documentação dos indicados para o sorteio, bem como a sua análise. Acrescentou que não houve comprovação de violação ao artigo 18,

inciso I da Lei nº 9.784/99 e que não verificou conflito de interesses para gerar a conclusão de nulidade por violação à segregação de funções.” (grifo nosso). (0039333766 Anexo II.)

3.4. *Muito embora a própria CONJUR tenha chegado à conclusão de que não houve ofensa ao princípio da segregação, irressignada, a CGU ressaltou que outras áreas do MS envolvidas na licitação em tela adotaram providências para evitar possíveis ofensas ao citado princípio.*

3.5. *Sublinha-se, neste ponto, que, a despeito de a ASCOM ter, supostamente, deixado de adotar neste caso providências que o CGU entende corretas para evitar possíveis ofensas ao Princípio da Segregação de Funções como feito por outras áreas do Ministério da Saúde, isto não interfere na validade do certame.*

3.6. *Isto porque, a CONJUR, na competência de órgão de assessoramento cuja função primordial é exercer a advocacia preventiva e consultiva nas matérias de competência*

institucional, mediante orientação acerca da interpretação e aplicação da lei, ao analisar o teor das alegações trazidas pela DINTEG, reconheceu que tal violação não ocorreu.

3.8. *Vale dizer, a ASCOM observou as orientações da CONJUR e, ainda assim, está tendo seus atos questionados, apesar de o próprio TCU ter reconhecido que não há motivação capaz de ocasionar a nulidade do certame em questão, de modo que, novamente, deve-se ressaltar que a CGU está trazendo à tona matéria de mérito já detidamente apreciada e julgada pela Corte de Contas da União.*

3.9. *Com efeito, a ASCOM fez parte de uma engrenagem que rodou em harmonia, ao passo que todos os atos praticados por ela no âmbito do processo interno da licitação foram submetidos à consultoria e apreciação pelos setores competentes, de modo que é fato que não agiu cegamente, mas sempre com algum respaldo – mas, especialmente, respaldo jurídico, em observância ao Princípio da Legalidade.*

3.10. *Portanto, tendo em vista que o Chefe da ASCOM agiu com respaldo da CONJUR, bem como considerando-se que o TCU, no âmbito da Representação sobre o tema, não verificou que as irregularidades apontadas no decorrer do processo interno da licitação sejam aptas a anular o certame, não assiste razão a conclusão alcançada pela Controladoria.*

Análise da equipe de auditoria

Sobre a manifestação do MS, relevante pontuar que o fato apontado no Relatório aborda a questão da concentração de atividades no Chefe da ASCOM, por exemplo a análise do perfil dos indicados para o sorteio da subcomissão técnica, o que, segundo o Edital deveria, ter sido realizada pela CEL. Para o tipo de licitação melhor técnica, verifica-se a necessidade de se atentar às premissas básicas, como realização de um processo seletivo que não abra margem para um direcionamento dos nomes dos indicados para participarem do sorteio.

Ora, quando o Chefe da ASCOM é o responsável por indicar os membros para participar do sorteio, é esperado que a apreciação quanto a esses indicados preencherem os requisitos não seja realizada pela mesma pessoa que fez a indicação, pois, se fosse esse a intenção da Lei, bastaria que os nomes fossem escolhidos pelo Chefe da ASCOM.

Nesse sentido, o que se observou foi que tanto a CONJUR/MS quanto o TCU se posicionaram favoravelmente à possibilidade do saneamento do processo mediante a adoção de medidas administrativas apropriadas, deixando evidente que o procedimento licitatório não deveria ser considerado nulo.

Verifica-se, em consequência do exposto, conforme dispõe o inciso I do art. 18 da Lei nº 9.784/199, que estatui ser impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que se trata de uma presunção de parcialidade objetiva, criando o impedimento de o servidor atuar em processo administrativo no qual tenha interesse direto ou indireto na matéria.

Aqui não se pretende estabelecer que há qualquer intenção em fraudar a instrução processual, mas, ao assumir o risco de centralizar as atividades que, por determinação normativa, deveriam ter sido realizadas pela Equipe Técnica de Planejamento ou pela Comissão Especial de Licitação, propicia-se prejuízo à imparcialidade necessária para a condução do processo.

Além disso, o fato de o Chefe da ASCOM ter sido o responsável por indicar os servidores participantes do sorteio e de ter realizado a análise se eles atendem aos requisitos demonstra a falta de segregação de funções, sendo que o edital previu que essa atividade caberia à Comissão Especial de Licitação.

No que tange ao posicionamento da CONJUR, cabe reforçar que é firmado o entendimento de que não se tratava de uma nulidade a afronta ao princípio da segregação de funções, o que é uma realidade, uma vez que faz necessário diferenciar a nulidade relativa da nulidade absoluta.

Tem-se, dessa forma, que o ato administrativo anulável decorre de uma nulidade relativa em que é possível ser saneado, ou seja, corrigidos os seus vícios. Já o ato administrativo nulo resulta de uma nulidade absoluta, produzindo efeitos retroativos, afastando todos os efeitos produzidos desde o início e sem a possibilidade de ser corrigido.

Esse também foi o entendimento do TCU, que não declarou a nulidade do processo, mas procedeu à suspensão cautelar devido à impugnação interposta por uma empresa participante do certame e, ao arquivar a representação interposta por uma empresa licitante, reconheceu a existência de vícios.

Dessa mesma maneira, a interpretação possível do posicionamento da CONJUR é no sentido de que seria possível sanear o ato, mediante a observância do rito definido no Edital da licitação.

Achado nº 1.4. Ausência de análise final de atendimento dos requisitos de qualificação para integrar a Subcomissão Técnica por parte da Comissão Especial de Licitação.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

4.1. *No que concerne à verificação do atendimento dos requisitos exigidos para os integrantes da lista para sorteio da Subcomissão Técnica, a CGU constatou que o chefe da ASCOM avocou para si a atribuição de verificação destes requisitos, que caberia à Comissão Especial de Licitação, conforme previsto nos itens 20.2 e 20.3.1.1. do Edital.*

4.2. *Relata que em 14/12/2021 o chefe da ASCOM validou os nomes indicados ao concluir que atendiam por completo ao disposto na Lei nº 12.232/2010, art. 10, §1º, consignando não haver qualquer óbice que impedisse a participação dos indicados no sorteio da Subcomissão Técnica, o que competiria à Comissão Especial de Licitação.*

4.3. *A CGU segue afirmando que apenas em 12/01/2022 o chefe da ASCOM encaminhou a documentação referente aos integrantes da lista para sorteio da Subcomissão Técnica para o presidente da Comissão de Licitação, isto é, após a realização do sorteio dos integrantes, ocorrido em 05/01/2022, que sofreu pedido de impugnação pela DINTEG/MS.*

4.4. *Em atendimento a essa questão, foi emitida a Nota Técnica nº 02/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS, de 14/01/2022, na qual foi apontado que, após análise curricular dos integrantes da Subcomissão Técnica, verificou-se que alguns não possuíam os requisitos estabelecidos no item 20.2.5.*

4.5. *Diante disso, a ASCOM solicitou o reconhecimento da legitimidade da lista de nomes por ela elaborada visando à composição da Subcomissão Técnica, tendo por base o Parecer nº 15 00033/2022/CONJUR (Anexo II), por meio do qual foi concluído que o procedimento destinado à definição dos membros da Subcomissão Técnica não afrontaria o princípio da "segregação de funções", bem como não vislumbrou risco de "interesse pessoal" no processo, nos termos do art. 18 da Lei 9.784/99.*

4.6. *Sobre este ponto, a CGU aponta que não se identificou no processo qualquer manifestação emitida por outras áreas envolvidas quanto ao assunto para validar o posicionamento da ASCOM. Assim, entendeu que o simples pedido da ASCOM para reconhecimento da legitimidade referida lista não dispensa a análise por parte da Comissão Especial de Licitação para verificação do atendimento dos requisitos e, caso houvesse entendimento nesse sentido, a área envolvida deveria ter se manifestado formalmente, pensando o documento ao processo.*

4.7. *Nesse seguimento, a CGU relata que foi realizado novo sorteio para escolha dos integrantes da Subcomissão e publicado o resultado no dia 14/03/2022, com a ausência de análise final por parte da CEL quanto ao atendimento dos requisitos de qualificação previstos no item 20.2 do Edital.*

4.8. *Afirma que, mesmo havendo a indicação dessas falhas, a ASCOM ignorou esses aspectos e deu seguimento às etapas da licitação, contando com a omissão da Comissão Permanente de Licitação, que não fez prevalecer a sua responsabilidade de apreciação dos aspectos formais da condução do certame, aceitando as imposições do setor demandante.*

4.9. *Todavia, a despeito de o entendimento da CGU ser no sentido de que a ASCOM simplesmente ignorou todas as questões apontadas a fim de prosseguir com o sorteio da Subcomissão Técnica, isto não corresponde à realidade.*

4.10. *Consoante fora relatado pela própria Controladoria, o Chefe da ASCOM não agiu cegamente ou deixou de observar os procedimentos, com efeito, pautou-se em parecer elaborado pela CONJUR, repita-se: “por meio do qual foi concluído que o procedimento destinado à definição dos membros da Subcomissão Técnica não afrontaria o princípio da “segregação de funções”, bem como não vislumbrou risco de “interesse pessoal” no processo, nos termos do art. 18 da Lei 9.784/99”.*

4.11. *Ou seja, sequer restou comprovada qualquer violação ao princípio supracitado, pois a própria CONJUR entendeu que isso não ocorreu.*

4.12. *Por fim, a CGU apontou que “os dois membros titulares da subcomissão que analisou e julgou as propostas técnicas das licitantes foram os dois coordenadores vinculados hierarquicamente ao Chefe da ASCOM, em consequência da desistência de dois agentes apenas uma semana depois do sorteio”, insinuando a possibilidade de direcionamento e fraude.*

4.13. *Contudo, ao contrário do que a CGU tenta fazer crer, tal fato não ocorreu por má-fé, tampouco se tratou de algo premeditado, de modo que as “desistências” foram devidamente justificadas e fundamentadas.*

4.14. *A fim de não restar qualquer dúvida quanto à ausência de fraude, direcionamento ou má-fé, faz-se oportuno esclarecer detidamente as razões pelas quais se fez necessária a substituição dos membros inicialmente indicados.*

4.15. *Em 18/03/2022, o Chefe da ASCOM, informou que o primeiro titular entre os membros lotado no MS, Marcos Santos da Silva, em 15/03/2022, comunicou sobre a impossibilidade de participar das atividades da subcomissão.*

4.16. *Sublinha-se, neste ponto, que referida impossibilidade não se deu atoa ou por motivos fúteis, mas porque o membro lotado do MS, Marcos Santos da Silva, durante o período em que as atividades da licitação estariam ocorrendo, já possuía viagem marcada para Santa Maria – RS com passagem aérea comprada, a qual se deu com a finalidade de prestar assistência ao seu genitor, portador de Alzheimer.*

4.17. *Ao apresentar a justificativa quanto a sua indisponibilidade para participar das atividades da subcomissão, o servidor narrou que o seu genitor, acometido pela doença de Alzheimer, à época, estava residindo em uma chácara na zona rural, distante do centro da cidade e dos recursos médicos e, apesar das diversas tentativas de persuadi-lo a voltar a morar na área urbana, devido a vários incidentes que comprometeram sua segurança, ele continuou*

recusando, demonstrando comportamentos típicos de quem sofre dessa doença, dificultando a tomada de decisões racionais.

4.18. Diante desse cenário, em virtude de ser o único familiar capaz de influenciá-lo em certos aspectos, o servidor, à época, viajou até Santa Maria – RS a fim de removê-lo daquela localidade e resolver as questões relacionadas à mudança, que envolveram a busca e o fechamento de aluguel de um apartamento – em seu nome –, onde o pai passou a residir, além de providenciar outras necessidades para garantir seu bem-estar.

4.19. Ressalta o servidor que a necessidade de estar sempre disponível para viajar e ajudar o pai não foi algo pontual, de modo que há anos tem enfrentado situações inesperadas que requerem sua presença para resolver questões relacionadas aos seus genitores.

4.20. Foi diante de tal justificativa, bem como a partir da análise da documentação apresentada a fim de comprovar a veracidade do alegado, que fora comunicado, por meio do Despacho ASCOM (SEI 0039335141 Anexo III), que o servidor Marcos não faria mais parte da subcomissão.

4.21. Além disso, Patrick Leal Costa, que era o 1º suplente, também informou que não teria disponibilidade para atuar na subcomissão, porquanto suas atribuições como Chefe da ASCOM estavam lhe tomando todo o tempo disponível que tinha, motivo pelo qual não tinha condições de assumir outras responsabilidades. Foi apenas em razão de tanto que o servidor Victor de Melo Barbosa Leite (2º suplente) passou a ser membro titular.

4.22. Veja-se que, conforme manifestamente demonstrado, não houve qualquer direcionamento, tampouco se tratou de acontecimentos premeditados pelo Chefe da ASCOM a fim de que os dois membros titulares da subcomissão responsáveis por analisar e julgar as propostas técnicas das licitantes fossem os dois coordenadores vinculados hierarquicamente a ele.

4.23. A partir da breve análise dos fatos e justificativas trazidas à lume, não é difícil chegar à conclusão de que foram acontecimentos que fugiram da alçada de controle do Chefe da ASCOM, evidenciando-se a impossibilidade de qualquer direcionamento no que se refere aos membros da Subcomissão Técnica.

4.24. Ademais, ainda que houvesse eventual direcionamento – o que se cogita apenas para argumentar –, a nomeação de pessoas conhecidas não caracteriza qualquer irregularidade, como reconhecido pela própria Controladoria no parecer em voga, até porque, caso essa fosse a conclusão imediata, deve-se levar em consideração que essas pessoas estariam sendo acusadas de crime contra o procedimento licitatório, sem qualquer comprovação de fato.

4.25. Portanto, em virtude do exposto alhures, tais alegações, com as devidas vênias, não merecem prosperar, porquanto não condizem com a realidade dos fatos.

Análise da equipe de auditoria

De início, reforça-se o entendimento de que a avaliação técnica acerca da afronta ao princípio da segregação de funções, bem com a análise de risco sobre ter havido algum tipo de interesse pessoal envolvido não se enquadra como questões jurídicas, mas como questões relacionadas a procedimentos de controle interno, que contou com o posicionamento da Diretoria de Integridade e do TCU.

Relevante pontuar as conclusões realizadas pela equipe técnica da TCU ao proceder ao exame técnico da ocorrência de afronta ao princípio da segregação de funções na condução do certame (TC 010.609/2022-9):

5. *Os questionamentos do representante giram em torno de duas possíveis irregularidades: o descumprimento do princípio da segregação de funções na designação dos membros da ST (que avalia as propostas das licitantes), dado que dois deles haviam participado da elaboração do edital e o assinaram; e o descumprimento do princípio da motivação na retomada do certame (que havia sido suspenso em razão de ter sido impugnada a formação da referida subcomissão sob alegação de não-segregação de funções), dado que não explicitou a análise e a decisão sobre a citada impugnação.*

6. *Em análise preliminar, verifica-se assistir razão ao representante quando questiona a falta de segregação de funções na formação da ST. Para tal entendimento, importa transcrever o texto do art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei 12.232/2010:*

Art. 10. As licitações previstas nesta Lei serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, com exceção da análise e julgamento das propostas técnicas.

§ 1º As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos, 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou a entidade responsável pela licitação.

§ 2º A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.

7. *Deflui do texto legal supratranscrito submissão lógica ao princípio reclamado pelo representante, com a clara previsão de duas instâncias distintas: a comissão permanente ou especial de licitação, que processa o certame, e a ST, que analisa e julga as propostas técnicas.*

8. *No caso concreto, a convocação de servidores do MS que elaboraram o edital (e possivelmente compuseram a CEL, como alegado pelo representante) para compor a ST implica no risco de constituição desta última sem a devida*

segregação de funções (inclusive com a possibilidade de ter sua titularidade integrada por servidores que trabalharam na fase preparatória do certame, o que se confirmou de forma não majoritária), burlando o sentido das disposições legais em tela.

9. *Ademais, o sorteio leva a que todos os integrantes da lista sejam nomeados como titular ou suplente, o que maximiza o risco apontado anteriormente: no caso concreto, na hipótese de o primeiro suplente substituir o primeiro titular, especificados no Quadro 1 adiante, o signatário do TR comporia a ST e levaria à composição majoritária da titularidade da ST por signatários do edital.”*

Observa-se que as análises efetuadas por esta Controladoria não vão de encontro à análise realizada pelo TCU sobre a questão em comento. Nesse sentido, cabe ressaltar que a Corte de Contas não se posicionou contrariamente à ocorrência de afronta ao princípio da segregação de funções, tampouco se manifestou sobre a falta de necessidade do cumprimento desse princípio.

Quanto à motivação que teria levado às desistências dos membros sorteados para integrar a subcomissão, cabe esclarecer que não houve qualquer apontamento de que não havia justificativas para essa decisão, mas que apenas esses motivos já existiam no momento do sorteio e, mesmo assim, não houve manifestação nesse sentido.

Corroborar essa análise o momento em que as desistências ocorreram, uma vez que o sorteio aconteceu no dia 11/03/2022 (sexta-feira) e o membro sorteado para ser o primeiro titular comunicou, no dia 15/03/2022 (terça-feira), que, em razão da necessidade de dar suporte ao seu pai que residia em outra cidade e sofria de uma doença crônica, não poderia desenvolver os trabalhos para o qual fora sorteado.

Achado nº 1.5. Verificação de vínculos entre o chefe da ASCOM com empresa participante da licitação.

Manifestação da unidade examinada

5.1. A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

5.1. *Não obstante, a CGU, ainda, aponta pela suspeição do Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, para atuar nas contratações, em virtude de vínculo pretérito com empresa de publicidade participante da licitação em tela, Debrito Propaganda.*

5.2. *A Controladoria acrescenta, ainda, possível existência de vínculo entre o chefe da ASCOM e pessoas externas convidadas para compor a Subcomissão Técnica, bem como entre Patrick Leal Costa e coordenador de sua equipe, Victor de Melo Barbosa Leite, que foram sorteados em conjunto para compor a lista da Subcomissão Técnica em agosto/2021 (licitação da Funpresp), setembro/2021 (licitação da Embratur) e maio/2022 (licitação Ministério do Turismo) e Ana Letícia Jacinto Monteiro e de Patrick Leal Costa, verifica-se que ambos, antes do ingresso no MS, mantiveram vínculo empregatício com a Agência Escala, sendo ela no período de 2018 a 2021 e ele no de 2017 a 2021.*

5.3. Dessa forma, a CGU constatou que os dois agentes nomeados para exercer os cargos de coordenadores da ASCOM e que, por conseguinte, ficaram diretamente subordinados ao Chefe da ASCOM, eram pessoas que já tiveram algum tipo de contato.

5.4. Sob esta lupa, a Controladoria sustenta que tais fatores evidenciam parcialidade da composição da Subcomissão Técnica, à qual compete a atribuição de selecionar tecnicamente as empresas no certame licitatório.

5.5. Primeiramente, no que diz respeito ao vínculo pretérito entre o Chefe da ASCOM e a Debrito Propaganda, insta ressaltar que, muito embora, de fato, Patrick Leal Costa tenha integrado o quadro de funcionários da agência licitante, tratou-se de uma relação com rusgas, de modo que não haveria qualquer motivação do servidor no sentido de beneficiar a empresa.

5.6. Para que se torne mais cristalina a questão, registra-se que Patrick, ao sair da empresa, ajuizou ação trabalhista contra a Debrito, a qual foi distribuída sob o nº 0001285-29.2016.5.10.0013 e tramitou perante a 13ª Vara do Trabalho de Brasília - DF.

5.7. No âmbito do processo, Patrick requereu o reconhecimento do vínculo trabalhista ante à comprovação de todos os requisitos necessários para tanto, pleiteando por:

Reconhecimento de vínculo empregatício com a empresa DEBRITO Propaganda LTDA de 01/08/2011 a 22/12/2014, com anotação e baixa na CTPS;

Recebimento de férias vencidas, acrescidas do respectivo adicional de 1/3, atinentes ao período de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento do adicional de 40% (quarenta por cento) pelo exercício do cargo de Gerente Operacional de Agência, de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento das horas extraordinárias laboradas, excedentes a 8h diárias e/ou 44h semanais, no período de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento das parcelas previdenciárias (INSS) no período de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento de FGTS durante todo o período de vínculo empregatício (01/08/2011 a 22/12/2014);

Recebimento de aviso prévio, inclusive proporcional, em razão da demissão sem justa causa pela empresa;

Recebimento dos reajustes salariais estabelecidos nos acordos/convenções coletivas de trabalho da respectiva categoria, vigentes no período de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento de vales, valores ou diferenças de valores a título de alimentação e/ou transporte a serem pagos por força de acordos/convenções coletivas de trabalho da respectiva categoria, vigentes no período de 01/08/2011 a 22/12/2014;

Recebimento de todas as verbas rescisórias devidas sendo elas: 13º salário proporcional, férias proporcionais somadas a 1/3, multa fundiária de 40% do saldo do FGTS;

Recebimento de R\$14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) de valores não pagos pelo trabalho realizado na função de Atendimento Publicitário, no período de 13/09/2014 a 22/12/2014;

Reconhecimento da alteração ilícita e unilateral do contrato de trabalho pela empresa, com nítida diminuição salarial a partir de 13/09/2014 até 22/12/2014;

Recebimento das diferenças salariais decorrentes da alteração ilícita e unilateral do pactuado.

Recebimento da multa descrita no art. 467, caput, da CLT;

Recebimento da multa descrita no art. 477, §8º, da CLT;

5.8. *Apreciado o mérito, o MM. Juízo Trabalhista julgou totalmente procedente os pedidos formulados na exordial, tendo a sentença (ID 436035d) transitado em julgado em 17 de outubro de 2016.*

5.9. *Além disso, e mesmo que tal fato não tivesse ocorrido, deve-se levar em consideração o tempo decorrido desde que o atual Chefe da ASCOM saiu da empresa em questão e a grande rotatividade de funcionários em uma empresa.*

5.10. *Não obstante, não se pode deixar de considerar, ainda, que, se fosse levado à risca cada vínculo empregatício anterior, ninguém poderia participar de uma comissão de licitação, seja ela permanente, especial ou julgadora, ao passo que são significativamente frequentes, especialmente em um nicho ou segmento específico, casos de funcionários em setores de órgãos públicos que já integraram o quadro de empresas privadas que venham a concorrer em licitações. Isto não significa que haverá suspeição ou impedimento, devendo-se analisar e ponderar as singularidades de cada caso concreto.*

5.11. *Ressalte-se que, como a própria CGU relata em seu relatório preliminar, as pessoas que compõem a subcomissão técnica devem ter ou formação ou experiência na área e, em se tratando de comunicação, praticamente todo o mercado se conhece. Portanto, ilações como esta não condizem à realidade e podem ser bastante prejudiciais a todas as partes.*

5.12. *No que tange à nomeação de duas pessoas as quais o Chefe da ASCOM possuía vínculo, destaca-se trecho retirado do relatório em que o próprio órgão de controle consigna que “a nomeação de pessoas conhecidas não caracteriza uma irregularidade, mas o que se observou foi que todo o rito do procedimento licitatório deixou de ser cumprido com ações desses três agentes.”.*

5.13. *Ora, como a própria CGU reconhece, não há que se falar em qualquer ilegalidade ou irregularidade nos atos praticados pela ASCOM.*

Análise da equipe de auditoria

Para analisar as manifestações da ASCOM, é importante firmar o entendimento de que uma ação trabalhista iniciada em 2016 não tem o condão de comprovar que os vínculos formados durante os 6 anos em que o agente atuou como empregado da empresa foram desfeitos. Isso porque uma ação trabalhista apenas busca reconhecer direitos e definir os valores a serem recebidos na rescisão contratual.

Além disso, verifica-se que a situação do vínculo empregatício anterior não deve ser analisada de forma isolada, uma vez que há outros elementos que merecem ser acrescentados, como o apontamento do TCU constante do Acórdão nº 1769/2022 - Plenário em que a empresa Debrito não participava de licitações desde o exercício de 2014, mesmo ano em que o vínculo trabalhista entre o mencionado agente e a empresa foi encerrado.

Nesse mesmo aspecto, outras questões que precisam ser consideradas são as reclamações das empresas licitantes, alegando a existência de ter havido um tratamento diferenciado atribuído à empresa Debrito Propaganda.

Sobre esse último caso, cabe citar o Recurso interposto na licitação pela empresa Fields Comunicação (SEI 0027072948), que questiona, entre outros aspectos, a avaliação com a nota máxima o subquesto “clientes” da empresa Debrito, tendo sido atribuído 3 pontos. Já a empresa Fields recebeu 2,8 de pontuação. No entanto, ao observar as justificativas apresentadas pela Subcomissão, verifica-se que, para a Debrito, a análise foi a seguinte: “Excelente porte e **tradição dos clientes licitantes**.”, enquanto a nota da Fields teve a seguinte fundamentação: “Porte e tradição dos clientes da licitante considerados excelentes.”

Da análise dos autos, não se identificou que a Empresa Debrito tenha participado de licitações públicas nos últimos exercícios para que a Subcomissão firmasse o entendimento de que essa participante possuía, em sua carteira de clientes, entidades que a selecionaram por meio de procedimento licitatórios públicos, de forma a concluir que a Debrito prestava serviço em que ela teria sido contratada por “licitantes de tradição”, conforme abordado na justificativa.

Assim, constata-se que a fundamentação apresentada pela Subcomissão não é aderente aos fatos constantes do processo. Por esse motivo, entende-se que o argumento utilizado no recurso interposto pela empresa Fields Comunicação deveria ter sido considerado ou apresentada uma justificativa razoável. Além disso, observou-se que, apesar de terem a mesma descrição da avaliação, as notas atribuídas às duas empresas licitantes foram diferentes, o que favoreceu a empresa Debrito.

Em relação à apreciação dos recursos, registra-se que a avaliação da Subcomissão Técnica foi realizada por meio da Nota Técnica nº 44/2022-ASCOM/GM/MS (SEI 0027399099), sendo que todos os fatos impugnados foram considerados improcedentes. Ressalta-se que esse documento deveria ter sido elaborado exclusivamente pelos membros da Subcomissão, ou seja, Ana Letícia Jacintho Monteiro, Renato Correia de Albuquerque e Victor de Melo Barbosa Leite.

No entanto, ao acessar os dados do Documento SEI 0027399099 (Nota Técnica nº 44/2022-ASCOM/GM/MS) no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, verificou-se que, apesar de ter sido assinado pelos 3 integrantes da Subcomissão Técnica, a última versão foi alterada pelo usuário “patrick.costa”, conforme demonstra a figura extraída do sistema apresentado na sequência:

Extração Documento SEI 0027399099

Documento VIA NÃO IDENTIFICADA (00269)

Documento VIA NÃO IDENTIFICADA (00269)

Documento VIA NÃO IDENTIFICADA (00269)

Recurso Companhia de Comunicação (00270)

Recurso Fields (002702948)

Despacho DIPLI 0027068186

Despacho CGLIC 0027072673

Despacho CGLIC 0027074395

E-mail DIPLI 0027079392

XVII

Impugnação ao recurso - AGÊNCIA NACIONAL

Impugnação ao recurso - NOVA SB COMUNI

Impugnação ao recurso - CALIA (0027200028)

Impugnação ao recurso - DEBRITO (0027200)

Despacho CGLIC 0027200089

Despacho CGLIC 0027201367

Nota Técnica 42 (0027277232)

Despacho ASCOM 0027297896

Despacho CGLIC 0027300811

Nota Técnica 56 (0027318489)

Recurso FIELDS (0027381214)

Aviso Terceira Sessão Pública DOU (0027388)

Despacho DIPLI 0027392150

Despacho CGLIC 0027395996

E-mail DIPLI 0027398708

Nota Técnica 44 (0027399099)

Despacho CGLIC 0027413496

Nota Técnica 59 (0027416847)

Despacho DIPLI 0027429538

Despacho CGLIC 0027431522

XVIII

Despacho SAA 0027462483

Despacho CGLIC 0027465131

Despacho SAA 0027466944

Despacho CGLIC 0027469362

E-mail DIPLI 0027470849

Aviso Suspensão terceira sessão (00274746)

Nota Técnica 61 (0027476468)

Despacho DIPLI 0027476536

Despacho CGLIC 0027493684

Despacho SAA 0027501486

Nota n. 00603/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU

Despacho SAA 0027702461

Despacho CGLIC 0027714500

Despacho DIPLI 0027718140

Despacho CGLIC 0027732814

Despacho CGLIC 0027733644

Despacho CGLIC 0027736614

identificação automática das quatro primeiras licitantes, ou ainda, caso haja necessidade de convocação das próximas classificadas, a comissão/subcomissão terá valer o estabelecido no já citado item 12.6. do Edital.

5. CONCLUSÃO

5.1. Tendo em vista o exposto, decide-se pelo **INDEFERIMENTO** do Recurso Administrativo da licitante FIELDS COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ: 03.509.498/0001-00.

Subcomissão Técnica:

Ana Letícia Jacinto Monteiro

Victor de Melo Barbosa Leite

Renato Correia de Albuquerque

Documento assinado eletronicamente por Victor de Melo Barbosa Leite, Coordenador(a) de Imprensa, em 09/06/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

Documento assinado eletronicamente por Ana Letícia Jacinto Monteiro, Coordenador(a) de Publicidade, em 09/06/2022, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

Documento assinado eletronicamente por RENATO CORREIA DE ALBUQUERQUE, Usuário Externo, em 09/06/2022, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

Acesse a Portaria

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_externo=0, informando o código verificador 0027399099 e o código CRC 781C7D36.

Referência: Processo nº 25000.021006/2021-04

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70069-900
Site: saude.gov.br

SC nº 0027399099

Criado por victor.leite, versão 9 por patrick.costa em 09/06/2022 14:37:37.

Assim, verifica-se que a Nota Técnica supramencionada, que deveria ter sido elaborada apenas pelos membros da Subcomissão, teve a sua versão final alterada pelo Chefe da ASCOM, sendo que esse agente não tinha qualquer legitimidade, tampouco competência para interferir no trabalho em que é demonstrada as análises dos recursos.

No que tange à jurisprudência do TCU sobre a existência de vínculo entre os participantes no certame e agentes que detenham poder de decisão na licitação, cabe citar o Acórdão nº 5.277/2009 – TCU – Segunda Câmara, por meio do qual foi determinado ao responsável que se abstivesse de realizar:

9.3.1. licitações nas quais haja quaisquer relações entre os participantes e aqueles que detenham o poder de decisão no processo licitatório, ou qualquer outra situação em que se verifique prejuízo ao atendimento dos princípios da igualdade e da moralidade administrativa;

Em relação à nomeação de dois agentes para exercer os cargos de Coordenadores da ASCOM, reforça-se o entendimento que tal prática não se caracteriza como irregularidade, mas direcionar o sorteio para que esses coordenadores fossem os membros da Subcomissão que seria responsável por realizar a análise técnicas das propostas demonstra uma ação que compromete a isenção da Subcomissão Técnica, principalmente por ter havido um tratamento não isonômico na análise das propostas, conforme já analisado.

Achado nº 1.6. Escolha do tipo “Melhor Técnica” em detrimento do tipo “Técnica e Preço”, sem a devida fundamentação.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

6.1. *Outrossim, a CGU aponta que, por meio do Parecer nº 00674/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU (SEI 0039336412 Anexo IV), a CONJUR/MS ressaltou que não foi encontrada nos autos a justificativa para a escolha do critério de “Melhor Técnica”, em preferência ao critério de “Técnica e Preço”, justificativa esta necessária, uma vez que existem as duas possibilidades de tipos licitatórios.*

6.2. *Na contramão do alegado, no entanto, consoante se infere do próprio relatório (página 19), a ASCOM apresentou, de maneira irrefutável, por meio da Nota Técnica nº 62 (SEI 0039336901 Anexo V), de 08/10/2021, as devidas e detalhadas justificativas para a escolha do tipo Melhor Técnica. Confira-se:*

7.11. Por isso, a necessidade de compreender bem a diferença entre os tipos de licitação "melhor técnica" e "técnica e preço" e, que neste caso, verificou-se que a diferença básica entre os tipos se concentra na fase da negociação de preços. Apesar de ambos buscarem o "menor preço", no tipo "melhor técnica", após a classificação das empresas pela técnica apresentada no certame, a Comissão Licitatória convoca as empresas para que digam se aceitam exercer o menor preço ofertado no processo pelas empresas classificadas. Já no tipo "técnica e preço" é feita uma ponderação entre a nota e o preço apresentado pelas empresas (na proporção 70% nota /30% preço, por exemplo, a depender da justificativa do órgão).

12. Portanto, primando pela economicidade e vantajosidade para o órgão, essa equipe de planejamento entende ser o tipo melhor técnica a opção mais pertinente no presente caso, ao possibilitar a escolha mais adequada, ao conciliar a seleção da melhor qualificação técnica entre as licitantes concorrentes ao menor preço na execução contratual, identificado e negociado entre as propostas das empresas tecnicamente classificadas.

13. Ademais, dadas as características da atuação publicitária do Ministério da Saúde, adotar o tipo "técnica e preço" para a execução contratual não seria adequado, pois poderia resultar na contratação de agência de propaganda com nível básico de qualificação, sem condições técnicas de atender de forma satisfatória às demandas de comunicação do órgão e aos anseios da Administração, o que caracterizaria o uso inadequado de investimentos públicos.

14. Dessa forma, com a adoção do tipo “melhor técnica”, a presente contratação ensejará o enquadramento fiel do Ministério da Saúde aos critérios estabelecidos na Instrução Normativa SECOM nº 3/2018, de forma adequada, portanto, a uma atuação publicitária abrangente e qualificada, considerando-se a complexidade dos desafios de comunicação próprios do ministério: os diversos públicos-alvo das ações, que podem se referir à totalidade da população nacional, a segmentos

específicos e a variados perfis geográficos; as mídias e não mídias a serem utilizadas; a sazonalidade intrínseca a cada estratégia; as milhares de praças a serem atingidas e aos diversos meios de comunicação, on-line e off-line, a serem utilizados. **Desafios para os quais a qualificação técnica e requisito essencial e soberano tendo em vista a identificação da proposta mais vantajosa para a administração.**” (grifo nosso).

6.3. Ao analisar a justificativa da ASCOM, a CGU teceu diversos argumentos comparando o tipo “melhor técnica” em detrimento do tipo “técnica e preço”, destacando que o tipo “técnica e preço” seria mais vantajoso para a Administração, concluindo, ainda que as razões para tal escolha **“deveriam ter sido justificadas e fundamentadas, o que, entende-se, não ocorreu, bem como essa decisão se deu no âmbito da ASCOM. Tal decisão tem como consequência imediata o fato de que a definição das empresas vencedoras coube apenas à avaliação realizada pela Subcomissão Técnica sobre os quesitos que demandam uma avaliação subjetiva acerca das peças técnicas produzidas pelas concorrentes.”** (grifo nosso).

6.4. Ora, em primeiro lugar, cristalino é o fato de que o órgão de controle se contradiz completamente ao relatar que a ASCOM apresentou, por meio da Nota Técnica nº 62, datada de 08/10/2021, “as justificativas para a escolha do tipo Melhor Técnica”, colacionar recorte desta, em sequência analisar tal justificativa e, posteriormente, concluir que ela não foi apresentada. Tal fato, apenas evidencia a ausência de lógica e força das constatações.

6.5. Com efeito, no que concerne ao apontamento feito pela Controladoria referente à suposta ausência de justificativa por parte da ASCOM para a adoção do tipo “melhor técnica” em detrimento ao tipo “técnica e preço”, não são necessárias muitas digressões porquanto é incontestável o fato de que a retromencionada escolha fora devidamente justificada e fundamentada por meio de Nota Técnica, conforme atesta a própria CGU.

6.6. Em segundo lugar, muito embora seja passível de discordância por parte órgão controlador acerca da escolha do tipo a ser adotado na Concorrência para contratação de serviços de publicidade, não há que cogitar a hipótese de qualquer irregularidade que seja apta a anular o certame, porquanto o tipo “melhor técnica” está expressamente prevista na legislação para esse tipo de contratação, bem como, conforme exaustivamente demonstrado alhures, deu-se em observância a todas as exigências legais:

Lei nº 8.666/1993:

Art. 46. Os tipos de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no § 4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou conteúdo artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto.

Art. 37. §2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

6.7. Nesta linha, como cediço, as licitações de melhor técnica são adequadas quando o interesse público somente puder ser atendido por um objeto com características peculiares, não presentes na grande maioria dos serviços comuns disponíveis no mercado, como é o caso dos serviços de publicidade, que possuem natureza intelectual, intangível e indivisível.

6.8. Interessante notar que a legislação não diferencia as situações em que devem ser utilizadas licitação do tipo “técnica e preço” das situações em que se deve utilizar o tipo “melhor técnica”. Os dispositivos legais os tratam de forma conjunta, ficando, dessa maneira, à critério da Administração a definição do tipo a ser adotado.

6.9. A Administração, ao concluir pela necessidade da utilização de uma licitação de melhor técnica, deve fixar, no edital, os critérios de avaliação, os requisitos técnicos que os licitantes deverão preencher, os quais devem ser adequados e compatíveis com o objeto pretendido. O que, certamente, ocorreu no caso sob análise.

6.10. Nesse contexto, concluída a análise de todas as propostas, deve-se verificar qual é a que possui a maior nota técnica e qual ofereceu o menor preço. Não sendo coincidentes, isto é, caso a proposta de maior nota técnica não seja a mesma que ofereceu o menor preço, a Administração deverá proceder à negociação para tentar a redução do preço com base no menor que tiver sido oferecido entre as propostas classificadas.

6.11. Não será necessária a fase de negociação caso as propostas de maior nota técnica e de menor preço pertençam ao mesmo licitante, pois, nesse caso, ele já será o vencedor do certame. Todavia, sendo hipótese de proceder à negociação, esta deverá levar em consideração a ordem de classificação das notas técnicas. Assim, primeiramente, a Administração deve negociar com o licitante que obteve a maior nota técnica. O intuito é fazer com que o licitante com maior nota técnica iguale o menor preço oferecido naquele certame, entre os que foram classificados. Caso o licitante de maior nota técnica não aceite reduzir o preço, a Administração passa a negociar com o que possuir a segunda maior nota técnica, e assim por diante, até que, em último caso, se chegue ao licitante que ofereceu o menor preço.

6.12. Como se percebe, mesmo na licitação do tipo “melhor técnica”, embora a Administração dê preferência ao licitante cuja proposta técnica tenha atingido a maior pontuação, estará obrigada a contratar pelo menor preço oferecido, considerado os licitantes cujas propostas técnicas foram aceitas. Não logrando êxito em contratar com o licitante de

6.13. maior nota técnica, a Administração poderá negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, exigindo sempre a redução das ofertas de preço ao menor que fora oferecido entre as propostas classificadas.

6.14. Em suma, inobstante a denominação conferida a esse critério de julgamento ser "melhor técnica", na verdade, a Administração está obrigada a contratar com o que oferecer o menor preço. Ou seja, a legislação entendeu por bem fazer prevalecer o menor preço sobre a melhor técnica, uma vez que, se a proposta preencheu os requisitos do edital, deverá ser suficiente para a satisfação da necessidade estatal. Por esse motivo, Di Pietro (2012, p. 424) afirma que:

"a Comissão deve ser rigorosa ao estabelecer os requisitos de qualificação técnica (art. 30, II), de modo a poder considerar inabilitados os licitantes que não comprovem ter experiência, instalações, recursos humanos e materiais indispensáveis para a execução do objeto pretendido para que assim seja possível classificar somente propostas que possuam critérios de excelência na realização do objeto pretendido."

6.15. Sob esta ótica, como devidamente fundamentado pela ASCOM em sua justificativa, "dadas as características da atuação publicitária do Ministério da Saúde, adotar o tipo "técnica e preço" para a execução contratual não seria adequado, pois poderia resultar na contratação de agência de propaganda com nível básico de qualificação, sem condições técnicas de atender de forma satisfatória às demandas de comunicação do órgão e aos anseios da Administração, o que caracterizaria o uso inadequado de investimentos públicos."

6.16. Assim, não há que se falar que a adoção do tipo "melhor técnica" seja, de qualquer forma, prejudicial aos cofres públicos ou afrontaria a economicidade em detrimento do tipo "técnica e preço".

6.17. Portanto, a CGU pode até discordar que esse seja o melhor tipo a ser empregado, no entanto, não pode tentar fazer entender que tal escolha, devidamente justificada, sob qualquer ângulo, estaria incorreta ou contrária à legislação.

Análise da equipe de auditoria

Preliminarmente, cabe esclarecer que a necessidade de fundamentar a escolha do tipo de licitação (melhor técnica ou técnica e preço) na contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda decorre de uma previsão legal, especificamente do art. 5º da Lei nº 12.232/2010:

Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço". (Original sem grifo)

Dessa maneira, ambos os tipos de licitação são aplicáveis para a contratação do citado serviço, cabendo à área técnica competente indicar a motivação para escolher um desses tipos. Na licitação em análise, a CONJUR/MS, ao emitir o Parecer nº 00674/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU sobre a instrução processual, também analisou essa questão e recomendou que fosse apresentada a justificativa expressa para a escolha do tipo "melhor técnica", em detrimento do tipo "técnica e preço".

No mencionado Parecer, a CONJUR/MS amparou a necessidade de fundamentar expressamente a escolha do tipo de licitação na Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20/04/2018, especificamente no § 2º do art. 12.

Art. 12.

(...)

§ 2º A opção pelo tipo de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" é uma discricionariedade do contratante, **que deverá justificar e fundamentar a sua escolha** e utilizar o respectivo modelo de edital disponibilizado pela SECOM, conforme as características do tipo de sua contratação. (Original sem grifo)

Em sua Manifestação, a ASCOM, por meio da Nota Técnica nº 62, de 08/10/2021, aborda a fundamentação apresentada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ao indicar os modelos de edital estabelecidos no § 2º do art. 12 da IN/SECOM nº 04/2018. No entanto, verifica-se que as citações não abordaram na integralidade a Nota Explicativa, como é possível se concluir em razão da expressa previsão de se justificar o tipo de licitação, conforme excerto apresentado a seguir.

"Dessa forma, entende-se que as características do serviço de comunicação são diferenciadas, razão pela qual não se enquadram no conceito de bens e serviços comuns, tendo em vista que não são dotados de padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

*Cabe ressaltar que a opção pelo tipo de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço", **deve ser justificada pelo órgão ou entidade.** (Original sem grifo)*

A proposta de menor preço nem sempre pode ser a mais vantajosa para a Administração Pública, razão pela qual, outros parâmetros de avaliação foram criados pela Lei nº 8.666/1993, resultando em tipos específicos de licitação, a depender do serviço a ser contratado." (Original sem grifo)

Fonte: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos/documentos/modelos-de-edital-de-servicos-de-comunicacao-institucional>

Quanto aos demais elementos apresentados pela Nota Técnica nº 62, cumpre esclarecer que a fundamentação apresenta uma abordagem coerente sobre a contratação em questão se tratar de serviços de predominância intelectual, o que não fez parte do apontamento. No entanto, a própria jurisprudência do TCU mencionada pela ASCOM reforça a possibilidade dos dois tipos de licitações para essa natureza de serviço.

Dessa forma, verifica-se que mesmo com a orientação da SECOM e com a recomendação da CONJUR/MS, a Nota Técnica apenas apresentou os argumentos que justificam que a contratação deveria ter sido realizada por concorrência, mas não apresenta a motivação da escolha do tipo, como bem esclareceu a CONJUR nos parágrafos 49 e 50 do Parecer supramencionado:

49. Assim, resta a possibilidade de realização de licitação para a contratação dos serviços de publicidade por intermédio de concorrência do tipo "melhor técnica".

50. Apesar disso, não foi encontrado nos autos qualquer justificativa para a escolha do critério de melhor técnica, em preferência ao critério de técnica e preço.
(Original sem grifo)

Achado nº 1.7. Da omissão de questão relevante no documento convocatório sobre a forma de execução do contrato, comprometendo a competitividade.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

7.1. *A CGU verificou que a execução do contrato se deu mediante a divisão dos valores de cada campanha entre as quatro empresas em percentuais de 40% para a vencedora e 20% para as três demais empresas, ou seja, o processo de concorrência interno somente serviria para definir qual campanha seria a veiculada e o recebimento de 40% do valor alocado para a campanha.*

7.2. *Nesse sentido, o órgão de controle alega que “mesmo sendo uma prática adotada pelo Ministério da Saúde, tal situação não foi prevista no Estudo Técnico Preliminar e no Edital do processo licitatório em tela, razão pela qual a utilização de metodologia de rateio do pagamento implicaria a infração ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e limitação à competitividade, uma vez que se essas condições de pagamentos tivessem sido divulgadas, as empresas participantes poderiam ter dedicado mais esforço para o processo de concorrência.”.*

7.3. *Tais apontamentos, contudo, não merecem prosperar, ao passo que, no que tange à execução contratual, o Ministério da Saúde cumpriu com todas as exigências previstas na Lei nº 12.232/2010, a qual dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, bem como expressamente previu no Edital da Concorrência 01/2021 que, para a execução do serviço, seria instituído procedimento interno, seguindo metodologia aprovada e publicada na imprensa oficial.*

7.4. *Nesta linha, consoante insculpido no §3º do art. 2º da Lei 12.232/2010 há possibilidade de adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação, o que fora facultado pelo Ministério da Saúde, observando-se todas as suas exigências.*

7.5. *Outrossim, o §4º do mesmo dispositivo determina que, para a execução das ações de comunicação publicitária realizadas no âmbito dos contratos decorrentes das licitações com mais de uma agência de publicidade, o órgão deverá, obrigatoriamente, instituir procedimento de seleção interna entre as contratadas, cuja metodologia será aprovada pela administração e publicada na imprensa oficial.*

7.6. *Em atenção à referida determinação legal, o Ministério da Saúde previu expressamente, por meio do item 2.2.5 do Edital em epígrafe, que seria instituído procedimento de seleção interna entre as contratadas. Confira-se:*

2.2.5. *Para a execução dos serviços, o Ministério da Saúde instituirá procedimento de seleção interna entre as contratadas, com metodologia aprovada e publicada na imprensa oficial, conforme disposto no art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010.*

7.7. *Ademais, no item 2.2 da Cláusula Segunda – Objeto do Contrato anexo ao Edital, dispõe categoricamente que para a execução dos serviços e a seleção interna seria observada a metodologia que consta da Portaria nº 3.994/2010, publicada no Diário Oficial da União em 16/12/2010, Seção 1, página 69, bem como o Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade do Ministério da Saúde:*

2.2. *Para a execução dos serviços e a seleção interna de que trata o art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.232/2010, o CONTRATANTE observará os termos do procedimento de seleção interna entre a CONTRATADA e as outras três contratada/s em decorrência do processo licitatório que deu origem a este ajuste, cuja metodologia consta da Portaria Nº 3.994/2010, foi publicada no Diário Oficial da União de 16/12/2010, Seção 1, página 69, e o Manual de procedimentos das Ações de Publicidade do Ministério da Saúde.*

7.8. *Nesse cenário, importa ressaltar que a Portaria nº 3.994/2010, de 16 de dezembro de 2010, bem como o Manual de Procedimentos das Ações de Publicidade do Ministério da Saúde, dispõem pormenorizadamente as regras para o procedimento de seleção interna para a execução das ações de comunicação publicitária.*

7.9. *Portanto, não há que se cogitar a ocorrência de infração ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tampouco em limitação à competitividade, porquanto a seleção interna e a metodologia a ser adotada em referida seleção se deram em consonância com a legislação específica sobre o tema, bem como estava expressamente prevista no Edital da*

7.10. *Concorrência nº 01/2021 do Ministério da Saúde. Não se trata de uma prática do Ministério da Saúde, mas de observância à lei federal.*

7.11. *Note-se, ainda, que a metodologia para a definição da porcentagem e rateio dos valores decorrente da seleção interna não é uma exigência prevista na legislação, de modo que não houve qualquer infração nesse sentido.*

7.12. *No que concerne à alegação de limitação à competitividade, pautada na justificativa de que “se essas condições de pagamentos tivessem sido divulgadas, as empresas participantes poderiam ter dedicado mais esforço para o processo de concorrência”, concessa vênia, esta é completamente desprovida de lógica, uma vez que esse não é um fator determinante para que uma empresa participe de um certame.*

7.13. *Em primeiro lugar, porque, levando-se em consideração um contrato cuja remuneração prevista equivalha a valor tão alto, evidentemente, as empresas passam a ter interesse em ganhar a conta. Além disso, ultrapassada a questão monetária, é de se ressaltar que contas desse porte representam maior qualificação das Contratadas e, por isso, convertem-se em ativos que possuem valor muito maior, quais sejam: os atestados de capacidade técnica, os relatos de comunicação, além da confiança de grandes clientes, tendo em vista o grau de dificuldade de atender o poder público.*

7.14. *Ou seja, um contrato com o Ministério da Saúde não só pode levar as empresas a outros contratos públicos, como pode abrir as portas para clientes de grande porte.*

7.15. Portanto, a alegação da CGU não merece acolhimento, pois essa disposição não é exigência editalícia, tampouco elemento determinante para que mais empresas participem do certame.

Análise da equipe de auditoria

Em sua manifestação, a ASCOM, preliminarmente, cita o §3º do art. 2º da Lei nº 12.232/2010, asseverando que esse dispositivo possibilita a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda.

§ 3º Na contratação dos serviços de publicidade, faculta-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda, sem a segregação em itens ou contas publicitárias, mediante justificativa no processo de licitação.

Adiante, faz referência ao §4º do mesmo dispositivo, que estabelece, para a execução das ações de comunicação publicitária realizadas no âmbito dos contratos decorrentes das licitações com mais de uma agência de publicidade, que o órgão deverá, obrigatoriamente, instituir procedimento de seleção interna entre as contratadas, cuja metodologia será aprovada pela administração e publicada na imprensa oficial.

§ 4º Para a execução das ações de comunicação publicitária realizadas no âmbito dos contratos decorrentes das licitações previstas no § 3º deste artigo, o órgão ou a entidade deverá, obrigatoriamente, instituir procedimento de seleção interna entre as contratadas, cuja metodologia será aprovada pela administração e publicada na imprensa oficial.

Nesse sentido, cabe esclarecer que os apontamentos apresentados neste Relatório não abordam a questão da adjudicação do objeto para as contratações de 4 empresas ou a realização de procedimento interno de seleção entre as contratadas como infração a qualquer norma ou princípio, mesmo porque esses procedimentos se encontram previstos no edital de convocação e na legislação.

No entanto, em relação à forma de execução do contrato e o seu pagamento, entende-se que a divisão dos valores de cada campanha entre as quatro empresas contratadas em percentuais de 40% para a vencedora e 20% para a três demais empresas, caso fosse relevante para o Ministério da Saúde, deveria ser expressa no Edital de Convocação, a fim de expor as regras para todas as empresas participantes do certame.

Desse procedimento, constata-se que qualquer uma das quatro contratadas receberam, no mínimo, 20% do valor disponibilizado para a execução contratual, perfazendo um valor mínimo de R\$ 43 milhões, mesmo que tais empresas não vençam nenhum dos processos seletivos das campanhas. Assim, tendo em vista a possibilidade de os contratos serem prorrogados por até 60 meses, esse montante poderá atingir R\$ 215 milhões.

Vale reforçar que a constatação apresentada neste Relatório não critica o fato de empresas que não obtiveram sucesso nos processos seletivos de criação de campanhas receberem, no mínimo, 20%, mas a falta de previsão no Edital da Licitação, uma vez que a forma de remuneração é um aspecto relevante para que outras empresas decidissem participar ou não do certame.

Achado nº 2.1. Ausência de fundamentação para escolha do tipo de licitação “melhor técnica” em detrimento do tipo “técnica e preço”.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

8.1. *Mais uma vez, a CGU alega que a ASCOM teria errado, agora no âmbito da Concorrência nº 01/2023, que visava à contratação de duas empresas para prestar o serviço comunicação digital no âmbito do Ministério da Saúde. Concluiu-se pela ocorrência de um direcionamento realizado pelos agentes da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde para que a concorrência fosse do tipo “melhor técnica”, em detrimento do tipo “técnica e preço”, caracterizando uma prática antieconômica, uma vez que, se as mesmas empresas selecionadas pelo Ministério da Saúde nesse certame apresentassem os mesmos descontos por elas ofertados em licitações anteriores, poder-se-ia ter um desconto entre 1,14 milhão e R\$ 10,7 milhões, o equivalente a 5,25% e 49% de R\$ 21.835.865,62 respectivamente.*

8.2. *Ocorre, no entanto, como já restou demonstrado alhures, que a melhor técnica é um tipo expressamente previsto pela legislação vigente à época do certame, a saber:*

Lei nº 8.666/1993:

Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos, ressalvado o disposto no §4º do artigo anterior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: a) menor preço; b) melhor técnica ou artístico; c) técnica e preço; d) maior retorno econômico; e) maior desconto;

Art. 37. §2º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas “a”, “d” e “h” do inciso XVIII do caput do art. 6º desta Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por:

I - melhor técnica; ou II - técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.”

8.3. *Inclusive, a própria CGU reconhece a referida legalidade ao consignar q u e “Apesar de a legislação permitir esse tipo de licitação para objeto em comento”, ou seja, fica claro que*

havia a prerrogativa de fazer essa escolha, desde que amparada pela devida justificativa, o que foi feito por parte da ASCOM, como fica claro no próprio documento da CGU, a saber:

“Cumpre pontuar que a ASCOM, em sua análise aos apontamentos da Divisão de Procedimentos Licitatórios, firmou o entendimento de que considerar os serviços de comunicação digital como de natureza comum seria uma prática ilegal. Tal fato não deve prosperar de forma genérica, uma vez que o estudo técnico preliminar pode delimitar o objeto de forma que ele pode ser considerado como de natureza comum, sendo a modalidade de licitação mais indicada o pregão. Cita-se, como precedente desse enquadramento, a realização pelo Ministério da Economia do Pregão Eletrônico SRP nº 2/2022 (Processo Administrativo nº 19973.104589/2021-88), cujo objeto é um tipo de serviço de comunicação digital.”

8.4. *Contudo, nessa fala a CGU comete grave erro jurídico. Sempre foi ilegal a contratação de serviço de natureza predominantemente intelectual por meio de pregão e, muito embora, à época, ainda não estivesse em vigência a lei nº 14.356/22, que acrescentou, à lei nº 12.232/10, os arts. 20-A e 20-B, que passaram a dispor expressamente que os serviços de comunicação, assim como os de publicidade, deveriam ser contratados mediante melhor técnica ou técnica e preço, já havia reiteradas decisões do TCU sobre o tema.*

8.5. *Vide, inclusive, o que dispunha o Informativo de Licitações e Contratos de nº 288, referente às sessões de 24 e 25 de maio de 2016, no Tribunal de Contas da União:*

Número 288

Sessões: 24 e 25/maio/2016

Este Informativo **contém informações sintéticas de decisões proferidas pelos Colegiados do TCU**, relativas à área de Licitação e Contratos, que receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial no período acima indicado. O objetivo é facilitar ao interessado o acompanhamento dos acórdãos mais importantes do Tribunal na área. Para aprofundamento, o leitor pode acessar o inteiro teor das deliberações por meio dos links disponíveis. As informações aqui apresentadas não são repositórios oficiais de jurisprudência.

[...] **Segunda Câmara**

2.A predominância do caráter intelectual e criativo afasta o enquadramento dos serviços de comunicação digital, que são assemelhados aos de publicidade e propaganda, na definição de serviços comuns estabelecida na Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), e possibilita a adoção de licitação do tipo melhor técnica. [...]

Ao apreciar Representação de licitante sobre possíveis irregularidades na Concorrência 4/2015, do tipo **melhor técnica**, conduzida pela Agência Nacional de Águas (ANA), com o objetivo de contratar a prestação de serviços de planejamento, produção e execução de soluções de comunicação digital, **analisou o Tribunal a possibilidade de o objeto do certame enquadrar-se na definição de serviço comum, questão suscitada pela unidade técnica. Tal fato tornaria obrigatória a utilização da modalidade pregão, em vez de concorrência do tipo melhor técnica.** Efetuaram-se oitivas da ANA e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom/PR), esta acerca da orientação dada aos órgãos e entidades que integram o Sistema de Comunicação do Poder Executivo Federal (Sicom) quanto à utilização de concorrência, no tipo melhor técnica, para a contratação de serviços de comunicação digital. A unidade instrutiva, em sua última manifestação nos autos, concluiu que **os serviços de comunicação digital não se enquadram, em verdade, na definição de serviços comuns e que, por isso, a utilização de concorrência, no tipo melhor técnica, se mostrou adequada para o objeto da contratação em análise.**

Concordando com a unidade técnica, observou o relator que “os serviços de comunicação digital englobam **atividades predominantemente intelectuais**, que abarcam o planejamento das ações de comunicação, a criação e a execução das peças a serem utilizadas, com variabilidade incalculável, além da escolha dos canais adequados para a veiculação da mensagem”, sendo portanto possível acolher a **alegação da Secom/PR no sentido de que “os serviços de comunicação digital se assemelham em diversos pontos aos serviços de publicidade, notadamente quanto à existência, nas duas modalidades, de planejamento, criação e confecção de material, além da escolha do veículo para a divulgação da mensagem, diferindo destes, essencialmente, em virtude do canal de divulgação utilizado: veículos de comunicação de massa ou internet”**. Pontuou também que a Lei 12.232/2010 adota como referência os tipos “melhor técnica” e “técnica e preço” para a contratação dos serviços de publicidade, sendo estes, assim, em regra, **incompatíveis com o pregão**. Posto isso, arrematou o relator que, tendo como razoáveis as premissas de que os **serviços de comunicação digital se assemelham aos serviços de publicidade e propaganda, e que a predominância do caráter intelectual e criativo na execução dessas atividades afasta o seu enquadramento na definição de serviços comuns**, mostra-se também razoável a conclusão de que “a modalidade de licitação a ser utilizada na contratação dos aludidos serviços de comunicação digital deve guardar correspondência com a modalidade de licitação utilizada para as contratações dos serviços de publicidade e propaganda, de sorte que a adoção de concorrência, no tipo **melhor técnica**, pode ser vista como regular”. Acolhendo integralmente a análise do relator, o Tribunal deliberou por considerar a Representação parcialmente procedente e expedir recomendação atinente a outras questões à Secom/PR.

8.6. *Ora, veja-se que as melhores práticas do mercado, bem como as decisões do Tribunal de Contas da União corroboram o entendimento esboçado pela ASCOM e, ainda, é de se observar que a licitação supracitada também era do tipo melhor técnica, fato que não gerou qualquer objeção do TCU.*

8.7. *Ademais, é importante ressaltar que até o ano de 2006, o órgão licitante que desejava contratar serviços de comunicação, realizava um único processo licitatório e contratava serviços de publicidade e propaganda, cujo contrato servia de “guarda-chuva” para todas as demais contratações, dentre elas os serviços de assessoria de imprensa, relações públicas, live marketing, eventos e, também, comunicação digital.*

8.8. *Contudo, desde 2006, por meio do Acórdão 2062 do TCU e, ainda, com o advento da lei nº 12.232/10, restou consignado que todos os serviços que fossem estranhos ao contrato de publicidade e propaganda deveriam ser contratados através de processos licitatórios próprios.*

8.9. *Somado a isso, em maio de 2018, por sua vez, foi publicada a Instrução Normativa nº 4/2018 da SECOM, que passou a disciplinar as licitações e os contratos de serviços de comunicação corporativa dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. O art. 5º da referida IN, então, normatizou que esses serviços detêm natureza intelectual, intangível e indivisível, “não se enquadrando no conceito de bens e serviços comuns”, o que se adequa também aos serviços de comunicação digital.*

8.10. *Já no dia 31 de maio de 2022, entrou em vigor a Lei nº 14.356/22, que incluiu na Lei nº 12.232/10, que versa sobre a contratação dos serviços de publicidade pela Administração*

Pública, disposições sobre Comunicação Corporativa/Institucional e Digital, estabelecendo, essencialmente, a necessidade de realização de procedimento licitatório respeitando os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço” para a sua contratação.

8.11. Desse modo, a Lei nº 14.356/22 consolidou os entendimentos de estudos jurídicos realizados pelas áreas técnicas da SECOM, ABRACOM e ABRADI, além de diversas contribuições realizadas na ocasião das consultas públicas elaboradas sobre o tema pela referida Secretaria, com a finalidade de estruturar regras claras para a contratação desses serviços, conferindo segurança jurídica, transparência e maior lisura aos processos.

8.12. Fruto de amplas discussões ao longo dos anos, portanto, fica claro que os serviços de comunicação digital possuem natureza intelectual, intangível e indivisível, de modo que a lei apenas reconheceu a necessidade dessa alteração para que a contratação desses serviços se desse por meio de modalidades e tipos de licitações mais apropriados e que favoreçam a averiguação da capacidade técnica da futura contratada, com a intuito de evitar qualquer desperdício aos cofres públicos advindos de contratações pautadas somente no preço, em que existe a possibilidade de execução contratual sem o resultado e eficiência aguardado.

8.13. Portanto, a ASCOM/MS, ao abordar sobre a natureza do objeto licitado ser predominantemente intelectual, na Nota Técnica nº 65/2021-ASCOM/GM/MS (SEI 0039340057 Anexo VI), justificou seu entendimento corretamente e em completa consonância com as melhores práticas do mercado no segmento de comunicação. A publicação da Lei 14.356/22 apenas corrobora com tal argumentação, senão, vide seus termos:

Art. 20-A. A contratação de serviços de comunicação institucional, que compreendem os serviços de relação com a imprensa e de relações públicas, deverá observar o disposto no art. 5º desta Lei.

§1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo à contratação dos serviços direcionados ao planejamento, criação, programação e manutenção de páginas eletrônicas da administração pública, ao monitoramento e gestão de suas redes sociais e à otimização de páginas e canais digitais para mecanismos de buscas e produção de mensagens, infográficos, painéis interativos e conteúdo institucional.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo não abrange a contratação de espaços publicitários e de mídia ou a expansão dos efeitos das mensagens e das ações de comunicação, que observarão o disposto no caput do art. 2º desta Lei.

§ 3º O disposto no caput não exclui a possibilidade de os serviços descritos no caput e no § 1º deste artigo serem prestados pelos servidores dos respectivos órgãos e entidades da administração pública.

Art. 20-B. Para fins desta Lei, os serviços de comunicação institucional compreendem os serviços de relações com a imprensa e de relações públicas, assim definidos:

I- relações com a imprensa: ação que reúne estratégias organizacionais para promover e reforçar a comunicação dos órgãos e das entidades contratantes com seus públicos de interesse, por meio da interação com profissionais da imprensa; e

II- relações públicas: esforço de comunicação planejado, coeso e contínuo que tem por objetivo estabelecer adequada percepção da atuação e dos objetivos

institucionais, a partir do estímulo à compreensão mútua e da manutenção de padrões de relacionamento e fluxos de informação entre os órgãos e as entidades contratantes e seus públicos de interesse, no Brasil e no exterior.

8.14. *Nesse contexto, o art. 5º da referida lei dispõe:*

*Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos **“melhor técnica” ou “técnica e preço”**.*

8.15. *Evidente, portanto, que a ASCOM agiu corretamente e, à época, em consonância com as melhores práticas do mercado e instruções normativas emitidas pela SECOM/PR, as quais foram materializadas na Lei nº 12.232/2010.*

8.16. *Além disso, em que pese a CGU alegue que: “Assim, em face da Além disso, em que pese a CGU alegue que: Assim, em face da previsão acerca da necessidade de justificativa e da fundamentação da escolha do tipo de licitação, conclui-se que, desde a formalização da demanda, a Assessoria de Comunicação Social considerou o tipo “melhor técnica” como a única possibilidade de atender à necessidade da Administração, **deixando de motivar essa opção**”, ela mesma se contradiz ao relatar, no item 2.4 de seu relatório preliminar, que:*

*“Observou-se que a fundamentação de se optar pelo tipo de licitação **“melhor técnica”** foi a necessidade alegada pela ASCOM e pela Equipe Técnica de Planejamento, segundo os quais se estaria primando pela economicidade e vantajosidade para o órgão por entender a equipe de planejamento: “ser o tipo “melhor técnica” a opção mais pertinente no presente caso, ao possibilitar a escolha mais adequada, ao conciliar a seleção da melhor qualificação técnica entre as licitantes concorrentes ao menor preço na execução contratual, identificado e negociado entre as propostas das empresas tecnicamente classificadas”.*

8.17. *Portanto, mesmo que de forma velada em seu documento, a CGU reconhece que a ASCOM justificou a sua escolha. Além do exposto, a CGU complementou seus argumentos afirmando que:*

“Ocorre que, apesar de ter sido afirmado pela Equipe Técnica de Planejamento que as licitações realizadas pelo MDR e pelo GDF teriam sido concorrências do tipo “melhor técnica”, os documentos juntados aos autos confirmam que ambos os certames tiveram como tipo “técnica e preço”, sendo, portanto, uma fundamentação baseada em dados não condizentes com os fatos presentes dos autos, tratando-se de mais uma situação em que a equipe técnica da ASCOM buscou direcionar o tipo de licitação. Importante acrescentar que na Concorrência nº2/2020, conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, em razão do tipo de licitação ter sido a de “técnica e preço”, a empresa que ficou na primeira colocação na avaliação técnica Brviacom Comunicação e Marketing Ltda) ofereceu um desconto de 8,9% na proposta financeira. Como a segunda colocada (In.Pacto Comunicação Corporativa e Digital SS) ofertou um desconto de 49% na proposta financeira, sagrou-se a vencedora da licitação. Nesse mesmo sentido, cumpre citar que o Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, teve seu nome indicado para participar do sorteio da subcomissão técnica da Concorrência nº 02/2021, conduzida pelo Ministério das Comunicações, que também foi do tipo “técnica e preço”. Dessa forma, entende-se que o servidor tinha conhecimento de que os dois tipos de licitação seriam elegíveis para o certame.”

8.18. *Sob esta ótica, em que pese a concorrência do MDR tenha sido do tipo técnica e preço, não é verdadeira a afirmação de que ambas ocorreram dessa forma. Senão, vide o que dispunha o Edital da licitação do Governo do Distrito Federal na Concorrência nº 02/2019 - SECOM-DF:*

	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL</p> <p>SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL</p> <p><i>Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060</i></p> <p>EDITAL DE LICITAÇÃO</p> <p>CONCORRÊNCIA N.º 02/2019-SECOM-DF</p> <p>MODALIDADE: CONCORRÊNCIA.</p> <p>TIPO: Melhor Técnica.</p> <p>PROCESSO SEI N.º: 04000-00000184/2019-12.</p> <p>REGIME DE EXECUÇÃO: empreitada por preço unitário.</p> <p>OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal e dos Órgãos da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, conforme prevê o artigo 22 do decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, referentes à: a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação digital, no âmbito do contrato; b) criação, execução técnica e distribuição de ações e/ou peças de comunicação digital; e c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação digital, destinadas a expandir os efeitos de mensagens e conteúdos do Governo do Distrito Federal, suas secretarias e administrações regionais, em seus canais proprietários e em outros ambientes, plataformas ou ferramentas digitais, em consonância com novas tecnologias.</p> <p>INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL/SECOM-DF.</p> <p>DATA DE ABERTURA: 28/08/2019.</p> <p>HORÁRIO: 09:00 HORAS.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8.19. *Diante disso, como fartamente explicitado alhures, é uma prerrogativa a escolha de um desses tipos, desde que devidamente justificada, que foi exatamente o que foi feito pela ASCOM, uma vez que ambos os tipos são elegíveis, pois são legalmente previstos.*

8.20. *Portanto, novamente, não houve o intuito de impor, beneficiar, tampouco prejudicar ninguém, o que ocorreu foi pura e simplesmente a mera aplicação da legislação vigente sobre o tema.*

Análise da equipe de auditoria

Sobre a manifestação da ASCOM, cabe esclarecer que a necessidade de fundamentar a escolha do tipo de licitação (melhor técnica ou técnica e preço) na contratação de duas empresas para prestar o serviço comunicação digital no âmbito do Ministério da Saúde decorre de uma previsão legal, especificamente do art. 5º da Lei nº 12.232/2010:

Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades

definidas no art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos “**melhor técnica**” ou “**técnica e preço**”.

Além disso, a Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20/04/2018, especificamente no § 2º do art. 12, impõe a obrigatoriedade de justificar e fundamentar a escolha do tipo de licitação, uma vez que é possível ser “melhor técnica” ou “técnica e preço”.

Art. 12.

(...)

§ 2º A opção pelo tipo de licitação “melhor técnica” ou “técnica e preço” é uma discricionariedade do contratante, **que deverá justificar e fundamentar a sua escolha** e utilizar o respectivo modelo de edital disponibilizado pela SECOM, conforme as características do tipo de sua contratação.

Não há dúvida de que o serviço de comunicação digital se refere a uma atividade predominante intelectual, mas também se deve considerar que os estudos técnicos preliminares deveriam ter apresentado os elementos para a autoridade competente decidir sobre o tipo de licitação, visto que a capacidade técnica das licitantes estaria sendo respeitada, uma vez que ambos os tipos de licitação são possíveis.

No entanto, o que se observou foi a definição do tipo de licitação “melhor técnica” já no Documento de Formalização da Demanda (SEI 0021750556), conforme segue:

1.7. Isso posto, o objeto da presente demanda é a formalização do processo para contratação de 2 (duas) empresas prestadoras de serviços de comunicação digital, **modalidade Melhor Técnica**, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e, de forma complementar, da Instrução Normativa MP nº 05/2017 e da Instrução Normativa SECOM relativa à matéria, observadas as regras estabelecidas pela Lei nº 12.232/2010 aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão nº 6.227/2016-TCU-2ª Câmara.

Sobre esse item do DFD, merece registro que em nenhuma das normas mencionadas ou na jurisprudência do TCU é tratado que o objeto em contratação dovesse ser licitado por meio de licitação do tipo “melhor técnica”, mesmo porque a Instrução Normativa SECOM nº 4, de 20/04/2018 estabelece as duas possibilidades.

Sobre as licitações usadas como referência pelo Ministério da Saúde, o Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação Digital nº 24/2021-MDR e o Contrato nº 02/2020-SECOM/DF do GDF, sendo abordado no Relatório que os procedimentos teriam sido do tipo de “melhor técnica” em ambos, assiste razão ao Ministério da Saúde ao afirmar que o contrato firmado pelo GDF teve o tipo de licitação “melhor técnica”. No entanto, tal situação não modifica a abordagem, uma vez que é necessária a fundamentação com base nos estudos preliminares e não na replicação de outros procedimentos licitatórios.

Impende esclarecer que essa questão se deveu ao fato de o Edital da Licitação do GDF não ter sido juntado aos autos da licitação, e o contrato apresentar uma redação indicando a existência de proposta técnica e de preço, conforme cláusula 2.2 do instrumento supramencionado:

2.2. Independentemente de transcrição, fazem parte deste contrato o Edital da Concorrência nº 02/2019 – SECOM-DF, seus Anexos e Apêndices (27213993), bem

como as **Propostas Técnica e de Preços** (40024470) da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento.

No entanto, essas licitações foram apresentadas apenas como exemplo de que a instrução processual buscou construir uma tese de que somente seria possível o tipo de licitação “melhor técnica”, o que se demonstrou sem fundamento, pois o apontamento faz referência à falta de justificativa para a escolha do tipo de licitação.

Por fim, em relação à licitação conduzida pelo MDS, confirma-se que o tipo de licitação tratado na instrução processual foi considerado como “melhor técnica”, o que não condiz com a realidade, conforme demonstrado a seguir:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2020
(Processo Administrativo n.º 59000.006757/2020-10)

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. O Ministério do Desenvolvimento Regional, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da Coordenação-Geral de Suporte Logístico - CGSL, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação, designada pela Portaria nº 2145, de 07 de agosto de 2020, torna público, para ciência dos interessados, que efetuará licitação, na modalidade de concorrência, do tipo Técnica e Preço, para a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital.
- 1.2. Os serviços serão realizados na forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário, sob a égide da Lei nº 8.666/1993.
- 1.3. De forma complementar, esta concorrência será realizada com base na Instrução Normativa MP nº 05/2017, na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03/2018 e na Instrução Normativa SECOM relativa à matéria, observadas as regras estabelecidas na Lei nº 12.232/2010 aplicáveis a este objeto, nos termos do Acórdão nº 6.227/2016-TCU-2ª Câmara.

2. OBJETO

- 2.1. O objeto da presente concorrência é a contratação de empresa prestadora de serviços de comunicação digital, referentes à:
 - a) prospecção, planejamento, implementação, manutenção e monitoramento de soluções de comunicação digital, no âmbito do contrato;
 - b) criação e execução técnica de ações e/ou materiais de comunicação digital e;
 - c) criação, implementação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação digital, destinadas a expandir os efeitos de mensagens e conteúdos do Ministério do Desenvolvimento Regional, em seus canais proprietários e em outros ambientes, plataformas ou ferramentas digitais, em consonância com novas tecnologias

Achado nº 2.2. Não observância ao princípio da segregação de funções, direcionando as atividades decisórias para agentes vinculados à Área Técnica demandante.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

9.1. Da análise da instrução processual da aquisição do serviço de comunicação digital, verificou-se que o Chefe da ASCOM do Ministério da Saúde (Patrick Leal Costa) e seu subordinado direto, o Coordenador de Imprensa (Victor de Melo Barbosa Leite), atuaram diretamente em todas as etapas do processo, inclusive decidindo sobre questões que não estavam sob suas responsabilidades.

9.2. Observou-se que a falta de segregação possibilitou que os membros da ASCOM atuassem em momentos decisórios do processo, ou seja, da definição da demanda até a escolha das empresas vencedoras, tendo ampla participação no julgamento das propostas técnicas, por meio de servidores vinculados ao setor, causando prejuízo à competitividade do certame.

9.3. Por fim, aponta que, quando da celebração dos Contratos nºs 10 e 11/2023, o servidor Victor de Melo Barbosa Leite foi designado fiscal dos contratos, de acordo com a Portaria nº 25/2023 DICONT/CCLIC, de 05/04/2023, concluindo, então, que o citado agente atuou na contratação desde o planejamento da contratação, participando como membro da subcomissão que escolheu as empresas e ainda como responsável por fiscalizar a execução dos contratos.

9.4. Registrou-se, ainda, que o referido servidor esteve lotado na área demandante, e isso implica que ele participaria da definição das atividades que serão submetidas a um processo seletivo entre as duas empresas e que fiscalizará a execução.

9.5. De início, insta destacar que, desde 11 de julho de 2022, em razão da nova estrutura regimental do Ministério de Saúde, o servidor Patrick Leal Costa deixou de ser o Chefe da ASCOM. Conforme é possível atestar por meio da Portaria de 11 de julho de 2022, publicada em 12 de julho de 2022, no Diário Oficial da União, Edição 130, Seção 2, Página 1, nº 811, Rodrigo Fayad de Albuquerque Rosa, passou a exercer o cargo de Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Saúde, código CCE 1.16. Portanto, Patrick Leal Costa deixou de ser o responsável pela Concorrência nº 01/2022.

9.6. Isto posto, repisa-se toda a argumentação delineada quando o tópico foi abordado ainda em se tratando da licitação de publicidade, eis que as situações apontadas são as mesmas e, como demonstrado, a própria CONJUR, por meio do parecer do Dr. Hugo Teixeira Montezuma Sales, Coordenador-Geral de Análise Jurídica de Licitações Contratos e Instrumentos Congêneres à época, entendeu que ali não havia indícios de violação do princípio da segregação de função, portanto, traçando esse paralelo e usando esse entendimento por analogia, uma vez que as situações são iguais, a conclusão deve ser semelhante.

Análise da equipe de auditoria

Sobre essa constatação, o MS assevera que desde 11 de julho de 2022, em razão da nova estrutura regimental do Ministério de Saúde, o servidor Patrick Leal Costa teria deixado de ocupar o cargo de Chefe da ASCOM, ponderando que o servidor Rodrigo Fayad de Albuquerque Rosa fora designado para o cargo de Chefe da Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Saúde, código CCE 1.16, concluindo que, em razão desses fatos, o servidor Patrick Leal Costa teria deixado de ser o responsável pela Concorrência nº 01/2022.

Essa argumentação não modifica o apontamento, pois a saída do servidor em questão da licitação ocorreu devido a sua nomeação não ter sido efetivada, pois a nova estrutura manteve o cargo CCE 1.13, que seria ocupado pelo mesmo agente, conforme se depreende do teor do Despacho (SEI 0028222047), de 21/07/2022, ao informar que “Por sua vez, o senhor Patrick Leal Costa ainda aguarda nomeação em razão da nova estrutura de cargos do Ministério da Saúde.”

No que se refere ao comentário sobre posicionamento da CONJUR, cabe reforçar que se tratou de um entendimento de que a afronta ao princípio da segregação de funções não gera

uma nulidade absoluta do procedimento licitatório com efeitos retroativos. Todavia, com base nesse entendimento, não se pode concluir que inexistiam indícios de violação ao mencionado princípio, uma vez que essa avaliação é exatamente o escopo do presente trabalho, ou seja, busca-se aqui expor os elementos fáticos que permitem apontar as irregularidades verificadas e indicar os elementos que servem de subsídios para suportar essa abordagem.

Em razão desses fatos, entende-se que as manifestações apresentadas pelo MS não são suficientes para descaracterizar a ocorrência da inobservância do princípio da segregação de funções, tendo como resultado o direcionamento das atividades decisórias para agentes vinculados à ASCOM.

Achado nº 2.3. Descumprimento dos procedimentos previstos na legislação mediante a criação de procedimentos restritivos para a participação de servidores na subcomissão técnica.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

10.1. *No item 2.3., a Controladoria aponta que, além de o Edital não ter estabelecido o critério objetivo previsto na norma quanto à formação acadêmica necessária para integrar a subcomissão técnica, não foi identificada nos autos qualquer tentativa de dar transparência ao processo seletivo, com vistas a possibilitar que os servidores lotados no Ministério da Saúde que possuísem a formação definida na Portaria pudessem participar do sorteio. Assim, observou-se que todas as indicações de servidores lotados no MS e a escolha de quais órgãos seriam consultados para apresentarem indicações de nomes foram feitas pela própria ASCOM e sem qualquer motivação.*

10.2. *No entanto, basta simples análise e interpretação da Portaria MCOM nº 5.218, de 07 de abril de 2022, para verificar que os requisitos a serem observados para a constituição da subcomissão técnica não são complementares, mas alternativos, porquanto o inciso I do art. 34 utiliza a conjunção coordenativa alternativa “ou”, que liga duas orações em sentido distinto, isto é, duas alternativas que excluem uma à outra. Confira-se:*

Art.34. A constituição da subcomissão técnica obedecerá aos seguintes critérios:

I - será constituída por pelo menos 3 (três) membros que possuam formação em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas;

10.3. *Note-se, portanto, que são critérios para constituir a subcomissão técnica pelo menos 3 (três) membros que possuam: (i) formação em comunicação, publicidade ou marketing; ou (ii) que atuem na área de comunicação, publicidade ou marketing.*

10.4. *A CGU alega, ainda, que o Edital elaborado pelo MS, nº 41/2022, contrariou a mencionada Portaria, “porquanto não estabeleceu de forma clara o perfil profissional a ser observado para um membro compor a subcomissão”, prevendo apenas que deveria ter*

“formação acadêmica ou experiência profissional em áreas conexas ao objeto desta concorrência”.

10.5. *Ora, não há qualquer necessidade constar tais especificações no Edital, à medida que estão instituídas na própria Portaria, que será seguida no decorrer do processo interno da licitação.*

10.6. *Não obstante, pautando-se na equivocada premissa de que a referida Portaria do MCOM determina critérios cumulativos e não alternativos, no item 2.4. do relatório preliminar, por sua vez, a CGU afirmou que verificou que a ASCOM não teve a mesma preocupação com a avaliação da capacidade técnica dos servidores que participaram do sorteio para compor a subcomissão técnica.*

10.7. *Funda seu entendimento na suposição de que não houve qualquer tentativa de dar transparência internamente para que profissionais com formação acadêmica ou experiência no tema tivessem a oportunidade de participar do sorteio, conforme indicado no item 2.3., apontando ter ocorrido um direcionamento para que os servidores lotados na ASCOM fizessem parte desse processo seletivo.*

Análise da equipe de auditoria

Observa-se que a manifestação do MS não esclarece o motivo pelo qual a redação do edital não foi explícita quanto às formações acadêmicas necessárias, ou seja: comunicação, publicidade ou marketing, conforme previsto na Lei nº 12.232/2010 e na Portaria MCOM nº 5.218/2022. Em vez disso, o edital previu que os interessados deveriam possuir “formação acadêmica ou experiência profissional em áreas conexas ao objeto desta concorrência”. Cabe pontuar que não há qualquer dúvida de que basta o agente ter a formação acadêmica nas áreas citadas na portaria ou experiência profissional nessas mesmas atividades.

A abordagem trazida no presente Relatório sobre a falta de experiência dos participantes não foi considerada como uma desconformidade, mas apenas se destacou que essa questão vai de encontro à fundamentação da ASCOM no sentido de que somente o tipo de licitação “melhor técnica” propiciaria a contratação de empresas com capacidade técnica para prestar um serviço de qualidade. Isso porque, para garantir que as empresas possuidoras de melhor técnica fossem as escolhidas, seria primordial que os agentes responsáveis por avaliar a capacidade técnica das empresas participantes também tivessem experiência nas atividades atinentes à contratação em questão.

Já a conclusão do direcionamento dos membros tem como fundamento o fato de não ter sido fomentada a participação de todos os servidores que preenchessem os requisitos e tivessem interesse em participar do sorteio para a formação da Subcomissão Técnica, como, por exemplo, a divulgação interna, informando sobre a possibilidade da participação na subcomissão de qualquer servidor que tivesse a formação acadêmica ou experiência.

Verifica-se que descumprimento dos procedimentos previstos na legislação está relacionado ao fato de não ter sido clara a informação acerca da formação acadêmica necessária para participar da Subcomissão, o que resultou em procedimentos restritivos para a participação

de servidores que não estivessem lotados na ASCOM ou que não tivessem sido indicados pela Assessoria.

Dessa forma, em sendo o tipo de licitação “melhor técnica”, observa-se a necessidade de garantir que o procedimento para a indicação dos servidores participantes do sorteio tivesse sido realizada de forma transparente, uma vez que os membros ficariam responsáveis por analisar a julgar as propostas técnicas dos licitantes.

Observa-se, por fim, que a Lei nº 12.232/2010 atribuiu especial relevância à isenção dos agentes que devem integrar a subcomissão técnica, porquanto previu, no § 2º do art. 10, que pelo menos 1/3 dos membros da subcomissão técnica deve ser de profissional sem qualquer vínculo com o órgão ou a entidade responsável por conduzir a licitação

Achado nº 2.4. Direcionamento a servidores da ASCOM quanto à integração da subcomissão técnica, o que caracterizou a inobservância do critério de experiência profissional ou formação acadêmica.

Manifestação da unidade examinada

10.8. *Além disso, verificou que os nomes dos servidores lotados no Ministério da Saúde surgem nos autos do processo sem qualquer indicação ou requisição aos setores de lotação. Diante disso, dissertou sobre os seguintes agentes:*

- **Victor de Melo Barbosa Leite:** *“participante da Equipe Técnica de Planejamento, foi nomeado para o cargo de Coordenador de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do MS em julho de 2021, tendo formação acadêmica em Administração de Empresas. De acordo com as informações registradas em seu currículo, o servidor já havia ocupado cargos no Governo do Distrito Federal (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Secretaria de Estado de Comunicação Social e Secretaria de Estado de Trabalho) no período de 2011 a 2019, sempre exercendo atividades relacionadas a licitações e contratos, inclusive já desempenhando a atividade de pregoeiro.”.*

10.9. *Note-se que, em que pese a Controladoria tenha apontado irregularidade, afirmando que a Comissão Especial de Licitação aceitou a participação do agente “mesmo sem ter sido apresentado qualquer argumento que demonstre a formação ou a experiência”, equivocou-se a Controladoria, de modo que tanto a ASCOM quanto a CEL agiram corretamente e dentro da legalidade.*

10.10. *Isto porque, conforme consta no próprio relatório, a ASCOM, além de apresentar o currículo de Victor de Melo Barbosa Leite, apresentou a devida justificativa, informando sua formação e sua experiência, ao relatar que o agente possui “formação em administração e MBA em Gestão Pública; coordena a imprensa do Ministério da Saúde; acompanha e fiscaliza os contratos de imprensa e publicidade; assessora o chefe da Assessoria de Comunicação Social; participa nos procedimentos de concorrência interna de aprovação das campanhas de publicidade apresentadas pelas agências; conhecimento do processo de licitação. O indicado atende aos requisitos do Edital”.*

10.11. *Veja-se, portanto, que muito embora o profissional não tivesse formação na área, já tinha farta experiência não só na área de comunicação, mas, também, na área de licitações e contratos. Além disso, ele já tinha pelo menos um ano exercendo o cargo de Coordenador de Imprensa da Assessoria de Comunicação Social do MS, de modo que, indubitavelmente, cumpria os requisitos dispostos na Portaria retro mencionada para compor a subcomissão técnica.*

10.12. *Portanto, ao contrário do que entendeu a CGU, Victor de Melo Barbosa Leite estava plenamente apto a compor a lista para a Subcomissão Técnica do certame em questão.*

- **Ana Letícia Jacinto Monteiro:** “ocupando o cargo de Coordenadora e Publicidade de Assessoria de Comunicação Social do MS, substituiu o então Chefe da ASCOM na Equipe Técnica de Planejamento, tendo em vista que o referido servidor não permaneceu no cargo no Ministério da Saúde após a aprovação da nova estrutura da Pasta. Segundo as informações constantes no currículo, a servidora tem **formação acadêmica em publicidade e propaganda, tendo sido graduada em 2019**. Apesar da área de formação, a experiência profissional está voltada para atividades operacionais, como produção de filmes publicitários, processos internos (preenchimento de SIREF e produção gráfica)”.

10.13. *Quanto à Ana Letícia Jacinto Monteiro, a Controladoria entendeu pela sua falta de experiência na área, o que, supostamente, caracterizaria o não preenchimento dos requisitos da Portaria MCOM nº 5.218/2022. No entanto, conforme demonstrado alhures, referida Portaria determina que os critérios são alternativos, de modo que sua formação acadêmica no curso de publicidade já bastaria para o preenchimento de tais requisitos, afinal, todos os seus anos cursando publicidade e propaganda devem ser levados em consideração, pois lhe trouxeram conhecimento sobre as áreas da comunicação.*

10.14. *Muito embora preencha os critérios, a Coordenadora de Publicidade da ASCOM e sorteada como primeira suplente, Ana Letícia Jacinto Monteiro, informou que “não estará disponível para a tarefa de análise das propostas técnicas da referida concorrência, por razões relacionadas ao encargo da substituição da Chefia da Assessoria Especial de Comunicação Social - ASCOM, bem como na gestão do desenvolvimento das campanhas que serão veiculadas até dezembro de 2022, sendo necessário, portanto, a participação, a princípio, do 2º suplente, sr. Raimundo Cirilo de Souza...”.*

10.15. *Sob este ponto, a CGU entendeu que “a desistência da Coordenadora da ASCOM demonstra que a inclusão de seu nome no sorteio para compor a subcomissão técnica se deu apenas para cumprir a formalidade no procedimento de escolha dos membros por meio de sorteio, uma vez que a desistência se deu por situações inerentes a suas atividades profissionais já existentes antes da indicação de seu nome. No que se refere à questão do exercício do encargo de substituta, também não se pode considerar razoável em razão do próprio titular ter se indicado para a participação no sorteio.”.*

10.16. *Contudo, as pessoas possuem total livre arbítrio para mudar de opinião, principalmente no que diz respeito à quantidade de responsabilidades que são capazes de assumir. Nada impede que a referida Coordenadora, em um primeiro olhar, tenha acreditado que daria conta de estar na Subcomissão Técnica e, posteriormente, quando entendeu a dimensão de suas incumbências, reconheceu que não estaria apta a honrá-las.*

10.17. *Desse modo, não se trata de mera inclusão de seu nome para cumprir a formalidade do procedimento.*

- **Raimundo Cirilo de Sousa:** “ocupante do cargo de Coordenador de Publicidade Substituto, foi indicado pelo Coordenador de Imprensa, Victor de Melo Barbosa Leite, conforme Despacho ASCOM, 21/07/2022, uma vez que o servidor que ocupava o cargo de Chefe da ASCOM, Patrick Leal Costa, aguardava a sua nomeação, tendo em vista ter sido aprovada a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde, razão pela qual todos os ocupantes de cargos deveriam ter seus cargos apostilados ou submetidos a novo processo de nomeação. Quanto ao perfil profissional do servidor indicado para participar do sorteio, observa-se que se trata de servidor do MS, com formação acadêmica de ensino médio, ocupante do cargo de agente administrativo, que exercia atividades operacionais na chefia do apoio administrativo da ASCOM e desempenhava a atividade de membro da comissão de patrimônio.”.

10.18. *No que diz respeito ao servidor Raimundo Cirilo de Sousa, a CGU concluiu que fora verificado “mais um ato em que o servidor indicado não detinha experiência para realizar a avaliação técnica requerida e que teve seu nome elencado para participar do sorteio da subcomissão técnica apenas para cumprir a formalidade do sorteio, mas antes do início de suas atividades solicita a sua dispensa, abrindo a vaga para outro agente. Na situação em comento, a fundamentação para a dispensa da suplência foi a necessidade de afastamento em razão de gozo de férias.”*

10.19. *Veja-se que, neste ponto, não foi houve qualquer irregularidade, porquanto, muito embora preencha os requisitos em razão da sua experiência comprovada com atuação na área de comunicação, antes mesmo do início de suas atividades solicitou a sua dispensa, abrindo a vaga para outro agente, em razão de gozo de férias.*

- **Helmarques Ferreira dos Santos:** “servidor com formação acadêmica em Estudos Sociais, com especialização em Análise de Sistemas. Consta de seu currículo que atua há mais de 16 anos na área de Gestão de Pessoas com foco no planejamento estratégico, gestão de riscos, monitoramento e controle. Por meio da Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS, de 27/06/2022, em relação ao referido servidor, a Divisão de Procedimentos Licitatórios analisou e concluiu que o referido agente não preenche os requisitos de formação acadêmica e de experiência profissional no objeto da concorrência.”.

10.20. *Em relação ao servidor Helmarques Ferreira dos Santos, a CGU também consignou pelo não preenchimento dos requisitos necessários para compor a lista para a Subcomissão Técnica, uma vez que a experiência comprovada aborda apenas a atuação em licitações, não sendo demonstrado possuir formação em comunicação, publicidade ou marketing ou atuação nessas áreas.*

10.21. *Novamente, evidencia-se que referida alegação se baseou em uma interpretação errônea do inciso I, do art. 34 da Portaria da MCOM, porquanto fora devidamente demonstrado, no Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 14/07/2022, por meio das informações constantes do currículo do servidor que o seu nome atende aos requisitos, eis que comprovada sua experiência na área de comunicação e publicidade. Veja-se:*

“formação em estudos sociais; formação e extensão em análise de sistemas; curso de criatividade e novas tecnologias no Serviço Público; gestão de riscos no Setor Público; experiência em licitações; desenvolveu o acompanhamento das ações de comunicação do MS; análise e fiscalização dos contratos de publicidade; participação nos processos de concorrência interna de publicidade; ações de controle junto as agências de publicidade.”.

10.22. *Portanto, uma vez demonstrada e comprovada a experiência do servidor indicada na área de comunicação e publicidade, não há que se falar em não preenchimento*

dos requisitos, tampouco que houve qualquer irregularidade, caindo por terra as alegações equivocadas da Controladoria.

- **Carlos Antônio Alves de Almeida:** *“servidor do MS com formação em Turismo e especialização em logística e gestão de operações em organizações públicas de saúde lotado na Coordenação de Promoções e Eventos do Gabinete do Ministro da Saúde. Trata-se de outro servidor do MS cuja qualificação, analisada por meio da Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS, de 27/06/2022, a Divisão de Procedimentos Licitatórios entendeu não preencher os requisitos de formação acadêmica e de experiência profissional no objeto da concorrência.”.*

10.23. *No que diz respeito ao servidor Carlos Antônio Alves de Almeida, a CGU se limitou a narrar que a DIPLI entendeu que este não preenche os requisitos de formação acadêmica e experiência profissional – mais uma vez, partindo da premissa equivocada que se trata de critérios cumulativos - e que o Coordenador de Imprensa apresentou justificativa, demonstrando, por meio de seu currículo, que o agente preenche os requisitos necessário para compor a lista para a Subcomissão Técnica.*

10.24. *Observa-se, contudo, que Controladoria deixou de apontar qualquer irregularidade, cingindo-se à narração do ocorrido, sem indicar pormenorizadamente quais seriam os requisitos ausentes a fim de possibilitar o contraditório.*

10.25. *Apesar disso, faz-se imperioso destacar que não houve qualquer ato irregular, de modo que, em atenção ao questionamento levantado pela DIPLI, o servidor agiu corretamente e não deixou de apresentar justificativa, demonstrando, por meio do currículo do agente, que este estaria preenchendo os requisitos necessários.*

10.26. *Ao final, conclui-se que a Comissão Especial de Licitação não desempenhou satisfatoriamente as atividades inerentes à sua responsabilidade, pois permitiu a seleção de agentes que não possuíam o perfil profissional e experiência previstos na legislação. Tal situação contribuiu para que a atuação do servidor Victor de Melo Barbosa Leite fosse preponderante na indicação dos membros para compor a Subcomissão Técnica.*

10.27. *Todavia, conforme detidamente demonstrado, tanto a DIPLI como a CGU se pautaram em equivocada interpretação do inciso I do art. 34 da Portaria MCOM nº 5.218, de 07 de abril de 2022, de modo que, consoante demonstrado pela ASCOM, em todas as oportunidades em que foi questionada pela DIPLI sobre o preenchimento dos requisitos para indicação a fim de compor a lista para a Subcomissão Técnica, todos os nomes indicados atendiam plenamente os critérios determinados pela referida Portaria, não havendo que se cogitar em qualquer direcionamento ou irregularidade, conforme currículos apresentados (SEI 0039341964 Anexo VII).*

Análise da equipe de auditoria

De acordo com o edital da licitação, a competência para avaliar se os indicados para compor a Subcomissão Técnica preenchem os requisitos é da Comissão Especial de Licitação. No entanto, verificou-se que a Nota Técnica nº 66/2022-DIPLI/CCLIC/CGMAP/SAA/SE/MS (SEI

0030641747), de 27/06/2022, apresenta a análise realizada pela Divisão de Procedimentos Licitatórios, por meio do qual foram apreciados os perfis profissionais dos indicados.

Assim, como exemplo, cita-se a questão específica da indicação do servidor Vitor de Melo Barbosa Leite, em que a Comissão Especial de Licitação analisou e concluiu que ele não reunia os requisitos de formação acadêmica ou de experiência profissional no objeto da concorrência para integrar a Subcomissão Técnica.

Diante dessa análise, o próprio interessado, na condição de Coordenador de Imprensa, elaborou o Despacho ASCOM (SEI 0030641747), de 14/07/2022, refutando o posicionamento apresentado na Nota Técnica nº 66, passando a ser essa a decisão definitiva, mesmo sem ter sido apresentado qualquer argumento que demonstrasse a sua formação ou a experiência profissional, tendo sido essa decisão acatada pela Comissão Especial de Licitação.

Reforça-se que, segundo a legislação, a Subcomissão Técnica deve ser constituída por três membros, com formação em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas. Nesse contexto, merece reforçar que a manifestação do Ministério da Saúde firma um posicionamento de que o fato de um profissional estar lotado na ASCOM, independentemente da atividade desenvolvida, já o capacitaria a integrar a Subcomissão.

Essa interpretação não é razoável por diversos aspectos, principalmente pela motivação de que os serviços a serem prestados são precipuamente de natureza intelectual e as pessoas responsáveis pela análise e julgamento necessitam ter conhecimento técnico nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing, não apenas já terem sido lotados na ASCOM.

Assim, tem-se que o apontamento apresentado neste Relatório não está amparado numa interpretação equivocada de que os critérios para a participação da subcomissão seriam cumulativos, mas na necessidade de que os agentes tenham conhecimento nas áreas de comunicação, publicidade ou marketing, independentemente do local onde exercem suas atividades, conforme prevê a legislação.

Por outro lado, interpretar que atuar na área de comunicação, publicidade ou marketing implica que o profissional esteja lotado na ASCOM é um equívoco, uma vez que existem profissionais atuando nessas áreas que estão lotados em outros setores do Ministério.

Cabe reforçar que não há dúvida de que a exigência imposta pela legislação para um agente participar da subcomissão é possuir formação em comunicação, publicidade ou marketing, podendo também serem enquadrados na referida exigência os agentes que atuam nessas áreas.

Sobre o servidor Helmarques Ferreira dos Santos, segundo informação constante de seu currículo, verifica-se que ele passou a atuar na área financeira da ASCOM em 2021. Assim, constata-se não ter sido demonstrado que ele tenha atuado nas áreas definidas na legislação, quais sejam, comunicação, publicidade ou marketing.

Da mesma forma, o servidor Carlos Antônio Alves de Almeida informa em seu currículo que está lotado na Coordenação de Eventos desde 2011 e que atuou como fiscal de contrato de publicidade. Sobre essa informação, vale observar que não foram identificadas portarias de

designação do encargo de fiscal de contrato de publicidade, apenas para fiscal dos serviços de Correios.

Ante todo o exposto, verifica-se que os agentes que já tiveram alguma participação em atividades desenvolvidas pela ASCOM, mesmo que não tenham atuado na área de comunicação, publicidade ou marketing, foram indicados para o sorteio de forma a alcançar o número mínimo de participantes exigido. Dessa forma, com os nomes dos referidos agentes sorteados, ocorreram na sequência suas desistências, fazendo como que os suplentes fossem designados como membros titulares.

Achado nº 2.5. Falha na instrução processual da contratação por meio da limitação do número de empresas consultadas para apresentação de cotação de preço.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

11.1. Ainda, a CGU aponta que a ASCOM, ao solicitar as cotações de preços, apenas encaminhou e-mails para quatro empresas – FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda, In Press Oficina Assessoria de Comunicação Ltda, Briviacom Comunicação e Marketing Ltda e IComunicação Integrada Eireli, mas tendo encaminhado para os endereços eletrônicos pessoais de prepostos dessas empresas, não sendo sequer copiados os endereços eletrônicos institucionais para garantir o recebimento da solicitação.

11.2. Obscura, entretanto, a alegação de qualquer irregularidade quanto a este fato. Isto porque é completamente desprovida de qualquer substância lógica ou jurídica, ao passo que, segundo aponta a própria Controladoria mais adiante em seu relatório ao dispor que “verifica-se que foram utilizados como referências os valores apresentados pelas 4 empresas consultadas”, os e-mails, ainda que encaminhados aos endereços eletrônicos pessoais de prepostos dessas empresas, teve seu objetivo atingido, eis que todas as empresas cujas cotações de preços foram solicitadas, encaminharam os valores.

11.3. Portanto, com todo o respeito, não há qualquer relevância o fato de não terem sido copiados os endereços eletrônicos institucionais para garantir o recebimento da solicitação ou não, porquanto a solicitação foi devidamente atendida.

11.4. Caso as solicitações, encaminhas para os endereços eletrônicos dos prepostos, não tivessem sido atendidas, a ASCOM poderia optar pela tentativa de encaminhá-las aos endereços eletrônicos institucionais, mas não se trata de uma obrigatoriedade, à medida que a alternativa adotada, independente de qual fosse, deveria ser eficaz, como no caso em comento.

11.5. Como se não bastasse a infundada alegação da Controladoria sobre este ponto, a CGU ressaltou, ainda, que as duas primeiras empresas supracitadas já tiveram, recentemente, relacionamentos contratuais com o Ministério da Saúde, tendo como objeto a

prestação de serviços de publicidade e afins, em que os seus prepostos das empresas executavam suas atividades nas dependências do MS.

11.6. *Sobreleva-se, neste ponto, que não há que se cogitar qualquer irregularidade no que tange a esta prática, tendo em vista que se trata de algo comum em todos os órgãos de administração ao realizar pesquisa de preços, principalmente contando com empresas que já prestaram serviços ao órgão a contento e que são grandes no mercado, representando-o de maneira fidedigna.*

11.7. *Além disso, no que se refere ao mapa comparativo de preços (SEI 0039343475 Anexo VIII), a CGU verificou que foram utilizados como referências os valores apresentados pelas 4 empresas consultadas, bem como os valores praticados em dois procedimentos licitatórios que resultaram na celebração de contratos específicos, quais sejam: Contrato de Prestação de Serviços de Comunicação Digital nº 24/2021- MDR, firmado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, e o Contrato nº 02/2020-SECOM/DF, firmado pelo Governo do Distrito Federal, de modo que, novamente, não se constata qualquer erro na atuação da ASCOM – conforme explanado em nota técnica (SEI 0039343700 Anexo IX) elaborada para atender aos apontamentos constantes no PARECER nº. 00025/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU, DESPACHO n. 00472/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU e DESPACHO nº. 00473/2022/CONJURMS/CGU/AGU (SEI 0039344141 Anexo X). Informa-se, ainda, a autorização de governança expedida pelo Ministro de Estado da Saúde (SEI 0039344196 Anexo XI).*

Análise da equipe de auditoria

Em que pese, em sua manifestação, o MS se posicionar no sentido de que não há relevância ou irregularidade em se enviar as solicitações de cotação de preços para endereços eletrônicos pessoais de supostos representantes das empresas, não é possível concordar com a informalidade desse procedimento, uma vez que com essa prática não há garantias mínimas de que a correspondência foi entregue, bem como de que o agente consultado detém legitimidade para representar a pessoa jurídica.

Verifica-se que a pesquisa de preço é uma etapa relevante para a Administração definir o valor de referência para a contratação de um bem ou serviço. Como tal, há a necessidade de a metodologia adotada ser amparada em formalidades que evitam suspeições sobre os valores utilizados para se chegar ao valor estimado.

A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7/07/2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece os parâmetros para a realização de pesquisa de preços.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Observa-se que a norma estabelece a necessidade de que a pesquisa de preços seja realizada por meio de procedimento formal, sendo a pesquisa direta com fornecedores apenas uma das possibilidades de pesquisa de preços e é a menos indicada, pois as próprias empresas consultadas podem ter interesse no certame e, por isso, apresentarem preços elevados em atendimento à pesquisa.

Achado nº 2.6. Favorecimento de determinadas empresas participantes do certame pela Subcomissão Técnica mediante a utilização de procedimentos não isonômicos.

Manifestação da unidade examinada

A Assessoria Especial de Comunicação Social, por meio da Nota Técnica nº 2/2024-ASCOM/MS (SEI 0039329897), apresentou as seguintes manifestações sobre esse apontamento:

12.1. *Por fim, a CGU fez ilações a respeito de suposto favorecimento de determinadas empresas participantes do certame; contudo, claramente esse entendimento não merece prevalecer, como será demonstrado a seguir. O relatório preliminar aponta que:*

“Da análise dos autos, observou-se que a Subcomissão Técnica não adotou procedimentos isonômicos para analisar as propostas apresentadas pelas empresas participantes da licitação, além de ter desrespeitado determinados procedimentos definidos no Documento Convocatório.

Em que pese haver uma subjetividade intrínseca nas avaliações de propostas técnicas apresentadas por licitantes, verificou-se que aspectos similares tiveram

uma variação de pontuação que não está amparada na fundamentação apresentada pela Subcomissão, tendo em vista a utilização de uma análise genérica.

Sobre esse processo, entende-se que haveria duas formas de avaliar quantitativamente os quesitos, qual seja: a retirada de pontos por não atender a determinadas situações previstas no Edital; ou a atribuição de pontos por atender aos quesitos definidos. Dessa forma, a utilização de um critério único permitiria a realização de uma avaliação comparativa entre as peças apresentadas pelas concorrentes e as notas atribuídas pela Subcomissão.

Em relação à avaliação do Plano de Comunicação Digital, por exemplo, a Subcomissão, ao analisar os subquesitos, apresenta critérios diferentes para apreciar os documentos elaborados pelas participantes, uma vez que, para as licitantes que obtiveram as maiores notas, as justificativas abordam os aspectos positivos. Já em relação às licitantes que não ficaram nas primeiras colocações, as análises contemplavam os aspectos somente negativos e de forma genérica, conforme exemplos a seguir:

Subquesito 2 – Estratégia de Comunicação Digital			
	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída	Justificativas da Subcomissão
Empresa 6	30	23,7	“Regular estratégia e conceito, argumentação consistente, com boas possibilidades de interpretação, consistência técnica, boa articulação de conhecimentos.”
Empresa 4		14,2	“O conceito apresentado tem baixa adequação aos objetivos de comunicação do Ministério da Saúde”

12.2. Com a devida vênia, essa argumentação não faz sentido. Isto pois, é evidente que uma pontuação boa vai ser justificada por pontos positivos da proposta e o inverso é verdadeiro, afinal, é para isso que a justificativa serve. Não é correto que as notas sejam dadas sem que haja motivação suficiente para isso e, no caso em questão, as pontuações foram regularmente motivadas.

12.3. Não satisfeita, a CGU alega que é relevante registrar que o conceito apresentado pela empresa nº 6 foi “Vamos Cancelar o Mosquito”, tendo sido avaliado como regular pela Subcomissão, obtendo 23,7 pontos. Já a empresa nº 4 apresentou, como conceito, “Cancela mosquito! Hora de eliminar o Aedes Aegypti com 100% de rejeição”. Nesse caso, a avaliação foi que o conceito tem baixa adequação aos objetivos de comunicação do MS, sendo atribuído 14,2 pontos. “Dessa forma, apreciando apenas os conceitos supramencionados, não é apresentada argumentação razoável para que as avaliações sejam tão discrepantes, ou seja, atingindo 79% e 47,3% da pontuação total do item”.

12.4. Ocorre, todavia, que não é porque ambos os conceitos citam “cancelar o mosquito” que ambos são bons e atingem os objetivos de comunicação propostos. Veja-se, por exemplo, que o primeiro é muito mais direto e, portanto, pode se adaptar melhor às mais diversas formas de mensagem que procuram ser passadas. Já o segundo conceito é muito longo e seus desdobramentos dentro da campanha, por exemplo, podem ser bem mais limitados. Dentre outras análises que podem ser retiradas da situação em questão.

12.5. Desse modo, a afirmação da CGU, infelizmente, demonstra impropriedade técnica sobre a área da comunicação, que não é tão simples quanto parece.

12.6. Ao contrário do que busca fazer entender a CGU, as justificativas são suficientes para que transpareçam os motivos pelos quais foram descontados pontos da licitante, justamente porque, como apontou a Controladoria no seu relatório preliminar (com um viés crítico), ao pontuar positivamente uma empresa, a subcomissão técnica demonstrou o que a levou a isso, elencando os pontos fortes da campanha proposta, enquanto demonstrou os pontos fracos das empresas não tão bem pontuadas.

12.7. Assim, não restou dificultada a interposição dos recursos, pois foram indicados os pontos críticos que deveriam ter sido levados em consideração.

12.8. Ademais, cumpre esclarecer que essas propostas foram apresentadas para a apreciação da Subcomissão sem a identificação da licitante responsável. Contudo, a CGU afirmou que a empresa vencedora teria sido beneficiada por um pedido de esclarecimento que fez, que permitiu que a subcomissão identificasse a autoria de sua proposta.

12.9. No entanto, o referido argumento é totalmente descolado da realidade. Senão, observe-se o Pedido de Esclarecimento nº 8, apresentado pela FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda., por meio do qual se perguntou se seria “possível usar negrito, itálico e nota de rodapé nos documentos da Proposta Técnica, especialmente no Plano de Comunicação Digital”.

12.10. Ora, na resposta dada pela comissão, ficou claro que: “Sim, desde que respeitadas as orientações constantes nos subitens 1.2, 1.2.1, 1.2.3”.

12.11. Nesse âmbito, deve-se salientar que os esclarecimentos passam a fazer parte do instrumento convocatório, uma vez que possuem efeito vinculante, como leciona Marçal Justen Filho:

É prática usual, fomentada pelo próprio art. 40, inc. VIII, que a Administração forneça esclarecimentos sobre as regras editalícias. **A resposta formulada administrativamente apresenta cunho vinculante para todos os envolvidos, sendo impossível invocar o princípio da vinculação ao edital para negar eficácia à resposta apresentada pela própria Administração.**

(...) A força vinculante da resposta ao pedido de esclarecimento envolve as hipóteses de interpretação do edital. Ou seja, aplica-se quando há diversas interpretações possíveis em face do ato convocatório. Se a Administração escolheu mau algumas dessas interpretações possíveis e exclui outras (ou todas as outras), haverá a vinculação. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos'. 12ª ed., São Paulo: Dialética, 2008, pp. 528/529)

12.12. Com isso, fica evidente que **qualquer uma das licitantes** pode seguir o disposto no referido esclarecimento. Ou seja, não é porque a FSB questionou que é ela quem vai utilizar aquele recurso. Afinal, qualquer empresa pode pensar em utilizá-los, mas, num último momento, optar por encaminhar um texto “dentro da caixinha padrão”.

12.13. Ou seja, mesmo que a FSB tenha perguntado, outra empresa poderia se utilizar da autorização dada pela comissão para adotar os referidos recursos, ao passo que a própria empresa que fez o questionamento pode optar por não o explorar mais.

12.14. *Veja-se que a mera utilização de negrito, ou nota de rodapé, ou itálico, ou letra em caixa alta, por exemplo, **não são elementos que permitem a identificação inequívoca de nenhuma licitante**, uma vez que seria impossível alegar, com certeza, que um plano de comunicação que se utilize de quaisquer desses recursos deveria pertencer a alguma empresa específica.*

12.15. *Basta fazer um simples exercício de questionar: qual é a empresa à qual o plano se refere com esses recursos textuais? Há uma simples resposta: não é possível saber, tampouco identificar.*

12.16. *Portanto, não vigora o argumento da CGU de que houve favorecimento de certas empresas.*

12.17. *Além disso, não há que se falar que os recursos mencionados no questionamento enviado pela FSB estavam vedados pelo instrumento convocatório, uma vez que eles sequer foram elencados nele. Observe-se:*

1.2. Quesito 1 - Plano de Comunicação Digital - Via Não Identificada: para apresentação do Plano, a licitante deverá levar em conta as seguintes orientações:

- a) em caderno único, orientação retrato e com espiral preto colocado à esquerda;
- b) capa e contracapa em papel A4, branco, com 90 gr/m², ambas em branco;
- c) conteúdo impresso em papel A4, branco, com 75 gr/m², orientação retrato;
- d) espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas;
- e) títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos;
- f) espaçamento simples entre as linhas e, opcionalmente, duplo após títulos e entretítulos e entre parágrafos;
- g) alinhamento justificado do texto;
- h) texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho 12 pontos, observados os subitens 1.2.1, 1.2.2 e 1.2.3;
- i) numeração de todas as páginas, no centro inferior, pelo editor de textos, a partir da primeira página interna, em algarismos arábicos;
- j) sem identificação da licitante.

12.18. *Ademais, após a resposta dada ao questionamento, como demonstrado alhures, esse texto passa a fazer parte do instrumento convocatório, de modo que a autorização não é dada a um licitante, mas a todos.*

12.19. *Também é importante salientar que esclarecimentos desses tipos, principalmente voltados a esses recursos textuais são muito comuns em todas as licitações, sejam elas de comunicação digital, publicidade ou comunicação institucional.*

12.20. *Destarte, colacionam-se ao presente documento alguns esclarecimentos fornecidos no âmbito da recentíssima Concorrência 01/2023 dos Correios, que comprovam que, quando o edital não proíbe, a utilização de recursos diversos é uma prerrogativa do licitante, a saber:*



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Gerência Corporativa de Licitações - GLIC/DELIC
SBN QUADRA 1 BLOCO A, BL A 2 ANDAR ALA SUL - Bairro ASA NORTE, Brasília/DF, CEP 70002900
Telefone: - <http://www.correios.com.br>

CARTA Nº 46579011/2024 - CEL-PUBLICIDADE

Brasília/DF, 24 de janeiro de 2024.

Senhor(a) Licitante,

Assunto: Resposta a questionamento
Referência: EDITAL LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023

Senhor(a),

1. Apresentamos abaixo questionamentos encaminhados à Comissão Especial de Licitação - CEL PRT/PRESI - 418/2023 acerca do **EDITAL DE LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023**, cujo objeto trata da "contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda", acompanhados de suas respectivas respostas:

QUESTIONAMENTO 1: No item 8.7.3 A validação dos relatos pelo respectivo cliente deverá ser feita em documento apartado, que não entrará no cômputo do número de página de que trata o subitem 8.7.2 e conterà, além do atesto dos relatos, o número do contrato sobre o qual foram demandados, o nome empresarial do cliente, o nome do signatário, seu cargo/função e sua assinatura. Pergunta: Esse documento apartado deverá ser em papel timbrado do cliente ou da licitante?

Resposta: O uso do papel timbrado é uma deliberação do licitante. O edital não o exige ou o proíbe.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Gerência Corporativa de Licitações - GLIC/DELIC
SBN QUADRA 1 BLOCO A, BL A 2 ANDAR ALA SUL - Bairro ASA NORTE, Brasília/DF, CEP 70002900
Telefone: - <http://www.correios.com.br>

CARTA Nº 46611101/2024 - CEL-PUBLICIDADE

Brasília/DF, 25 de janeiro de 2024.

Senhor(a) Licitante,

Assunto: Resposta a questionamento
Referência: EDITAL LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023

Senhor(a),

1. Apresentamos abaixo questionamentos encaminhados à Comissão Especial de Licitação - CEL PRT/PRESI - 418/2023 acerca do **EDITAL DE LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023**, cujo objeto trata da "contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda", acompanhados de suas respectivas respostas:

QUESTIONAMENTO 1: Com base no item 8.2. A apresentação do Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada deve observar as seguintes orientações, não aplicáveis às peças de que trata o inciso II do subitem 8.3.3 e à indicação prevista no subitem 8.3.3.10. (grifo nosso). Do entendimento da afirmativa acima, transcrita do referido Edital, entendemos que não existe restrição para os licitantes quanto ao uso das fontes de letras e tipologia a serem utilizadas nos títulos, subtítulos e textos das peças da Ideia Criativa. Está correto o nosso entendimento? Ou existe alguma recomendação quanto a tipologia e fonte de letras a ser utilizada nos títulos, subtítulos e textos das peças da Ideia Criativa?

Resposta: Conforme o item 8.2., inciso IX (texto e numeração de páginas em fonte Arial, cor preta, tamanho de 12 pontos, observados os subitens 8.2.1 e 8.2.2;) deve ser utilizada esta tipologia e fonte na relação/ listagem das peças constantes da Ideia Criativa. Para o desenvolvimento das peças criativas, não há restrição de tipologia e fonte.



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CEL-PRT/418/2023
SBN, Quadra 1, Bloco A, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70002-900
Telefone: - <http://www.correios.com.br>

CARTA Nº 46722462/2024 - CEL-PUBLICIDADE Brasília/DF, 30 de janeiro de 2024.

Senhor(a) Licitante,

Assunto: Resposta a questionamento.
Referência: EDITAL LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023

Senhor(a),

1. Apresentamos abaixo questionamento encaminhado à Comissão Especial de Licitação - CEL PRT/PRESI - 418/2023 acerca do **EDITAL DE LICITAÇÃO CORREIOS Nº 001/2023**, cujo objeto trata da "contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda", acompanhado de sua respectiva resposta:

QUESTIONAMENTO 01: Sobre a formatação do Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada.

Pergunta: É permitida a utilização de **bold**, **negrito**, **italic**, **sublinhado** e **caixa alta** neste caderno?

Resposta: Na proposição do quesito 1 - Plano de Comunicação Publicitária - Via Não Identificada, as licitantes deverão observar o subitem 8.2 do EDITAL LICITAÇÃO CORREIOS Nº 0001/2023, o qual não apresenta vedação para o uso de **negrito**, **itálico**, nem de trechos **sublinhados**.

12.21. *Desse modo, resta manifestamente evidente e comprovado que não se tratou de qualquer favorecimento, tampouco em direcionamento, caindo por terra as infundadas e mirabolantes alegações proferidas pela CGU.*

Análise da equipe de auditoria

De início, é importante registrar que as questões indicadas nesse trabalho se referem a exemplos que têm o objetivo de demonstrar questões verificadas nas análises das propostas realizadas pela subcomissão técnica, inclusive cabendo prestar o esclarecimento de que foram tomadas como base as reclamações realizadas pelas próprias empresas participantes do certame, não sendo tratada a totalidade das situações que representam um tratamento não isonômico.

Em relação à questão de a contratação ter observado um procedimento diferenciado pela subcomissão ao analisar as propostas técnicas elaboradas pelas licitantes, percebe-se que a manifestação do MS busca fazer comparações que não refutam essa questão, pois explica como se chegou à pontuação para o exemplo citado, mas não esclareceu por que as justificativas similares apresentam uma diferenciação na atribuição de pontos.

Sobre a autorização de uso de negrito, itálico e nota de rodapé nos documentos da Proposta Técnica, em atendimento à solicitação de uma licitante, cabe esclarecer a fundamentação




dessa exigência. Trata-se de uma vedação de que as propostas apresentem qualquer tipo de sinal que permita a sua identificação.

Tanto é assim, que outras características que sequer são perceptíveis no documento impresso foram expressamente previstas no Edital, como: o espaçamento de 3 cm na margem esquerda e 2 cm na direita, a partir das respectivas bordas; os títulos, entretítulos, parágrafos e linhas subsequentes sem recuos; o texto e numeração de páginas em fonte arial, cor preta, tamanho 12 pontos.

Aqui, cabe ponderar se o uso de fontes em negrito ou itálico, de fato, não permite a identificação de qual licitante foi o autor daquela proposta, principalmente em havendo um questionamento sobre essa possibilidade e uma resposta positiva por parte da subcomissão técnica.

Quanto à alegação de que os conceitos citarem “cancelar o mosquito”, mas que um teria sido muito mais direto e poderia se adaptar melhor às mais diversas formas de mensagem que procuram ser passadas, cabe reforçar que nesse quesito não se busca avaliar o título da campanha, mas apenas da descrição da estratégia e, nesse aspecto, ambas tiveram como cerne o cancelamento do mosquito, não sendo razoável a explicação do Ministério da Saúde, principalmente ao se considerar a diferença da pontuação atribuída às empresas em comento, pois foram atribuídos 23,7 pontos para uma e 14,2 para outra de um total de 30 pontos.

Além disso, verificou-se que a análise realizada pela subcomissão não foi realizada de forma individualizada, fazendo com que a pontuação atribuída a cada quesito tenha sido realizada de forma coletiva entre os três membros, como é possível de observar nas notas referentes à capacidade de atendimento e relatos de soluções de comunicação digital.

CONCORRÊNCIA Nº 01/2022 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - PLANO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS IDENTIFICADAS										
QUESITO	SUBQUISITOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA	NOTAS INDIVIDUAIS - PROPOSTA TÉCNICA - CAPACIDADE DE ATENDIMENTO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE COMUNICAÇÃO DIGITAL - LICITANTES IDENTIFICADAS - MÉDIA GERAL						
				F50	BREVIAÇÃO	IMPACTO	MARKETING	CAPACIDADE	CLARA	
2 - Capacidade de atendimento	2.1 - Clientes	5 ou mais clientes com atuação nacional (máx. 5 pontos)	5,0	5,0	5,0	3,0	2,0	5,0	5,0	
		3 a 4 clientes com atuação nacional (máx. 3 pontos)								
		1 a 2 clientes com atuação nacional (máx. 2 pontos)								
		Apenas clientes com atuação regional (máx. 1 ponto)								
	2.2 - Capacidade da Equipe (máx. 5 pontos)	1. Formação acadêmica dos principais responsáveis técnicos da licitante. (máx. 3 pontos)	Para cada profissional com mestrado em Comunicação ou Marketing - 1,0 ponto	5,0	5,0	3,5	5,0	3,0	5,0	4,5
			Para cada profissional com graduação ou pós-graduação em Comunicação ou Marketing - 0,5 ponto							
			Para cada profissional com formação em outras áreas de conhecimento - 0 ponto							
		2. Experiência profissional dos 3 principais responsáveis técnicos da licitante. (máx. 2 pontos)	Mais de 30 anos somados - 2 pontos							
			Entre 20 e 29 anos somados - 1,5 ponto							
			Entre 9 e 19 anos somados - 1,0 ponto							
		Até 8 anos somados - 0,0 ponto								
3 - Relatos de Soluções de Comunicação Digital			10,0	9,5	9,9	9,4	5,5	9,5	5,8	
PONTUAÇÃO TOTAL			20,0	19,5	18,4	17,4	10,5	19,5	15,3	
RUBRICAS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA										
  										
1 - Victor de Melo Barbosa Leite			2 - Carlos Antonio Alves de Almeida			3 - Fábio Augusto Oliveira Pinheiro				

Sobre essa questão, merece registrar o recente julgamento do TCU no qual foi apreciado o procedimento realizado pela subcomissão técnica, entendendo ser irregular a realização de uma avaliação coletiva das propostas, como foi observada na licitação em questão.

9.2. dar ciência à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de acordo com o art. 9º, I da Resolução TCU 315/2020, que a avaliação coletiva das propostas técnicas pela subcomissão técnica mencionada no art. 10-A do Decreto 6.555/2008 constitui afronta ao art. 11, §4º, III e V, da Lei 12.232/2010;

Dessa maneira, em que pesem as manifestações e justificativas apresentadas pelo Ministério da Saúde, conclui-se pela insuficiência de elementos para descaracterizar o fato de que a subcomissão técnica teve um procedimento não isonômico entre os participRantes da licitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

(Documento gerado automaticamente pela Plataforma Conecta-TCU)

Comunicação: Aviso 000.846/2025-GABPRES

Processo: 038.887/2023-1

Órgão/entidade: CD - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)

Destinatário: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CD pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 26/08/2025

(Assinado eletronicamente)

STEFANIA SERZANINK

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.